

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Área de Concentração: História Cultural
Tese de Doutorado

Mosaicos do Filho da Luz:
Febrônio Índio do Brasil
entre o crime, a redenção e o delírio

Aluno: Pedro Felipe Marques Gomes Ferrari
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eleonora Zicari Costa de Brito

Brasília, janeiro/2013

Tese apresentada na Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Doutorado em História: área de concentração em História Cultural.

Brasília, DF, 22 de março de 2013.

Banca examinadora

Profª Drª Eleonora Zicari Costa de Brito

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Prof Dr Edwar de Alencar Castelo Branco

Profª Drª Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Prof Dr Emerson Dionísio Gomes de Oliveira

Profª Drª Márcia de Melo Martins Kuyumjian

Agradecimentos

Entre os percalços próprios à pesquisa acadêmica, tantos são aqueles que, mesmo anonimamente, contribuem direta ou indiretamente às reflexões. Do mosaico arquitetado nas páginas seguintes, inúmeras notas de rodapé – ainda que ocultas – estão presentes. Contam sobre amizades, momentos e todo tipo de *topói* que me auxiliaram a construir o momento no qual fora possível erguer esta tese.

A confiança e abertura de minha orientadora, prof^a Dr^a Eleonora Zicari. Para além de mera bússola, incentivara alguns de meus delírios – e apontara-me caminhos possíveis. Relação construída desde minha graduação, é uma das bases mais profundas destes parágrafos: presente em cada escolha, é parte indissociável de minhas linhas.

A referência sempre presente da professora Thereza Negrão. Desvelara-me o encantamento com as leituras possíveis do espaço urbano – e lançara, mesmo que involuntariamente, as sementes destas reflexões.

O colega Emerson Dionísio que, prontamente, aceitara verter-se de irmão de orientação em membro de minha banca. Os professores Durval Muniz e Edwar Castelo Branco, vertidos de leituras inspiradoras em interlocuções. A todos estes, meu agradecimento pela disposição em pensar este objeto comigo.

As conversas com o amigo Marcelo Costa de Brito – em meio ao turbilhão cotidiano da pesquisa, foram espaços de tranquilidade.

Os amigos Matheus Brandão e Isabella Luniere – presenças constantes, ainda que quando à distância.

Hellen, apoio diante de todas as dificuldades e inseguranças.

Meu pai, Nilo e Virgínia, aos quais devo a construção de mim.

A estes e a tantos outros, o reconhecimento de que esta pesquisa é fruto de nosso contato.

“Nada sabemos da alma
Senão da nossa;
As dos outros são olhares,
São gestos, são palavras,
Com a suposição de qualquer semelhança
No fundo.”
(Fernando Pessoa)

Resumo

O presente trabalho volta-se às construções de discursos sobre Febrônio Índio do Brasil, julgado por homicídio entre 1927 e 1930 no Rio de Janeiro. Enfoca os modos pelos quais jornais, psiquiatria e o próprio réu constroem a identidade em questão. Acusado de matar duas crianças, ora é apresentado como assassino cruel e dissimulado, ora como esquizoide. No discurso de Febrônio, em especial em um livro que publicara no ano anterior aos crimes, surge uma terceira versão: a de predestinado divino com a missão de, através destes sacrifícios, propiciar a redenção da humanidade. Em cada qual destes discursos, diferentes referências são articuladas. Tal é o intuito desta tese: notar como, em uma pluralidade de apropriações, fragmentos são remodelados e tornados objetos de disputas.

Palavras-chave: Discurso, Identidade, Exegese, Rio de Janeiro

Abstract

This thesis aims the constructions of discourses on Febrônio Índio do Brasil, tried for murder between 1927 and 1930 in Rio de Janeiro. Focuses on the ways in which newspapers, psychiatry and the defendant himself build the identity in question. Accused of killing two children, sometimes appears as a cruel and sly murderer, sometimes as a schizoid. In Febrônio's speech, specially in a book published one year before the crimes, appears a third version: the divine predestinated with the mission, through these sacrifices, of providing the redemption of mankind. In each of these speeches, various references are articulated. Such is the aim of this thesis: note how, in a plurality of appropriations, fragments are refurbished and become objects of contention.

Keywords: Discourse, Identity, Exegesis, Rio de Janeiro

Sumário

<i>Introdução</i>	2
1. Crime: mosaicos possíveis	16
1.1. Construção de contextos	41
1.1.1. A Morte Vermelha e as cores da epidemia	41
1.2. Motivações e estratégias	86
1.2.1. Males desviantes: escalas estratégicas	90
2. Redenção: textualidade urbana	127
2.1. Leitura e mítica	135
2.1.1. Léxico desviante	135
2.1.2. Estrella do Oriente	150
2.1.3. O assédio do Dragão e os dez cornos	156
2.2. Apropriação urbana	170
2.2.1. Das marcas no corpo: identidades das vítimas	178
2.2.2. Uma certa “gesta ambulatória”	192
3. Delírio: o discurso da autoridade	209
3.1. O Manicômio Judiciário	218
3.1.1. Sinceridade, insinceridade: entre o criminoso e o delirante	218
3.1.2. Rapsódias psiquiátricas: transversalidades possíveis	228
3.1.3. Apropriação da gripe espanhola	239
3.2. Diante do tribunal	252
3.2.1. Apropriações jurídicas do laudo	252
3.2.2. Veredito e monopólio	260
<i>Epílogo</i>	268
<i>Corpus documental</i>	275
<i>Bibliografia</i>	278

Introdução

De um cadáver abandonado nas matas da Ilha do Ribeiro em agosto de 1927, o esforço de compreensão. Dos registros, rastros destes modos de entendimento. A incerteza é, afinal, ascendida à linguagem; assume formas e sobre ela são arriscados sentidos. Logo um nome é atribuído ao crime: Febrônio Índio do Brasil.

Sua caracterização, todavia, vacila entre as fontes que a ele se referem. Seguem apelos à psiquiatria e a defesa de um comportamento esquizofrênico, a redução de seus ditos à mentira e à mistificação, recorrências a certas leituras religiosas. Torna-se incerto aos sabores intentados pela documentação. Não há um Febrônio definitivo – e deste reconhecimento é derivada a problemática aqui sugerida. Origina-se exatamente dos textos a caracterizarem a experiência do homicida. Uma postura, neste sentido em particular, próxima a uma das características da “arqueologia” intentada por Michel Foucault – não tratar os registros “como signos de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente”¹ a encobrir certa realidade que lhes seria anterior.

Deste modo, o objeto proposto ao estudo não é Febrônio – mas sim a documentação que dele trata. Em sua qualidade própria de acontecimento, as fontes como alvo da reflexão: seus volumes de referências e cadências a caracterizarem o personagem em seus palcos específicos. Para além de meras versões sobre um evento único e indissolúvel, colocar em relevo os modos de recontar a história – a desventura não propriamente dita do sujeito, mas dos discursos que o interpelam e reinventam.

Em uma conferência proferida por Foucault alguns anos após *A arqueologia do saber*, algumas destas preocupações são reformadas. Valendo-se de uma leitura particular da obra de Nietzsche, relaciona sua investigação à abordagem dos modos de conhecimento. Este, contudo, atrelado à *invenção* e oposto a qualquer *origem* metafísica.

Segue defendendo uma “ruptura entre o conhecimento e as coisas”: “o conhecimento só pode ser uma violação das coisas e não percepção, reconhecimento,

¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 159.

identificação delas ou com elas”,² defende. Uma relação de violência que, desta forma, alia-se à hostilidade e a uma lógica de poder na apropriação.

E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento.³

Como consequência da esquiva de uma homogeneidade pretensamente espreada na documentação sobre Febrônio, a problemática se volta às disputas pela inteligibilidade de seus crimes. Nela, a *vontade de forma* da qual trata Nietzsche é evidenciada nas distintas pretensões de compreender o tal cadáver descoberto no ermo do Rio de Janeiro.

Em outras palavras, renunciar a uma tentativa por reduzir os diferentes relatos a uma mesma e uniforme continuidade temporal. Em seu lugar, problematizar cada qual das fontes em seu volume próprio. Entre elas, as disputas e violências pelas quais o evento é submetido ao conhecimento.

Mersault, personagem de Albert Camus em *O estrangeiro*, é caracterizado segundo uma série análoga de inventivas de conhecimento. Na segunda parte do livro, levado ao tribunal por um homicídio que cometera, é interpretado (trazido a outros conhecimentos) segundo parâmetros que lhes são estranhos. “Durante as falas do promotor e do meu advogado, posso dizer que se falou muito de mim, e talvez até mais de mim do que do meu crime”.⁴ O ato homicida não se esgota em si: o promotor acusa-o, para além do assassinato, de não ter chorado no velório de sua mãe dias antes do crime. Diante da imputação, é transformado em um espectador de si mesmo – “de algum modo, pareciam tratar deste caso à margem de mim. Tudo se desenrolava sem minha intervenção”.⁵

Em uma urgência por se explicar, dizer à promotoria sua valoração particular sobre seus atos, explanar “cordialmente, quase com afeição”, censura-se. Entende que, “no estado a que me haviam levado, não podia falar a ninguém neste tom. Não

² FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005. p. 18.

³ Idem. p. 23.

⁴ CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 102.

⁵ Idem. Ibidem.

tinha o direito de me mostrar afetuoso, de ter boa vontade. E tentei continuar a escutar pois o promotor começou a falar da minha alma”.⁶

É levado ao conhecimento dos jurados apenas a partir desta violência. Faz-se conhecer somente por uma fala que não é a sua. Fragmentado, há alguma incerteza sobre quaisquer verdades (ou antes, a violência entre elas). “A mim parecia-me que me afastavam ainda mais do caso, reduziam-me a zero e, de certa forma, substituíram-me. Mas acho que eu já estava muito longe desta sala de audiência”.⁷

Sobre Febrônio, no entanto, falta a voz do narrador em primeira pessoa tão cara a Camus – afinal, é em relação a ela que todo o absurdo das vozes dissonantes é ressaltado. Descentrado, o objeto referente às fontes de 1927 é partido. Na ausência de um referencial fixo, as disputas por um regime de verdade. O objeto, assim, é unido aos modos do trato documental. Incorporada enquanto discussão das possibilidades historiográficas, propõe-se uma abordagem que privilegie a reflexão teórico-metodológica em torno do uso das fontes e da construção de narrativas.

Não o homicida ou tampouco seus crimes: este esforço centra-se na problemática do método de investigação que dele pode-se supor. Uma pesquisa que se pretenda, enfim, refletir sobre seus próprios limites e estratégias frente a tal sorte tortuosa de fontes.

* * *

Evocando uma pluralidade de eventos semelhante à aqui proposta, Guilherme Gutman redesenha o objeto Febrônio. Envereda exatamente pelas diferentes apropriações feitas do crime e do criminoso.

Cada um desses “personagens-Febrônio” – e que não se entenda a escolha do vocábulo “personagem” como algo que reduza a sua força, ou ainda, que os pudesse tornar menos reais do que de fato são. O poder de um personagem – como este: lançado pela mídia; mastigado, engolido e cuspidado pelo povo; pesquisado, classificado e isolado pela ciência; e reinventado por Cendrars – está também no fato de serem tanto fictícios quanto gente de carne e osso.⁸

⁶ Idem. p. 104-5.

⁷ Idem. p. 107-8.

⁸ GUTMAN, Guilherme. “Febrônio, Blaise & Heitor. Pathos, violência e poder”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, n. 2, junho 2010. p. 178.

Para o autor, o fundamental à análise é exatamente não se ater ao crime ou à trajetória do homicida; antes, verificar os modos de lidar com a violência por diferentes discursos.

Preocupado com as fontes das quais me valho, reflito sobre meu próprio ofício. Atitude, enfim, fundamental à lidar com este tema em específico. Por relacionar um saber médico a enquadrar Febrônio como louco (e torná-lo, posteriormente, o interno número um do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro), a pluralidade de versões é latente nas distintas espécies documentais.

Maria Clementina, ao estudar o asilo do Juquery, parece em alguns momentos sucumbir a armadilhas engenhadas pelos registros que analisa. De uma análise primeiramente voltada aos discursos que suportam a instituição, a certa altura anuncia almejar outra abordagem: “identificar os habitantes do espelho, conhecer suas histórias de vida, as circunstâncias e o significado do seu internamento”.⁹ É motivada pela possibilidade de seguir “para além dos modelos científicos de inteligência da ‘doença’ que compõem o arsenal teórico do saber”. Trata-se do terceiro capítulo de seu trabalho, intitulado “O outro lado do espelho”.

Esta tentativa por vislumbrar os pacientes do asilo é suportada, enfim, pela documentação que colhe dos arquivos da própria instituição. Aos prontuários que analisa ergue uma série de perguntas. “Como a loucura foi representada em cada situação particular e *por quê?*”, inicia o capítulo em questão.¹⁰ Restringe-se, neste ponto, ao saber institucional – tratando de seus rótulos específicos – e um tanto distante dos pacientes. Suas seguintes preocupações obedecem à mesma tonalidade:

quais as relações que as diferentes construções deste conceito mantiveram com sua circunstância histórica? *Quem* e por quais razões – foi considerado louco? Como operaram, no interior do processo histórico, o saber e as tecnologias psiquiátricas e em quais direções?

Trata, portanto, da vontade de forma específica do saber *sobre* os internos.

Apesar de se pretender seguir “para além dos modelos científicos” a informarem sobre a loucura, utiliza-os como esquadro a orientar a régua de sua historiografia. Enveredando por diferenciações internas ao hospício, serve-se do

⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo* – Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 18.

¹⁰ Idem. p. 109.

vocabulário dos próprios médicos; e opõe aqueles “loucos morais” aos “idiotas”, “imbecis” e todo tipo de variantes da raiz de “afecção”.¹¹ Ainda assim, diz que “não basta a análise da origem e do funcionamento de uma instituição como o Juquery”, sendo necessário “descer à abordagem dos casos que o hospício encerra”.¹² E, em relação a este procedimento, pode-se levantar certas ressalvas.

Ao criticar a excepcionalidade destes casos, defende que

a leitura seguida de milhares de prontuários leva, no entanto, à percepção oposta: a repetição de histórias e de padrões revela a monótona regularidade que reveste as experiências e as formas da loucura, e que devem tornar o hospício, com suas rotinas de miséria humana e social, bem pouco atraentes e estimulantes para o próprio psiquiatra.¹³

Resta, entretanto, refletir sobre a natureza própria da documentação que utiliza. A monotonia dos prontuários revela não a experiência dos pacientes, mas antes o crivo do saber que os encerra (e sobre eles “inventam” um conhecimento). Heuristicamente, a autora toma como próprio aos internos um discurso a eles alheio – e a homogeneidade dos relatos decorrente da vontade de forma da instituição.

É a partir desta busca de casos “exemplares”, estatisticamente mais frequentes, que a autora organiza seu estudo. Para ela, esta documentação em específico poderia fazer com que “outras falas, além da fala legitimada do alienista, sejam incorporadas à análise do historiador e à memória da loucura”. Como a abrir os prontuários à voz dos próprios internos, esta regra de registros é tomada como ponto principal.

Pois o aqui indicado é diametralmente oposto: parece ser exatamente neste maciço homogêneo de fontes que o organizador do arquivo oblitera as falas a ele

¹¹ Idem. p. 113. Esta primazia de rótulos tal como empenhados pela psiquiatria inverteria aquela aceção do conhecimento enquadrado por Foucault a partir de Nietzsche – suporia seu enquadramento como *origem*, e não como *invenção*. Ou seja, dele subtrairia todo o caráter de conflito em nome de uma constatação de verdades prévias. Em boa medida, e nesta altura relevando algumas diferenças pontuais, é preciso compreender estas categorias como *empreendimentos estéticos* específicos. Roger Chartier inquietara-se exatamente com primazias desta sorte. Destaca ser necessário “considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social” (CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. 2^a. ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 18). Aqui, esta abordagem parece ser imprescindível à reflexão documental.

¹² CUNHA, Maria Clementina Pereira. Op.cit. p. 113-4.

¹³ Idem. p. 114-5.

alheias.¹⁴ A frequência estatística diria respeito não ao objeto cindido pela psiquiatria, mas ao próprio saber médico.

De outra forma, os pacientes psiquiátricos seriam pensados apenas *enquanto* pacientes psiquiátricos – partindo-se, portanto, de um rótulo estranho às suas próprias *representações*. No romance de Albert Camus, significaria compreender Mersault apenas a partir da fala do promotor que o acusa; como dependente deste discurso, seria suposto como passivo e submetido.

O problema principal configura-se como de natureza metodológica – os modos de relevar as fontes.

Febrônio Índio do Brasil, pensado sob a luz desta reflexão, é um sujeito historiograficamente privilegiado. Dada a repercussão de seus crimes, os tais “personagens-Febrônio” dos quais fala Guilherme Gutman são inúmeros: registrado, relido e reinventado segundo as mais diferentes luzes, oferece uma documentação riquíssima em versões. Dificulta, por outro lado, quaisquer pretensões historiográficas por reduzi-lo a um único evento ou linha temporal – contradições internas constantes do *corpus documental* impedem uma harmonização plena.

Exatamente pela pluralidade das naturezas dos registros (não se limitando apenas à construção psiquiátrica) é improvável a homogeneidade tal como abordada por Maria Clementina. Ao contrário, ressaltam-se relações de dominação, apropriação e conflito nos *esforços por compreender*.

A própria narrativa historiadora, posto ser ela mesma uma modalidade de conhecimento, seria influenciada por esta reflexão. Por problematizar as fontes,

¹⁴ Cabe aqui ressaltar a abordagem de Ginzburg e Poni sobre esta concepção documental. Para eles, uma documentação considerada “significativa” nem sempre coincide com uma estatisticamente frequente. “Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados” (GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico” In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. p. 177). A própria Maria Clementina percebe, em certa altura de seu trabalho, este intuito homogeneizante nos próprios laudos que analisa. Trata de um “modelo do prontuário médico adotado: este consiste numa longa relação de sinais e sintomas, que dizem respeito às condições pretéritas e presentes, do corpo e da mente do observado, a partir dos quais o alienista constrói o seu caso” (CUNHA. Op.cit. p. 126). Um modelo, enfim, externo e anterior aos pacientes – e que, portanto, lhes vitima à rasura de seu próprio método. Este questionário seria, enfim, a marca primeira de uma vontade de forma própria ao saber médico a pretender homogeneizar os internos.

coloca-se em pauta o fazer historiográfico. Ao construir uma inteligibilidade, fundaria um tempo particular.¹⁵

Assim como das diferentes séries documentais sobre Febrônio é improvável a redução a um único evento, a linearidade de uma organização narrativa é ameaçada. Urgente se faz o intercâmbio entre as questões teóricas e a reflexão sobre as escolhas de escrita. Afinal, errando entre fatos documentalmente não definitivos, a homotesia de um realismo seria incapaz de contornar a problemática.¹⁶ Posto que distintos envolvimentos, estas falas apontam a uma pluralidade de “personagens-Febrônio” – como figurado por Guilherme Gutman. E, para cada qual deles, sortes diferentes de elementos cênicos enquadrando seus palcos.

Uma organização, enfim, que respeite estas relações de força entre os entendimentos sobre o crime – certa narrativa que abarque a pluralidade sem a pretensão de quaisquer nivelamentos à procura de um fato exterior aos registros, historicamente localizados.

¹⁵ Neste tocante, significaria transpor à “representação historiadora” inquietações que Paul Ricoeur arrola sobre a chamada fase de “explicação/compreensão” do trato historiográfico. Refletindo sobre a noção de *mentalidades*, nota a falta “de uma articulação plural do espaço social”. E, neste sentido, percebe que “a ideia de representação expressa melhor a plurivocidade, a diferenciação, a temporalização múltipla dos fenômenos sociais” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: editora da UNICAMP, 2007. p. 239). Neste sentido é norteadas a proposição de enquadrar Febrônio *para além* de seu rótulo enquanto paciente do Manicômio Judiciário – a despeito da *mentalidade* inferida pelo saber médico, notar suas *representações* (ou, ainda, *apropriações*) sobre si mesmo. Adiante, tratando o processo de escrita efetuado pelo próprio historiador, Ricoeur destaca: “a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão; por sua vez, as figuras de estilo revelaram-se figuras de pensamento suscetíveis de acrescentar uma dimensão própria de exibição à legibilidade própria das narrativas” (Idem. p. 290). Em outras palavras, o reconhecimento teórico desta multiplicidade temporal deve ser acompanhado de arcações estilísticas que consigam fundamentar, na narrativa, esta abordagem. Pensar o objeto, enfim, *também* em suas possibilidades de enredo – esta é a proposta ora intentada; buscar meios de coadunar a escrita com a multiplicidade temporal tratada no âmbito teórico.

¹⁶ Uso aqui o termo “realismo” como modo de filiação a uma reflexão teórica específica. Lloyd Kramer sublinha o trabalho de Hayden White acerca da implicação da crítica literária sobre o ofício do historiador. Para eles, é “concebível narrar qualquer acontecimento histórico através de um número enorme de diferentes enredos, mas é pelo uso de ‘estratégias explicativas’ familiares que a narrativa se torna plausível”. Há uma relação intrínseca, segundo supõem, entre a análise historiográfica e as escolhas (se não “tipos genéricos de narrativa disponíveis na cultura do próprio historiador”) dos modos de contar. Decorre desta assunção a necessidade de romper com modelos literários aos quais os pesquisadores há muito se apegaram – como o “realismo”, com seu ponto de vista unificado, cronologia linear e narrador onisciente. Defende que “os historiadores poderiam aprender a escrever de novas maneiras, desde que dispusessem a seguir os romancistas até aquelas esferas da experiência e da linguagem onde as vozes críticas desafiam as perspectivas dominantes das culturas do passado e do presente” (KRAMER, Lloyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra” In: HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 147 e 162).

Renunciando ao tempo supostamente uniforme deste modelo homogeneizante, pretende-se aqui uma forma de mosaico (assim, semelhante às violentas relações traçadas nas próprias fontes). Em cada qual dos capítulos, peças a recontarem o mesmo evento. E, como uma história que não se resolve, o destaque à ausência de um Febrônio único e inquestionável. Neste ir-e-vir temporal, a escolha própria à historiografia: compor uma imagem cubista sobre o que fora feito do homicida nos textos que o informam.¹⁷

Em suma, um intento metodológico a explorar não uma sobreposição, mas antes a justaposição das fontes.

Intenta-se, por fim, submeter o leitor à rede de ditos, silêncios e violências própria à documentação. Ao constantemente retroceder na história de modo a retomá-la segundo a vontade de forma de outro registro, apela ao estranhamento. Afinal, cada qual destas fontes traz à tona novos elementos e inteligibilidades sobre o já contado.

Levando a cabo a historiografia regendo um outro tempo, aceitar a não-linearidade como recurso capaz de abarcar não apenas o debate teórico-metodológico como também a impressão diante dos relatos analisados.

“Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta”,¹⁸ sublinha Paul Veyne. Do fato às fontes, como aqui se esboça, subtrair qualquer hierarquia entre estes relatos. Há uma implicação narrativa nesta empreitada.

Pois o que se pretende é inverter estas hierarquias durante o próprio texto. Notando a relevância dada por cada qual das fontes a determinadas referências que

¹⁷ O “cubismo” ao qual me refiro significaria uma alternativa ao “realismo” anteriormente tratado. Aqui é concebido como a não resumir o objeto representado a um único plano. Na pintura, este modo plástico culmina em imagens que, no plano bidimensional do quadro, procuram romper com o ponto de fuga (e, assim, tratar a tridimensionalidade do objeto). Imagens, enfim, que resumem em uma única face do representado todo o seu volume – traz a um único ponto do vista toda a pluralidade de ângulos. O resultado é um objeto retorcido, rompendo com o “realismo” (de toda forma, coadunando o “mosaico” que aqui pretendo construir). Este debate será mais detidamente analisado ao longo do primeiro capítulo; lá, ao refletir sobre as fontes, será possível notar que esta montagem pluriangular é próxima mesmo ao conhecimento erigido pela documentação. Narrativa e *corpus documental*, portanto, organizados de modos semelhantes.

¹⁸ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: edUnB, 1998. p. 29.

arrolam, submeter o fazer historiográfico a um solo heterogêneo. E colocar-se frente a frente ao volume próprio do *corpus documental*.

Os capítulos, portanto, não poderiam ser baseados em uma suposta trajetória pessoal de Febrônio. São, antes, pensados e divididos pelas diferentes penas que enredam os discursos. Em cada qual deles, a primazia de uma fonte em particular – e a hierarquização de referências própria à sua lógica interna. Da seguinte forma é arquitetada sua divisão:

1. No primeiro deles, *Crime: mosaicos possíveis*, dois jornais são almejados – o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*. Entretanto, a referências sobre Febrônio dividem espaço com outro infortúnio: a epidemia da gripe espanhola de anos antes, em 1918. Pensada a partir de outra fonte, o jornal *O Paiz*, agrega-se historiograficamente à abordagem do caso de Febrônio com o intuito de construir a narrativa como um todo da pesquisa – o estranhamento de sua presença a esta altura se tornará mais denso ao encerrar-se a trama aqui engenhada, no terceiro e último capítulo.

De toda forma, a esta altura inicial da escrita a epidemia orienta teórico-metodologicamente a abordagem do *medo* tal qual rascunhado pelos jornais da década seguinte a tratarem dos assassinatos de Febrônio. Em uma narrativa organizada em uma pendulação temporal (da doença de 1918 aos crimes de 1927 e de volta à epidemia), o outro tempo próprio ao fazer historiográfico propicia o debate metodológico. Por impossibilitar a pretensão de atingir algum fato externo às notícias de modo puro ou homogêneo, este recurso narrativo apela simultaneamente aos diferentes embates próprios ao conhecimento, mas também suspeita da eficácia que têm esses discursos de instaurarem práticas a partir de sua propagação e dos jogos de poder que instauram.

Os modos de inteligibilidade, assim, tornam-se o problema central. De um lado, o alastrar de uma doença fatal esquina a esquina da cidade e que, neste adensamento, é formulada e reformulada; de outro, caracterizações divergentes dos personagens de um crime (não apenas Febrônio, como também suas vítimas) que teimam em não se reduzirem a um ponto comum.

Não se trata, todavia, de caracterizar uma suposta posição da imprensa sobre os casos – o objetivo é exatamente seu oposto, quer seja desafiar a homogeneidade

destas fontes. Sobre a gripe, *O Paiz* trai reiteradamente sua postura diante da desventura (indícios de entendimentos outros dividem o espaço do jornal); perante os assassinatos, a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* divergem dos eventos que discursivamente criam. São, portanto, versões particulares dos medos que constroem – reduzi-los a simples representantes de um rol maior de fontes subtrairia do debate todo o enfrentamento característico do conhecimento em nome do nivelamento documental.

A narrativa segue, desta forma, à cadeia hierárquica de referências tal como arrolada por estas fontes. Relevâncias atribuídas a certos dados, silêncios impostos a outros; tal é o motor destas vontades de conhecimento. Apreensões de discursos terceiros, mutilados e reencenados, são seguidas pelo trabalho historiográfico.

Atenção especial é dada aos modos do *O Paiz* retratar os diversos casos de suicídio transcorridos durante a epidemia. Seus personagens, tal como ora retratados, em muito se assemelham ao Febrônio nos jornais da década seguinte: esquartejados discursivamente, emergem alterados. Suas motivações, obliteradas, são submetidas ao conhecimento próprio ao periódico. Desta adulteração, o debate sobre o problema em se considerar as notícias sobre o homicida de 1927 como definitivas acerca de sua trajetória. Delimita-se, então, os limites metodológicos dos usos desta documentação quando dela se espera um “retrato” realista de Febrônio ou das condições do Rio de Janeiro e seus moradores durante o evento da gripe.

Como duas histórias paralelas apenas cruzadas pelo próprio interesse historiográfico, explicitamente esclarecido mais adiante, Febrônio e a gripe espanhola encontram-se ao término do capítulo. Contudo, de modo apenas incipiente – abre-se espaço na construção do objeto ao debate que, posteriormente, encerrará a tese.

2. No capítulo seguinte, *Redenção: textualidade urbana*, o recurso a outro documento. Analisa-se, prioritariamente, o *Revelações do Príncipe do Fogo*, livro escrito por Febrônio no ano anterior aos assassinatos, 1926.

Esta fonte torna o personagem historiograficamente privilegiado. Exatamente por possibilitar a abordagem de seus ditos em um volume próprio, requer cautela. É tomada como uma peça distinta à anterior no mosaico alinhavado pela narrativa proposta.

Significa recusá-la como mero suporte ao entendimento do medo como suposto em outra sorte documental (como os jornais). A temporalidade, aqui, é outra àquela notada no primeiro capítulo. Lida com a hierarquização dos relatos – inverte as relações traçadas pelos construtos dos periódicos. Dos silêncios decretados pelos periódicos à cadeia de referências própria ao homicida: eis o objetivo deste ponto.

Historicizado, o livro é tomado como ponto nodal ao qual convergem citações. Silêncios e violências, enfim, próprios ao conhecimento do próprio Febrônio. Errático em uma construção religiosa, esboça sentidos míticos à experiência.

De suas páginas, indicações a determinados trechos bíblicos. Segui-los, encadeando assim outras fontes, nutriria a abordagem de uma leitura (sua apropriação, reinterpretação e deslocamento). Como se verá adiante, é imprescindível a consideração dos substratos específicos ao tempo de Febrônio – relaciona-se primordialmente com traduções da bíblia próprias de seu período. Enraizado, partilha e comunga de sentidos mais amplos; apesar de a eles conferir tonalidades próprias. Do livro como considerado desconexo e vacilante por outras fontes, perscruta-lo como objeto historiográfico – suas ressonâncias e lógicas.

Ali, Febrônio contracena em palcos por ele mesmo reformados. Situa-se como um personagem não tratado pelos jornais.

Caberia, ainda, investir no papel dos periódicos em uma tal inversão da hierarquia das fontes. Como seria possível dialogar este Febrônio *documentalmente* pleno àquele outro, entrevistado como mera citação (e, portanto, alterado) na tinta dos jornalistas?

A primeira impressão é de disputa – típica do esforço por conhecer. Há um redesenho das motivações do crime tal como defendido em um e outro registro. Nesta relação de força, nem o privilégio dado a uma das versões ou tampouco porpor o somatório destas faces em um quadro homogêneo conduziria a um fato externo e anterior. Ao contrário, apenas amplificaria o poder da narrativa historiadora em calar discrepâncias em nome da busca por confluências.

Outra possibilidade ao trato, portanto, é reconhecer exatamente estas inconstâncias por si mesmas como objetos historiográficos. Percebendo a lógica própria aos diferentes esforços de inteligibilidade, incorporá-las à problemática.

Este outro “personagem-Febrônio”, por fim, desenharia uma outra possibilidade às vítimas de 1927 e ao Rio de Janeiro. Suas formas, contudo, não são descoladas ou alheias: representam modalidades de leitura. Tal como os jornais analisados operavam seus conhecimentos, Febrônio cita, refigura, apropria-se.

Uma vez inserido e temporalizado, o sujeito transforma-se em um objeto historiográfico – para além das possibilidades jornalísticas ou psiquiátricas (esta última que será alvo do capítulo seguinte). A abordagem dos modos de conhecimento seria, afinal, um meio de emancipar os pressupostos historiográficos daqueles percebidos nas fontes.

3. Encerrando a tese, o capítulo *Delírio: o discurso da autoridade*. Nele, o laudo publicado por Heitor Carrilho sobre Febrônio: *A curiosa mentalidade de um delinquente*, de 1929, constitui-se aqui a fonte principal.

Excluído de seu próprio tempo, aqui o homicida é cadenciado por outra sorte de citações. Mas, para além das referências psiquiátricas, suas páginas se apropriam de certas concatenações. O rótulo de *farsante* atribuído a Febrônio pelos jornais aqui é replicado – mas, contraditoriamente, divide espaço com a consideração de alguns de seus “delírios” como sinceros e decorrentes de sua condição *enferma*. São sintomas definidores da condição esquizofrênica; tomados como absurdos, indicariam um descolamento radical entre o paciente e o mundo. Neste último ponto, é imprescindível ao saber institucionalizado suspender as citações das quais o *Revelações do Príncipe do Fogo* se vale. Isolado, é submetido a uma a-sincronia (e, portanto, evidencia uma principal diferença entre tal construção psiquiátrica e a historiográfica que aqui é pretendida).

E, como nas outras fontes analisadas, opera um movimento de violência em seu ato de conhecer: o uso de ditos e concepções do analisado é submetido a um padrão de conhecimento prévio. As referências à sua fala, fragmentárias, vinculam-se a tonalidades anteriores do próprio saber psiquiátrico. Estendem-se, enfim, somente até a confirmação de determinados rótulos.

Febrônio surge tão somente em meio a ditos alheios que dele se apropriam. Tal manobra culmina, ainda, em uma homogeneidade entre este caso e outros que, nos anos seguintes, povoarão o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro. Tantos rótulos,

replicados em outros laudos, fazem com que o homicida de 1927 transborde de si mesmo.

Esta harmonia suposta pela fonte pode representar uma armadilha à investigação historiográfica – oculta as violências próprias ao conhecimento e apresenta um objeto *pretensamente* externo. Dessa quietude atribuída a Febrônio, subentende-se a versão como anterior ao sujeito que a redige.

Mas, ainda assim, alinhava sua própria hierarquia de citações. Este edifício de ditos e interditos é o principal interesse da análise aqui proposta.

A autoridade médica confere importância, no documento, à declaração de que o paciente, em 1918, tivera gripe. De algum modo segundo a concepção do saber institucionalizado, a influenza espanhola da década anterior ajuda a conceber o caso. Esta preocupação, entretanto, não se resume a Febrônio; espreita também em vários outros prontuários. Outros sujeitos submetidos, nos anos seguintes e após o primeiro interno da instituição, Febrônio, à rasura do saber psiquiátrico.

Por meio das escolhas narrativas do fazer historiográfico, esta referência feita pela fonte à gripe une-se àquela empreendida no início da tese ao abordar a epidemia de 1918. Lá, surgira somente como recurso de um debate teórico-metodológico (mantinha-se, em boa medida, paralela e estranha a Febrônio); aqui, esta documentação específica recria tais relações. Marca-se, portanto, a diferença entre os eventos (Febrônio e a epidemia) nas diferentes fontes. Por meio da escolha da escrita historiográfica, o caráter incerto de um *fato definitivo* é destacado: a assunção, enfim, da narrativa historiográfica e seus modos de engendrar um enredo como fundamentais na construção de sentidos.

Para a construção médica, a importância da gripe anos antes ajuda a enquadrar identidades. É de relevo não apenas a Febrônio, mas também a diferentes internos. Seguir alguns desses personagens anos seguintes adentro amplificaria uma das intenções do saber sobre o homicida: atemporalizá-lo. Ou seja, o prontuário de 1929 parte-se em outros, colhidos dos arquivos da instituição e que complementam o conjunto de fontes trabalhado neste capítulo.

Narrativamente, a presença do grassar epidêmico da década anterior serviria para enfatizar a artificialidade desta construção. Expondo o caráter de violência do

conhecimento, frustrar-se-ia qualquer intenção de homogeneidade e homotesia para além das fontes.

Aqui, entre o fraseado de Heitor Carrilho, Febrônio não surge em seu volume próprio. Assemelha-se, por outro lado, aos suicidas durante a crise epidêmica de 1918 abordados no primeiro capítulo: suas motivações pessoais, silenciadas, confundem-se às tonalidades conferidas pela pena que os representa.

De um paralelo teórico-metodológico entre Febrônio e a gripe espanhola, passando pela pluralidade de contextos apreensíveis das fontes, à relação documentalmente recriada entre o homicida de 1927 e a epidemia de 1918: tal é o percurso narrativo pretendido.

Entre os diferentes componentes deste mosaico, a primeira preocupação é exatamente evitar hierarquias *entre* as fontes. Para tanto, é urgente abandonar a pretensão realista – seu narrador onisciente e o desejo de uma linearidade homogênea. E, com ela, toda a exigência de um fato único e harmonioso.

Volta-se não aos crimes de Febrônio, mas sim às estratégias (plurais) de compreendê-los. Tomado como pretexto, o *corpus documental* ancoraria uma discussão sobre os meios historiográficos de organização narrativa.

1. Crime: mosaicos possíveis

*“Eis a imagem deste processo.
Tudo é verdade e nada é verdade.”
(Albert Camus. O Estrangeiro)*

Dois infortúnios aos quais o Rio de Janeiro fora submetido, distanciados por nove anos de sua história, parecem ser textualmente construídos de modos análogos. Nesse sentido, erguem-se versões propostas por periódicos que, para além de meramente informar, relacionam referências e constroem os eventos. Ascendendo tais desgraças à linguagem, aproximações entre alguns assassinatos ocorridos em fins da década de vinte e a epidemia de gripe espanhola, de 1918, tornar-se-iam possíveis. Entre elas, modos de construção do *medo* – certas leituras e apropriações de referências que lhes deem cor e densidade.

O *Correio da Manhã* noticia, em 17 de agosto de 1927, o recolhimento de um cadáver nas matas da Ilha do Ribeiro. No final da tarde do dia anterior, naquele “que é um dos pontos mais longínquos do Distrito”,¹ foram encontrados os primeiros indícios de “um crime bárbaro”, como referido pelo periódico, que ganharia cada vez mais notoriedade nas edições seguintes.

Pouco se sabia sobre a autoria do homicídio. O corpo de Alamiro José Ribeiro, rotulado na matéria como “jovem operário”, descoberto no interior da mata, “barriga para cima”; cobrindo-o, suas calças e um paletó; ao seu redor, fezes; a conclusão de que fora estrangulado com um cipó por haver, em seu pescoço, “visível sinal deixado pela planta”. É veiculado, ainda, que “o médico e as demais pessoas presentes concluíram, desde logo, tratar-se de uma barbaridade de libidinagem, que deveria ser praticada por mais de uma pessoa”.² Das escassas informações, por fim, deriva a opinião de se tratar de crime sexual praticado por mais de um algoz. A cadência do texto relacionando esta conclusão ao “desde logo” denuncia o caráter de sua suposição ao calor da hora – de toda sorte, ao apoiar-se tanto na autoridade médica quanto daqueles que testemunharam a cena, pretende-se irrefutável.

¹ *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1927.

² *Idem* (grifos meus).

No dia seguinte à edição do *Correio da Manhã*, o jornal *Gazeta de Notícias* replica tais inferências: diz que “fácil é deduzir que o infeliz jovem fora ali atraído pelo seu *assassino ou assassinos* para prática de *atos repugnantes*”.³ Adiante, defende que “seu *matador ou matadores*, depois de saciarem seus *instintos de verdadeiras feras*, estrangularam-na abandonando-a ali, deixando as provas de seu hediondo crime nas *servícias [sic] encontradas no pescoço da vítima*”.⁴ A motivação libidinosa do crime, no dia anterior relacionada pelo *Correio da Manhã* à opinião do médico e outros que presenciaram o achado do cadáver, aqui é concluída a partir das “*servícias encontradas no pescoço da vítima*”. Juntamente a tal ilação, a possibilidade de haver dois ou mais criminosos envolvidos.

Ainda que pendulando entre diferentes pistas e argumentos, os dois periódicos parecem chegar a consensos ao concluírem a natureza do caso. Em dois dias de suas edições, o fato é construído.

Restava apenas o apontamento dos tais assassinos.

* * *

“Parece que está desvendado todo o mistério”, traz em letras capitulares a *Gazeta de Notícias* no dia 20 de agosto. Um homem com o qual Alamiro teria deixado a casa dos pais alguns dias antes de seu assassinato é reconhecido, em fotos, por algumas testemunhas: trata-se de Febrônio Índio do Brasil. Segundo relatos colhidos pelo jornal, “este sujeito ali se apresentara com ares de importância, dizendo-se dono de tudo na Ilha do Ribeiro”.⁵

Antônio Moura, cunhado da vítima, contara que Febrônio fora convidado à sua casa por trazer uma proposta de emprego a Alamiro.

E, assim, o caso não mais se esgota à Ilha do Ribeiro. A *Gazeta de Notícias* apura que, certa vez, detido na 4ª. delegacia, Febrônio “matou, a pontapés, um menor que se recusava a praticar atos imorais”.⁶ Diante da suspeição sobre Febrônio, a possibilidade do crime contra a vida de Alamiro ter sido praticado por

³ *Gazeta de Notícias*, 18 de agosto de 1927 (grifos meus).

⁴ Idem (grifos meus).

⁵ *Gazeta de Notícias*, 20 de agosto de 1927.

⁶ Idem. Ibidem.

mais de um assassino, como veiculado dias antes, é frustrada; de toda forma, e partindo de uma perspectiva diacrônica sobre a vida do suspeito, as tonalidades sexuais do homicídio são reafirmadas.

Assim, mesmo antes de sua prisão e conseguintes interrogatórios no dia 31 de agosto, os jornais apontavam um veredito. Dizia-se estar “completamente esclarecido” o caso: “está confirmado ser Febrônio o autor de tão repugnante quanto brutal assassinio”, afirmava o *Gazeta de Notícias*.⁷ A justificativa da acusação tão incisiva, a esta altura, recaía sobre uma bolsa de fumo encontrada na cena do crime. Segundo Albino e Jovelino Ribeiro, irmãos da vítima, esta não pertencia a Alamiro, uma vez que ele “fumava cigarros feitos”. Remetendo a prova à Casa de Detenção de onde Febrônio fora liberado poucos dias antes do crime, o detento Manoel Marques reconheceu o artefato como seu – segundo ele, a bolsa “foi furtada por Febrônio quando de lá saía” alguns dias antes do cadáver ser encontrado. Ligando o suspeito à cena do homicídio, tal constatação transformava Febrônio, indubitavelmente, no assassino da Ilha do Ribeiro pelas páginas dos jornais.

“Dos menores detalhes, muitas vezes vem os melhores esclarecimentos dos crimes tidos como misteriosos”, brada o jornal como a justificar a metodologia. Às qualificações do “hediondo crime” passa a ser relacionada a alcunha de “perverso assassino” atribuída a Febrônio.

Naqueles mesmos dias entre a descoberta do corpo e a prisão do suspeito, em 21 de agosto o Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro finalizara seu laudo pericial. Ainda que não abordado pelos periódicos cariocas, trazia informações que poderiam mudar os rumos da investigação: à descrição da cena encontrada nas matas da Ilha do Ribeiro unia-se a constatação de que “a pesquisa de esperma sobre a cueca [de Alamiro] foi negativa”.⁸ Assim, em suas conclusões, ao passo que defende a “ausência de sinais de luta”, tendendo à defesa de Alamiro ter sido “atingido de surpresa”, descarta também qualquer natureza de violação ou abuso sexual. Uma das principais qualificações apontadas a Febrônio pelas páginas dos

⁷ *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1927.

⁸ Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 133.

jornais, portanto, seria desqualificada pelas mesmas autoridades que, em 17 de agosto, o *Correio da Manhã* dizia confirmarem uma “barbaridade de libidinagem”.

Todavia, dias depois, quando da captura de Febrônio, os jornais mantêm a mesma versão defendida desde antes das apurações periciais: “o protagonista deste bárbaro crime saciara os seus *instintos de monstro* no infeliz menor”,⁹ enfatiza o *Correio da Manhã* atribuindo certa importância à pretensa natureza sexual do homicídio.

Há alguma distância entre o Febrônio dos laudos e aquele dos jornais. Um problema, enfim, que se apresenta como de natureza documental ao trabalho historiográfico.

O diário noticia, ainda, a denúncia feita por Beatriz Ferreira, moradora da Quinta do Caju, às autoridades da 4ª. delegacia auxiliar alguns dias antes. Dizia ela que seu filho João Ferreira, de meros 10 anos de idade, desaparecera depois de seguir em companhia de um desconhecido que oferecera um emprego ao menor. “A referida senhora indagou que emprego era, dizendo ele que [de] copeiro da residência de um coronel do Exército, à rua Pedro Ivo”.¹⁰ A semelhança entre a descrição deste caso e a narrativa em torno da morte de Alamiro inquietara-lhe. Na delegacia, Beatriz reconheceu a foto de Febrônio como sendo o homem que esteve em sua casa.

Mais um crime seria adicionado às acusações imputadas a Febrônio.

Apesar de acompanhada por seu marido, José Ferreira, e o filho de uma vizinha, Orlando Figueiredo, o jornal enfatiza o papel da mãe diante de Febrônio: “diga, ao menos, onde ele está!...”, teria ela, segundo o *Correio da Manhã*, exclamado. “Febrônio ouviu silencioso. Nada respondeu. D. Beatriz é acometida de forte crise de nervos e desmaia. O bandido continuava impassível. O sr. José Ferreira e o menor Orlando também o reconheceram”, descreve a folha. Ao desmaiar diante daquele que acreditava ser o algoz de seu filho, Beatriz Ferreira executa o papel de mãe que seria explorado pelo periódico.

⁹ *Correio da Manhã*, 1 de setembro de 1927.

¹⁰ Idem. Ibidem.

Nas edições seguintes, os jornais procuram situar Febrônio segundo rótulos específicos – entre eles, o de pederasta. Depois de admitir o homicídio de Alamiro após longos interrogatórios,

Febrônio nenhuma referência fez ao *verdadeiro motivo do crime*. Matara inconsciente – disse. Entretanto, a autópsia precedida [sic] no cadáver [de Alamiro] demonstrou que o infeliz sofrera brutalidades sem nome. Febrônio nega o que o exame afirma.¹¹

A insistência, por parte do *Correio da Manhã*, no teor sexual do assassinato é justificado como uma motivação; faria de Febrônio um pederasta homicida. As tais “brutalidades sem nome” circunscreveriam o intuito do homicídio.

De toda forma, a autópsia à qual se refere o jornal, finalizada pouco depois da inspeção do local do crime, não confirma a informação. Diz ela que as nádegas do cadáver mostram-se

sem qualquer sinal de violência traumática. Entretanto, como se trata de um caso suspeito de pederastia, os peritos retiram da ampola retal material para exame microscópico ulterior, sendo que este foi negativo.¹²

A admissão, portanto, das conclusões deste laudo por parte dos jornais desafiaria as motivações desde há muito arroladas aos atos de Febrônio; são, assim, caladas e mesmo adulteradas em nome do tal “verdadeiro motivo do crime” o qual o diário diz defender. O documento, ao dizer se tratar “de um caso suspeito de pederastia”, parece referir-se à rede de supostos da qual se valem os jornais. Ao retirar a suposição de violência sexual, o exame cadavérico jogaria por terra o enredo já há muito encampado pela folha – esta, assim, reinventa-o.¹³

“Respondo apenas pela sua [de Alamiro] morte. Nada mais”, segundo declaração de Febrônio citada pelo jornal.¹⁴ Ao trair a expectativa da motivação segundo o proposto pelo periódico, o acusado é tomado enquanto cínico e dissimulador, “insinuante e maneiroso”. De acordo com tal contradição entre a expectativa tecida nos meandros de reportagens e o teor dos depoimentos do

¹¹ Idem. 2 de setembro de 1927 (grifos meus).

¹² Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 75.

¹³ Não significa, contudo, pretender o exame de algum evento exterior às fontes que se apresentam ao trabalho historiográfico. O destaque, aqui, recai sobre as tensões próprias à documentação; seus ditos e esforços por compreender o evento. Indicam, segundo o ora proposto, o frustrar de quaisquer intuítos de atingir um fato puro e independente às construções discursivas sobre ele articuladas.

¹⁴ *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1927.

acusado, o *Correio da Manhã* supõe algumas possibilidades de rótulos nos quais enquadrar Febrônio:

dir-se-ia um louco a falar num momento de lucidez, para baralhar tudo depois, quando as faculdades mentais se transformam. Ou é, *de fato*, um tarado, um doente, e nessas condições digno de uma observação médica cuidadosa, ou um mistificador, um hábil farsante que se aproveita dos detalhes insignificantes do interrogatório para burilá-los a seu modo, certo de desviar a atenção da polícia e, neste caso, indigno de qualquer gesto de piedade.¹⁵

Na construção empreendida pelo jornal, a oposição do “dir-se-ia” utilizado ao tratar de algum suposto distúrbio de suas “faculdades mentais” e o “de fato” empregado diante das suposições de se tratar de um “tarado” ou “hábil farsante” denunciam a posição da matéria. Para a manutenção de tais hipóteses, é necessário defender o caráter sexual dos homicídios – ainda que contrariando os laudos do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Há, pois, um esforço não apenas por compreender, mas também por *enquadrar* em meio a estas tramas enredadas pelo diário.

Alguns dias depois, a *Gazeta de Notícias* retoma a questão da tal bolsa de fumo encontrada junto ao corpo de Alamiro e reconhecida por detentos da Casa de Detenção como pertencente a Febrônio. Em um curto parágrafo, perdido em meio à extensa matéria que então já tomava grande parte de sua diagramação, informava: “ficou devidamente apurado que a bolsa apreendida não pertencia ao criminoso e sim a um cunhado do menor Alamiro Ribeiro”.¹⁶

Ao passo que o assunto transbordava da mera coluna quando da descoberta do corpo na Ilha do Ribeiro às matérias de páginas inteiras após a apreensão do suspeito, os desditos de argumentos que outrora serviram para incriminar Febrônio perdem espaço. Nenhuma referência à apuração final da bolsa de fumo é feita pelo *Correio da Manhã*.¹⁷

¹⁵ Idem. Ibidem (grifos meus).

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

¹⁷ Imprescindível, aqui, notar a refiguração de Febrônio diacronicamente nos jornais. Mesmo no interior dessas fontes não é uno: denuncia a não constatação de um evento puro e externo à sua própria tinta. Como no caso da bolsa de fumo, elementos incriminatórios servem apenas ao calor da hora – ou seja, são transmutados em edições seguintes. O esforço por conhecer é marcado, enfim, pela violência; tal é a principal problematização proposta pela presente tese. Como explorado por Foucault partindo da obra de Nietzsche, “o conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas” (FOUCAULT, Michel. A

Os encarregados pelas diligências decidem levar Febrônio à Quinta do Caju para que esclarecesse detalhes sobre o segundo crime do qual era acusado e cuja vítima ainda não fora encontrada: João Ferreira.

Quando se prepararam para retirar-se do local em companhia do criminoso, alguns populares que haviam reconhecido Febrônio Índio do Brasil, prorromperam em gritos de lincha! lincha!¹⁸

O rosto do acusado, reiteradamente exibido nos jornais, tornava-se familiar à cidade do Rio de Janeiro; seus crimes, então já enfatizados e pretensamente esmiuçados nas folhas, proporcionavam incerteza e insegurança – mesmo estando Febrônio já detido. Juntamente com sua imagem, veiculava-se também versões sobre aquele que era construído nas tramas dos jornais.

A *Gazeta de Notícias* publicara, no dia 10 de setembro, uma matéria dedicada à possibilidade de haver outros crimes além dos dois pelos quais respondia à polícia. “Febrônio, o estrangulador de crianças, não será também o responsável por outros desaparecimentos misteriosos de menores?”¹⁹ supunha o título da reportagem. Sobre o acusado, nota,

passam a pesar, agora, sérias e justificadas suspeitas de ter sido o autor de outros raptos ocorridos em condições misteriosas, em vários pontos da cidade, e sobre os quais a polícia, até hoje, não conseguiu um resultado satisfatório, por falta de uma pista segura que pudesse orientar as diligências.

Emenda, adiante, que “tanto os jornais como a polícia recebem, diariamente, queixas sobre desaparecimentos de crianças, ocorridos em condições misteriosas”. O receio da cidade que assistia às situações tecidas pelos jornais, assim, recaía sobre Febrônio. Multiplicavam-se as Beatrizes Ferreira recorrendo à polícia na esperança de desvendar casos de filhos desaparecidos.

Este temor, contudo, trata de um certo Febrônio tal qual intentado pelos periódicos.

verdade e as formas jurídicas. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005. p. 18). Cabe ressaltar que esta mesma bolsa de fumo, dias antes, fora considerada primordial à incriminação de Febrônio. A *Gazeta de Notícias* bradava, no dia 31 de agosto, estar “completamente esclarecido” o caso exatamente pela apuração deste objeto encontrado na cena do crime como sendo de propriedade de Febrônio. Os sentidos, oscilantes, logo deslocam esta dependência. Indício de que, por entre as fontes, o fato não é examinado exteriormente às cadeias discursivas de explicação que o esmiuçam. É visto, assim, interno às fontes – e não como autônomo a estas ascensões à linguagem.

¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

¹⁹ Idem. 10 de setembro de 1927.

* * *

Raimundo Correia, em seu poema *A leoa*,²⁰ descreve-nos por entre versos a saga da fera que vagava nas ruas de Florença. “A população espavorida”, buscando abrigo, foge. Uma “infeliz mulher débil – e enferma”, contudo, estanca. Carrega o fardo de uma responsabilidade “porque era mãe e o peso tinha, sempre caro pras mães, de um filho ao ombro”.

O filho em seus braços, como a não notar o choro soluçado da mãe, ria.

E o olhar, desfeito em pérolas celestes,
Crava a mãe no animal, que para e hesita
Àquele olhar de súplica infinita,
Que é só próprio das mães em transe destes.

De seu transe, a mãe faz-se entender pelo animal; segundo Raimundo Correia, “é que esse amor até nas feras vê-se!”. Dá-lhes as costas – “é que era mãe, talvez, essa leoa”.

O poema, publicado primeiramente no livro *Versos e versões*, de 1887,²¹ supõe matrizes de entendimento. Arrola, em seu tempo, certas impressões e papéis.

O olhar da mãe, “desfeito em pérolas celestes”, marca o início do desfecho da trama – origem da diluição do antagonismo entre a progenitora e seu algoz. Em meio a tais pretensos opostos reside, entretanto, um elo. A maternidade, construída como a apaziguar os instintos da fera, encerra o poema.²²

²⁰ CORREIA, Raimundo; HILL, Telênia. *Os melhores poemas: Raimundo Correia*. São Paulo: Global Editora, 1998.

²¹ CORREIA, Raimundo. *Versos e versões*. Rio de Janeiro: n/h, 1887.

²² Segundo Foucault, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 28). Imagens específicas, portanto, são impostas ao objeto de conhecimento. E assim, violado, é sugerido ao entendimento. Partindo-se destas construções, informa-se sobre seu papel e identidade. Desta forma, o texto propõe uma “doutrina” ao passo que “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (Idem. p. 43). Arquitetando o espaço e agregando sentidos ao laço materno, estabiliza sentidos e indica lugares de ação. O intuito aqui proposto é perceber esta assunção feita por Foucault em consoância àquela a refletir sobre o conhecimento no *A verdade e as formas jurídicas*, conforme tratado em nota anterior. Entre elas, uma preocupação cara à História Cultural tal como abordada por Roger Chartier: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”, posto que “produzem estratégias e práticas” a reiterar ou reformularem padrões de normalidade (CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 17).

Trinta anos após a publicação do poema, seus versos são lembrados como a denunciarem um comportamento fora do padrão esperado, uma afronta a tais concepções.²³

D. Beatriz Ferreira, mãe do menor João Ferreira – ainda desaparecido –, é figurada pelo *Gazeta de Notícias* em proximidade à personagem de Raimundo Correia. Ancorando-se em arquiteturas discursivas, o jornal autoriza certas aproximações. Segundo suas linhas, D. Beatriz aliviava sua inquietação nas declarações de inocência de Febrônio.

Esse subterfúgio e essa evasiva de Febrônio tranquilizavam mais ou menos o coração dolorido da pobre mãe que, “*com o olhar desfeito em pérolas celestes*”, lhe foi implorar na carceragem, que dissesse se estava morto ou vivo o filho que ele desviara dos seus beijos e dos seus carinhos.²⁴

Apropriando-se do discurso erguido por Raimundo Correia, a citação do poema *A leoa* sugere entendimentos. As aspas grafadas pela edição indicam um texto terceiro, ainda que o nome do poeta não figure como diretamente citado. Criando como uma constelação de textos, recorta um contexto no qual enquadrar discursivamente tanto Febrônio quanto a mãe do menor assassinado. Como posto por Eleonora Zicari, “os textos são o único contexto a que temos acesso, visto que os contextos são produzidos por textos que os significam”.²⁵

Ao passo que sublinha o “olhar desfeito em pérolas celestes”, o jornal apela para a dissonância entre a cena imaginada e o conceito de normalidade indicado no poema de Raimundo Correia: ao contrário da fera à solta nas ruas de Florença, o assassino carioca não cederia ao “amor de mãe” tal qual reinventado pelo poeta. A Febrônio cabe a alcunha de “gênio bárbaro do matador profano”, revestido pelo “cinismo que nos convidava a exercer da sua arte para vencê-lo”.²⁶ Partindo dos versos de décadas antes, a cena é dotada de outras cores e entendimentos.

Da discrepância entre o exposto nas linhas do jornal e os versos de Raimundo Correia é explorada a “hediondez”, como muitas vezes adjetivado, do crime: os

²³ Ou, como aqui pretendido a partir do quadro teórico, “doutrina”.

²⁴ *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927. (grifos meus)

²⁵ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “O campo historiográfico: entre o realismo e as representações”. In: *Revista Universitas/Face-História*. Vol. 1, nº 1. Brasília, 2003. p. 19.

²⁶ *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927.

“instintos de verdadeiras feras”²⁷, tal como nomeado pelo periódico no início das diligências, não sendo vencido pelos laços familiares relacionados à vítima. Assim, a vitimização de Beatriz Ferreira, ressaltando-lhe as pérolas celestes de suas lágrimas, é atravessada pela crueldade de seu algoz, seus instintos sexuais primitivos - e, portanto, pela motivação atribuída pelos jornais a Febrônio.

Redesenhados, tais crimes assumem nuances claras no desenrolar dos periódicos. Baseado em leituras outras, apropriam-se de concepções discursivas a comporem, uma vez articuladas, o terreno do entendimento proposto. Para além de mero emissor, o suporte jornalístico faz-se, assim, um receptor a encadear apropriações.

De um lado, a transformação das formas através das quais um texto é proposto autoriza recepções inéditas, portanto, cria novos públicos e novos usos. De outro, a partilha dos mesmos bens culturais pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade suscita a busca de novas distinções, aptas a marcar as distâncias mantidas.²⁸

O distanciamento erigido entre a vítima e o agressor, suscita a fronteira explorada pelo jornal. Para além de identificar filiações, tal recurso epistemológico imputa-lhe culpa: sendo motivado pela natureza sexual dos homicídios, a crueldade de Febrônio (reverberada pelas imagens das famílias destruídas) deveria ser punida pela justiça.

Os modos de entendimento aplicados aos crimes de Febrônio, datados de 1927, poderiam ser aproximados a um outro infortúnio que, nove anos antes, abatera a cidade do Rio de Janeiro. Perceber o vacilar de explicações atribuídas a ambos eventos poderia auxiliar na abordagem das fontes que deles tratam.

* * *

O capitão William Condit, pouco antes das dez horas daquela manhã de 10 de outubro de 1918, posicionava algumas forças militares nas ruas da Candelária, S. Pedro, Quitanda. Uma companhia do batalhão naval, aprendizes marinheiros, corpo

²⁷ *Gazeta de Notícias*, 18 de agosto de 1927.

²⁸ CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 76-7.

de marinheiros nacionais, a Escola de Grumetes – tais eram os tons matinais do Rio de Janeiro.

À rua General Câmara, uma companhia do 8º batalhão do 3º regimento do exército completava o perímetro da Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Assim cercada, rendida, sufocando-se entre os praças, dava nuances solenes ao despertar da cidade. A diplomacia da República e ministros de Estado tomavam lugar na Capela. Chegando logo em seguida, o presidente Venceslau Brás, saudado pela subdivisão do exército segundo os protocolos da cortesia militar, alçava à entrada da sacristia.

O teor de luto da ocasião mantinha o contorno da Candelária, esgotado pelas margens citadinas, em silêncio.

Os infortúnios, muitas vezes pensados a partir de modelos homogeneizantes, poderiam ser pensados de outro modo. Enquanto subjetivações, são submetidos a perspectivas distintas – em um vaguear de valorações, compõem um mosaico de entendimentos.

Para além das portas de bronze, o pesar era mesclado aos painéis e pinturas murais. Sob a abóbada central, de onde sobranceavam Jessé, Isaías, David e Salomão, um catafalco com cerca de dezoito metros de altura envolto em tons fúnebres. Em seus quatro cantos, troféus feitos com carabinas e tambores – cada qual coberto por bandeiras. Adiante, um pequeno mas eloquente canhão escondia-se sob o pavilhão nacional. Ao seu redor, fardados “oficiais de marinha, do exército, polícia, corpo de bombeiros e corporações militares” – conforme o previsto no roteiro da cerimônia.²⁹

A missa, celebrada por monsenhor Gonzaga, cardeal do Rio de Janeiro, tinha seu caráter lúgubre acentuado pela regência do maestro João Raimundo. Começando seu programa pela execução da “Marcha Fúnebre” de Chopin, com seus crescendos e o trote de sua cadência, adensava a melancolia do luto.

A orquestra, seguindo pela “Missa de Réquiem”, emoldurava o penar com notas fortes pouco antes do “Ofertório” – ambos com arranjos de Luís Bordese. À

²⁹ Tal roteiro, publicado nos periódicos da cidade, pormenorizavam a cerimônia. Tratando desde a disposição na nave da igreja ao repertório musical a ser entoado durante a missa, fornece importantes detalhes acerca da ocupação do espaço religioso e dos modos litúrgicos de lida com o evento. A exemplo de um destes documentos, cf. *O Paiz*, 9 de outubro de 1918.

audiência, nos seis primeiros bancos à esquerda, suboficiais acompanhavam a solenidade; à direita, comissões de marinheiros e praças.

O entoar dos versos do *Libera me* zelaria como advogado pela salvação da alma daqueles que faleceram. Coletivamente roga-se pela piedade. Da melodia, cadenciada pelo arranjo de Raphael Coelho Machado, os militares, oficiais da República e outras testemunhas ouviam pela voz do coro algo semelhante ao clamor daquele por quem se pede.

Se há a pluralidade de expectativas e tons acerca de tais infortúnios, poder-se-ia imaginar também semelhantes ardis de entendimentos em diferentes destes acontecimentos funestos. Considerados como construções, os dois eventos ocorridos no Rio de Janeiro poderiam ser aproximados. A estreita distância de nove anos entre eles, aliada à comoção que foram capazes de suscitar, poderia abrir ao vislumbre de procedimentos semelhantes de suas configurações enquanto temerosos. Assim sendo, em meio à gripe espanhola de 1918 e aos homicídios de 1927, seria possível soerguer uma crítica aos modos de sua documentação.

Reverbera, aqui, uma breve referência a Febrônio erigida pelo laudo psiquiátrico ao qual logo seria submetido: “em 1918, teve gripe”.³⁰ Representando uma preocupação própria à autoridade médica, o réu é linguisticamente filiado a outros textos e construções. Ao nível documental, estes dois eventos fundem-se – e, neste diálogo, contribuem para certa apreensão do homicida de 1927. A temporalidade de Febrônio, por fim, não se esgota em si mesma: abre-se à memória da gripe espanhola. Ainda que em uma sorte documental específica.

Uma estratégia, enfim, em tudo semelhante àquela a unir o poema de 1887 à identidade da mãe Beatriz Ferreira, em 1927.

Trazendo esta dualidade temporal à narrativa historiográfica, seria possível aproximar-se aos conhecimentos empreendidos pelas fontes. Unindo os extremos destes nove anos de distância, uma ponte linguística.³¹

³⁰ CARRILHO, Heitor. "A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil) In: Archivo Judiciario. vol 10 abr/jun 1929 (acervo da Biblioteca da Câmara Federal).

³¹ Para tanto, contudo, é preciso repensar a própria narrativa historiográfica. Tomada como complemento do quadro teórico-metodológico, esta escrita própria ao historiador deve refletir a inconstância e a não-linearidade percebida no objeto estudado. Em outras palavras, uma organização

* * *

“Libera me, Domine, de morte aeterna, in die illa tremenda”,³² iniciava o canto da cerimônia em 1918.

Ainda que em tempos de guerra, a enlutada melancolia do meio militar ao ocupar a Igreja da Candelária não parecia condizer com a tessitura proposta pelos jornais. Há semanas veiculavam notícias de vitórias e avanços, em especial nos *fronts* europeus, dos aliados ao Brasil. Após a retirada dos alemães da região francesa de Saint Mihiel, o otimismo grassava acerca do conflito mundial que então se descortinava naquele ano.

De toda forma, e mesmo apesar do desenvolvimento vitorioso do embate, o pesar dos oficiais brasileiros reunidos em torno do catafalco erguido na nave principal da Igreja da Candelária emprestava um teor ainda mais sombrio à decoração do templo – “quando caeli movendi sunt et terra. Dum veneris judicare saeculum per ignem”,³³ os versos prosseguiam. Pendentes dos altares e tribunas, cortinas negras mesclavam às pinturas, a contarem a trajetória da igreja, um outro acontecimento. Este, espreitando por entre o otimismo do mês de setembro, ganhava gradualmente cada vez mais espaço nas páginas noticiárias.

Em curtas notas, era sublinhada uma epidemia que, acreditava-se, teria surgido no neutro território espanhol. “Desenvolveu-se em Baiona uma epidemia do mal que se supõe ser o cóleras-morbos, e segundo as notícias aqui recebidas está assolando todo o sul”,³⁴ laconicamente informava o jornal *O Paiz* nos idos de setembro. Menos de um mês antes do ritual celebrado na Candelária, ainda era um evento distante. Perscrutava como nota de algum acontecimento que, perdido entre outras notícias (a situação revolucionária russa e a convalescência de Lenin), era tomado como menos importante. Àquela altura já se discutia a possibilidade do armistício do Império Austro-Húngaro e, portanto, as mortes na Espanha são

textual que não se prenda à pretensão de uma narrativa unívoca. Estes questionamentos serão retomados adiante.

³² “Livrai-me, Senhor, da morte eterna, naquele dia terrível”, dos versos do *Libera me*.

³³ “Quando os céus e a terra se moverem. Quando virás para julgar o mundo pelo fogo”.

³⁴ Idem. 19 de setembro de 1918.

obliteradas pelo fervilhar do conflito. Assim, entre as tantas páginas de avanços e retiradas, notícias da doença são sufocadas por espaçosas manchetes sobre uma possível proximidade da paz.

Nos dias seguintes, a mesma brevidade sobre o assunto fora replicada. Falava-se, ao invés de cóleras-morbos, em certa Influenza que, acometendo quatro mil militares espanhóis, terminara por desenvolver-se como febre tifoide levando, assim, ao óbito.³⁵ Ainda sobre a península ibérica, anunciava-se a decisão do governo português em destacar uma brigada médica no intuito de combater certa “gripe pneumônica que está grassando com grande intensidade por todas as regiões do norte do país”.³⁶

Adriana da Costa Goulart ressalta que, apesar do tratamento do assunto como algo distante, desde fins de agosto já havia rumores sobre a doença ter assolado o navio *La Plata*, que transportava a Missão Médica brasileira para a África.³⁷ Em 9 de setembro, enquanto o jornal *O Paiz* ainda noticiava a epidemia como uma breve nota, os primeiros corpos de tripulantes brasileiros vitimados pelo mal já eram lançados ao Atlântico às margens do continente africano.

De toda forma, apenas em 22 daquele mês o primeiro cabograma informaria às autoridades brasileiras a confirmação da doença entre os militares tão distantes de casa.

No dia seguinte surgiria uma nova seção nas páginas do *O Paiz* que, posteriormente renomeada como “Influenza Espanhola”, continuaria a figurar entre as notícias nas semanas seguintes – e gradualmente expandir-se-ia. Tratava das “cinquenta e cinco vidas sacrificadas quando no desempenho da árdua missão confiada aos valorosos oficiais e marinheiros que guarnecem os navios da divisão Frontin”.³⁸ Por lidar com o mal enquanto “epidemia reinante em alguns países europeus”, marca a distância física da doença que, mesmo tendo vitimado brasileiros, fê-lo em distantes águas do Atlântico.

³⁵ Idem. 21 de setembro de 1918.

³⁶ Idem. 22 de setembro de 1918.

³⁷ GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistotélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado: UFF, 2003. p. 26-28

³⁸ *O Paiz*, 23 de setembro de 1918.

Tratar-se-ia de uma ameaça referente ao conflito e àqueles que com ele lidam diretamente. Imiscuída aos sentidos atribuídos à guerra, diriam especial respeito ao oficialato militar que, pouco mais de duas semanas depois, reunir-se-ia na Igreja da Candelária, enlutado, em homenagem às vítimas da enfermidade. Tal é a atribuição evocada à moléstia que, em tempos de novos armamentos, vinha à tona; “a peste é aliada da Alemanha, embora se aparente sob o disfarce neutral de uma ‘Influenza Espanhola’”, conforme grafado pelo artigo do *O Paiz* publicado tão logo as confirmações chegassem. Tomada ao nível dos conflitos,

o que a covardia dos nossos inimigos não é capaz de conseguir, a *fatal* Influenza se encarrega de realizar, devastando guarnições que desejariam, senão morrem em defesa da bandeira que lhes foi confiada e em cujas dobras se aninha, palpitante e ansiosa, a honra da Pátria.

Ainda assim, à distância, no Rio de Janeiro o cotidiano transcorria seu hábito. Na mesma edição do jornal, algumas páginas à frente, na seção “Vida Social”, o lembrete de que

dá hoje a penúltima e despede-se amanhã, do público, nesta temporada, a feliz revista *Parcimonia & C.*, que durante 150 representações, fez as delícias dos frequentadores do Carlos Gomes.

No Palace Theatre, a primeira apresentação da comédia burlesca *O conde barão*; vindo do Paraná, o pintor Alfredo Andersen exporá até fins do mês de setembro – “exposição dos seus retratos e de suas telas: marinhas, paisagens, figuras, quadros de gênero e composição”, complementa o jornal.

Posto que à distância, a doença não provocava receio.

Entre as notícias de peças teatrais, os antigos medos. Em um quadro, o anúncio “Tuberculose: sua cura”. “Moléstias do peito, emagrecimento, cores pálidas, dores nas costas e no peito, tosse convulsa, aconselhamos o uso do poderoso e nutritivo tônico, o VANADIOL”. Seria um elixir com larga aplicação, posto que “engorda dois quilos por mês”.

Ainda que adjetivada como “fatal” pelo *O Paiz* naquele mesmo dia, a influenza perde seus tons funestos pela distância continental. E é exatamente à distância, em outras seções do periódico, que se diluía.

As exéquias de 10 de outubro, ao misturarem símbolos militares e pátrios, parecem valer-se das mesmas formas de entendimento àquelas utilizadas ao tratar

da epidemia nas naus brasileiras enquanto do outro lado do Atlântico. Ao, em 23 de setembro, ser sublinhado pelo *O Paiz* estarem os militares em “defesa da bandeira que lhes foi confiada e em cujas dobras se aninha, palpitante e ansiosa, a honra da Pátria”, remete-se, de alguma forma, ao catafalco a representar os quedados pela epidemia recoberto pelo pavilhão republicano.

Soando como as matérias referentes à guerra transcorrida em solo europeu, a cerimônia, ainda que travada diante do altar-mor da Igreja da Candelária, no centro da cidade, não se deixa infiltrar pelo cotidiano cidadão. E, tal como nas páginas do jornal, ao seu redor transcorre, como em outras colunas, a vida entre teatros e dia-a-dias.

A batuta de João Raimundo indicava ao coro um crescendo – “tremens factus sum ego et timeo, dum discussio venerit atque ventura irae, quando coeli movendi sunt et terra”.³⁹

Mesmo o contra-almirante Lopes Rodrigues, chefe do corpo de saúde naval, em declaração aos jornais pusera em dúvida, dias antes, o caráter da doença alastrada entre os navios brasileiros; teria ele “razões para supor que a epidemia seja o dengue, que em 1889 apareceu em Santa Catarina e que, em Dakar, se tenha modificado com as condições climáticas”, destaca *O Paiz*.⁴⁰ Em nota publicada na mesma edição, Carlos Seidl, então diretor da Saúde Pública, recomendava aos inspetores dos portos brasileiros cuidado redobrado no expurgo de embarcações vindas do exterior. Diante da constatação, na Europa, de “casos numerosos de doença, ainda imperfeitamente caracterizada”, pela primeira vez era cogitada, nas linhas do jornal, a possibilidade da epidemia chegar ao país.⁴¹

O perigo aproximava-se à costa brasileira. Anuncia-se o retorno de militares adoecidos, destinados ao Rio de Janeiro, onde seriam tratados – ainda apesar de não se conhecer ao certo a moléstia que os acometera.

³⁹ “Tremo, e temo o julgamento e a ira vindouros, quando os céus e a terra se moverão”.

⁴⁰ *O Paiz*, 26 de setembro de 1918.

⁴¹ Esta “imperfeita caracterização” da doença, enfim, é análoga aos esforços, em 1927, por desvendar os nebulosos crimes de Febrônio. Em ambos infortúnios, a constante reinvenção de seus porquês. Aqui, o cólera-morbo, dengue, influenza; lá, a motivação sexual e o embate discursivo entre fontes que suscita. Seguir estes diferentes modos de arquitetura do conhecimento sobre a desgraça poderia revelar suas bases e referências. E, assim, analisar as fontes em seu volume próprio de referências, leituras e usos.

Entre as notícias do dia 27 de setembro, uma breve nota: “como preservativo desta terrível moléstia, os médicos aconselham, entre outros remédios, o uso do vinagre fabricado com frutas, de alta fermentação e pureza”. Trata-se de um anúncio do “vinagre especial de mesa, em garrafa, da Usina São Gonçalo”, conforme se atesta algumas linhas adiante. “Não há melhor remédio preventivo contra essa perigosa moléstia *de que estamos ameaçados*”.⁴² Do Vanadiol, recomendado porquanto cura da tuberculose dias antes, passa-se a um outro recurso referente a uma distinta doença que parecia cada vez mais próxima – e, segundo o anúncio confundido entre as notícias sobre a epidemia, de características muito claras e bem definidas.

Ao mesmo passo da reinvenção gradual e diacrônica da epidemia empreendida pelo *O Paiz*, remédios e outras práticas parecem mudar seus usos. Reconstruindo seus próprios sentidos, contemporizam-se às mudanças de entendimento do mal. Neste acomodamento às circunstâncias, deixam entrever uma desestabilização de antigas acepções.

Definir o trânsito da doença nos portos brasileiros é tarefa difícil. Adriana Goulart aponta para a importância do pacote *Demerara*, aportado no Rio de Janeiro em meados de setembro vindo de Lisboa, Recife e Salvador, trazendo alguns doentes a bordo.⁴³ Liane Bertucci, por outro lado, põe em relevo o papel da boataria e de uma rede de tentativas de explicação.⁴⁴ O ressoar de incertezas quando da análise das fontes, de toda forma, explicita a errância das informações veiculadas àquele tempo. Entre estas impressões mutiladas em uma rede de ditos, a doença se aproximava à cidade do Rio de Janeiro.

“Imperava a crença de que se fazia muito alarde por causa da moléstia, tida como corriqueira, que aparecera na cidade”,⁴⁵ afirma Goulart ao analisar a imprensa de princípios de outubro. Considerar tais notícias como crenças generalizadas seria, entretanto, confundir a mídia com seus leitores – e, assim, supor certa homotesia entre eles. Desafiaria, por fim, os sentidos explorados pelo vinagre da Usina São

⁴² Idem. 27 de setembro de 1918. (grifos meus)

⁴³ GOULART, Adriana da Costa. Op.cit. p. 31.

⁴⁴ Cf. BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza: a medicina enferma*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 96-100.

⁴⁵ GOULART, Adriana da Costa. Op.cit., p 28.

Gonçalo e seu alerta sobre a tal “perigosa moléstia de que estamos ameaçados”. Para além dos artigos dos periódicos, seus editoriais e notas, mesmo em suas próprias páginas, indícios ameaçavam a quietude em considerar-se a epidemia enquanto benigna.

Em princípios de outubro, poucos dias antes do réquiem em homenagem aos militares falecidos ocorrido na Igreja da Candelária, outras tantas missas já eram organizadas. No dia 2, promovido pelo Centro dos Comissários de Polícia, um ritual na igreja de São Francisco de Paula “por alma de seu inditoso associado comissário Octavio Gomes do Passo, falecido a bordo do Plata, quando em viagem para a França”; no dia 3, capela do hospital central da marinha, orações “por alma do 2º tenente farmacêutico José Brasil da Silva Coutinho, falecido na missão médica brasileira”; no mesmo dia, na matriz de São João Batista da Lagoa, a Associação dos Escoteiros Católicos organizara “missa por alma dos maquinistas e marinheiros que morreram vitimados pela ‘influenza espanhola’”.⁴⁶

Zelando pela salvação dos finados militares, por toda cidade era possível testemunhar lembranças do ocorrido em águas atlânticas – e, juntamente com as solenidades, a prudência sobre a imprevisibilidade daqueles tempos. Entrevendo o papel religioso quando frente a tais medos, Norbert Elias frisa que

a atitude em relação à morte e a imagem da morte em nossas sociedades não podem ser completamente entendidas sem referência a essa segurança relativa e à previsibilidade da vida individual – e à expectativa de vida correspondentemente maior.⁴⁷

Seria, assim, um recurso a restabelecer a segurança – ou ainda indicação de desequilíbrio, posto que

com o aumento da incerteza social e com a diminuição da capacidade de as pessoas anteciparem e – até certo ponto – controlarem seus próprios destinos por longos períodos, essas necessidades se tornariam outra vez mais fortes.⁴⁸

Transbordando das solenidades religiosas, às vésperas da missa do dia 10 noticiava-se “que realmente baixaram ao Hospital Central do Exército 88 inferiores, mas todos acometidos de gripe de caráter benigno, e que ainda não houve nenhum

⁴⁶ *O Paiz*, 1 de outubro de 1918.

⁴⁷ ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 15.

⁴⁸ Idem. *Ibidem*.

caso fatal”.⁴⁹ Mesmo apesar do otimismo sobre a benignidade, no dia seguinte veicula-se que “tiveram entrada nesse estabelecimento mais 16 enfermos”;⁵⁰ e, naquele mesmo dia imediatamente anterior às exéquias da Candelária, a doença sobejava às ruas.

Vinte e quatro enfermos foram trazidos à terra, vindos da nau Tocantins, para serem tratados no hospital São Sebastião; dos operários da Ilha do Viana, “um terço”, estima o jornal, “deixou de comparecer ao serviço por estar, como constava em Niterói, atacado de ‘influenza espanhola’”; da mesma cidade, o barbeiro José Freitas, um empregado do café Jacinto Machado e três do armazém Beira Mar foram remetidos ao hospital de isolamento.

Do centro do Rio, a alguns quarteirões de onde, no dia seguinte, seria executada a cerimônia em homenagem aos membros da Missão Médica, o jornal *O Paiz* informava sobre “José Antônio e João Fernando da Silva, encontrados caídos na via pública”.

No Café Londres, afamado reduto de poetas simbolistas⁵¹ à politizada rua do Ouvidor, um homem não identificado pelo jornal “foi atacado do mal quando jogava bilhares” – seu estado, acrescentava o periódico, era “gravíssimo”.

Flanqueando a data de cerimônia, as notícias registravam os passos da doença que, do mar e em meio aos militares, parecia definitivamente chegar às ruas citadinas. Gradualmente, a seção “Influenza Espanhola” do jornal *O Paiz* se expande, aos poucos sufocando o transcorrer de outras colunas.

Mesmo na manhã das exéquias, para além dos cantos do *Libera me* sob a regência de João Raimundo, o Rio de Janeiro acordava com notas cada vez mais fúnebres no periódico matinal. Consta que, na noite anterior, autoridades policiais em revista pela cidade recolheram à Santa Casa de Misericórdia diversas pessoas “por terem sido encontradas na rua enfermas”.⁵² Do norte do Rio, Manoel Gomes Lage, operário, e Joaquim Antônio, empregado de padaria – ambos residentes à rua Tobias Barreto; Jorge da Silva Freire, “sem ocupação nem residência”; do centro, o

⁴⁹ *O Paiz*, 8 de outubro de 1918.

⁵⁰ Idem. 9 de outubro de 1918.

⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Diogo de Castro. *Onosarquistas e patafísicos: a boemia literária no Rio de Janeiro fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 88.

⁵² *O Paiz*. 10 de outubro de 1918.

espanhol José Perez Torres, de 18 anos, residente à rua dos Inválidos, a pouco menos de dois quilômetros da igreja onde, poucas horas depois, seriam executadas as homenagens aos militares vitimados pela epidemia em águas atlânticas.

Entre as primeiras notas sobre a cerimônia que em breve seria realizada e sua celebração no mês de outubro, a doença trasladara-se. Não mais apenas como própria do distante Atlântico, agora espreitava em meio às esquinas cariocas.

“Dies illa, dies irae, calamitatis et miseriae, dies magna et amara valde. Dum veneris judicare saeculum per ignem”,⁵³ seguiam as exéquias.

A edição do periódico contemporânea ao canto indicava que

o hospital central do exército, onde já existem perto de quatrocentos enfermos desse mal em tratamento, não pode mais receber doentes de gripe, por falta de acomodações.

Ao que completava:

Não só por isso, como também por se tratar de *enfermidade de caráter benigno e passageiro*, o Sr. ministro da guerra, de acordo com o corpo clínico do exército, resolveu que os novos doentes sejam tratados nos próprios quartéis.⁵⁴

Uma medida primeiramente tomada frente a certa precariedade de infraestrutura, ao ser imediatamente crivada pela benignidade inferida pelo jornal, torna-se menos agressiva e alarmante; e ali, ao imolá-la na seção a ela reservada, a doença é contida.

De toda forma, e sob disfarces vários, a influenza repousa em outras colunas – posto que não se esgota em si mesma, mas sim alastra-se esquinas (e linhas) afora. Sob o título “Associações Científicas”, veicula a notícia de uma reunião a ser realizada na Academia de Medicina, às 20 horas daquele mesmo dia.⁵⁵ Não mais se trata da seção “Influenza espanhola”, supondo haver uma ruptura entre os assuntos anteriormente tratados e a reunião. Segundo *O Paiz*, na pauta constariam a posse do professor Leitão da Cunha, discussões sobre o aborto criminoso, sarampo e febres criptogênicas – tratando-se, assim, de uma “sessão ordinária”.

⁵³ “Naquele dia, dia de ira, de calamidade e miséria, dia de grande e superior amargura. Quando virás para julgar o mundo pelo fogo”.

⁵⁴ *O Paiz*. 10 de outubro de 1918. (grifos meus)

⁵⁵ Idem. Ibidem.

Entretanto, ao operar uma interpolação entre fontes e analisando a ata da reunião que logo se desenrolaria, outras concatenações seriam possíveis. Carlos Seidl, em tom de desculpas ao romper com o programa de discussão previsto, pede aos outros participantes da sessão para que

sejam inseridas em ata, uma série de conclusões que formulei como resultado de um estudo sobre assunto contemporâneo e de grande interesse para nós e que ainda não foi ventilado nessa casa.⁵⁶

Trata de um breve texto por ele escrito no qual indicava nove conclusões sobre a epidemia. Na nona de suas colocações, ressalta que

a benignidade, geralmente reconhecida pela gripe, não justifica o *terror que por vezes se apodera de algumas pessoas*, diminuindo-lhes a resistência orgânica e abrindo as portas à infecção.⁵⁷

Mesmo que explorando a mesma nuance de benignidade entrevista no encadeamento da gripe proposto pelo *O Paiz*, a colocação de Seidl abre a um outro ponto despercebido entre as exéquias e casos citados pelo jornal: o terror que a doença despertaria entre alguns. Preocupar-se-ia, desta forma, mais detidamente à recepção à qual a epidemia estava sujeita.⁵⁸

Ainda assim, o assunto sobre a gripe parece esgueirar-se para além da coluna especificamente a ela destinada pelo suporte jornalístico – bem como para distintos segmentos àquele militar representado pelas exéquias da Candelária.

Partindo dos escritos de Fontenelli publicados no ano seguinte,⁵⁹ Adriana Goulart indica o ritmo que, a partir de então, a doença estamparia à cidade:

O primeiro período que vai de 1 a 10 de outubro mostra a epidemia com seu coeficiente de morbidade bem atenuado, sendo de 1,55 % os casos fatais, numa média de 0,9 óbito por dia. De 11 a 20 já percebemos uma grande elevação, significando, dentro do obituário geral, uma porcentagem de 63,01 % e uma média de 150,7 óbitos por dia. O período entre 21 e 31 de outubro foi aquele em que o coeficiente de virulência e

⁵⁶ “Debates na Academia de Medicina em sessão de 10 de outubro de 1918” In *Revista Médico-Cirúrgica do Brasil*, Ano XXVI, nº11, Rio de Janeiro, 1918. p. 590.

⁵⁷ Idem. p. 591 (grifos meus).

⁵⁸ Entre as construções observadas na fonte jornalística e nas atas da reunião, uma discrepância. Apesar de pretensamente tratarem dos mesmos eventos, trazem ao fazer historiográfico dois distintos fatos. Interpolar estas duas sortes de fontes, enfim, não guiaria a pesquisa a algum acontecimento *per si*, mas ao reconhecimento de relações de disputas. À pluralidade de enredos e relatos – assim como notado, sobre 1927, entre os jornais a tratarem dos crimes e os laudos da autópsia da vítima.

⁵⁹ FONTENELLI. “Comentário médico-higiênico sobre a epidemia de influenza maligna”. In: *Revista Saúde*, 1919, nº 3. p. 48.

mortalidade da espanhola se apresentou mais acentuado. Temos uma porcentagem de 85,92% de óbitos derivados de influenza, chegando-se a um patamar de 7.317 falecimentos com uma incrível média diária de 731,7 óbitos. Segundo a fonte analisada, o total de mortos foi de 14.379, sendo a média geral para todo o período da epidemia de 239,65 óbitos por dia.⁶⁰

Ainda que diante da ressalva de que tais dados devem ser tomados com cautela, eles indicam o adensamento da incerteza a partir da segunda semana de outubro. O Rio de Janeiro seria, em breve, redesenhado. O quedar súbito em cafés, fábricas ou mesmo às ruas tornar-se-ia comum.

Na noite do dia 12, José Soares de Paiva, um carpinteiro português de 55 anos, morreria repentinamente ao passar pela rua Visconde da Gávea. “A polícia do 8º distrito fez remover o cadáver para o necrotério policial”.⁶¹ A multiplicação de casos, em poucos dias, dilacera o cotidiano citadino. *O Paiz* noticia, no dia 15 de outubro, os reflexos daqueles tempos anormais: a suspensão das aulas na Escola Militar, uma vez que, diante de tantos casos da doença, “quase todas as dependências desse estabelecimento foram transformadas em enfermarias”; no Colégio Militar, semelhante medida fora adotada; “no Ministério da Agricultura essa epidemia tem grassado com toda intensidade, tendo mesmo atacado a maioria dos funcionários daquele departamento de administração”; tamanha a quantidade de políticos quedados pela enfermidade impediu que a Câmara, assim como o Senado, procedesse com sua sessão conforme previsto; na Central do Brasil, os armazéns foram impedidos de operar segundo a normalidade por falta de empregados; diversos funcionários do Tesouro Nacional não compareceram ao serviço por estarem enfermos; um terço do pessoal da prefeitura constava como acometido pela influenza; o Liceu de Artes e Ofícios “deliberou suspender o funcionamento geral de suas aulas e oficinas, até que cesse ou, pelo menos, se torne menos frequente essa epidemia”; o diretor da Casa de Detenção noticiara ao ministro da Justiça que 30 pessoas, entre empregados e detentos, adoeceram.

No dia seguinte, o jornal, com sua quantidade de páginas reduzida, esclareceria que “tanto na redação como na oficina, *O Paiz* tem o seu pessoal desfalcadíssimo. Não teríamos, por certo, o privilégio da imunidade contra a

⁶⁰ GOULART, Adriana. Op.cit. p. 53.

⁶¹ *O Paiz*. 13 de outubro de 1918.

investida da influenza, que tomou de assalto o Rio”.⁶² Na mesma edição, a manchete: “toma um caráter grave a epidemia que irrompeu nesta capital”. A relação de casos fatais, cada vez maior, noticia casos de famílias inteiras vitimadas. Inúmeros corpos removidos a todo momento das vias públicas. O necrotério da polícia, abarrotado de vítimas da doença, beira o colapso – “as mesas estavam cheias de cadáveres. Em algumas, haviam sido colocados dois corpos”, relata um enviado do *O Paiz*.⁶³

Gradualmente, manchetes e destaques sobre a guerra cedem às sobre a doença que avançava Rio de Janeiro adentro.

No limiar entre a normalidade do cotidiano e sua suspensão diante do aprofundamento das mortes pela gripe, ao réquiem do dia 10, de tons nitidamente militares, somava-se uma cidade a testemunhar a proximidade da doença. Não mais apenas acerca dos marinheiros da Missão Médica pareciam ser voltados os versos do *Libera me*. Como consequência da ameaça do purgatório, segundo Jerald Gort, “no réquiem, os vivos que são deixados para trás cantam o *Libera me* vicariamente pelos falecidos”.⁶⁴ Gradualmente, no entanto, tais significados deixariam seu caráter vicário ao passo que a doença se alastraria.

Àquela propriedade de restabelecimento da segurança, esquivando-se ao desequilíbrio indicado por Norbert Elias, unir-se-ia aos clamores da cerimônia de incerteza de um porvir que já despontava a alguns metros da igreja. “À elevação da hóstia as forças deram as descargas do estilo”, diria, no dia seguinte, *O Paiz*.⁶⁵ Mas a ameaça já não mais se restringia às tonalidades militares dos mares atlânticos.

“Réquiem aeternam dona eis, Domine: et lux perpetua luceat eis”,⁶⁶ findavam os versos na igreja da Candelária.

* * *

⁶² Idem. 16 de outubro de 1918.

⁶³ Idem. 17 de outubro de 1918.

⁶⁴ Do inglês “in the requiem, the living who are left behind sing the *Libera me* (‘liberate me’) vicariously for the deceased” In: GORT, Jerald D.. *Probing the depths of evil and good: multireligious views and case studies*. Nova Iorque: Rodopi, 2007. p. 241.

⁶⁵ *O Paiz*. 11 de outubro de 1918.

⁶⁶ “Concedei-lhes, ó Senhor, descanso eterno: e faça brilhar sobre eles a luz perpétua”.

Entre a construção jornalística sobre Febrônio e aquela que, nove anos antes, tratava do avanço da gripe espanhola, os subterfúgios parecem se aproximar. Em ambas, o esforço por, como indicado por Sandra Pesavento, “estetizar” o fato contado: “forma narrativa onde se aproximam e se misturam, talvez mais do que nos outros discursos entrecruzados, as referências do acontecido e do que se gostaria de ver acontecer”.⁶⁷ Ao se debruçar sobre modos de conhecimento erigidos acerca de crimes praticados em Porto Alegre, a historiadora sublinha a sobreposição de imagens de modo a suporem sentidos e impressões. Em tal *mise en abyme*, as fronteiras entre o fato e as ficções que o circundam são esmaecidas.⁶⁸

No vacilar de versões, tanto diante da epidemia quando dos homicídios de 1927, há a construção gradual das desgraças como sociais. Nessa direção, a expansão das seções destinadas a estes assuntos é emblemática.

O esforço por conhecer Febrônio se aproxima daquele por desvelar a gripe espanhola. Nesse meio tempo, outras referências são agregadas de forma a “estetizar” o ocorrido; quer seja relacionando os alemães e, portanto, a guerra à doença ou caracterizando o sofrimento da mãe de João Ferreira a partir do poema de Raimundo Correia. Indicam, afinal, o não esgotamento dos fatos em si – sendo portanto mediados por outros textos. Compreendidos através de outros substratos, estes infortúnios abrem-se ao ficcional, mas não sem ancorar-lhes práticas e estratégias.

A preocupação de defender o pressuposto sexual da motivação de Febrônio, assim, mescla-se à importância dada aos causadores da epidemia. O gradual avanço do receio, desenhando uma pretensa totalidade da compreensão desses eventos, traz consigo tantos outros textos e referências a eles alocadas – quer seja a

⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 148.

⁶⁸ Pesavento parece, neste ponto, alinhar-se a algumas aproximações realizadas entre a historiografia recente e as preocupações de Nietzsche. Em uma delas, como exposto anteriormente, a análise empreendida por Foucault sobre os modos de operação do conhecimento. Entretanto, na leitura feita por Hayden White do filósofo oitocentista a acepção de “estetização” parece ainda mais clara. Para o autor, “Nietzsche queria mostrar que o processo dialético pelo qual um ser humano passa da mera existência através da alienação para a reconciliação com o mundo é uma função unicamente de *impulsos estéticos inteligíveis*” (WHITE, Hayden. *Meta-História: a Imaginação Histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 347). Este intuito, presente em *O Nascimento da Tragédia*, iria ao encontro da possibilidade de viver segundo uma metáfora (em boa medida, coadunando a “ficção” tal como abordada por Pesavento). Ao final, uma impressão de não univocidade entre os relatos objetados pelo historiador.

propaganda de certo vinagre milagroso disfarçada entre as notas acerca da epidemia de 1918 ou a adulteração dos laudos periciais por parte do *Correio da Manhã* em 1927. E, por conseguinte, sentidos são reconfigurados. Assim, a notícia das declarações do contra-almirante Lopes Rodrigues e as referências constantes aos quadros gerais da guerra quando das tentativas de explicação da doença aproximavam-se iam aos apelos à literatura de Raimundo Correia e à insistência na motivação sexual dos homicídios da década seguinte.

Entre ambos eventos, para além do teor do medo evocado, existem esforços por se conhecer. Campo onde unem-se à epidemia ou aos homicídios de Febrônio outras tantas imagens, estas tragédias multiplicam-se em subjetivações e ficções.

1.1. Construção de contextos

1.1.1 A Morte Vermelha e as cores da epidemia

Agudas dores e súbita tontura. Seguia-se, então, profuso sangramento pelos poros – tais eram os prenúncios daquilo que Edgar Allan Poe chamara de "Morte Vermelha" em seu conto.¹ Estigmatizados por marcas vermelhas espalhadas pelo corpo e rosto, os afetados pela dita enfermidade logo eram privados da compaixão de seus semelhantes.

Devastando o país criado pela ficção de Poe, a doença espreitava por entre a multidão. Mas, diante desse quadro desalentador, o Príncipe Próspero, como era chamado, decidira desafiar a adversidade. Ao ver metade de seu povo dizimado, reunira um milhar de amigos sadios e retirara-se para trás dos guarnecidos muros de um de seus mosteiros. Deixando para além das muralhas o perigo da morte, entregavam-se, então, ao divertimento entre bufões, vinhos, danças. Após meses de uma reforçada proteção à epidemia que, lá fora, grassava e ceifava, o Príncipe Próspero brindara a seus convivas um baile de máscaras. Um espetáculo grandioso, ignorando toda e qualquer convenção da moda, a celebrar aquela ilha de tranquilidade posta a salvo da "Morte Vermelha".

Entre os tantos salões daquela fortaleza, um em especial rompia com o burburinho festivo das máscaras. Coberto por tapeçarias de veludo negro, era iluminado pela luz exterior que, avançando sobre vitrais escarlates, produzia um tom fúnebre. Encostado à parede oeste, um imponente relógio de ébano. Seu pêndulo, maciço e monótono, contrastava com o ritmo da orquestra que entoava as mais diferentes melodias - mas, a cada hora, os pulmões de bronze do imenso relógio proferiam uma música tão alta e peculiar que todos os músicos paravam para escutá-la. Todo o salão, por um momento, mergulhava em um pesado e reflexivo silêncio. As danças cessavam, os olhares já não mais celebravam a vida entre as fantasias e cantos – tornavam-se maduros, melancólicos, cientes. E, tão logo o eco

¹ POE, Edgar Allan. "The Masque of the Red Death" In: *Selected Tales*. Londres: Penguin Group, 1994.

do velho relógio já não se fazia mais ouvir, o silêncio cedia novamente aos vinhos e conversas – para ser retomado apenas ao soar da próxima hora.

Quando da quietude da multidão às doze badaladas, a reflexão viria ainda mais profunda. Mesmo ao término da última nota, a banda não retomara seu programa habitual. E, entre o humor interrompido dos brilhos e dos sonhos encarnados nas fantasias, só então fora possível notar uma figura que, mesmo entre aquela multidão do incomum, desafiava qualquer convenção do aceitável: alta e esquelética, trajada em vestes mortuárias, portava uma máscara que em muito se assemelhava a um rosto cadavérico enrijecido, assustador. Em meio à arrevoada de risos e melodias, ousava travestir-se de "Morte Vermelha" desafiando qualquer decência ou decoro daquele recanto que se pretendia um exílio à maldição.

Ainda que compartilhando o mesmo horror dos outros convidados, o Príncipe Próspero ordenara que capturassem o ousado intruso para que fosse enforcado na manhã seguinte do alto dos muros da fortaleza. Contudo, percebendo o vacilar da multidão apavorada, o Príncipe decidira avançar. Punhal desembainhado, lançava-se em direção ao conviva desafiador que, passos curtos e lentos, atravessava os tantos salões do mosteiro. Encontravam-se, por fim, sobre a tapeçaria negra, em frente ao imenso relógio de ébano.

O Príncipe, de toda forma, não tivera tempo para reagir – quedara imerso em um grito agudo. A multidão, tomada de súbito por certa dose de coragem, avançara sobre o invasor com o intuito de vingar seu anfitrião. Pelo apartamento negro, tomado pela fúria dos convivas, logo ecoariam tantos gritos de espanto a concorrerem com a marcação monótona do pêndulo das horas ao descobrirem que, por debaixo da máscara fúnebre, arrancada a golpes viris, nada havia.

Percebera-se, então, que a "Morte Vermelha", tal qual um ladino, invadira as intransponíveis muralhas da fortaleza. Esgueirava-se, cadenciada pela marcação regular do relógio e pelo silêncio da orquestra. Espreitava entre cada qual dos convidados e dos sonhos personificados em suas fantasias deixando ao chão os cadáveres imortalizados nas posições de pânico com as quais quedaram.

Logo após a queda do último folião, a aparência daquele abrigo em nada se distinguia das paragens além de seus muros.

* * *

Em 1976, o médico Pedro Nava publicara *Chão de ferro*,² onde se propunha a revisitar lembranças sobre o Rio de Janeiro – entre elas, as impressões que, aos 15 anos de idade, tivera da doença daquele mês de outubro de 1918.

Trata de "certas anomalias que vinham sendo observadas na vida urbana"³ naquelas linhas separadas por quase sessenta anos dos acontecimentos que tenta rememorar. Conta que, já mesmo em fins de setembro, o cenário carioca modificara-se: de uma cidade sonora e movimentada, gradualmente submergia-se em tons melancólicos. Tornava-se uma

cidade vazia e meio morta, casas de diversão pouco cheias, conduções sempre fáceis, as regatas, as partidas de water-polo e futebol sem assistentes, as corridas de Derby e do Jockey com os aficionados reduzidos ao terço.

Cada qual das diversões e fortalezas do cotidiano quedando ao tocar da doença. Muro após muro – das casas de diversão, regatas, partidas de futebol, sucumbindo um a um diante do avanço da epidemia. Nava, propondo um entendimento acerca da cidade daquele mês de outubro, filia-se, remontando suas linhas a certos parâmetros:

é que no meio da população, como naquela festa do Príncipe Próspero, insinuara-se - não a Morte Vermelha de Poe, mas a Morte Cinzenta da pandemia que ia vexar a capital e soltar como cães a Fome e o Pânico que trabalhariam tão bem quanto a pestilência.

Ao vincularem-se à alegoria proposta por Edgar Allan Poe, algumas poucas palavras ordenadas por Pedro Nava desdobram-se em distintos sentidos – o texto, franzido por suas filiações semânticas, é o articulador dos sentidos nos quais se ancora; as vestes mortuárias de um convidado indesejado, o rompimento dos festejos por parte de uma visita que não se pode controlar, a impossibilidade da replicação do cotidiano.⁴

² NAVA, Pedro. *Chão de ferro*: memórias, 3. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

³ Idem. p. 199.

⁴ De uma breve referência feita pelo autor ao texto de Poe, um esforço próprio à memória é notado. Rememorando, décadas depois, a epidemia de 1918, apela a uma leitura própria. De sua citação, reflete acerca do evento de um modo singular. É crivado por seus interesses no presente da escrita, guiado pelos entendimentos que lhe são próprios. Neste sentido, um movimento análogo ao sugerido

Assim, as diferenças entre o Pedro juvenil, com seus 15 anos de idade, prostrado diante da epidemia que então espregueava o Rio de Janeiro, e aquele já septuagenário quando da escrita de suas memórias não de direcionar as linhas do relato para outros entendimentos que, em 1918, soariam estranhos mesmo para o próprio autor. Ainda o conto de Edgar Allan Poe, publicado em 1842, utilizado por este de modo a enlaçar sentidos, poderia ser alheio àquele Nava.⁵

Há uma dialética entre os eventos transcorridos no Rio de Janeiro à época da Gripe Espanhola e a infiltração do intruso esboçado por Poe. Entre eles, a adunação de dois discursos de diferentes temporalidades – a epidemia carioca e aquela desenhada por Edgar Allan Poe – em um terceiro tempo, quando do arrastar da pena de Pedro Nava.

O autor, assim, levanta uma ressalva sobre a comparação aos festejos celebrados pelo Príncipe Próspero: "não a Morte Vermelha de Poe, mas a Morte Cinzenta da pandemia que ia vexar a capital",⁶ colocando a epidemia carioca a refigurar sentidos do conto de Poe – que, afinal, é reinterpretado segundo outras tintas que não o escarlata originalmente indicado pelo autor estadunidense.⁷

Adiante, Nava mais uma vez remonta à desolação da cidade que se convulsionava:

um ou outro passante andando como se estivesse fugindo e trazendo no rosto a expressão das figuras do quadro de Edvard Munch: Angst. Isso mesmo, angústia: faces de terror, crispações de pânico, vultos de luto correndo, pirando, dando o fora e, no fundo, um céu vangogue sangue

por Eclea Bosi. Cf. BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 57.

⁵ Todavia, Bosi sublinha "que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de 'quadros sociais' e 'imagens evocadas'". Defende ela, baseando-se em Halbwachs, que tais mecanismos de releitura operariam "no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada", segundo "noções gerais, veiculadas pela linguagem" (Idem. p. 59).

⁶ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 199.

⁷ A narrativa historiográfica, ao escolher localizar o conto de Poe na abertura deste capítulo, arrisca amplificar esta propriedade de justaposição de textos. Como a informar a epidemia (ainda que anacronicamente) através do texto oitocentista, pretende sublinhar a construção textual deste relato. Ao reverberar a citação pontualmente feita por Nava, evidencia-se seu esforço particular por compreender e explicar o fato (ainda que, para tanto, sirva-se de um texto escrito em um outro tempo e segundo outros intuitos). O aqui pretendido é transbordar este reconhecimento teórico-metodológico ao próprio fazer historiográfico, à escrita historiadora. Em outras palavras, significa fazer-se notar o caráter não-linear e fragmentário da fonte na construção textual do próprio trabalho; e evidenciar estas inconstâncias nas escolhas narrativas do próprio historiador. Em um recurso semelhante, a própria pendulação entre a epidemia de 1918 e os crimes de 1927: deste constante ir-e-vir, compor o entendimento conforme proposto pelo interesse aqui indicado.

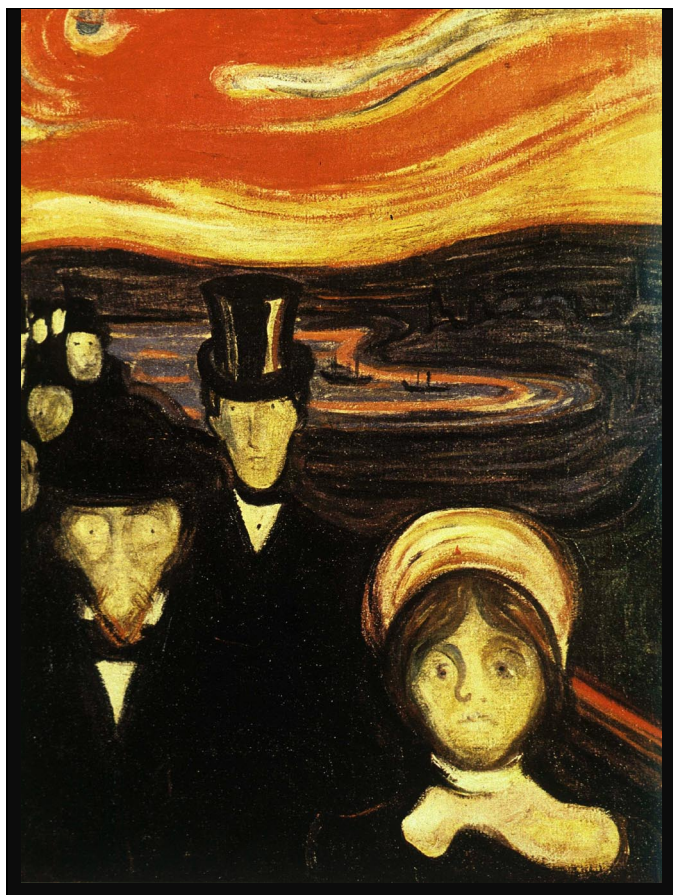


Fig. 1, *Angst*, de Edvard Munch (1896)

ocre.⁸

Há, assim, certo repertório a ser evocado – ainda que tantas décadas após aquilo que enuncia – conferindo sentidos, atribuindo alicerces. Às memórias são agregadas referências que se aglutinam de modo a não caberem em si mesmas. Entre as lembranças dos rostos cariocas prostrados diante da epidemia, feições pinceladas por Edvard Munch em 1896; das ríspidas linhas a conotarem alguma lagoa

refletindo, ao fundo, o céu, a possibilidade de se entrever a baía de Guanabara – mesmo que às costas dos isentos passantes.⁹

De toda forma, assim como anteriormente propunha se tratar não literalmente da "Morte Vermelha" de Edgar Allan Poe, mas sim de certa "Morte Cinzenta", Nava remodela a obra de Edvard Munch:

para quem viveu aqueles tempos - sua lembrança não vem com nenhuma cor viva como as daquela tela. Nenhuma tinta matinal, diazul, púrpura crepúsculo, prata luar - tudo é dum cinza pulverulento, dum roxo podre, poente de chuva, saimento, marcha fúnebre, viscosidade e catarro.¹⁰

Não há, assim, a limitação de nenhum dos substratos, quer seja a tela de Munch ou a epidemia da Espanhola, à gama de sentidos aos quais são referendados; são reinventados em um esforço de influência recíproca. Termina por tomar o pincel de Munch e impor ao quadro as tonalidades próprias à sua leitura.

⁸ Idem. p. 205.

⁹ Cf. Fig. 1.

¹⁰ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 205-6.

Por um lado, Nava esmera-se em reinventar as cores tanto da Morte de Poe quanto do céu de Munch abrindo, portanto, ao surto epidêmico no Rio de Janeiro; por outro, as expressões da tela e o perpassar do intruso indesejado infiltram-se no tecido da memória acerca da epidemia. Neste intercambiar, fundindo imagens e nomes de referência, os eventos – entre as telas, contos, doenças – são todos reescritos.

O desdobramento de uma narrativa em uma constelação de eventos possíveis, sobrepostos e permutados, significaria a pretensão por obter uma



Fig. 2, *Guitar and chair*, de Juan Gris (1913)

totalidade – ainda que termine por configurar um objeto outro àquele primeiramente entrevisto. John Berger atribui sentido semelhante à intenção cubista, ao passo que almejava “ter a totalidade das vistas possíveis, extraídas de pontos ao redor do objeto (ou pessoa) sendo retratado”.¹¹ Deste modo, recriando a perspectiva, findaria por reinventar as formas. O desdobramento da representação iconográfica, enfim, atribuiria ao objeto propriedades outras.¹² Por fim, não concretizaria sua ambição pelo todo, antes uma certa reformulação daquilo sobre o qual se debruça.

¹¹ BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 20.

¹² Cf. Fig 2. No quadro, pretende-se representar a tridimensionalidade de um violão sobre uma cadeira em um suporte artístico bidimensional. Frustra-se, assim, qualquer tentativa de perspectiva ou ponto de fuga unívoco: os objetos são submetidos a uma composição outra, que sintetize vários ângulos e pontos de vista. É algo semelhante a essa operação que aqui pretendo: justapor imagens fragmentárias, como o quadro de Munch ou os parágrafos de Poe, de modo a concatenar uma impressão possível apenas pela composição historiográfica. De toda forma, aquela preocupação sobre o espaço, própria ao esforço cubista, aqui seria traduzida como sobre o tempo. É neste mesmo sentido que o pendular temporal, evocado não apenas pelas fontes como também pela narrativa pretendida, justifica-se.

Quando da escrita do poema *Le larron*, Guillaume Apollinaire – posteriormente vinculado à estética cubista na literatura – tece "uma grande 'colcha de retalhos' mítica, um monstro de raízes híbridas".¹³ Orfeu, Afrodite, Prometeu: tais personagens, uma vez sobrepostos, conforme analisado por Silvana Amorim, configurariam algo novo, inesperado às referências originais utilizadas. Para a autora,

aqui entraria um outro conceito, o da *montagem*, que - ao contrário da colagem, relacionada com as artes visuais, com as relações espaciais - diria respeito às *relações temporais*, às artes verbais e ressaltaria a continuidade. Apollinaire, no caso, faz montagem de versos que se repetem no interior de vários poemas, e toda essa matéria torna-se, então, poesia nova.¹⁴

Haveria, ainda, uma "intervenção dos valores simbólicos" ao apropriar-se de significações fundindo-as e a elas agregando diferentes sentidos em um contexto outro – "modifica sobretudo os valores dos símbolos, dos mitos, das citações de outros autores e suas próprias, dando-lhes nova roupagem".¹⁵

Esta repetição de poemas empreendida por Apollinaire, de certo modo, estaria no cerne do conhecimento sobre Febrônio tal qual intentado pela *Gazeta de Notícias*. Ao montar em seu discurso jornalístico os versos de Raimundo Correia, funda a tal "poesia nova"; no entanto, lá informando sobre o homicida de 1927. Coaduna, por fim, as tais "relações temporais" notadas pela autora.¹⁶

Na análise de Silvana Amorim, estas formas – a "montagem" e a "intervenção" – significariam dois modos de abordagem daquilo proposto pelos versos de Apollinaire. De toda forma, poderiam não ser tomadas como excludentes. Esta, porquanto modo de intertextualidade, reconfigurando suas referências

¹³ AMORIM, Silvana Vieira da Silva. *Guillaume Apollinaire: fábula e lírica*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 66.

¹⁴ Idem. Ibidem. (grifos meus)

¹⁵ Idem. Ibidem.

¹⁶ Significa notar, ainda que no texto jornalístico, uma característica apreensível da crítica literária. Lloyd Kramer, analisando os trabalhos tanto de Hayden White quanto de LaCapra, assume a necessidade de encarar este desafio metodológico no próprio fazer historiográfico. Em seu texto, reitera a disciplina da história como estagnada em paradigmas literários próprios ao século XIX (em especial o Realismo). Para ele, "esses tabus impedem o uso de *insights* originários da arte e da literatura, pois forçam os historiadores a enfatizar as distinções entre fato e ficção" (KRAMER, Lloyd S. "Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra" In: Lynn Hunt (org). *A nova História Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 136). Tomando esta inquietação como ponto primordial, pretende-se aqui recorrer a uma outra possibilidade literária – o cubismo (com suas pendulações temporais e multifacetações).

segundo uma "nova roupagem", desafiaria a mera continuidade que a autora aponta àquela. Seria, antes de tudo, a reconstrução de cada qual dos nomes utilizados ao remeterem a tantas outras referências colocadas à sua margem.

Seguindo o apontado por Amorim como a "poesia nova" criada nessa interlocução, nas estrofes de Apollinaire são visíveis, ao mesmo tempo, todas e nenhuma das alusões evocadas pelo autor.¹⁷

Tal simultaneidade das visões e seus ângulos, desafiando pontos de fuga, surgiria, no texto de Nava, como espécie de, senão anacronismo, estratégica reinvenção temporal.

A constelação de peças desse *mosaico* a ser recomposto, conforme indicado por Silvana Amorim, reposicionadas por meio da "intervenção de valores simbólicos", abririam a tantas outras referências e sentidos se, diante de seu receptor, a elas forem relacionados diferentes outros textos.

* * *

A compreensão da epidemia, evocando textos – e tempos – outros, parece ser traçada também exteriormente ao volume de suas vítimas. Outras temporalidades servem à espanhola como a nutrirem-na de uma densidade, senão retórica, linguística.

Uma balsa foi construída, e 149 vítimas foram ali amontoadas, enquanto o resto se precipitava nos barcos salva-vidas. Logo, as amarras foram rompidas, a balsa que deviam rebocar ficou sozinha na imensidão dos mares. Então a fome, a sede, o desespero armaram esses homens uns contra os outros. Enfim, no décimo segundo dia desse suplício sobre-

¹⁷ Tratar-se-ia de uma operação própria ao conhecimento. Na relação tortuosa da qual se ergue, referências distintas são ascendidas à linguagem. Neste ponto, uma semelhança ao "acontecimento" como proposto por Paul Ricoeur: "o acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como o são forma e fundo. Qualquer experiência possui, ao mesmo tempo um contorno que a cerca e discerne e ergue-se sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte externo e interno" (RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994. p. 119). Seria, afinal, uma estratégia epistemológica; "estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar" (Idem. *Ibidem*). Contato este, de toda forma, mediado pela construção linguística como bem notado pelo autor.

humano, o *Argus* recolhia quinze moribundos.¹⁸

O texto de Charles Clement aborda o suplício dos sobreviventes do naufrágio da fragata *Medusa*, ocorrido em 1816. Navegando em nome da França Restaurada, tinha à frente o Comandante Hugues Chaumareys. Inexperiente e equivocado, vitimara aquela considerada a mais rápida e moderna embarcação de seu tempo nos recifes de Arguin, na Mauritânia. Das centenas de passageiros a bordo, os botes de fuga eram reservados a alguns poucos.

Assim, improvisando com tábuas e outros detritos do naufrágio, alguns daqueles fadados à morte construíram uma balsa. E, sobre ela, uma centena e meia de pessoas tentava salvar-se. O médico suíço Savigny, contabilizado entre os poucos sobreviventes, contaria que, afim de evitar a desidratação, recomendara aos outros naufragos que bebessem água do mar diluída em sua própria urina.¹⁹ Há, ainda, relatos de que os naufragos "se alimentaram dos cadáveres, que eram cortados em tiras e deixados secar ao Sol".²⁰

Pedro Nava, sobre a epidemia carioca de 1918, destaca os recorrentes comentários sobre "os ataques às padarias, armazéns e bodegas por aglomerados de esfaimados e convalescentes esqueléticos, roubando e tossindo".²¹ Com o grassar a cada dia mais intenso da influenza, os serviços citadinos básicos escasseavam. Mesmo na casa de Major Ávila, onde Nava residia à época, a carestia de alimentos era notada. A fome, já então disseminada por toda a cidade, chegara à experiência daquele que, em 1976, escrevia suas memórias – "conheci essa companheira pardacenta",²² segreda. "Depois de um dia de pirão de farinha, de outro engabelado com restos de cerveja, vinho, licores e azeite – do alvorecer do terceiro, sem café da manhã nem nada", a casa era deixada à míngua. Diante da falta de mantimentos, Ennes de Souza e Nestico decidem armarem-se com o que podiam e buscar alguma provisão nas esquinas por onde se alastrava a enfermidade. Nava conta que,

¹⁸ CLEMENT, Charles. *Géricault*. Paris: Léonce Laget Editeur, 1973. *Apud* CARDOSO, Sérgio. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 396.

¹⁹ KING, Dean. *Esqueletos no Saara*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 122.

²⁰ Livre tradução do espanhol "se alimentaron de los cadáveres que eran cortados en tiras y dejados secar al Sol". PEREZ-MALLAINA, Pablo. *El hombre frente al mar*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 1996. p. 47.

²¹ NAVA, Pedro. *Op.cit.* p. 202.

²² *Idem*. *Ibidem*.

ao fim de uma campanha de horas, voltaram. O Ernesto trazia um saco de biscoitos Maria, um pedaço de toucinho e uma latinha de caviar; seu tio, uma dezena de latas de leite condensado.

E complementa:

durante três dias essa foi a alimentação de sãos e doentes - severamente racionada pela tia Eugênia, como num naufrágio e como se a casa de Major Ávila fosse a jangada dos escapados do *Méduse*.

Mesmo ao tratar de uma experiência pessoal, Pedro Nava evoca em suas linhas tons terceiros – estranhos, em um primeiro momento, tanto à sua vivência íntima quanto ao desenrolar da crise carioca. Ao referenciar a "jangada dos escapados do *Méduse*", propõe um entendimento mais amplo àquilo que vira e à fome que sentira.

E, exatamente por ser recíproca, em tal permuta de valores simbólicos toda a impressão de Nava sobre a epidemia carioca passa a permear seu entendimento sobre o desastre da fragata *Medusa*, datado pouco mais de um século antes.

Em um célebre quadro sobre os sobreviventes do naufrágio, Jean Géricault, valendo-se de traços realistas, em 1819 tentara reunir relatos e dados em uma representação artística.²³ Giulio Argan, entrevendo tal obra, percebe um lado político ao, finda a Era Napoleônica, subverter a concepção da própria história: "não mais heroísmo e glória, e sim desespero e morte; não mais triunfo, e sim catástrofe".²⁴ A composição propõe certa cadência não apenas às formas como também ao evento: "há um crescendo que parte do zero, dos mortos em primeiro plano; a seguir, dos moribundos, agora já indiferentes a tudo, passa-se aos debilitados reanimados por uma louca esperança".²⁵ Cada qual dos sentimentos e realidades frente à catástrofe suporia, segundo Argan, a complementação de princípios para além das posturas dos personagens:

²³ Cf. Fig. 3.

²⁴ ARGAN, Giulio. *Arte Moderna: do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53.

²⁵ Idem. p. 54.

há aí dois impulsos contrários: a maré montante dos naufragos que se projetam à incerta salvação; a onda que repele os destroços, o vento que infla a vela na direção oposta. No plano instável, oscilante da jangada, toda a composição sofre o jogo desses impulsos contrários, a esperança e o desespero, a vida e a morte.²⁶

Assim, o autor percebe a concepção do Realismo segundo Géricault, quer seja "a negatividade da história, a hostilidade entre homem e natureza, a ameaça da morte nas ações da vida".

Pedro Nava, ao remeter suas lembranças à tragédia oitocentista, submete-as a um jogo de trocas mútuas. Ao mesmo ritmo de sua reinterpretação e deslocamento de sentidos frente ao ocaso do *Medusa*, a citação faz submergir mesmo na obra de Géricault alguma nuance da penúria encarada pelo autor em 1918.²⁷

Estas citações, ao serem tratadas como portas abertas a outras temporalidades, deixam o campo da mera eloquência – terminam por transformar o caráter linguístico de apreensão do infortúnio carioca. Para Pedro Nava, a gripe



Fig. 3, *Le Radeau de la Méduse*, por Jean Géricault (1819)

²⁶ Idem.

²⁷ Ou seja, o Realismo como empreendido por Gericault em sua obra é submetido a uma espécie de cubismo temporal tal como traçado por Pedro Nava.

espanhola faz-se enquanto tal exatamente ao significar a confluência de outros textos; contextualiza-se em meio a outros fragmentos e referências.

Por tratar-se de um processo de leitura realizado por Nava em relação ao *Medusa*, é preciso entrever possibilidades de sentido, estratégias a direcionarem o entendimento.²⁸

Por entre o conto de Edgar Allan Poe, a obra de Edvard Munch e as interpretações acerca do naufrágio do *Medusa*, Nava constrói conotações. Entretanto, cada qual transborda para os demais – permutando e intervindo simbolicamente, comporiam um *mosaico* a recriá-los como um todo.

Perambulando em meio às suas referências, atribui alicerces à epidemia de 1918 e ao seu próprio contato com a experiência. Em um sentido histórico, apreendendo e levando a gripe à linguagem, a existência de sua manifestação depende destas leituras, mosaicos e, por conseguinte, suas reapropriações e interseções.

* * *

Em meio à *montagem* de sentidos, revisitando e explorando a epidemia que se alastrava pela cidade, entre referências e memórias haveria claras marcas de reciprocidade. Quer seja em relação à obra de Gericault ou às pinceladas de Edvard Munch, a influenza não apenas é ancorada, mas também auxilia na redefinição de sentidos – e, por tal intercâmbio semântico, tornam-se possíveis estratégias.²⁹

²⁸ Tais estratégias de leitura são apontadas por Ricoeur como uma das principais preocupações de Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*: “o que esse historiador articula são operações de leitura de um homem do povo que tem acesso a almanaques, canções, livros de devoção, vidas de santos, brochuras de todo tipo e que esse bravo moleiro remodela segundo sua maneira singular” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 224). A fuga do serial, esquivando-se do anonimato quantitativo, justificar-se-ia pelo reconhecimento de que tais casos seriam “propriedades latentes e dispersas da *linguagem histórica disponível* – que precisamente o computador ignora – as que o historiador traz à luz e organiza em seu discurso” (Idem. *Ibidem*). Tal dispersão, contudo, só poderia ser entrevista ao passo que organizada pelo próprio historiador – ou seja, reunida de forma a compor sentidos; segundo Ricoeur, a partir de uma remodelagem. Ou seja, uma dupla implicação: das fontes, a organização de referências em plurais esforços de conhecimento; do historiador, a responsabilidade do trato narrativo como organizador de um discurso que lhe é próprio.

²⁹ Trata-se de compreender estas construções como as *situações* nas quais os sujeitos localizam a si. Philip Zimbardo chama esta abordagem de “situacionista”: ao contrário do “dispositivismo”, reconhece que as situações sociais têm o poder de alterar posturas e comportamentos dos

Desta forma, a *situação* concernente à Influenza Espanhola não se esgotaria no mero deparar-se à doença. Somar-se-ia, tal qual no texto de Pedro Nava, a pinceladas como as de Munch, ao conto de Poe e a ecos como aqueles do naufrágio da fragata *Medusa*. Esta *montagem* reinventaria não apenas os fragmentos, mas também as *situações* das quais pretende tratar. E, por conseguinte, as posturas diante dela tomadas.

O próprio Nava, ao recordar, conta que “os jornais eram lidos alto, à noite, em volta da mesa, e por eles tínhamos notícias dos horrores por que passava o Rio de Janeiro naquele período terrível”.³⁰ Porquanto componentes de uma leitura da gripe realizada pelo autor, os jornais ajudavam-no a compor a *situação* na qual acaba por localizar a si mesmo; e, portanto, diante da qual arquitetaria sua própria estratégia. Por fim, seu contato com o infortúnio carioca é prioritariamente discursivo.

Das páginas dos periódicos, ainda que recluso ao redor da mesa, selado à cidade que, porta afora, convulsionava, era possível tramar uma pretensão à totalidade. Em meio àquelas poucas páginas, um intercambiar de imagens a ajudar na *arquitetura da situação* – esta não sendo, a partir da experiência de Nava, exterior ou mesmo anterior a tais leituras.³¹

De toda forma, não apenas nos jornais são encontrados repertórios. O colapso proveniente do avanço epidêmico provocava a carestia. “Descrevia-se a fome. Os ataques às padarias, armazéns e bodegas por aglomerados de esfaimados e convalescentes esqueléticos, roubando e tossindo”, refere-se Nava. Tudo aquilo compunha uma imagem da *situação* – e assim, desenhando impressões sobre a cidade, arquitetaria para o entendimento um certo Rio de Janeiro.

indivíduos. Há uma força semântica na valoração destas situações – e, a partir dela, formulam-se identidades. No que aqui proponho, implica levar esta proposta a um extremo: notar o desenho pessoal destes infortúnios (de 1918 e 1927) como advindo do *mosaico* intertextual de referências. (Cf. ZIMBARDO, Philip G. “A Situationist Perspective on the Psychology of Evil: Understanding How Good People Are Transformed Into Perpetrators” In: A. G. Miller (ed.) *The Social Psychology of Good and Evil*. Nova Iorque: Guilford Press, 2004).

³⁰ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 201.

³¹ Exatamente por ser lacunar, seu contato com o infortúnio frustra qualquer abordagem da gripe segundo intentos próprios ao Realismo. Resta a justaposição de referências das quais Nava se vale. A *situação* na qual se inscreve lhe é particular e alheia a quaisquer nivelamentos generalizantes. Para abordar suas construções, é preciso recorrer, mais uma vez, à perspectiva de Kramer sobre LaCapra: através da narrativa historiográfica, questionar convenções enraizadas – que identifica como o ponto de vista unificado, a cronologia linear e o narrador onisciente (Cf. KRAMER, Lloyd. Op.cit. p. 161-2).

Dizia-se de famílias inteiras desamparadas – uns com febre outros com fome; da criança varada, sugando o *seio da mãe morta e podre*; dos jacás de galinha reservados para os privilegiados, para a gente da alta e do Governo, passando sob a guarda de praças embaladas aos olhos de uma população que aguava.³²

Em meio ao quadro de imagens evocadas, compondo um *mosaico* a pretender certa totalidade, a evocação da criança “sugando o seio da mãe morta e podre”.

Tratando das representações artísticas, entre os séculos XV e XVI, das frequentes epidemias que então assolavam a Europa, Jean Delumeau percebe a recorrência de determinados temas. “Certos detalhes”, conta o autor, “voltam como um *tópos*, por exemplo o da criança que se agarra ao seio frio do cadáver materno”.³³ Refere-se, em especial, a um desenho de Rafael, *São Roque orando pelos pestíferos*, de Domenichino, e à *Uma epidemia em Atenas*, de Poussin – ainda que subentendendo haver o mesmo motivo em outras obras.



Fig. 4, *Uma epidemia em Atenas*, por Nicolas Poussin (1630)

³² Idem. p. 202. (grifos meus)

³³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 191. (grifos meus)

Em relação a esta última tela,³⁴ o primeiro plano destaca o cadáver pálido de uma mulher – e, a supor pela reação daqueles que por ele passam, já em decomposição. Junto a seu seio direito, uma criança fita aquele que, abaixado e esquivando-se do mau cheiro, tenta salvá-la.

Entretanto, em relação à imagem da multidão angustiada, referenciada nominalmente pelo autor à obra de Edvard Munch, Pedro Nava situa tal representação (tratada por Jean Delumeau como um *tópos* recorrentemente visitado) de forma diferente. A ela não são atribuídas quaisquer filiações; apresenta-se como componente do Rio de Janeiro crivado pela doença. É, enfim, a abertura a outros tempos a invadirem a situação na qual Nava é situado – seus arredores não se limitam às esquinas e vivências da cidade. Em um intercâmbio de temporalidades, o *tópos* é subvertido e reinterpretado em uma outra apropriação. Roberta do Nascimento, enfocando a memória, centra-se no anacronismo como

um mecanismo dialético, pois supõe sempre uma tensão entre os diversos modelos de tempo. Ele indica que em cada presente várias dimensões temporais se relacionam, que em cada obra há uma fusão de diversos tempos genealógicos.³⁵

A autora, propondo-se a vislumbrar a relação temporal com a obra artística, compreende no processo de leitura a imbricação da pluralidade de presentes. Pois parece ser exatamente em tal intercâmbio de “agoras” que Pedro Nava constrói suas proximidades. E nelas localiza a si.

Porquanto um *tópos* utilizado por Nava, é ressignificado ao passo que compõe uma diferente arquitetura. Entre tantas imagens a se apoiarem mutuamente, o *mosaico* sobre a Influenza Espanhola toma uma forma própria, calcada na leitura e em seu caráter dialético.

Caso a *situação* seja imprescindível para o entendimento da identidade, ela não pode ser tomada como independente ao sujeito; enquanto construção, bifurca-se em referências e apreensões.³⁶ Predicativos, ancorando a experiência, surgem mesmo que não relacionados diretamente a nomes ou filiando-se a determinadas

³⁴ Cf. Fig. 4.

³⁵ NASCIMENTO, Roberta Andrade do. “Charles Baudelaire e a arte da memória” In: *Alea*. vol. 7, número 1, jan-jun 2005. p. 51.

³⁶ Mesmo o sujeito analisado parece estar submetido às limitações próprias ao fazer historiográfico tal como aqui abordado: a impossibilidade de uma situação unívoca (e, digamos, realista). Constrói um quadro a partir de retalhos de referências – e nele habita.

obras; de uma rapsódia arquitetada pela leitura, variando temas e referências, notas gerais daquilo que se passa na cidade orientam o olhar e a ação. Pedro Nava, quer seja apontando para as obras de Munch e Gericault ou mesmo ao valer-se da imagem anônima da criança sugando o seio do cadáver materno, dispõe de substratos que, segundo a organização que lhe é própria, reinventam-se. Neste *mosaico*, as partes seriam recoloridas segundo os tons próprios da leitura como um todo em detrimento dos sentidos intrínsecos de suas partes.³⁷

O local (*situs*) do qual Nava procura compreender a convulsão cidadina é edificado por seu próprio enunciado e pelo *mosaico* assim construído pela dialética, em muitos momentos anacrônica, de sentidos. Enquadrá-lo em uma situação *a priori* de forma a indicar comportamentos seria, portanto, deslegitimar a importância de suas construções – ignorando a valoração sobre os acontecimentos, significaria entendê-lo como meramente atrelado à estatística dos óbitos e ignorar a constelação diacrônica de suas referências, responsável por dar sentidos àquela experiência.

A incerteza diante do infortúnio seria, antes de tudo, proveniente da leitura; em outras palavras, da rapsódia na qual o sujeito enquadra a si mesmo. Diria respeito, portanto, aos meandros linguísticos a erguerem sentidos.

Enveredando para uma forma verbal, não priorizar a *situação* enquanto naturalizada, mas sim o *situar-se* – a criação de seu *situs*, seu local.³⁸

³⁷ Seria uma atitude frente àquilo que Ricoeur denomina, em relação à operação de Ginzburg, como “linguagem histórica disponível”, com suas “propriedades latentes e dispersas” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 224). Organizando-a de forma a possibilitar estratégias de leitura, edificaria uma arquitetura de linguagem – e é exatamente neste edifício linguístico que Pedro Nava encontra a si. Nesse sentido, e ainda próximo ao indicado por Ricoeur, vislumbrar-se-ia algo para além do mero reconhecimento quantitativo. Das milhares de mortes pela doença (estimadas por Adriana Goulart em um total de 15 mil óbitos, ou, aproximadamente, 66% da população carioca), restaria ao entendimento sobre o alastrar da gripe seus predicativos linguísticos, *topói* agregados ao infortúnio configurando-o como tal (sobre o volume de óbitos no período, Cf. GOULART, Adriana da Costa. “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, jan-abr 2005. p. 105).

³⁸ Em tal apelo à forma verbal há certa consoância às preocupações apontadas por Norbert Elias ao entendimento do tempo. Segundo o autor, “Qualquer reflexão sobre o problema do tempo é travada pela forma substantiva de que se reveste este conceito. [...] Essa convenção linguística faz lembrar a tendência dos antigos a personificar abstrações, tendência esta que não desapareceu por completo na atualidade”. Diante destas preocupações, defende “que o gesto de ‘consultar o relógio’ tem por objetivo estabelecer uma correspondência (‘sincronizar’) entre as posições inerentes a duas ou mais sequências de acontecimentos. O caráter instrumental do tempo (ou da ação de ‘temporar’)

Seria análogo ao desafio proposto por Roger Chartier à primazia do social ao indicar “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças à quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.³⁹ Tal forma ativa de postura acerca do meio, ainda segundo o autor, implicaria não apenas a estrutura semântica própria da *situação*, mas também da postura frente a ela adotada, ao passo que objetiva “a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua”.⁴⁰

“Verdadeiros ou falsos os boatos era como se fossem realidade pelo impacto emocional que causavam”,⁴¹ emenda Pedro Nava sobre a rede de informações a partir da qual situa a si; rede esta, como posto pelo autor, composta principalmente pelos jornais lidos à noite ao redor da mesa. Entre as imagens colocadas lado a lado por seu texto e a situação que desenhavam, figuravam tons de medo. Recebia notícias de que os corpos acumulavam pelas ruas da cidade. “As funerárias não davam vazão – havia falta de caixões.” As imagens, retransformadas e realocadas, ajudam a compor certo Rio de Janeiro onde Nava termina por localizar a si, a seu discurso e práticas.

Até de madeira para fabricá-los, ao ponto dum carpinteiro do subúrbio atender encomendas fazendo envelopes com tábuas do teto e do assoalho de sua casa. Alças de corda. Ganhou fortuna.⁴²

Tece um *mosaico* de imagens muito claras: amontoados de cadáveres de esquina em esquina, “*diziam* que às vezes vivos, juntos com os mortos”⁴³ – a terceira pessoa do plural denuncia o acesso a um mercado simbólico de imagens sobre a epidemia; o cheiro pútrido e denso esgarçado pelas vias da capital; “troca de

se imporia com evidência, nesse caso. Em vez disso, porém, o vocabulário de que dispomos oferece ao sujeito falante, e portanto, também ao sujeito pensante, unicamente expressões tais como ‘determinar o tempo’ ou ‘medir o tempo’. Esses hábitos linguísticos contribuem para distorcer a reflexão”. Assim, termina por abordar o tempo como medição de si mesmo e, por fim, sendo tomado verbalmente (ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. p. 37). Algo análogo parece ser aplicável à “situação”: porquanto fundada linguisticamente pelo indivíduo, o termo “situar-se” parece mais apropriado exatamente por evidenciar o caráter ativo da leitura e concatenação empreendidas pelo sujeito.

³⁹ CHARTIER, Roger. Op.cit. p. 17.

⁴⁰ Idem. p. 18.

⁴¹ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 201-2.

⁴² Idem. p. 204.

⁴³ Idem. Ibidem (grifos meus).

cadáveres podres por mais frescos, cada qual querendo se ver livre do ente querido que começava a inchar, a empestar”.⁴⁴

Conta que Jamanta, referido como um “célebre folião” da cidade, decidira agir frente àquela convulsão citadina – “ele conhecia admiravelmente o seu Rio de Janeiro e por um desses caprichos de boêmio aprendera, em passeatas noturnas, a dirigir bondes”.⁴⁵ À frente de um bagageiro com dois taioas, cedido pelo Chefe de Polícia, “vasculhou com eles a cidade de norte a sul – Fábrica de Chitas, Tijuca, Andaraí, Aldeia Campista, Vila Isabel, Méier, Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura, Penha Circular, Benfica”, lugares aos quais Pedro Nava, interno na casa de seus tios, não fora. Por tantas paragens, Jamanta “apregoando que todos pusessem para fora seus mortos (Bring out your deads!)”.⁴⁶ A epígrafe utilizada por Nava em tal capítulo de suas memórias, extraída da obra de John Harvey Powell acerca da epidemia de febre amarela na Filadélfia de fins do século XVIII, une-se não apenas aos seus escritos, como também ao seu “situar-se” naquele Rio de Janeiro: “Bring out your dead! is the cry tradition assigns to the carters in the great plague of London”,⁴⁷ conforme citado no início do capítulo. Jamanta, uma vez levado à linguagem por Pedro Nava, torna-se personagem de uma história mais ampla que os espaços que percorrera – e mais antiga do que aquele 1918.

Já noite, passava a sinistra composição como o Trem Fantasma ou o navio de Drácula – entupida da carga para São João Batista. Fez isso uns dois ou três dias que marcaram para sempre sua lembrança.

Não esgotando em si, referências são evocadas de forma a reposicionarem sentidos em tal *mosaico*.

Diante destas formulações, o observado nas estatísticas ganha uma densidade cotidiana; apenas acerca destes entendimentos são traçadas estratégias pessoais. A composição, aferindo significados muitas vezes extemporâneos, desenhava tons de medo.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ “Tragam seus mortos! é o lamento tradicionalmente atribuído aos carreiros na grande peste de Londres”.

Jean Delumeau defende que “quem quer que seja presa do medo corre o risco de desagregar-se”.⁴⁸ Ao desestabilizar o conforto, fende-se, segundo o autor, a própria personalidade. Para tanto, recorre “a Renée, a esquizofrênica estudada pela sra. Sècheyhayé”: ao temer aquilo que julga ser mensagens soturnas trazidas por um forte vento, aumenta-se “a distância entre Renée e o mundo exterior, cujos elementos perdem progressivamente sua realidade”.⁴⁹

O intuito do autor, contudo, é notar a possibilidade coletiva do medo. Neste sentido, defende que “o medo pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece”.⁵⁰

O sentido de “apreensão”, aqui, deve ser melhor esmiuçado. Valorar a realidade seria, antes de tudo, agregar valores, *topói*, de forma a supô-la. Apenas ao passo que constrói tal situação, concatenando e aferindo, o sujeito passaria a com ela lidar; para além do desagregamento da personalidade defendido por Delumeau, haveria estratégias pessoais frente àquela construção particular de realidade. Em relação ao caso de Renée, conforme arrolado pelo autor como perante sentidos que “perdem progressivamente sua realidade”, é possível encará-lo como diante de uma cadeia semântica distinta àquela esperada; substituir-se-ia um arranjo por outro – arranjo este a ser lidado com distintos ardis.

Michel de Certeau, abordando as relações entre a possessão e o discurso demonológico, atenta ao esforço por classificar a fala que “traí a topografia linguística que permite organizar uma ordem social”.⁵¹ Nesse ponto, Certeau destaca semelhanças entre os discursos médico e exorcista à medida que “se entendem fundamentalmente para eliminar uma extraterritorialidade da linguagem”.⁵²

A chamada “topografia”, aqui, seria a “realidade” à qual se refere Jean Delumeau – de toda forma, despindo o termo de seu caráter unívoco. Seria referenciada porquanto referência de normalidade (e, portanto, de anormalidade). Entretanto, sua função de organizadora da ordem social poderia ser trazida ao nível individual enquanto motivadora de estratégias pessoais: arquitetada por diferentes

⁴⁸ DELUMEAU, Jean. Op.cit. p. 25.

⁴⁹ Idem. Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. “A linguagem alterada. A palavra da possuída” In: *A escrita da História*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 246.

⁵² Idem. Ibidem.

topói, representaria o *mosaico* a compor a situação. Assim sendo, o esforço por suprimir a extraterritorialidade representaria o embate entre diferentes topografias; como utilizado por Roger Chartier acerca das ditas “lutas de representações”, seriam “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”.⁵³

Para Certeau, a problemática seria ao nível da significação: “relação que uma travessia alteradora mantém com uma ordem semântica, ou a relação de uma enunciação com um sistema de enunciados”.⁵⁴ A principal questão proposta pelo autor trata das fontes – quer seja, como pretender o dito da possessão a partir de uma fala que não é a sua? Nas páginas disponíveis escritas por aquele que não é a possuída, o dizer é submetido a outras formas;

uma muralha de interrogatórios determinou de antemão as respostas e fragmentou os dizeres da possuída segundo classificações que não são as suas, mas a do saber do investigador. Os documentos constituem, assim, um ponto de não-retorno.⁵⁵

A partir de outras fontes, contudo, seria possível propor o caminho inverso? Notar, enfim, como a fala tomada como desviante serve-se semanticamente de referências ao compor, por sua leitura, situações – e, por conseguinte, comportamentos. Encarar, portanto, a apropriação semântica como fundamental para este processo.

Em uma pluralidade de possíveis situações, compreender o distinto não como um vocabulário fragmentado, mas sim enquanto um diferente interpolar semântico.

1.1.2 Situação enquanto leitura

Ao passo que o mês de outubro se adensava, o alastramento da doença na cidade do Rio de Janeiro era cada vez mais claro. No dia 26 é noticiada a cifra de 668 cadáveres enterrados em apenas vinte e quatro horas, “sendo: enterros de classe, 238; indigentes, 430”.⁵⁶ Segundo o jornal, às duas horas da tarde daquele mesmo dia constavam no necrotério da polícia apenas 35 corpos. Entretanto, ainda outros 60 se

⁵³ CHARTIER, Roger. Op.cit. p. 17.

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 248.

⁵⁵ Idem. p. 251.

⁵⁶ *O Paiz*, 26 de outubro de 1918.

encontravam em casa, segundo chamados, ainda por serem recolhidos pelas autoridades – aguardavam ser remetidos para os cemitérios, “dispondo a polícia para esse serviço de 15 caminhões e quatro carroças”.⁵⁷

Entre as duas semanas que separam, no jornal, as extensas matérias sobre a doença e as curtas notas que, em princípios do mês, noticiavam brevemente as exéquias da Candelária, a influenza fora aproximada, experimentada e construída a partir dos mais diferentes fragmentos. O *Libera me*, então regido por João Raimundo, representando um pesar pelo destino das almas daqueles falecidos nas águas atlânticas, logo cederia a outro canto da liturgia católica: a *Litaniae Sanctorum*, ou *Ladainha de Todos os Santos*. A ser entoada no *Dia de Todos os Santos*, às vésperas do *Dia de Finados* nos primeiros dias de novembro, apela, em contraste à outra, ao clamor coletivo; cadenciada pelo rogo de “libera nos, Domine”,⁵⁸ a primeira pessoa do plural organiza sua motivação – “nós”. Ao longo do mês entre tais celebrações, um movimento semelhante fora traçado pela epidemia – da estranheza à proximidade da doença.

Entretanto, em nota enviada pelo gabinete do ministério da justiça, no mesmo dia 26 de outubro é veiculado que “ainda mesmo que a epidemia da gripe haja desaparecido desta cidade antes de 2 de novembro, não será permitida no dia de finados a visita aos cemitérios”;⁵⁹ a medida é reiterada às vésperas das celebrações, em 30 de outubro, em função da “quadra calamitosa que atravessamos”.⁶⁰ Entretanto, ainda que vedado o ritual, a *Litaniae Sanctorum* permanece como importante *topói* a arquitetar situações.

No dia 23, o jornal apelara ao diretor da Saúde Pública, Carlos Seidl, para que “as medidas da higiene oficial sejam tão acertadas que consigamos nos livrar do terceiro dos grandes males da humanidade – a *peste, fame et bello, libera nos, Domine*”, clama valendo-se da *Litaniae Sanctorum*;⁶¹ mas a ela propõe uma

⁵⁷ Idem. Ibidem.

⁵⁸ Do latim “livrai-nos, Senhor”.

⁵⁹ *O Paiz*. 26 de outubro de 1918.

⁶⁰ *O Paiz*. 30 de outubro de 1918.

⁶¹ “a peste, fame et bello, libera nos, Domine”, constante no canto original, figuraria ao português como “da peste, da fome e da guerra, livrai-nos, Senhor”.

complementação: “já temos a fome e a guerra, que Deus nos livre ao menos da peste”.⁶²

Como no empenho de Nava por reconfigurar os tons do quadro de Munch ou a cor da Morte expressa por Poe, o jornal submete o canto a outras nuances imiscuindo-o tanto à doença quanto a seu caráter político. Os versos católicos estão lá, em meio às linhas do jornal, mas alterados. Suas tonalidades tornam-se mais próximas à calamidade do Rio de Janeiro; seu tempo próprio é substituído por outro, mutilando quaisquer sentidos originais.

Há dias já era explorada a imagem proposta pela liturgia católica – bem como a imputação da responsabilidade pelo grassar epidêmico às autoridades sanitárias, em especial a Carlos Seidl. Ao tentar o esboço de uma situação calamitosa de forma a culpabilizar Seidl, a tríade peste/fome/guerra é reiteradamente referenciada. A seção *Palestra Feminina*, assinada pelo pseudônimo Chrysanthème, clarifica tais usos em suas linhas do dia 21. Reconhece que mesmo antes dos primeiros casos, semanas atrás, já era reconhecido o risco iminente de a doença adentrar os portos cariocas

maltratando um povo já enfraquecido pela *diminuição de alimentos* e transformando a nossa linda cidade num imenso hospital, com todas as dificuldades de ser mantido, como nas piores *idades em guerra*. E que tem feito o governo?⁶³

E emenda: “leio nos jornais que amanhã ele fará isso, que amanhã ele fará aquilo, mas amanhã, amanhã, sempre amanhã!”. A tríade dos versos católicos, recorrente em seu texto, auxilia na arquitetura de uma situação na qual Seidl é responsabilizado: “é muita coisa para um país só: *guerra, fome e peste!* E, se a primeira calamidade não pode ser evitada, estou crente que um pouco de boa vontade teria impedido as outras”.⁶⁴

O recorrer a determinado vocabulário, localizando e reinventando a experiência, termina por tecer o mosaico da situação.⁶⁵

Naquela mesma edição, *O Paiz* publica uma carta enviada por Teophilo Nolasco de Almeida. Iniciada com a defesa de que “a atmosfera é a nossa vida, mas

⁶² *O Paiz*, 23 de outubro de 1918.

⁶³ Idem. 21 de outubro de 1918 (grifos meus).

⁶⁴ Idem. Ibidem.

⁶⁵ Enfim, como em uma composição cubista, os versos católicos são tomados como ângulos possíveis do infortúnio carioca. Neste movimento de abandono da univocidade de um Realismo, a violência própria ao esforço por compreender.

também o veículo de todos os males”,⁶⁶ propõe-se a abordar o mal pelo qual passava a cidade a partir da disseminação de gases atmosféricos. Lembra que,

nos países em guerra, é assombrosa a quantidade de gases de toda espécie que diariamente são derramados na atmosfera, muito mais traiçoeiros mesmo que os submarinos inimigos.

O ar estaria contaminado por “tudo que era impróprio à vida, como o cloro, o bromo, o iodo, o flúor, o enxofre etc.” que, uma vez extraídos do solo e lançados aos ventos, disseminar-se-iam “espalhando males. São, enfim, corpos e compostos perigosos, que as nuvens e a atmosfera nos trazem”. A guerra seria, portanto, um dos principais responsáveis pela pandemia. Para ele, o desequilíbrio provocado pela ação humana na atmosfera terminaria por desorganizar todo o planeta: “no front tudo é pneumonia; em Dakar, espanhola; no Brasil, gripe, e na Argentina, talvez, constipação, porque o ar e o espaço tudo dilui e diminui”. Compara a necessidade de uso de máscaras nos fronts europeus, protegendo os combatentes dos gases bélicos, ao contágio da influenza pelo ar. Desta forma, estreita laços entre ambos eventos – tornam-se, por fim, componentes da mesma *situação*.

Esta arquitetura sobre a epidemia, entretanto, já figurava entre as notícias do periódico mesmo antes da intensificação da doença na cidade. Nolasco de Almeida, dizendo trabalhar em laboratório químico, tivera uma carta publicada em 11 de outubro, apenas um dia após as exéquias na Candelária. Diz que, em seu dia-a-dia de lida com gases, não raro é

surpreendido por enfermidades passageiras, mas de sintomas esquisitos, com caráter de influenza ou de fortes constipações, cujas, fazendo lacrimejar fortemente e irritando a garganta, produzem sufocações e mesmo febre.⁶⁷

Em meio a tais experiências, compara, “achava-se numa atmosfera de gases, e porque não dizer, gases asfixiantes, como se procede no *front* europeu, mas ao ar livre?”, relacionando a guerra à peste. Lista alguns dos novos armamentos, tão utilizados no conflito, a se valerem de gases – como ácido bromídrico, fluorídrico, hidrogênio arseniado. Seriam, para ele, tais “gases, pesados, como o sulfureto de carbono e outros, que arrastados pela atmosfera, ultimamente, são levados a toda

⁶⁶ Idem. Ibidem.

⁶⁷ Idem. 11 de outubro de 1918.

parte, produzindo envenenamentos a que chamamos influenza espanhola”. Ou seja, atribui à calamidade tons próprios à sua vivência particular em laboratórios.

Ainda que cadenciado por esforços de conclusões distintas, tais *topoi* reincidentem – apesar de interpretados de formas diferentes. Em uma coluna do dia 28, *O Paiz* trata as origens da doença de um modo distinto; não se trataria de reflexos atmosféricos dos novos armamentos químicos de combate, mas antes de “uma explosão excepcionalmente virulenta e difusível, é certo, da antiquíssima influenza, e nada mais”.⁶⁸ No texto, o autor remete àquilo que denomina “remotas épocas” de surtos epidêmicos e constata – “era a influenza, a mesmíssima influenza de hoje, numa das suas explosões sinistras”. Em tais tempos tão recuados, a escassez de recursos médicos, a população diminuta e as restrições e dificuldades de comunicação, complementa, “circunscrevia muito mais facilmente os surtos epidêmicos”. Critica a versão proposta na semana anterior por Teophilo Nolasco; entretanto, serve-se de sentidos próximos – diz tratar “sobre a terrível *peste de guerra*, que está assolando o mundo e à qual a nossa população está pagando tão pesado tributo”.

Recorre mesmo à ligação entre a doença e a Grande Guerra como a um substrato de modo a arquitetar a *situação*.

Em suas lembranças, Pedro Nava explicita que, para além da interpolação entre a gripe e o conflito, tais atribuições de sentido, por vezes, inspirariam motivações políticas de entendimento sobre a doença: “diziam que sua mãe era a trincheira e seu pai, aquele filho da puta do kaiser”,⁶⁹ escreve. Ao se tratar de fins da guerra naquele mês de outubro, a correlação entre o confronto e a enfermidade terminaria por auxiliar na arquitetura da *situação* na qual enquadrar o inimigo.

O Paiz, apesar da incerteza não apenas sobre o caráter da gripe, mas também acerca de suas origens, defende que “é sabido que a influenza epidêmica irrompeu no começo deste ano, pela primeira vez, na Alemanha”.⁷⁰ Daí então seguira para a Suíça, país “em estreitas comunicações com o império do kaiser” – só então teria

⁶⁸ Idem. 28 de outubro de 1918.

⁶⁹ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 200.

⁷⁰ *O Paiz*, 28 de outubro de 1918.

chegado à neutra Espanha dentro de um submarino germânico. E, citando uma correspondência recebida pelo jornal, destaca que

não só agora se deve aos alemães a disseminação da influenza epidêmica ou, melhor, da peste... alemã.

Corra a *História Universal*, de César Cantir, ampliada por Antonio Ennes. À página 548, do volume 15, tratando da invasão da peste na Itália, em 1630, verá que ela foi introduzida nesse país pelos alemães.

O país, culpado e sentenciado pela situação aferida a partir de determinados substratos, é motivo do mal da guerra como também da peste a ela relacionada. Discursivamente construindo um espaço no qual situar as centenas de mortes diárias da cidade do Rio de Janeiro, a coluna aborda ironicamente “mais este serviço humanitariamente prestado ao mundo pela Alemanha”.

Exatamente por citar trabalhos sobre a epidemia do século XVII, o jornal se filia aos modos de construção utilizados por Pedro Nava. Transborda a doença para fora de si mesmo. Atrelando-a a outros tempos, o infortúnio do Rio de Janeiro em 1918 não é mais documentalmentemente apreensível *per si*. Nesta construção cubista, o emaranhado de faces (e temporalidades) justapostas.

De toda forma, as atenções voltadas ao inimigo europeu dividia espaço com outro, mais próximo. Em 18 de outubro, Carlos Seidl, diretor geral da Saúde Pública, entrega uma carta ao ministério da justiça pedindo seu afastamento do cargo diante da constatação que “o Exmo. Sr. presidente da República comunga na opinião dos que me julgam culpado da invasão da influenza ou gripe epidêmica em nosso país”.⁷¹ Há dias vinha sendo culpado, em especial pela imprensa carioca, de tratar com descaso a ameaça e, por esse motivo, a doença havia grassado com tamanha intensidade através dos portos brasileiros. Expõe, ainda, que no dia 17, em conversa com o ministro da justiça sobre a

grita da imprensa, levada ao ponto de lançar a público a inverdade de que a Academia Nacional de Medicina repudiara conclusões minhas relativas ao caso, tranquilizara-me, aconselhando-me a seguir o ‘non raggionam di lor, ma guarda e passa’.

Citando o conselho dado por Dante a Virgílio no Canto III de *A Divina Comédia*⁷² quando às portas do inferno, Seidl indicaria o dito pelo ministro como

⁷¹ Segundo transcrição da correspondência publicada em *O Paiz*, 19 de outubro de 1918.

⁷² Cf. ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Lisboa: Sá da Costa, 1955.

“deles não cuideis mais, mas olha e passa”, o “non raggionam di lor, ma guarda e passa”. A citação literária, submetida a uma outra contextualização, adensa a dramaticidade. Para tanto, contudo, seu volume próprio é submetido por outro, aferido pela pena de Seidl em 1918.

O então diretor, diante disso, solicitara “que ordenasse à censura o impedimento do noticiário abacadabrante e sensacional referente à epidemia, deixando a liberdade do ataque à minha pessoa”,⁷³ pedido este que seria muito mal quisto pela imprensa – reforçando, portanto, a oposição à sua presença no cargo. Assim, desliga-se da posição à qual “dei todo o esforço de que era capaz e que deixo sem saudades”, conforme finaliza a correspondência.

Segundo Adriana Goulart, “a exoneração de Carlos Seidl foi uma tentativa de se dar uma resposta pública diante das críticas à impossibilidade de conter a expansão da moléstia e socorrer a população”.⁷⁴ Para a historiadora, o sacrifício político do diretor geral serviria enquanto modo de poupar outros envolvidos – como o próprio presidente Wenceslau Brás – de desgastes junto à opinião pública diante do “colapso social que se instaurou”.⁷⁵

À época, contudo, as opiniões dividiam-se. Diferentes situações – e erguidas a partir de distintas bases, supunham a pluralidade de entendimentos.

Ao lado da coluna do *O Paiz* assinada por Chrysanthème desferindo severas críticas a Seidl no dia 21, outras linhas propõem compreensões divergentes. Em algumas delas, o apelo à fábula *Les animaux malades de la peste*, escrita por La Fontaine. Após a citação original em francês dos seis primeiros versos na abertura da coluna, o jornalista d’*O Paiz* arrisca uma tradução incorporada ao texto:

a peste é o castigo com que a Justiça de Deus costuma punir os crimes da terra. *Peste* é o seu nome, diz La Fontaine, e é preciso chamar este flagelo pelo seu nome próprio e este é *peste*.⁷⁶

A história conta sobre uma terrível doença disseminada entre os animais. O leão, diante da assembleia convocada às pressas, defendera a necessidade de que cada animal confessasse publicamente seus pecados – “pois o responsável, o que

⁷³ *O Paiz*, 19 de outubro de 1918.

⁷⁴ GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistotélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado: UFF, 2003. p. 95.

⁷⁵ Idem. *Ibidem*.

⁷⁶ *O Paiz*, 21 de outubro de 1918.

por suas faltas provocou as cóleras divinas, devia perecer em holocausto à Eterna Vindicta”.⁷⁷ O próprio leão, tendo confessado sucumbir a seu “ganancioso apetite”, devorando vários cordeiros e mesmo alguns pastores, fora perdoado – “comer carneiros, uns canalhas, espécie inferior e cretina, pode-se considerar pecado? Ao contrário, trincando-os nos dentes, fizestes-lhes uma grande honra”, retrucara a raposa; seguiram as admissões do urso, do tigre “e das demais potências da floresta” – cada qual perdoado, uma vez que “ninguém ousou tampouco aprofundar” seus pecados. O burro, então, professara certa feita ter comido, tamanha sua fome, um decímetro quadrado da grama tenra e apetitosa de um mosteiro. “Morte ao burro!”, clamavam os outros animais. “E àquele pecadilho se atribuiu o divino castigo. Comer capim dos outros... que enorme e abominável pecado! Só a força, só a morte podia redimí-lo. E foi o que aconteceu ao burro”.

Uma vez refigurada a fábula, retomada e reinterpretada nas páginas do jornal, uma outra proposta de *mosaico* é atribuída à situação:

longe de nós designar responsabilidades, comparando o Sr. Venceslau Brás ao leão que comia carneiros e devorava pastores; chamando de urso o Sr. Maximiliano e dando aos nossos poderosos os nomes das potências florestais, julgadas inocentes pelos engrossadores.

Apesar da advertência, o texto parece propor alguns lugares aos envolvidos com o escândalo da responsabilização de Carlos Seidl ao passo que complementa:

mas, francamente, o Dr. Carlos Seidl faz lembrar o burro desta fábula, a quem os leões, os lobos, os ursos, as raposas e os outros animais atribuíram o reinante castigo dos céus contra os nossos pecados.

Defende, ainda, que “o mais deplorável é que ele foi enforcado por um verso de Dante”. E finaliza o artigo com a frase utilizada pelo próprio Seidl em sua carta de demissão: “nom raggionam di lor, ma guarda e passa...”, compartilhando com o ex-diretor determinados *topói*.

Quer seja, ainda que de forma irônica, em relação à diretoria da Saúde Pública ou aos conflitos que então se desenrolavam fora do país, referências à punição divina como causadora daqueles males tornam-se recorrentes. Ao verso

⁷⁷ Idem. Ibidem.

referente à “peste, fame et bello”, extrapolando os limites da *Litaniae Sanctorum*, agregar-se-ia outro: “ab ira tua, libera nos, Domine”.⁷⁸

Qualquer homogeneidade, nas fontes, parece ser ameaçada. Há, sim, uma rapsódia textual enveredando diferentes visões e experiências. A gripe espanhola, como um evento uno e indivisível, é frustrada.

No editorial do mesmo dia 21, Carlos Malheiro Dias descreve um encontro ocasional com Simão Barata na Avenida Central. Avistara-o em meio àqueles “dias de simulacro de cidade assediada, imersa no pânico, com que nos surpreendeu uma epidemia de gripe, representada com a mais terrificante *mise-en-scène*”.⁷⁹ Simão Barata, “apertado num fúnebre fraque preto”, dissera-lhe que “descera à Avenida apenas para presenciar os aspectos medievais de uma cidade pecadora, *vítima das cóleras celestes*”. Sendo transposto a outras cadências, o *tópos* religioso serve, aqui, a certa função retórica.

Diariamente, entre as páginas do periódico, notificações acerca de procissões. Tornam-se recorrentes porquanto tentativas de controle sobre a incerteza daqueles tempos. Como no movimento entre o *Libera me* de inícios de outubro, clamando pela intercessão divina sobre o sofrimento do outro, e a *Litaniae Sanctorum*, pedindo por si, de princípios de novembro, indicariam o crescimento do medo. E, por conseguinte, da pluralidade de estratégias possíveis frente ao mal.

Apesar de, entre o representado pelas procissões e as referências religiosas presentes nos artigos do jornal, haver certa similaridade, divergem em sua leitura. Na coluna “O estado sanitário”, prega-se que o medo acerca da doença é proveniente não apenas das mortes, mas principalmente da desconfiança sobre a competência de Seidl. Defende que

a substituição do atual diretor de Saúde Pública por um profissional, cujo nome prestigioso tranquilizasse a população, poderia não determinar a melhora instantânea do estado sanitário; mas, certamente, faria cessar imediatamente o pânico reinante nesta cidade.⁸⁰

⁷⁸ Do latim “de Vossa ira, livrai-nos, Senhor”. Quer seja pelas citações de Dante, La Fontaine ou da *Litaniae Sanctorum*, o jornal aproxima-se metodologicamente a Pedro Nava. Como sobre Poe, Munch ou o naufrágio da *Medusa*, o Realismo é frustrado. A gripe espanhola é rompida em outros tempos trazidos por diferentes referências. O conhecimento sobre a epidemia, portanto, não é redutível (a partir do cotejamento das tantas fontes) a um evento único e inviolável; apoia-se, isto sim, em uma gama de compreensões possibilitadas pela constelação de referências que exploram.

⁷⁹ *O Paiz*, 21 de outubro de 1918.

⁸⁰ *O Paiz*, 17 de outubro de 1918.

Em tal arquitetura situacional, o autor apela para certa leitura do *tópos* religioso:

o Sr. presidente da República, que não dispõe, infelizmente, da ciência mágica com que os reis mitológicos exorcizavam os demônios das moléstias, pode, pelo menos, libertar o povo carioca de uma administração sanitária que o assusta, talvez mais do que a própria ‘espanhola’.⁸¹

Enquanto leitura irônica, privilegiando a lida política ao entendimento religioso, os tais “demônios das moléstias” cedem à importância da relação, junto ao povo carioca, com a tal “administração sanitária que o assusta”.

A ironia seria substituída, no decurso da prática daqueles cortejos religiosos, por uma leitura mais literal desta explicação. “Em quase todos os templos católicos desta capital”, informa uma das notas sobre tais eventos, “foram feitas ontem preces ao mártir S. Sebastião – glorioso padroeiro da cidade, advogado contra a *peste, a fome e a guerra*”.⁸² A tríade, nesta estrutura de situação, é relacionada diretamente ao ato divino – S. Sebastião, para além de protetor do Rio de Janeiro, é figurado como defensor contra tais males.

Nava se refere às tais “procissões imensas de São Sebastião, das Irmandades de Nossa Senhora das Dores e São Pedro da Gamboa – só serviam para juntar gente, para favorecer o contágio”,⁸³ emenda em suas linhas. O autor, esvaziando as referências utilizadas pelo discurso religioso de modo a legitimar as procissões, estranha tal arquitetura da situação, este *mosaico* no qual tantos se situam. Para ele, teriam sentido próximo à ironia utilizada pelo *O Paiz* do dia 17 ao referir-se à tal “ciência mágica com que os reis mitológicos exorcizavam os demônios das moléstias”.

De toda forma, esta associação feita pela piedade popular entre a epidemia e o culto de São Sebastião remonta a tempos outros, estudados por Jean Delumeau. Certas produções artísticas da chamada Idade Média, explora o autor, “evocavam flechas mortais vindas do céu, faziam-nas voar em direção de uma cidade inteira, atacando indiferentemente todo mundo”.⁸⁴ Uma vez vindas dos céus, e indicando a

⁸¹ Idem. Ibidem.

⁸² Idem. Ibidem (grifos meus)

⁸³ NAVA, Pedro. Op.cit. p. 203.

⁸⁴ DELUMEAU, Jean. Op.cit. p. 166.

ira divina, tais setas representavam a doença a afligir as cidades. Assim conclui que, “porque São Sebastião morrera crivado de flechas, as pessoas convenceram-se de que ele afastava de seus protegidos as da peste”⁸⁵ – costume este notável desde o século VII, “mas foi depois de 1348 que seu culto ganhou grande impulso”.⁸⁶

“Epidemia verdadeiramente democrática”, define Alexandre de Albuquerque a peste carioca,

que, com o título pitoresco de ‘a espanhola’, domina e derruba a cidade, como uma corrente elétrica, fulminando simultaneamente todas as ruas e todos os bairros, desde os mais luxuosos e arejados até os mais humildes e menos higiênicos.⁸⁷

As referências são intercaladas de formas plurais e, partindo de apriorismos semelhantes, termina-se por propor situações distintas.⁸⁸ A corrente elétrica, representando o grassar da doença daqueles primórdios do século XX, tal qual as flechas da ira divina medievais, fazendo perecerem, indistintamente, espaços e grupos cariocas.

De toda forma, tradicionalmente o mártir Sebastião é relacionado à tríade peste/fome/guerra, tratada enquanto *tópos* em outras passagens do periódico e a supor divergentes situações. Partindo de fragmentos próximos àqueles tomados com ironia pelo jornal, a devoção católica refigura as causas do sofrimento carioca e, com tal deslocamento, reinventa lugares possíveis e possibilidades estratégicas que, como as procissões específicas ao santo, lidariam com o mal de modo distinto à demissão de Carlos Seidl.

Assim, colocando-se umas diante das outras, as situações não se reconhecem mutuamente. Como na observação (e conseqüente não legitimação do discurso) de Pedro Nava ao indicar os numerosos cortejos apenas como forma de propagar o contágio, alteridades discursivas são construídas juntamente com a pluralidade de

⁸⁵ Idem. p. 168.

⁸⁶ Idem. Ibidem.

⁸⁷ *O Paiz*, 16 de outubro de 1918.

⁸⁸ Seguindo o reconhecimento próximo a tal proposta de reelaboração simbólica, Eduardo Salomão indica deslizamentos da compreensão acerca do mártir na Guerra do Contestado, finda dois anos antes da epidemia da influenza espanhola. “Nosso objetivo [...] é estudar um fenômeno que, *a priori*, resultou na reelaboração da crença em São Sebastião, atribuindo-lhe qualidades inerentes ao rei Encoberto D. Sebastião”, defende o autor. Cf. SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. “O exército encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916)”. In: *Revista História em Reflexão*. vol. 3 n. 5. Dourados: UFGD, jan/jun 2009. p. 19.

interpretações. Existiriam, contudo, substratos comuns que, porquanto referências e balizas, seriam bifurcados pelas leituras e *situações* a partir daí engenhadas.

Sobre a moléstia, mesmo a crônica de Alexandre de Albuquerque observa que “a sua gravidade não está tanto no seu malefício sobre os doentes, como na sua perturbadora ação social”.⁸⁹ A cidade, segundo o autor, não estaria acometida de apenas um mal, mas sim de dois: “a ‘espanhola’ e o ‘medo da espanhola’”. Para ele, o Rio de Janeiro estaria abatido, não apenas fisicamente pelos tão numerosos quedares, mas antes pelo pavor coletivo, o alarme que “se está tornando mais grave do que a própria epidemia. Alguns suicídios o demonstram”. Em tal movimento discursivo, Albuquerque termina por não legitimar certa arquitetura situacional – e, assim, também algumas estratégias – como os suicídios. Perante esta duplicidade do mal indicada, defende que “já seria meia cura uma ação da imprensa, combatendo o alarma que reina na cidade”.

Com o intuito de tornar a epidemia discursivamente mais benigna, extrapola as páginas do jornal em busca de seus *topói*. Correndo prateleiras, apresenta que,

quando eu quero apreender a alma lusitana, na sua máxima resistência, releio a “História Trágico-Marítima” e a “Retirada da Laguna”, que são como que uma espécie de “Lusíadas Trágicas”, os “Lusíadas” da adversidade, das catástrofes, duas maravilhosas obras em prosa, que fazem paralelo com o grande poema épico, em verso, os “Lusíadas”, de Luiz de Camões.

Assemelhando-se a uma resenha literária, apresenta seus substratos. Sob a guarda de Camões, os escritos de Taunay sobre os ataques da cavalaria paraguaia em Laguna e os naufrágios portugueses dos quinhentos, busca aquilo que chama “alma lusitana”. Ergue uma *topografia* singular. A partir dela propõe um contexto no qual situar a si e, ainda mais, a cidade apavorada do Rio de Janeiro. E assim, diante da bibliografia que cuidadosamente cita e na qual procura ser legitimado, conclui:

uma pequena dor derruba o mais forte lusitano, d’aquém e d’além mar;
uma aventura ou uma catástrofe, porém, galvaniza-o, torna-o superior,
pela grandeza moral, à própria incerteza e à própria angústia.

Uma vez tendo enquadrado a tal “alma lusitana” em panoramas muito bem definidos – e de margens delimitadas, pode contextualizar a epidemia carioca.

⁸⁹ *O Paiz*, 16 de outubro de 1918.

Diante desta bravura proposta frente à adversidade e daquele temor em relação às pequenas dores, defende que

não estamos, felizmente, em face de uma calamidade pública na verdadeira expressão da palavra. Porque, se estivéssemos, não haveria alvoroço, nem medo, nem nada que se traduzisse em inquietação e alarma; haveria, ao contrário, uma grande calma, uma admirável serenidade, uma grandeza de alma coletiva, correspondente à grandeza da calamidade.

Assim, nesta argumentação circular, Albuquerque reitera a discrepância entre a topografia arquitetada por aqueles que reconhece como alteridades e aquela que dispõe a si: “animar a população, incutir-lhe confiança, dar-lhe calma, é já um meio caminho andado para reduzir o mal aos seus justos limites”. Afinal, “se aos médicos compete curar uma das epidemias – a ‘espanhola’, aos jornalistas compete curar a outra – o ‘medo da espanhola’”.

A coluna “O estado sanitário”, defendendo a saída imediata de Carlos Seidl, exploraria, no dia seguinte, uma psicologização parecida sobre os enfermos. Apesar de reconhecer a quantidade já então assustadora de mortes, defende que

é possível mesmo que certas formas mais dramaticamente impressionantes que o mal tenha apresentado, sejam resultado do *estado mental* dos doentes, empolgados pelo quadro tétrico da cidade apavorada.⁹⁰

Em relação ao anteriormente arquitetado por Alexandre Albuquerque, propõe uma importância ainda maior ao “medo da espanhola” do que à doença em si. De toda forma, ao referir-se ao “estado mental dos doentes” como uma das causas destas “formas mais dramaticamente impressionantes” da enfermidade, supõe-no como anterior à “cidade apavorada” – esta, por sua vez, apenas intensificando o temor. Eximindo os jornais da responsabilidade sobre o tal “medo da espanhola”, como indicara Alexandre Albuquerque, emenda: “ao Dr. Carlos Seidl devemos atribuir a responsabilidade pelo pânico”, uma vez tratar-se de “um fenômeno psicológico bem conhecido, e que se manifesta sempre que uma multidão humana sente a falta de uma vontade enérgica e inteligente a dirigir-lhe os destinos numa hora de crise”.

⁹⁰ O Paiz, 17 de outubro de 1918 (grifos meus).

* * *

Sobre os homicídios de 1927, os jornais submetem Febrônio a enquadramentos análogos. Tomando-o a partir de quadros previamente esboçados, destituem de seus atos quaisquer estratégias que lhe sejam próprias; e, esboçando-o por suas margens, vitima-o a situações outras.

Para a *Gazeta de Notícias*, a caracterização de Febrônio parece estar atrelada à construção de suas vítimas. Em 18 de agosto, ao noticiar a descoberta do corpo de Alamiro nas matas da Ilha do Ribeiro, adjectiva-o como “infeliz jovem”.⁹¹ Complementando sua afirmação, ressalta os 20 anos de idade da vítima. Sua fotografia, posta ao lado da de seu algoz, estampa as edições do jornal.



Fig. 5, fotografia de Febrônio quando de sua detenção
(*Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1927)

De toda forma, tão logo Beatriz Ferreira procura a polícia denunciando Febrônio pelo desaparecimento de seu filho, João Ferreira, as atenções do jornal são transformadas. Alamiro esvanece-se; reduzido a citações esparsas, seus pais, até então reiteradamente entrevistados e referidos, desaparecem da *Gazeta de Notícias*.

A João Ferreira, que desde 1º de setembro a folha apelidava de “Jonjoca”, eram reservadas adjectivações mais profundas àquelas reservadas a Alamiro; ele era a “infeliz criança”,⁹² “infeliz menino”,⁹³ a “pequena vítima da

⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 18 de agosto de 1927.

⁹² Idem. 3 e 8 de setembro de 1927.

⁹³ Idem. 3 de setembro de 1927.

sanha fatídica do monstruoso indivíduo”.⁹⁴

Assim como n’*O Paiz* sobre a gripe de 1918, parece não haver uma situação inequívoca sobre os assassinatos cometidos por Febrônio. Ao mudar seu foco de uma a outra vítima, a *Gazeta de Notícias* transforma também a *situação* referente aos crimes.

A foto de João Ferreira, na edição onde o desaparecimento é citado pela primeira vez, é diagramada entre a de Febrônio e de Alamiro. Aquele, registrado quando surpreendido e preso pela polícia, óculos escuros e largo sorriso.⁹⁵ O texto, acrescentando sentidos à imagem e norteando sua leitura, trata das declarações do pai de Jonjoca, José Maria. Na delegacia foram-lhe apresentados

retratos de diversos facínoras, destacou José Maria, dentre eles a *repelente fotografia* de Febrônio Índio do Brasil, que sempre com o mesmo ardil continuava a espalhar a desgraça em diversos lares.⁹⁶

O sorriso do suspeito, estampado na imagem a ocupar grande parte da diagramação da página, une-se, no texto, à tal “repelente fotografia” referida – assim era tomado exatamente por sua oposição aos tais “diversos lares”.

Pois é exatamente acerca destes lares e laços familiares das vítimas que se concentra o esforço do jornal por arquitetar *situações*. Como defendido por Philip Zimbardo ao tratar de uma perspectiva situacionista, a tal “visão da vítima” – seu enquadramento linguístico e caracterização – é um dos pontos fundamentais à orientação de estratégias.⁹⁷ É a partir destas construções que a *situação* é proposta de modo a nortear posturas – e assim, explorando as vítimas de Febrônio, o jornal acaba por supor modos de lida com o homicida.

Ao atribuir *topói* a Jonjoca, como seus papéis de filho e criança, apela-se a uma situação segundo a qual participam comportamentos em relação a ele esperados; e, assim, a discrepância a tal modelo representada pelo ato homicida de Febrônio é sublinhada em sua hediondez. A valoração da vítima, portanto, concorreria para a construção do homicida.

⁹⁴ Idem. 1 de setembro de 1927.

⁹⁵ Cf. fig. 5

⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1927 (grifos meus).

⁹⁷ Cf. ZIMBARDO, Philip G. “A Situacionist Perspective on the Psychology of Evil: Understanding How Good People Are Transformed Into Perpetrators” In: A. G. Miller (ed.). *The Social Psychology of Good and Evil*. Nova Iorque: Guilford Press, 2004. p. 31.

Tratando de José Maria quando da permissão concedida a seu filho para que seguisse com o estranho que lhe oferecera emprego, a *Gazeta de Notícias* caracteriza-o como um homem trabalhador e dedicado à oficina na qual trabalha. “Atarefado de serviço, o pobre homem não pode pesar as palavras de Febrônio, não sabendo mesmo o que lhe respondera”, conforme construído pela folha.⁹⁸

Nos dias seguintes, persiste o esforço por erguer algum contexto a João Ferreira, sua família e lar. E assim, uma vez definidos os contornos da normalidade, Febrônio tornar-se-ia o algoz. Ao dizer do “menor João Ferreira que, seduzido por Febrônio, deixara a casa de seus pais, não mais aparecendo”,⁹⁹ explora ao mesmo passo a normalidade e sua ruptura: a casa paterna e a sedução do homicida.

Neste intercâmbio de sentidos, a primeira suposta vítima de Febrônio, Alamiro, é posta em segundo plano. Mesmo o jornal parece admitir a predileção pelo “segundo crime que, segundo nos parece, *revestiu-se* de um modo mais bárbaro e repugnante do que o praticado na Ilha do Ribeiro”.¹⁰⁰ De toda forma, não havia qualquer prova de homicídio, posto que faltava à investigação encontrar algum possível cadáver. O modo de operação de Febrônio, segundo se supunha, parecia o mesmo tanto em relação a Jonjoca quanto a Alamiro: a proposta de emprego, o vaguear pela cidade com a vítima. Entre eles erguia-se somente a discrepância de idade e de *situações* tal como arquitetadas pelo jornal. Entre elas, os sentidos atribuídos a seu convívio familiar – ainda que sempre em oposição à frieza e crueldade de Febrônio. “Não se comove o bárbaro com as lágrimas que há seis longos dias vem deitando a infeliz progenitora do menor cujo paradeiro é ainda desconhecido”,¹⁰¹ anota a *Gazeta de Notícias*. Como a antecipar as imagens que posteriormente, no dia 8 de setembro, seriam relacionadas ao poema *A Leoa*, de Raimundo Correia, traça uma nítida oposição entre a mãe e o assassino – cada qual destacado pela oposição de seu contrário. “Ele olha para a pobre mulher com indiferença e alheio, completamente alheio, à grande tragédia que se lhe vai n’alma”.¹⁰²

⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1927.

⁹⁹ *Idem*. 2 de setembro de 1927.

¹⁰⁰ *Idem*. 3 de setembro de 1927 (grifos meus).

¹⁰¹ *Idem*. *Ibidem*.

¹⁰² *Idem*. *Ibidem*.

O “*revestiu-se de um modo mais bárbaro e repugnante*”, como posto pela *Gazeta de Notícias*, parece, por fim, apontar para as margens do contexto criado pelo próprio jornal para o segundo crime.

De toda forma, a edição daquele 3 de setembro seria a última em muito tempo a exibir a imagem de Febrônio com seu sorriso e óculos escuros – a mesma relacionada, há dois dias, como “repelente fotografia”. No dia seguinte, exibe-se apenas o rosto de Jonjoca determinando o tom da matéria: a ênfase na vítima, não em seu algoz. Trata dos trabalhos da polícia “em esclarecer todos os pontos do monstruoso crime”. O crime, enfim, indicado em sua forma singular e, portanto, excluindo a morte de Alamiro. Enveredando-se pela construção das margens dos crimes, o jornal supõe entendimentos sobre “Febrônio Índio do Brasil, que veio a escrever a mais emocionante página do cadastro policial da cidade nestes últimos tempos”.¹⁰³

Em 8 de setembro, a matéria dedicada aos crimes de Febrônio é alargada. “Foi encontrado, numa extremidade da Ilha do Ribeiro, o cadáver do menor João Ferreira”,¹⁰⁴ alardeava em seu título. No feriado da independência, festejado no dia anterior, o jovem Roberto Rodrigues saíra para uma pescaria nas margens da ilha. Ao entrar na mata, fora surpreendido. “Todo deformado e sendo devorado pelos



Fig. 6, Beatriz Ferreira e João Maria (*Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927)

¹⁰³ Idem. 4 de setembro de 1927.

¹⁰⁴ Idem. 8 de setembro de 1927.



Fig. 7, da legenda original: “D. Beatriz Ferreira, rodeada de seus filhinhos, em pose especial para a ‘Gazeta de Notícia’” (*Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927)

urubus lá estava um cadáver de criança, já sem tronco vendo-se apenas os membros inferiores e superiores. O resto do corpo os urubus tinham devorado”.

De modo ainda mais definitivo, a matéria abandona Febrônio e se foca na família de Jonjoca. Além da fotografia já tantas vezes veiculada da vítima, somam-se outras: Beatriz Ferreira e José Maria sentados; Beatriz rodeada por seus outros quatro filhos.¹⁰⁵ Refere-se ao fato de que o local da descoberta estava “a pouca distância de onde encontraram *Alarico (sic)* morto”, errando, pois, a grafia do nome da primeira vítima de Febrônio. Jonjoca teria sido trazido da Quinta do Caju, onde residia, cruzando com o acusado a cidade de norte a sul.

A reportagem dirigiu-se “à modesta casinha de D. Beatriz Ferreira”, a “pobre progenitora” de João Ferreira.

Creio, sr. redator, que não é o meu filhinho. Ele saiu daqui tão satisfeito, tão bonitinho, vestido na sua roupinha de trabalho, que eu mesma acho impossível ser aquele cadáver que urubus disputavam com tanta voracidade, conforme há pouco nos vieram dizer. Só mesmo vendo a sua carinha poderei acreditar – terminou a pobre mãe, sob uma torrente de lágrimas que pingavam no pequeno rosto de um outro filho de um ano

¹⁰⁵ Cf. fig. 6 e 7.

de idade, que trazia nos braços.
Não insistimos mais. Sentíamos, também, qualquer coisa que nos fazia
umedecer os olhos diante daquele quadro de tristeza.
E retiramo-nos.¹⁰⁶

Ao destacar a reação do jornalista – seus olhos umedecidos diante do desespero da mãe – distancia-o de Febrônio. Obedece, deste modo, à identidade arriscada por Raimundo Correia no poema *A leoa*: ao comover-se com o drama familiar, por oposição caracteriza a frieza do homicida.

O acusado, assim, é tratado à margem de si mesmo, delineado por uma série de textos alheios que informam um determinado contexto. Trata-se, portanto, de uma reflexão acerca da natureza própria destas fontes e de suas possibilidades na lida historiográfica. Febrônio, em seu volume próprio, parece estar ausente.

José Maria aguardava, na delegacia, poder reconhecer o corpo. “Na sua fisionomia estampava-se a angústia que intimamente o devorava. Mas, nos seus olhos, ainda brilhavam uns raios de esperança”. Entretanto, tal o estado de putrefação do corpo, era impossível notar suas feições. Assim sendo, fora-lhe mostrada uma calça encontrada junto ao cadáver.

-É de meu filho...
Naquela simples frase, o pobre pai, com as lágrimas a saltarem nas órbitas, demonstrava sua grande dor, toda a agonia sofrida nesses dez dias de incertezas e de esperanças.

Nas “Últimas Notícias” da folha o assunto é retomado – e, mais uma vez, domina a diagramação. As fortes tintas dedicadas à cena do crime e as declarações da família da vítima são repetidas pelo jornal. Detalha o depoimento do pai de Jonjoca: “o pobre homem, ainda sob a dolorosa impressão do rude golpe que sofreu, falou-nos comovidamente da cena tristíssima que assistira ontem na Ilha do Ribeiro”.¹⁰⁷ Segue, então, a contar a história da calça encontrada junto ao corpo de seu filho. Esmiúça que comprara a fazenda em uma loja “de propriedade de um árabe, na rua São Luiz Gonzaga. Esse estabelecimento liquidava, na ocasião, por preços módicos, muitos tecidos salvos de um incêndio recente”, segue sua narrativa. Por fim, sua esposa costurara a calça. Estes fragmentos, uma vez reunidos em torno

¹⁰⁶ Idem. Ibidem.

¹⁰⁷ Idem. Ibidem.

dos crimes, ambientam a vítima – tornam-na próxima e, por conseguinte, vertem Febrônio em algoz ainda mais cruel.

José Maria Ferreira lamentou o fato de não poder trazer o seu filho para casa, o que fazia, para atender ao estado nervoso em que sua mulher se encontra desde que experimenta os sucessos desse triste acontecimento.

A descrição do jornal tende como a sublinhar o cotidiano familiar interrompido. Mais uma vez, compreende-se Febrônio a partir de sua caracterização enquanto arruinador daquele lar; seus atos seriam medidos pela escala mais ampla da repercussão dos crimes.

Uma vez imerso em certo quadro situacional, do acusado é destacada sua monstruosidade – a discrepância entre seus atos e aqueles esperados pela *topografia* enredada pelo periódico.

Estratégia por conhecer próxima àquela engenhada durante a gripe espanhola – e, lá, à procura de explicações sobre o porquê de uma epidemia que epistemologicamente não se resolve.

Na edição seguinte, os pormenores do cortejo fúnebre de Jonjoca. E, em



Fig. 8, imagem de Beatriz Ferreira no enterro de seu filho divulgada pela Gazeta de Notícias (*Gazeta de Notícias*, 9 de setembro de 1927)

meio à notícia, o prevalecimento da figura materna: “por ocasião da saída do coche, a progenitora do infeliz menor, Dona Beatriz Ferreira, teve uma síncope, sendo amparada por populares e levada para um banco até recuperar os sentidos”.¹⁰⁸ Seu desespero é reiterado pela fotografia mostrando a saída do enterro.¹⁰⁹ Populares competem, espremendo-se à porta da igreja, alguma proximidade ao caixão. Outros tantos enviaram coroas de flores “para serem depositadas no túmulo da infeliz criança tão cedo roubada da vida e de maneira tão bárbara”.

De toda forma, já no dia seguinte ao enterro o jornal reservaria a João Ferreira o mesmo destino de Alamiro. “Febrônio, o estrangulador de crianças, não será também o responsável por outros desaparecimentos misteriosos de menores?”, questiona a folha em sua manchete. Nenhuma citação ao velório da tarde anterior: os dez anos de João e os vinte de Alamiro passam a servir como substratos da constatação “de que Febrônio, *o estrangulador de crianças*, dedicava-se à prática destes crimes que ele executava com nunca vista assiduidade”.¹¹⁰ Dos dois homicídios desenha-se uma situação mais ampla. Selecionando diferentes *topói*, o jornal tece uma rede a partir da qual compreender os atos do acusado. “Como é sabido, Febrônio Índio do Brasil há cinco anos se entrega à tarefa hedionda de seduzir crianças com promessas ora de emprego, ora de custosos presentes”, conclui a folha diante da *topografia* por ela mesma alinhavada.

Passando à suposição de outros crimes, Febrônio lentamente ganha espaço nas páginas – depois de oito dias, seu rosto reaparece na edição seguinte do jornal. Já construído como “estrangulador de crianças”, é vitimado a uma situação a partir da qual pode ser compreendido – ainda que por *topói* que lhe sejam estranhos.

Os atos de Febrônio são submetidos a jogos semelhantes de imagens ao agregar de versos de Camões ou referências a naufrágios do século XVI na esperança de compreender, na década anterior, a epidemia de 1918. Se ao longo da espanhola supõe-se enquadramentos mais amplos aos quais vitimar a experiência carioca, as motivações dos homicídios de 1927 são supostas partindo-se de fragmentos a elas externos. Suprindo de cores e sentido os infortúnios, empurram-nos para fora de si

¹⁰⁸ Idem. 9 de setembro de 1927.

¹⁰⁹ Cf. fig. 8.

¹¹⁰ Idem. Ibidem.

mesmos; no entanto, de forma a arriscar conclusões e estratégias, modos de valorar e agir. Há, entretanto, a criação de uma fronteira de alteridade definida pelo tal “medo da espanhola”. Não sendo considerado, pelo jornal, enquanto uma outra arquitetura possível da situação, tal discurso (e suas conseqüentes estratégias) é isolado, mitigando-se sua densidade.

Engenho semelhante é erguido diante de Febrônio: a insistência, apesar de contrariando os laudos periciais, na motivação sexual dos homicídios é apresentada pelos jornais como forma de calar a qualificação do próprio criminoso sobre si. Sobre João Ferreira, dado o avançado estágio de putrefação do cadáver, os exames da autópsia sequer abordaram a questão sexual. Os jornais, contudo, insistem nesta construção do fato.

* * *

Entre as colunas e editoriais reservados ao noticiário da doença de 1918, contruira-se um discurso calcado em referências, como a literatura ou mesmo alguns pontos religiosos. Tratara-se de números e de comportamentos fundamentalmente considerados como coletivos. Em uma tal pretensão à totalidade, escapavam-lhe nomes. Dividindo a mesma página na qual defendia-se o combate ao pavor desmesurado, uma relação de falecidos – Amélia Muller, identificada como branca, de cinco anos, residente em Deodoro; Narcisa Joana, preta, contando 25 anos, moradora da rua Coronel Damaso; a jovem Maria Solita, parda de apenas 11 anos, rua Pedreira de Figueiredo, número 42. A esses moradores dos subúrbios somam-se ainda mais dez falecidos e “três desconhecidos, caídos na via pública, que foram removidos para o necrotério policial”.¹¹¹ Ainda, a relação de outras 10 vítimas arroladas pela polícia do nono distrito, duas que se encontravam sob cuidados médicos no Hospital Müller dos Reis, ambos enquadrados como taifeiros, e ainda cinco outros corpos então há pouco remetidos ao necrotério. Das listas de falecimentos, desfilam listagens de qualidades padronizadas – ocupação, idade, residência. Os nomes, mesmo quando citados, não são reconhecidos; diluem-se em

¹¹¹ Idem. Ibidem.

meio à relação anônima. Este calar-se, entremeado por tantos outros *topói*, tecem situações inominadas a suporem escaninhos gerais tais como a tal “alma lusitana” arriscada por Alexandre Albuquerque.

A alteridade, assim, é a confirmação de si própria; a arquitetura discursiva empreendida pelo *O Paiz* sobre a gripe espanhola, privando tais estratégias de quaisquer sentidos ou lógicas, termina por fortalecer seu propósito mesmo de estranhamento. Calados, estes discursos são transformados em desvios – ou loucuras.

Apesar de seus nomes citados pelo jornal, estes sujeitos não se fazem presentes. Assim como Febrônio nas páginas da *Gazeta de Notícias*, na década seguinte, são compreendidos a partir de referências a eles alheias. Vitimados documentalmente a uma *situação* (posto que discursiva) que não necessariamente lhes diz respeito.

Entretanto, devido ao alargamento dos casos cidade afora, as notícias sobejam para além dos limites das páginas reservadas à epidemia e dos rótulos anônimos utilizados nas listas de cadáveres.

No dia 19 de outubro de 1918, em meio à cadência do avançar epidêmico, a seção de esportes é encurtada. Pululam apenas notas como a do cancelamento do torneio de tênis marcado para o dia seguinte, um domingo, “em vista de epidemia reinante”.¹¹² É cancelado também o concurso de palpites para a corrida de cavalos a ser realizada no Prado Fluminense “em virtude de se achar a maioria dos concorrentes enferma e, portanto, impossibilitada de enviar as respectivas listas”. A doença já não se esgota em si – invade, reinventa e subverte, por fim, cotidianos para além da listagem impessoal de falecimentos. Torna-se conhecida e próxima.

A seção “Vida social”, voltada ao noticiário de festas e eventos da elite carioca, naquele mesmo dia é rendida por um assunto estranho ao ordinário de seus artigos – a gripe proporcionara “um golpe em extremo doloroso: ceifou a vida de um dos mais antigos servidores de *O Paiz*”.¹¹³ A Antônio Encarnação dedicam-se parágrafos fartos em elogios e homenagens; afinal, “é a primeira vítima que o nosso

¹¹² *O Paiz*, 19 de outubro de 1918.

¹¹³ Idem. Ibidem.

afeto pranteia e preza aos céus que seja a única”, frisa a redação demonstrando certo “medo da espanhola” ao passo que esta se torna próxima.

Das largas margens quando da proposição de determinada “alma lusitana”, passara-se à estreiteza do foco no indivíduo, adensando-lhe a designação própria. E, sob tal escala estreitada, a tinta do jornal corria inúmeras linhas explorando muito mais do que meros rótulos padronizados e pré-definidos. Como expresso pelo próprio jornal, é ele (entre as centenas de notas de falecimento ordinárias já redigidas) o primeiro a ser pranteado pela redação.

A seção destacava, ainda, o falecimento de “nosso distinto colega do *Jornal do Commercio* Antenor Justo da Silva”. Outras tantas linhas ressaltam-lhe as qualidades.

Muito querido nas rodas de imprensa, como também geralmente estimado por quantos o conheciam, o finado era um dos nossos jovens jornalistas que se impunham, não só pelos dotes excepcionais do seu grande coração, como também pelo seu reconhecido valor profissional.

A apresentação continua indicando-lhe como “trabalhador infatigável, dedicado ao jornal em que trabalhava, como é raro encontrar-se hoje caso semelhante”. O ofício, aqui, verte-se em algo para além da mera listagem e identificação – confere-lhe, ao mesmo passo, dignidade e individualidade. É, enfim, “pranteado colega”.

Outras notas aprofundavam diferentes falecimentos e novos casos de enfermidade; todos, contudo, seguidos de pormenorizações e pesares. O jornal, localizado entre certas relações urbanas, modelava situações a partir de sua posição.

Por outro lado, a *situação* construída por Febrônio esgota-se em sua própria experiência. Faltando-lhe o transbordamento a outras seções e a generalização de suas práticas pela cidade, perdia-se na vertigem do sujeito. Estranha ao Rio de Janeiro, tornava-se solitária. E, assim, excluía-se.

Os jornais, procurando pistas a apontarem a compreensão das mortes de Alamiro e Jonjoca, passavam ao largo do discurso do homicida. Sua trajetória pessoal, posto que não compartilhada, era apontada como fruto de um “cinismo” tentando a todos confundir. “O Alamiro tinha 18 anos”,¹¹⁴ segue Febrônio em uma

¹¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

das transcrições dos depoimentos veiculadas pela *Gazeta de Notícias*, “vamos somar. Oito e um nove, noventa e nada. Nada é coisa que não existe e existindo pode deixar de existir”. O enredo alinhavado por Febrônio é interrompido pelo interrogador: “qual, Febrônio, você é um farsante”, interrompe o acusado derreando-o; “e Jonjoca?”, inquire-o.

-A mesma coisa. O senhor quando faz uma conta de somar e que chega nove, no ato de tirar a prova deste mesmo nome, não despreza tudo para iniciar nova contagem?

-Sim.

Então remeteu o bandido, com cinismo: – vamos desprezar o ‘Jonjoca’ e cuidar dos vivos. A idade dele era nove anos.

Estilhaçado, o discurso de Febrônio é incluído na *montagem* erguida pela *Gazeta de Notícias*. Uma vez citado, favorece a “farsa” e o “cinismo” defendidos pelo jornal.

Entretanto, o estranhamento parece decorrer exatamente da diferença entre a *situação* encabeçada pelo homicida sobre suas vítimas e aquela tão minuciosamente aferida pelo periódico. Entre elas, uma relação não amistosa: dialogam violentamente em suas disputas particulares por compreender. Não mais as lágrimas da mãe ou a emoção do pai de João Ferreira: todo o episódio ocorrido na Ilha do Ribeiro soaria, para o assassino, com outros timbres. Levaria ao extremo, por fim, as discrepâncias entre valorações do mal observadas durante a gripe espanhola de 1918: ao não ser respaldado, torna-se solitário e, portanto, legado a alguma espécie de degredo. Ou, como intentado pelo periódico, ao campo da dissimulação que é atribuída ao assassino.

Entre os homicídios de 1927 e a heterogeneidade de situações durante a epidemia da década anterior residiria a contradição entre estratégias frente a um mal pessoal e outro de natureza mais generalizada. Febrônio seria, pois, a experimentação de certa tragédia em uma escala estreitada.

Pois parece ser a seção “Vida Social”, tratando do grassar epidêmico de nove anos antes, que relativiza as construções decorrentes das divergentes escalas de análise. Diz que tais catástrofes são “apreciadas apenas no conjunto, sem que a

atenção pública possa deter-se sobre casos individuais, que, em condições de normalidade, provocariam geral e justificável comoção”.¹¹⁵

¹¹⁵ Idem. 22 de outubro de 1918.

1.2. Motivações e estratégias

Se Nava entra em contato com a epidemia pelos jornais, lidos em família durante a crise de espanhola, a esses *topói* agrega outros. Uma vez sendo essas relações baseadas em tratos anacrônicos, Febrônio aparenta tecer táticas semelhantes.

De toda forma, estas situações forjadas por Pedro Nava não são visíveis entre as fontes jornalísticas – abre ao estudo a pluralidade de referências e construções.¹ Com o intuito de notar as leituras particulares de Nava, outra sorte de documentação, como seus relatos pessoais, é cara à análise; o infortúnio, tal como experimentado pelo sujeito, fragmenta-se em outras subjetivações àquelas propostas pelos diários.

Movimento metodológico semelhante poderia ser empreendido sobre os crimes de 1927. É preciso, para tanto, desconstruir as adjetivações das quais a *Gazeta de Notícias* ou o *Correio da Manhã* valem-se ao abordarem Febrônio – renunciar, enfim, à acepção do acusado como simplesmente “insinuante e maneiroso”,² como tantas vezes posto pelos periódicos. Buscando por entre fontes de outra natureza, entrever os substratos aos quais a fala de Febrônio se apoia. Em outras palavras, abrir exatamente àquilo do qual os jornais se esquivam: sentidos próprios ao sujeito e seus *mosaicos* particulares – furtando-se, portanto, da motivação sexual reiteradamente afirmada pelos periódicos sobre os homicídios de 1927 a despeito das perícias legais.

¹ Diante desta assunção, caberia não privilegiar uma ou outra sorte documental. Significa replicar o já abordado anteriormente: *entre as fontes*, eximir-se de quaisquer hierarquizações. Estas classificações seriam apenas internas aos próprios relatos – ou seja, às escolhas feitas pelo entendimento de Nava, d’*O Paiz* ou dos outros periódicos ora abordados. São elas que ordenam (valendo-se de todas as violências próprias ao conhecimento) suas próprias referências. Assim sendo, outras séries de textos são agregadas: quadros oitocentistas (no caso, Edvard Munch), fábulas (como a de La Fontaine), versos de cantos católicos, poemas (Raimundo Correia ou Camões) e as tantas outras anteriormente tratadas. Cada qual delas, relevadas segundo a lógica de cada qual dos relatos investigados pelo historiador. A hierarquização, portanto, deveria ser tomada como mote *pelo* trabalho historiográfico, enquanto uma problematização de suma importância, e não *no* trabalho historiográfico. Tal como já abordado, este é o intuito primeiro ao tomar-se aqui a reflexão cubista nas escolhas narrativas.

² *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1927.

Caberia, assim, pensar Febrônio Índio do Brasil para além dos crimes sobre os quais é inquirido em 1927.³

Em 1920, quando cumpria pena na Colônia Correccional por ter furtado uma hospedaria na rua da Constituição, a *situação* traçada por Febrônio para si mesmo começaria a ser arquitetada de modo diferente. Entre as leituras bíblicas que fazia em sua cela, fora surpreendido: “Estas revelações me foram ditadas pelo arcanjo Gabriel”, segundo teria declarado à *Gazeta de Notícias* anos depois.⁴ Em algum dos cento e nove dias de recolhimento, passara ao título de *Príncipe do Fogo*; estaria destinado a uma missão religiosa.

Durante os anos seguintes, contudo, a presença documental de Febrônio figura apenas por meio de citações esparsas – alguns pequenos crimes, furtos e breves passagens pela polícia. E assim, reinventado, surge entre laudos, relatórios policiais, depoimentos e jornais. No eco de relatos do outro, seus mosaicos discursivos são reduzidos ora ao cinismo, ora à loucura. Ao longo dos primeiros seis anos da década de 20, ainda antes dos crimes dos quais logo seria acusado, é apenas uma fantasmagoria calada em meio a registros esparsos de seu nome. Como partilhando das mesmas problemáticas entrevistadas por Michel de Certeau nos registros inquisitoriais sobre as possessões, Febrônio figura como um alhures de certa fala que não a sua. Mas, durante este período, colocava à pena as tais inspirações; em 1926, publicava os primeiros exemplares de seu livro *As Revelações do Príncipe do Fogo*.

³ Diacronizando-o, pretende-se estreitar as margens da análise de modo a recusar a aceção de que “existiria um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas” – crítica essa levantada por Jacques Revel à pretensão de situações homotéticas e simplificadoras das estratégias pessoais. Caberia enveredar, enfim, por um contexto construído *a partir* de sua fala. O problema central ao historiador seria, portanto, de natureza documental: onde seria possível perceber a fala de Febrônio? Qual o limite para, neste intuito, valer-se dos jornais a tratarem dos crimes de 1927? Não se pretende, entretanto, enxergar essa aproximação a Febrônio como modo de atingir o fato *per se* – mas sim colocar em evidência um possível avesso documental sobre o entendimento historiográfico do acontecimento. (Cf. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 27).

⁴ *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927. Esta declaração, exatamente por ser arrolada pelo jornal, apresenta-se como problema metodológico. Aqui pretendo abordar até que ponto este Febrônio, citado por um discurso outro, poderia ser tomado em seu volume próprio. É possível esmiuçar a *topografia* erigida pelo homicida sobre si mesmo partindo-se destes fragmentos (e, portanto, submetidos a quadros específicos *ao periódico*) de sua fala?

Anterior aos tais homicídios, trata-se de um documento privilegiado da cosmogonia que, uma vez desprovida de suas *topografias*, logo seria tomada como desvio. Em suas sessenta e sete páginas, Febrônio faz-se ouvir. Posto que não distinguido entremeando as linhas de outrem, suas próprias citações são inscritas. Nele, as Revelações compõem um quadro particular interpolando diferentes *topói*. Pensar alguma ligação entre suas linhas e evocações aos atos de Febrônio seria perceber a unidade de um contexto que, à parte de quaisquer outras denominações, situa aquele agente histórico – ergue situações nas quais ancora e justifica a si.

Assim como o relato de Pedro Nava pode indicar uma alternativa às configurações dos periódicos em 1918, o *Revelações do Príncipe do Fogo* pode subverter as tramas jornalísticas acerca dos homicídios de 1927. Sua própria pena, assim, representaria como uma fuga ao serial – mas, porquanto leitor,⁵ alinhavando *topografias* possíveis nas quais situar-se.

Sobre a religião da qual Febrônio dizia-se emissário, a *Gazeta de Notícias* cita algumas de suas declarações: "ela é fruto de repetidas leituras e estudos que tenho feito sobre as religiões professadas pelo povo", teria ele defendido.⁶

E tudo que faço é em benefício da geração. Em tempos idos, Reis e príncipes sacrificavam os seus filhos em holocausto a seus deuses. Eu sacrifiquei Alamiro em benefício da humanidade que está corrompida.

De toda forma, estes ditos outros à matéria do jornal, entremeados à concatenação proposta pela folha, são ressignificados. Tonalizado como conclusão, um último parágrafo da seção defende que Febrônio, "que não passa de um *farsante*, vai procurando desvencilhar-se dos interrogatórios com suas *besteiras*". Tal como apreendida pela folha, a *situação* apontaria para um Febrônio insinuante e mentiroso, erguendo deliberadamente quimeras para despistar a investigação. Esta assunção, por fim, evitaria por-se em xeque o impulso sexual, segundo defendido pelos periódicos, enquanto fundamento do ato criminoso.

Dos fragmentos da fala do acusado, reordenados por um discurso estranho ao seu, entreve-se indiciariamente referências. Ao tratar de sacrifícios aos deuses,

⁵ O caráter de Febrônio enquanto leitor, interpretando e *representando* de modo singular sua identidade, será tratado no segundo capítulo. Lá, a hierarquia documental será organizada não pelos jornais como ora pretendido, mas pelo *As Revelações do Príncipe do Fogo*: suas construções e organizações discursivas.

⁶ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

indiretamente pode ser remetido a certas leituras de anos antes, quando da epidemia de espanhola. À época, *O Paiz* ironicamente comparava a exoneração de Carlos Seidl à fábula de La Fontaine: a doença que grassava entre os animais era atribuída a "cóleras divinas".⁷ Para aplacar tal ira, seria preciso um sacrifício. Mesmo sendo esta uma apropriação calcada na ironia do jornal, surge com uma função mais denotativa na fala de Febrônio. Ainda que alicerçando conclusões distintas, há, entre estes dois momentos, algo partilhado. Em outra edição, ainda acerca da epidemia, *O Paiz* referia-se aos "reis mitológicos [que] exorcizavam os demônios das moléstias";⁸ naquele momento, lamentava não ser o presidente da República um desses mágicos monarcas a extirpar o mal das ruas do Rio de Janeiro.

Assim como no ano de 1918 as procissões em nome de S. Sebastião propunham uma apropriação destes *topói* de modo não irônico, mas literal, em 1927 Febrônio parece servir-se de estratégias semelhantes. Todavia, ao não buscar proteção de alguma epidemia disseminada pela cidade, norteia seu discurso pela arquitetura de uma outra situação "em benefício da humanidade que está corrompida".⁹

Aqui, a discrepância entre Febrônio e os jornais, em 1927, dá-se em relação às motivações dos homicídios. Ao estreitar a análise, os adjetivos "cínico" ou "mistificador" são esmaecidos – e, com eles, o mero apontamento dos crimes como de natureza sexual.

Os jornais, ao calarem-no, possibilitam a preponderância de outros discursos. A *Gazeta de Notícias*, ao veicular a descoberta do corpo de João Ferreira, opera estes silêncios sobre Febrônio, deixa claro a ênfase e relevância na situação tal qual engendrada por Beatriz Ferreira:

enquanto a infeliz mãe da desgraçada criança, que tinha apenas 9 anos de idade, tem violentas crises nervosas com a possibilidade da morte do filho, sem saber o estado lastimável em que as autoridades encontraram o pequenino cadáver, Febrônio, *fingindo-se iluminado*, persiste em negar na 4ª Delegacia, onde se encontra.¹⁰

⁷ *O Paiz*, 21 de outubro de 1918.

⁸ *Idem*, 17 de outubro de 1918.

⁹ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

¹⁰ *Idem*. 8 de setembro de 1927

Por um lado, o destaque à idade da vítima e ao desespero da mãe; por outro, a situação segundo as formas desenhadas por Febrônio tomada como fingimento.

É preciso, pois, abordar como esta variação de escala pode ser tratada nas próprias páginas dos jornais; como as citações de sujeitos outros, dispersas a comporem determinadas situações, passam a servir a propósitos específicos e, muitas vezes, estranhos a seus contextos originais.

Se estes infortúnios fragmentam-se em vários entendimentos, é preciso perscrutar os indícios de subjetivações distintas, ainda que interiores aos periódicos.

1.2.1 Males desviantes: escalas estratégicas

Ao ritmo da expansão da epidemia de 1918 colunas afora d’*O Paiz*, a situação proposta pelo periódico é gradualmente transformada. Em cada qual dos escaninhos construídos – quer seja a seção propriamente voltada à influenza, os editoriais ou o “Vida social”, ascende-se a doença à linguagem de modos distintos; para estes espaços, uma vez localizada entre diferentes *topói* e referências, sugere outros agoras.¹¹

Ao citar exemplos, entre nomes e algumas parcas características, destes casos subtraem-se sentidos a serem repostos por outros. Em conjunto, privados cada qual de suas especificidades, alimentam determinados desfechos; em um jogo de dizeres e taciturnidades, a fonte cria um certo agora no qual é possível tanto localizar-se quanto, por conseguinte, tecer estratégias.

Executar-se-ia uma *montagem* tal qual aquela arquitetada por Pedro Nava, recriando mutuamente o conto de Poe, as referências à jangada da Medusa, a tela de Munch, a criança sugando o seio da mãe morta e, ao mesmo passo, a própria

¹¹ Michel de Certeau, tratando de semelhanças entre o internamento em hospitais psiquiátricos e o registro de exorcismos, parece notar algo próximo ao observado acerca d’*O Paiz*. Defende haver, documentalmente, uma alteração dos discursos próprios daqueles dos quais estas fontes tratam (o interno ou o possuído). Alteram suas falas, enquadram-na em uma situação cosntruída pelo psiquiatra ou clérigo. O jornal carioca executa estratégia semelhante sobre os enfermos da espanhola. Em relação às estratégias daqueles que, às ruas, viam-se acometidos pelo mal, haveria “um nivelamento do seu discurso, uma destruição de suas particularidades” ao serem apreendidos pelo periódico. O jornal, com tais divisões impostas aos objetos dos quais trata em seções previamente estabelecidas, forja o tal “nivelamento do discurso”: vitima sujeitos em nome de quadros de *situações*. Ordena a epidemia de modo a torná-la inteligível (Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 250).

epidemia reinante. Esquartejando linguisticamente os sujeitos, como a recorrência aos pré-estipulados rótulos (idade, cor, ocupação, residência) ao tratar-se dos mortos nas extensas listagens enviadas pelo necrotério, as vítimas da doença são expostas sem, contudo, suas estratégias pessoais. Consumidos como estatísticas, a apropriação de seus nomes é executada de forma muito diferente àquela entrevista na coluna “Vida social”, entre o obituário de jornalistas e personalidades próximas à vivência do jornal. E assim, reduzidos e à distância, são vitimados a designações que se pretendam niveladoras pelos editoriais.¹²

Dessa forma, supor a influenza exclusivamente pelas notícias sobre ela declaradas – como limitando-se à sua seção específica – seria ignorar a lógica estratégica de apropriação utilizada pelo periódico e dela valer-se como única alternativa possível. E, assim, calar uma possível polifonia de sentidos. Por outro lado, ao imaginar a situação como variável e construída por um *mosaico* erigido a partir não apenas do noticiário sobre a doença, mas também das margens para ele construídas, seria possível considerar os diversos silêncios dispostos por suas páginas.¹³

Entre as edições do *O Paiz*, por tratar-se de uma documentação periódica, o aspecto diacrônico tornar-se-ia de fundamental importância: através de seu relevo, a possibilidade de perceber a mobilidade das margens e, por conseguinte, da situação alçada linguisticamente. Abordagem semelhante àquela que torna possível notar uma mudança de interesse sobre as vítimas de Febrônio na *Gazeta de Notícias* de 1927.

Estes indícios, contudo, evitariam as grandes enunciações e construções operadas em uma larga escala de análise explorada pelo *O Paiz*. Estariam para além do arriscar-se por entre tipologias como a “alma lusitana”, tal qual pretensamente apreendida por Alexandre de Albuquerque como entre a literatura e a História. Tais

¹² De uma possível heterogeneidade de posturas diante do infortúnio, portanto, supõe-se um quadro homogêneo e unívoco de estratégias. É preciso reconhecer, contudo, que esta impressão é própria aos documentos que assim a constroem – não aos sujeitos dos quais pretensamente tratam. É, enfim, uma destas armadilhas abertas pelas fontes ao trabalho historiográfico.

¹³ Michel de Certeau, perscrutando a fala da possessão no documento organizado por um discurso que lhe é estranho, propõe o foco no detalhe em detrimento dos quadros gerais do dito. Para ele, “estes indícios marcam *no* discurso um alhures do discurso”. Entre estes detalhes fugidios em relação à taxonomia que os pretende classificar e imobilizar, o texto trairia, por fim, suas diretrizes e entreveria algo para além dele mesmo (Cf. CERTEAU, Michel de. *Op.cit.* p. 250).

desvios, porquanto fugidios, poderiam ser notados afora às margens construídas pelas seções do jornal. Seria, enfim, notar a influência para além das *montagens* a ela reservadas – e, assim, perceber os ardis que perpassam o processo de sua estabilização quando transposta à linguagem.

A coluna “Casos de polícia”, diariamente trazendo à tona ocorrências relatadas à segurança pública, pode ser tomada como uma destas margens do discurso jornalístico. Trata-se de uma seção anterior ao noticiário sobre a doença e pretensamente descolada à epidemia. Sua constância periódica, por outro lado, representaria uma diacronia sobre a cidade; inconstâncias em suas construções discursivas poderiam significar indícios de alguma arquitetura estranha àquela proposta pelo jornal sobre a epidemia reinante.

Em suas linhas, notas sobre furtos, estelionatos, homicídios. Indicam, enfim, aspectos desviantes da população carioca. Entretanto, muitas vezes as reduzem a breves conclusões descoladas de suas justificativas, como no caso de Antônio Pereira de Medeiros, classificado como sendo “de 52 anos, casado e estabelecido em Petrópolis, de onde veio atacado de loucura”.¹⁴ O “inditoso negociante”, como é adjetivado pelo jornal, fora “submetido a exame no gabinete médico-legal” no dia 11 de outubro, sendo logo em seguida remetido ao Hospital Nacional de Alienados. Uma vez valendo-se dos mesmos rótulos que, dias depois, seriam largamente utilizados como forma de contabilizar os mortos pela doença, faltam-lhe detalhes sobre seus atos – bastaria apenas o diagnóstico final, postulado como um outro rótulo: loucura. Assim, esquartejado linguisticamente, é vitimado enquanto delirante e, portanto, seus atos encarados como desprovidos de qualquer sentido.

Alguns dias depois, em 17 de outubro, noticia o achamento de um “popular, modestamente trajado”, caído à rua do Passeio.¹⁵ Em função de seu estado grave de saúde, fora remetido para a Santa Casa. Emenda o jornal: “dizia-se no local haver o desconhecido ingerido um tóxico, com ideia de suicídio”. Por não se conhecer sua identidade, falham os rótulos categóricos como idade, ocupação, cor ou residência – diz-se apenas que “em seus bolsos foram encontrados vários cartões de visita com o nome de Luiz Gouveia”. Entretanto, para sua provável atitude suicida, há uma

¹⁴ *O Paiz*. 12 de outubro de 1918.

¹⁵ *Idem*. 17 de outubro de 1918.

espécie de conclusão tecida pelo jornal: uma vez tomado enquanto “tresloucado homem”, quaisquer motivações pessoais são caladas. Ignora-se, portanto, sua *montagem* pessoal de certa situação que o levaria a tal ato estratégico; qualquer que seja esta topografia desenhada, é resumida discursivamente como desvario pelo jornal. À historiografia resta apenas uma lacuna documental.

Postos a tangenciarem a nomeação de loucura, tantos outros personagens são apropriados pelo jornal.

A esta altura, e para além da seção do “Casos de polícia”, Alexandre de Albuquerque já havia apontado em sua crônica a possibilidade de entendimento destes suicídios como decorrentes daquilo que nomeara “pavor coletivo, o alarma social”¹⁶ – o tal “medo da espanhola” que aponta como um outro mal que a epidemia trazia consigo. Entretanto, tal ligação não é imediatamente operada pelo discurso evocado em meio aos outros noticiários do jornal.

Apenas dias depois o “Casos de polícia” passaria a arriscar tais ligações. Rozendo Collares, de 22 anos, “achando-se em situação precária e sentindo-se atacado da ‘espanhola’, desesperado da existência, rebentou os miolos com um tiro de revólver”, noticia a seção no dia 20.¹⁷ A então recorrente nomeação de “loucura” é substituída por outra, mais clara, próxima ao tal “medo da espanhola” indicado por Alexandre de Albuquerque – Collares estaria “desesperado da existência”. Acrescenta, ainda, que as autoridades policiais removeram o corpo para o cemitério de Maruhy. Diante desse transbordamento discursivo da doença para além das margens primeiramente a ela destinadas pela redação, o caso é replicado na coluna “Influenza Espanhola” daquele mesmo dia: “Rozendo Collares, de 22 anos de idade, casado, pardo, residente à rua Barão de Mauá, avenida 19 de fevereiro”, enuncia a coluna a partir dos rótulos que lhe são característicos, “foi acometido da ‘espanhola’ na quarta-feira última às 8 horas da manhã, agravando-se o seu estado, matou-se com um tiro de revólver no ouvido direito”.¹⁸ As margens entre as seções do jornal, fronteirizando não apenas suas páginas mas também a própria cidade que pretende trazer à linguagem, parecem arriscar uma falência.

¹⁶ O Paiz, 16 de outubro de 1918.

¹⁷ Idem. 20 de outubro de 1918.

¹⁸ Idem. Ibidem.

Rozendo Collares é somado, dessa forma, a tantos outros falecidos que, transformados em breves notas, pululam as colunas do jornal – um desconhecido de “27 anos presumíveis”, caído à rua General Câmara, imediações da prefeitura; o padeiro de 35 anos Antônio Ferreira dos Santos; as meretrizes Elisa da Silva e Albertina Rosman, ambas residentes à rua de São Jorge, e Maria Correia, da rua de São Pedro; o engraxate Emygdio Salustiano; encontrado morto à rua do Núncio, o electricista Antônio Bacellar; o carregador de nacionalidade síria Dand Abrahão; Álvaro Vicente, padeiro residente à rua da Alfândega e tantos outros entre comerciantes, domésticos e toda sorte de empregos minuciosamente servidos como rótulos para as vítimas da doença. Entre estas prostitutas, padeiros, electricistas ou mesmo aqueles sobre os quais incide a rotulação como “trabalhador” é traçado um nivelamento linguístico que a todos segrega dos jornalistas e frequentadores do círculo social do *O Paiz*, exaltados de modo mais pormenorizado, para além daquela coluna, no “Vida Social”.

Estas fronteiras, uma vez erguidas, separam distintas situações como a pretenderem uma divisão de tempos – mesmo apesar de sua contemporaneidade. Ao 24 daquele mês, o “Vida Social” registra o enterro de Bellarmino Carneiro, ex-diretor do *O Paiz* e ex-deputado à Constituinte, também falecido em decorrência da gripe. Pormenoriza o “lutuoso acontecimento” de seu sepultamento:

repousam no carneiro n. 5135 do cemitério de São João Batista, desde ontem, os restos mortais de um homem que teve a alta representação social, que se elevou pelo brilho de seu espírito e, sobretudo, pela grandeza de seu coração.

Mesmo os mais precisos detalhes servem à individualização de seu nome. Desde seus feitos públicos à especificação do número de sua cripta mortuária, o texto trabalha para o acréscimo ao falecido e seu destaque das estatísticas. Cada qual das adjetivações, uma vez postas a orbitarem a notícia, fiam um determinado mosaico a partir do qual valorar o passamento.

Margeado pelos limites desta coluna, o “Casos de Polícia” daquele mesmo dia atua segundo outros parâmetros, cingindo e delimitando diferentes situações. Em uma de suas notas, intitulada “O número de mortos indigentes ontem”, divulga a cifra de 262 óbitos ocorridos ao longo do dia e sem qualquer assistência médica;

nenhuma outra pormenorização é arriscada – basta a essas mais de duas centenas e meia de pessoas a caracterização de sua penúria.

Isabel Passut é citada sob o título de “No delírio da febre, suicidou-se”, relacionando tais atos mais uma vez à epidemia. Segundo o jornal, “o mal se agravou violentamente e a pobre senhora, *no delírio da febre*, ateou fogo às vestes e suicidou-se”.¹⁹ Ainda que atribuindo à lógica sobre tais suicídios certa importância da doença, o uso do vocabulário sobre a loucura (até então fundamental para tanto) não é descartado. Segundo a situação erigida pela coluna, o tal “delírio da febre” teria vitimado a suicida, uma “pobre senhora”. Aqui parece não se aplicar por completo o tal “medo da espanhola” conforme indicado por Alexandre de Albuquerque e para o qual haveria “apenas uma terapêutica – a terapêutica moral”, conforme defendera em sua crônica do dia 16;²⁰ para a apreensão do ato suicida conforme o explorado pelo “Casos de Polícia”, o desespero seria uma consequência direta e fisiológica da febre gripal.

E assim, segundo tal apreensão dos atos relatados em seu noticiário, a coluna subtrai qualquer sorte de topografia divergente por parte daqueles dos quais trata. Nega-lhes o reconhecimento de estratégias pessoais em favor de uma vitimação nervosa pela enfermidade.

De tal sorte é a ligação feita entre a doença e a loucura que o Hospital dos Alienados é agregado à epidemia como fundamental ao tratamento. Arthur Costa do Nascimento, membro da taifa do paquete Leopoldina,

tão impressionado ficou com os efeitos da epidemia da gripe, que *seu cérebro enfermo* depressa desequilibrou, começando ele a praticar os maiores desatinos a bordo do navio em que trabalhava.²¹

Conforme o costume da seção, não há indicação de quais seriam estes tais “maiores desatinos” do taifeiro. Bastam à nota breves indicações do destino a ele reservado: “prevenida do ocorrido, a polícia marítima fez remover o *louco* para a chefatura de polícia, de onde foi mandado para o Hospital de Alienados. O infeliz Arthur Costa é pardo e conta apenas 21 anos de idade”.

¹⁹ Idem. 24 de outubro de 1918 (grifos meus).

²⁰ Idem. 16 de outubro de 1918.

²¹ Idem. 27 de outubro de 1918 (grifos meus).

No mesmo dia, a notícia de que Seraphim Monteiro Valente, arrolado segundo os rótulos como “português, de 40 anos, solteiro e residente à rua Sergipe”, havia “enlouquecido em consequência de uma recaída da moléstia gripal que o atacara. O inditoso homem, depois de submetido a exame, foi removido para o Hospital de Alienados”.²² Mais uma vez, a lacuna em relação aos atos seus que teriam levado a tal diagnóstico. Assim como o taifeiro Arthur Costa, sua *situação* é composta independentemente às suas ações – bastando, para o reconhecimento de sua alienação mental, a justificativa da influenza espanhola.

Estas notícias tornam-se recorrentes; e, entre elas, o avanço da epidemia é tomado enquanto justificativa. Há um aspecto causal entre estes comportamentos (apenas subentendidos pelo periódico, uma vez que não são esmiuçados) e a doença: “em *consequência* da ‘gripe’, enlouqueceram ontem, e foram mandados para exame, no gabinete médico legal, com guia das autoridades do 6º distrito, Domingos Gomes e Francisco Barradas”,²³ conforme é apropriado pelo *O Paiz* em outra de tantas notas.

Apesar da ausência, nas páginas do jornal, de relatos sobre as atitudes então consideradas como caracterizadoras de um comportamento louco, alguns destes atos poderiam ser entrevistados. Gradualmente são construídas relações entre estes delírios supostamente decorrentes da febre e o volumoso número de suicídios observado – estes últimos sendo figurados, portanto, como uma das atitudes desviantes encobertas pela vitimação das estratégias pessoais dos enfermos em nome de uma degeneração nervosa.²⁴

Ao tratar do caso de Theophilo José Martins, o jornal parece trair seu próprio discurso. Theophilo, durante a noite de 23 de outubro, jogara-se sob as rodas de um trem na estação de Engenho Novo; conforme o jornal, “morrendo instantaneamente”.²⁵ Aquela que pareceria mais uma entre as inúmeras notícias de

²² Idem. Ibidem.

²³ Idem. 29 de outubro de 1918 (grifos meus).

²⁴ A operação própria à fonte é, portanto, uma possível armadilha ao trabalho historiográfico. Se sua análise restringir-se às lacunas operadas pela documentação, haverá uma mera replicação de suas conclusões; ainda que pretendendo tratar dos suicidas, estará restrita aos rótulos a eles destinados. O objeto do historiador, desta forma, seria tão somente a documentação à qual se volta – não os sujeitos que parece arrolar. A problemática, enfim, decorre da ausência de uma sorte de fontes que trata dos suicidas em seu volume próprio, suas citações e situações que erguem para si mesmos.

²⁵ Idem. 24 de outubro de 1918.

suicídios, trazia consigo algo a mais. Um bilhete encontrado pela polícia do 19º distrito em um dos bolsos da vítima é transcrito: “eu não tenho cura, mais. Mande dizer na rua Barão de Mesquita número 225; lá farão alguma coisa – Theophilo José Martins”. Junto a este bilhete, uma carta de recomendação de internamento redigida pelo médico Barbosa Gonçalves “e dirigida ao Dr. Garfield de Almeida, diretor do Hospital de S. Sebastião”.²⁶ Entre os rótulos generalizadores tão comumente validos pela seção “Casos de Polícia”, alguma voz é, ainda que talvez por deslize, concedida à vítima. Mesmo que em algumas poucas linhas, dilui-se o caráter fundamental da coluna e torna o caso mais próximo aos modos de redação validos pelo “Vida Social” em seus noticiários acerca dos falecimentos de personalidades consideradas de maior relevo pelo *O Paiz*: a vítima é dotada de certa especificidade e personalidade. Seu ato parece atribuível, afastando-se de alguma deficiência nervosa, a estratégias pessoais.

O suicídio de Theophilo Martins, rompendo a regra executada pelo jornal, implicaria no aparecimento de um alhures ao texto jornalístico. Ao recortar e valer-se de um discurso outro, próprio à vítima, algo na estabilidade da situação desenhada pela coluna é desafiado. Não é Theophilo Martins quem surge por entre as páginas, mas sim uma reinvenção sobre ele operada. Ainda assim, bastaria para ameaçar a normalidade intencionada.²⁷

Exatamente quando se furta à sua recorrência, ao conceder voz a certo discurso de outrem por meio da citação, o “Casos de Polícia” depara-se com o ato suicida como uma alternativa estratégica à epidemia. Distancia-se da simplificação destas atitudes como comportamentos decorrentes da “loucura” ocasionada pela debilidade febril.

Três dias após a notícia sobre a morte de Theophilo Martins, divulga-se outra tentativa semelhante. Arthur Pacheco, na estação de trens do Meyer, “atirou-se sob

²⁶ Idem. Ibidem.

²⁷ Reitero, para tanto, o proposto por Michel de Certeau: “o citado é fragmentado, reempregado e colado num texto; está nele, porém alterado”. De toda forma, frisa o autor que “nesta posição na qual não tem mais nada de próprio, permanece susceptível de trazer, como em um sonho, uma estranheza inquietante: o poder sub-reptício e alterador do recalçado”. Como a ameaçar a homogeneidade defendida pela *topografia* do jornal, a notícia abre um maior espaço à discrepância estratégica (Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 249).

as rodas de um trem de subúrbios, que por ali passava, contundindo-se bastante pelo corpo”.²⁸ Apesar de não indicar diretamente nenhuma ligação à influenza espanhola, o “Casos de Polícia” complementa: as autoridades policiais que efetuaram a remoção do ferido haviam recolhido “uma valise, que continha vários medicamentos”. O texto jornalístico, em suas minúcias, parece não se esgotar em si: apresenta indícios de uma concepção a ele alheia, mas próxima ao suicida.

Aqui, tanto o bilhete deixado por Theophilo Martins quanto a valise recolhida de Arthur Pacheco seriam como *topói* a apontarem para alguma outra formulação do agora àquela defendida pelo jornal. No entanto, por serem ditas pelo Outro, dialogam com lacunas. Nesse movimento de citação, recortados, fragmentados e sujeitos a margens que soerguem situações que lhes são estranhas, perdem a completude de seus sentidos. Faltam-lhe referências a outros *topói* de modo a, dialogicamente, especificarem um *mosaico* – como o proporcionado pelos escritos de Poe ou pelo quadro de Edvard Munch nas reminiscências de Pedro Nava.

Juntamente com a desarticulação percebida sobre as mortes de Theophilo Martins e Arthur Pacheco, o deslize da coluna, porquanto de natureza linguística, poderia ser expandido para outros dos tantos casos rotulados como “loucura” nas páginas do periódico. Significaria a indicação da possibilidade de ações pessoais a suprirem as lacunas deixadas pelo rastro do jornal. Da rotulação pretendendo-se homogênea, indícios de uma heterogeneidade para além do proposto pela fonte.

Mesmo a notas breves, repletas de vazios, como aquela sobre Júlia Pereira Barbosa, seriam atribuíveis tonalidades de práticas diante da epidemia. Júlia, segundo indicado pelo *O Paiz*, fora removida pela polícia do 8º distrito ao Hospital de Alienados no dia 29 porque “andava pelas ruas daquela zona, completamente louca”,²⁹ sendo a esta nominação resumido seu comportamento. Há a ausência de seus atos e especificidades, mas poderia, em conjunto aos desvios provocados pelas citações em outras notícias da coluna, ser relacionado a ardis práticos frente à doença reinante.

Figurariam, por fim, como indícios de uma leitura específica acerca da gripe espanhola, como a possibilidade de construção de certo infortúnio pessoal. Dos

²⁸ *O Paiz*, 27 de outubro de 1918.

²⁹ *O Paiz*, 30 de outubro de 1918.

alarmantes números dos obituários, o indivíduo experimenta a epidemia de modo particular; extrapolando os limites do geral, há aqui os sabores, estratégias e situações tais como subjetivadas pela leitura.

Se, ao entrever a evolução do discurso montado ao longo daqueles primeiros dias da moléstia, é perceptível um gradual reconhecimento de alguma ligação entre os suicídios e a epidemia, o caso de Júlia Pereira não se aplica a esta proximidade semântica indicada pelo jornal. Sua “loucura” prostra-se para além da situação instituída na coluna jornalística; e, portanto, seus atos são descolados da doença ao não se encarar possíveis substratos passíveis de suporem uma outra *topografia*.

* * *

O *Correio da Manhã* parece dispor de mecanismos semelhantes àqueles imputados aos suicidas durante a gripe espanhola. Em 2 de setembro de 1927, ascende à linguagem a trajetória de Febrônio imediatamente anterior ao homicídio de sua primeira vítima, Alamiro Ribeiro.

Segundo a folha, no dia 13 de agosto o acusado dirigira-se à Ilha do Ribeiro, local onde posteriormente transcorreria o crime. Lá chegando, conforme o *Correio da Manhã* se dispunha do relato de Febrônio, “viu um enterro que passava. Indagou, curioso, se a pessoa que ia ser enterrada fizera cara feia antes de morrer”. Sublinha, ainda, que “essa pergunta causou estranheza às pessoas às quais se dirigira, explicando ele, então, as suas curiosas crenças religiosas, um misto de espiritismo e livre pensamento”.³⁰ E assim, explorada a infâmia de sua pergunta, determinadas impressões sobre a trajetória e personalidade de Febrônio são esboçadas.

De toda forma, o cotejamento de diferentes fontes terminaria por desestabilizar a pretensão à univocidade. Nos registros do interrogatório realizado quando de sua detenção, consta a declaração de

que tendo se dirigido à Ilha do Ribeiro, no caminho encontrava-se com um enterro e perguntando a um crioulo que acompanhava um enterro se o defunto havia feito careta ao morrer o crioulo respondeu afirmativamente.

³⁰ *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1927.

Todavia, outros fragmentos são unidos em tal sorte documental.

Nos processos criminais, certa declaração do homicida que não fora citada pelo jornal: Febrônio teria seguido “acrescentando que havia feito essa pergunta porque tencionava suicidar-se na Pedra dos Jacarés”.³¹ A pitoresca situação erguida pela *Gazeta de Notícias* a partir da inusitada pergunta aqui é sugerida enquanto parte de uma estratégia pessoal de Febrônio. Como a agregar certa motivação para além das tais “curiosas crenças religiosas” justificadas pelo jornal, os atos do acusado ganham outras tonalidades e significações nestes autos do processo. Um intento específico, suicida, conota uma nuance prática na pergunta feita pela acusado – ainda que esta seja tomada, pelo jornal, como indicativa de algum absurdo.³²

Como na postura d'*O Paiz* quando da gripe espanhola, o periódico de 1927 deslegitima o ato suicida como derivado de motivações (e infortúnios) pessoais. Ao excluir de sua *topografia* estes *topói*, confirma-se o reconhecimento de Febrônio, em tal sorte documental, como derivado de citações – reformulado e esquartejado. E, nesta ascensão à linguagem, mesmo as motivações dos sujeitos são reinventadas.

Para o *Correio da Manhã*, conforme anotado no dia 4 de setembro, “o bandido, parece, quer ver se consegue passar por um louco ou visionário, na esperança de assim fugir aos rigores da lei penal”.³³ Suas falas e motivações, transmutadas em ardis de sua esperteza, são portanto levadas enquanto uma trama decorrente do cinismo do acusado. “Ninguém, no entanto, tem mais dúvidas de que

³¹ Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 161.

³² Metodologicamente, há de se sublinhar o papel de tal sorte documental jornalística para o trabalho historiográfico e a cautela com a qual deve ser considerada. Uma vez a tramarem discursos, deve-se ressaltar o limite de suas pretensões e possibilidades de abordagem. Ilana Casoy, ao debruçar-se sobre tais fontes ao tratar dos homicídios de Febrônio, passa a partilhar da mesma topografia enquadrada pelos jornais. Abordando tal episódio em seu trabalho, narra-o da seguinte forma: “ao ver um enterro passar, não resistiu e perguntou para uma pessoa do cortejo se o defunto tinha feito ‘cara feia’ antes de morrer. O cidadão olhou para ele atônito, sem entender o objetivo da pergunta, mas Febrônio não ligava para o que os outros pensavam ou falavam dele. No seu mundo místico, essa informação era valiosa, apesar de ninguém entender qual a necessidade dele saber disso” (CASOY, Ilana. *Serial Killers made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 42). Valendo-se da mística declarada por Febrônio, a autora, por fim, serve-se da versão defendida pelo *Correio da Manhã*. Assim sendo, poder-se-ia apontar a incidência dos discursos do personagem histórico, aqui, apenas como citação, desmembrado e reinventado, tal como nos periódicos da época. Há, enfim, uma discrepância entre, no trabalho de Casoy, os interesses creditados pela pesquisa às fontes e os limites que metodologicamente tais documentações impõem à pesquisa. Cabe ressaltar, ainda, que o discurso próprio a Febrônio não é plenamente perceptível no mero cotejamento entre estas fontes. Ao colocá-las metodologicamente lado-a-lado, entreve-se, sim, as disputas pela inteligibilidade do réu – não suas valorações pessoais.

³³ *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1927.

Febrônio é um grande criminoso com requintes de crueldade”,³⁴ emenda. Diante dos ditos, o jornal se esquia – transformando-os em citações, pode tecer topografias específicas. Adiante naquela mesma edição, frisa que Febrônio parece gabar-se “de publicar um livro estrambólico”. Tratando do *Revelações do Príncipe do Fogo*, acrescenta que “ninguém entende o que o malvado escreveu nessa ‘obra’ da qual ele mandou um exemplar para cada biblioteca”. Com o intuito de confirmar o desmerecimento do texto, transcreve um fragmento;

Eis aqui meu Santo
Tabernáculo vivente
hoje dedicado a vós
Os encantos que legaste
ontem a mim na Fortaleza
do meu Fiel Diadema Excelso

Citado e despedaçado, o livro é reinventado pelas páginas do jornal. Logo abaixo, o *Correio* arrola outro trecho:

Eis-me, ó santos fiéis do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu.
Eis-me, ó quatro criaturas viventes.
Eis-me, ó dez reis fiéis do Santuário.
Eis-me, ó sete selos do Tabernáculo.
Eis-me, ó Sardônia viva.

Na primeira citação feita pelo jornal, transcreve-se a epígrafe do livro; na segunda, as primeiras frases de cinco diferentes páginas são organizadas em versos e dispostas como a formarem uma única estrofe. Não se pretende, no periódico, esmiuçar quaisquer possíveis sentidos do *Revelações do Príncipe do Fogo*: partindo da adjetivação de “estrambólico” já pressuposta, a fragmentação de seu conteúdo confirma-o, portanto, como prova do cinismo e falseamento de Febrônio.³⁵

Assim como nos desmembramentos dos discursos suicidas durante a epidemia de 1918, o *Revelações do Príncipe do Fogo* é recriado. De profeta a pederasta, o Febrônio tratado nos jornais em muito difere da topografia erguida pelo acusado sobre si mesmo.

³⁴ Idem. Ibidem.

³⁵ Este procedimento parece obedecer à mesma violência discursiva empregada pelo jornal sobre o laudo da autópsia (e a motivação sexual) e os depoimentos do acusado (em especial sobre sua pergunta ao acompanhante do cortejo fúnebre). Evidencia, desta forma, uma não homogeneidade entre as fontes – e, conseqüentemente, a impossibilidade de atingir-se um evento unívoco a partir de sobreposições documentais.

Assim, desarmado, o suspeito enquadrar-se-ia na motivação sexual dos crimes tal como reiteradamente defendido pelas folhas; o esvaziamento do evangelho de Febrônio de quaisquer sentidos colocaria-o à mercê dos sentidos coloridos pelos periódicos. “Eu sou autor de um livro doutrinário! Não sou, portanto, um fútil, um banal!”, como as declarações de Febrônio figurariam no *Correio da Manhã*.³⁶ Tais valorações confirmariam, segundo a topografia aqui erguida, seu oposto: seriam apenas sua astúcia a tentar se livrar da responsabilidade. “Não há razão para que me estejam a chamar bandido e outras coisas piores”, retruca. “Sou



um predestinado e estou na terra para cumprir uma missão divina que me foi confiada por quem o pode fazer”.³⁷

A citação, por fim, torna-se mais cara a estas situações tal como aqui construídas do que a própria fala do personagem ao qual se referem.

Entre esta postura acerca do *Revelações do Príncipe do Fogo* e aquela a subtrair de Febrônio o intuito suicida ao inquirir o acompanhante do cortejo fúnebre, paralelos podem ser traçados. Ambas subvertem, senão os motivos, a justificativa dos atos. Estes, por fim, ganham da situação construída para o sujeito nuances outras. Ele “finge

³⁶ Febrônio apud *Correio da Manhã*.

³⁷ Idem. Ibidem.

um desequilíbrio mental”³⁸ – para o *Correio*, esta é sua única estratégia. Seus “fraseados grotescos” apenas pretenderiam encobrir seus tons de “fera humana”, a verdade de ser “monstruoso bandido”.³⁹

Entre tais formas de lida com o sujeito operadas pelo *Correio da Manhã* e aquelas empreendidas pela *Gazeta de Notícias* há algumas diferenças. Enquanto esta última concentra-se na construção linguística das vítimas de Febrônio, o primeiro envereda por uma ênfase nos ditos do acusado. Aqui, a insistência nas fotos da família de Jonjoca é substituída por imagens tanto do homicida quanto da capa de seu “livro”, conforme as aspas a indicarem-lhe algum caráter de falseamento postas na legenda da imagem.⁴⁰ O rosto tanto de Alamiro quanto de João Ferreira despontariam em sua diagramação apenas quando, em 8 de setembro, noticiara a descoberta do cadáver deste último. Enfim, outros *topói* são explorados e, por conseguinte, parece erguer-se uma outra *situação* topográfica. Ainda que igualmente desmembrado linguisticamente, posto que citado, Febrônio ganha mais espaço.

Despontam transcrições de diálogos travados nos depoimentos. Em uma delas, quando da investigação sobre o cadáver de João Ferreira, Febrônio é inquirido: “você afirmou que o Janjão estava vivo e completando a missão de Alamiro?”⁴¹ – o apelido “Jonjoca”, largamente utilizado pela *Gazeta de Notícias*, no *Correio da Manhã* é desafiado; como a não explorar a idade da vítima, retransforma os sentidos traçados pela outra folha. O interrogatório segue:

- disse sim.
- mas você o matou!...
- ora, a minha seita está muito complicada, falhando a todo momento e me deixando desorientado.
- foi em nome dela que você matou o menino?
- não vale a pena falar mais nisso, pois as complicações sucedem-se a cada momento. Toda vez que recebo uma “comunicação”, verifico que saiu tudo ao contrário.
- essa sua seita...
- esta ficando mesmo uma bagunça! Estou vendo que a abandono para não acabar maluco...
- você não contava que o corpo aparecesse, não é?

³⁸ Idem. 8 de setembro de 1927.

³⁹ Idem. Ibidem.

⁴⁰ Cf. Fig. 9.

⁴¹ *Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1927.

-realmente... Mas...

Aí Febrônio parou, pareceu desolado e, fingindo refletido, concluiu:

-Lúcifer travou luta comigo e acabou me vencendo, pois descobriu o cadáver do menino...

Do discurso direto explorado pelo jornal, com seus travessões e pontuação, poder-se-ia supor alguma abertura à fala de Febrônio e ao reconhecimento de alguma lógica do sujeito. As revelações místicas, uma vez tratadas como a tal “comunicação” posta entre aspas, adere ao mesmo descrédito e inferência de falseamento atribuído ao livro de Febrônio. Logo em seguida o periódico configura suas declarações como indicativas de "um tipo acabado de cínico" – ou seja, são reservadas ao campo da dissimulação, constroem o acusado como estrategicamente mentindo para despistar a investigação.

Sobre os ditos místicos de Febrônio, recai a versão de que "o bandido quis acumular palavras e fazer acreditar ser um sobrenatural a que pouca gente, ou ninguém, pode compreender...".⁴²

Mesmo ao representar os encontros entre a mãe de João Ferreira, Beatriz, e o algoz de seu filho, o *Correio da Manhã* indica leituras outras àquelas engenhadas pela *Gazeta de Notícias*. Conta que, diante das súplicas maternais por detalhes do paradeiro de Jonjoca,

Febrônio, com ares paternais, segurando os braços da pobre senhora, que só havia ajoelhado, lhe disse:

-sossegue! Seu filho vive e, com a tatuagem que lhe fiz - "Deus Vivo!" - será muito feliz.

O bandido zombou da dor da pobre e aflitiva mãe de João.⁴³

Ainda que explorando a "pobre e aflitiva mãe de João", o periódico reserva mais espaço à mística de Febrônio. Trata, ao contrário da *Gazeta de Notícias*, das tatuagens feitas por Febrônio em suas vítimas; inscrevendo as iniciais DCVXVI, significando "Deus, Caridade, Virtude, Santidade, Vida e Ímã da Vida", no peito de seus sacrifícios, estaria como a gravar-lhes um talismã de proteção em sua pele. O próprio Febrônio carregaria ao redor de seu torso tais letras e, acima, a frase "eis o filho da luz".

Ao agregar tais fragmentos à situação que tece, o *Correio da Manhã* supõe uma outra gama de personagens àqueles intentados pela *Gazeta de Notícias*. Ainda

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ Idem. Ibidem.

assim, permanece o descrédito à sinceridade de Febrônio: estaria ele zombando de Beatriz Ferreira. Em outra edição, destaca que “começou a mistificar”, defendendo “ora pertencer a uma seita em nome da qual agia contra as suas vítimas, ora afirmando com indizível cinismo que maltratava as crianças para redimir o resto da humanidade”;⁴⁴ às topografias singulares de Febrônio, a redução a algum “indizível cinismo”. Recai sobre ele a constatação de que “fingiu, com admirável habilidade, uma falsa loucura”.⁴⁵ Em meio às citações dos discursos de Febrônio, tão largamente utilizadas pelo *Correio da Manhã*, remenda-se sempre que “não era, nem é, um louco como se dizia. Um mistificador contador de pataquadas, isso sim”.⁴⁶

Em 9 de setembro, o *Correio da Manhã* explicita ainda mais claramente sua postura. Questiona: “Febrônio é um louco?”. Pois a resposta parece nítida ao jornal:

Parece que não. Esse celerado não passa de um criminoso com requintes de barbárie, merecedor de acurado estudo pelos nossos especialistas. Louco, ele não mediria as suas palavras ao ser interrogado pelas autoridades. Muito ao contrário, Febrônio, cada vez que é arguido, pensa demoradamente, reflete calmamente e responde com tranquilidade, pensando as palavras.⁴⁷

Há, enfim, uma gama de comportamentos que, segundo o periódico, enquadraria a rotulação de “louco”. Febrônio, com a frieza a ele atribuída pela folha, tornar-se-ia um dissimulador. Afinal, “faz questão de não cair em contradições, não obstante estas sejam muitas, em virtude da saraivada de perguntas com que o crivam”. Ardiloso, Febrônio usaria de seu livro, as tatuagens e suas declarações como artifícios para falsear certo desequilíbrio mental: “não possui cultura, mas é suficientemente inteligente e só responde aquilo que lhe convém e acha que não o compromete”.

Neste jogo de silêncios ao qual é submetido, pouco se pode dizer sobre as construções próprias a Febrônio – restringe o trato documental aos artifícios próprios aos conhecimentos tal como construídos pelo jornal.

Haveria, portanto, certa proximidade entre estas operações e aquelas traçadas pelo *O Paiz* acerca dos suicídios contemporâneos à gripe espanhola. Em

⁴⁴ *Correio da Manhã*, 8 de setembro de 1927.

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 6 de setembro de 1927.

⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1927.

ambos momentos, os atos individuais são inferidos a partir de situações divergentes às de seus próprios agentes: aqui, os impulsos da pederastia de Febrônio; lá, quadros da “debilidade nervosa” decorrente do surto epidêmico.

Entre as próprias linhas dos periódicos, o cambiar de sentidos à diversidade poderia remontar à leitura que Ricoeur propõe sobre a variação de escalas de análise em um estudo historiográfico: “comparar entre si as visões do mundo que emergem de níveis diferentes de escala, sem que essas visões do mundo possam ser totalizadas.”⁴⁸

Jacques Revel identifica a apropriação, por parte de Edoardo Grendi, de inquietações que norteariam a obra do antropólogo Fredrik Barth, quer seja

construir modelos “generativos”: ou seja, modelos que permitem integrar completamente (e não mais como exceções ou desvios) os percursos e as escolhas individuais. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o “excepcional” se tornaria “normal”.⁴⁹

Entretanto, é Carlo Ginzburg que, entre os autores citados, revigora à expressão “excepcional normal” sua nuance documental em uma das acepções possíveis por ele apontada:

se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. [...] Quer dizer, funcionam como *espias ou indícios* de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer.⁵⁰

Para ele, a consideração do “excepcional normal” estaria intimamente ligada ao desafio metodológico diante das fontes. Porquanto indique um desvio ao grande quadro de entendimento suposto pela documentação, aproximar-se-ia das considerações propostas por Michel de Certeau sobre as citações. De toda forma, mesmo neste desvio o sujeito não estaria plenamente presente – é visto apenas

⁴⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 227. Em outras palavras, não imputar aos jornais o prisma de medição da normalidade (e, dessa forma, evitar hierarquizações prévias às fontes). Reconhecer cada qual delas em seu volume próprio e em constante duelo frente às outras. Tomar, por fim, a tensão entre estes relatos como o objeto próprio da empreitada historiográfica.

⁴⁹ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 33.

⁵⁰ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico” In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. p. 177 (grifos meus).

através da escrita de um outro. Outro este que o desmembra e reinventa segundo seus próprios intuitos.

Robert Darnton aponta no ofício do historiador a importância da “opacidade dos textos” – “entender qual é a piada [...] é um primeiro passo no sentido da 'captação' da cultura”.⁵¹ Entretanto, o autor considera a discrepância do entendimento apenas entre o historiador e suas fontes – ignorando a sua possibilidade mesmo entre os contemporâneos.

Diante desta estrutura de significação, Darnton exprime uma clara baliza: “para além dela, jaz a loucura”,⁵² servindo-se da mesma terminologia aqui empregada pelo *O Paiz* sobre os suicidas em 1918.

Para Ricoeur, contudo, atentar-se ao detalhe romperia com o terreno plano das mentalidades. Através deles seria possível entrever “como a pressão social que elas exercem sobre os agentes sociais é recebida ou sofrida”.⁵³ Ao agregar importância à recepção – e à conseguinte reapropriação daquilo que Darnton chama “idioma geral” –, práticas sociais frente ao temor da Influenza figurariam como estratégias. Não implica, contudo, na pretensão em se atingir uma “corda sensível de toda a sensibilidade que está disseminada numa cultura” a partir do indivíduo, evitando aquilo que Darnton nomeia como “corda de idiosincrasia individual”⁵⁴ – mas sim reconhecer leituras díspares; ou, melhor, tramas de diferentes *situações*.

Haveria, assim, uma dupla preocupação por parte de Robert Darnton: evitar tanto a “loucura” quanto as chamadas “idiosincrasias individuais”.

Ao propor uma empreitada que priorize conclusões de ordem geral, de toda forma, terminaria por ser aprisionado em algumas armadilhas de suas fontes. Naturaliza um sistema linguístico a propor “dentros” e “foras” de tal sorte a operar em consonância com as estratégias dos demonólogos estudados por Michel de Certeau que se propunham “eliminar uma extraterritorialidade da linguagem”.⁵⁵ Da mesma forma, resumir a pluralidade de comportamentos sob a égide da “loucura” conforme operado pelo *O Paiz* seria ignorar o caráter estratégico, por parte do

⁵¹ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 335.

⁵² Idem. p. XVIII.

⁵³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Op.cit. p. 202.

⁵⁴ DARNTON, Robert. Op.cit. p. 335.

⁵⁵ CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 246.

jornal, no emprego deste rótulo; significaria pensar o periódico como postulador (ou professor) de fronteiras sociais unívocas segundo as quais os discursos se organizariam. Descartando, portanto, a polifonia de agoras e situações percebida por entre indícios de um outro texto.

O propósito de Darnton sobre a esquiva em relação àqueles comportamentos que compreende enquanto desviantes parece estar presente, de modo semelhante, no trabalho de Jean Delumeau. Tratando sobre a possibilidade de abordar o medo enquanto objeto de estudo (e indicador de temporalidades), o autor diz ser necessário eximir-se da “fatia cuja origem reside na experiência do sujeito”.⁵⁶

Pois esta esquiva do medo construído pelo indivíduo é exatamente o método empreendido pelos jornais sobre o discurso de Febrônio. Suas referências pessoais, legadas ao campo da dissimulação, são substituídas por motivações outras. Suas estratégias pessoais, portanto, esvanecem-se na ausência das situações construídas que lhe fornecem sentido.

Estudar-se-ia os jornais – e não o homicida que pretendem alçar.

Se o infortúnio da gripe espanhola se quebra em diversas leituras (e ações) possíveis, falta a Febrônio algum medo partilhado; “está se vendo que os senhores não estão suficientemente orientados para uma fácil compreensão das sublimidades da seita”, conforme teria dito ao *Correio da Manhã*.⁵⁷ Sua *topografia*, posto que singular, soa como estranha – e, ao tentar trazê-la à linguagem, o periódico distorce-a de modo a afiná-la às suas próprias *situações*.

Assim sendo, ao contrário dos suicidas de 1918, as arquiteturas traçadas por Febrônio não teriam respaldo – uma vez dizendo respeito apenas a si, encontrava-se sozinho. Em oposição a um medo social como aquele à época da espanhola (ainda que se partindo em diferentes práticas), Febrônio agia em relação a um temor que só a ele abatia: “cada criança que eu tenho sacrificado é em benefício de cem almas que estavam sendo castigadas pelas chamas no império do fogo”.⁵⁸

⁵⁶ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 32.

⁵⁷ *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1927.

⁵⁸ Apud *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

Qual seria, enfim, o volume próprio dos ditos de Febrônio? Tomado como independente às suas apropriações pelos jornais, caberia investigar de quais citações o próprio Febrônio se servia.⁵⁹

O principal problema, aqui, seria a naturalização das nomenclaturas *construídas* pelas fontes e conseqüentemente adotadas como exceções. A estranheza defendida pela documentação sobre estes comportamentos não seria em relação a alguma situação primordial, mas sim ao *mosaico* erigido pela própria fonte.

Por idealizarem um modelo, estes fragmentos aos quais o historiador tem acesso constroem, pela negação, o estranho e pretensamente desviante. Apesar de exprimirem escaninhos nominadores, tais fontes não pretendem entrever os modos de apreciação pelos quais os agentes se situam. Distanciam-se, portanto, de uma das preocupações centrais do historiador conforme defendido por Paul Ricoeur.⁶⁰

Assim, tal indefinição entre fonte e historiografia, notável tanto nas reflexões de Darnton quanto de Delumeau, seriam utilizadas metodologicamente – considerando ou descartando outros rastros de testemunhos.

A suposição de uma homogeneidade espreada de alto a baixo, avassalando discrepâncias e isolando desvios como descartáveis, é especialmente perceptível entre os objetivos expressos por Jean Delumeau. Diz ele pretender

penetrar nos móveis ocultos de uma civilização, descobrir-lhes os

⁵⁹ Delumeau, por exemplo, tendia a considerar os casos individuais como portas de entrada ao entendimento de atitudes coletivas. Nesse sentido, as fontes parecem ser selecionadas com o intuito mesmo de confirmar uma lógica *a priori* atribuída ao conjunto – basta lembrar de seu medo em recair sobre relatos que considera “desviantes”. Tal problema é cogitado mesmo por Darnton, ainda que incidentalmente: “não existe algo de arbitrário na seleção deste material, e algo abusivo em tirar dele conclusões de ordem geral?”, questiona-se (DARNTON, Robert. Op.cit. p. 335). Em um jogo de relevos e descartes, terminariam por fortalecer a noção de desvio e subtrairia de certos agentes quaisquer possibilidades de integração às tais “propriedades latentes e dispersas da *linguagem histórica disponível*” referidas por Paul Ricoeur (RICOEUR, Paul. Op.cit. p. 224). Sobre eles não caberia a compreensão de qualquer leitura ou formulação estratégica: enquanto meras patologias, estas “loucuras” não participariam do modelo pretendido. O problema levantado pelo próprio Darnton entraria em choque com seus objetivos primeiros, quer seja a busca por um comportamento comum, médio, generalizado e uniforme: “como posso saber se toquei na corda sensível de toda a sensibilidade de que está disseminada numa cultura, em vez de uma corda de idiosincrasia individual?”, reiterando a preocupação em descartar comportamentos (e, portanto, fontes) que sejam considerados enquanto fora dessa lógica generalizadora (DARNTON, Robert. Op.cit. p. 335). Soa urgente a tentativa por reintegrar estes “desvios” (segundo a rotulação empregada por certas fontes) à “normalidade” segundo interesses próprios à historiografia: assim, esta evitaria algumas das tantas armadilhas engatilhadas pela documentação.

⁶⁰ Cf. RICOEUR, Paul. Op.cit. 202.

comportamentos vividos mas por vezes inconfessados, apreendê-la em sua intimidade e em seus pesadelos para além dos discursos que ela pronunciava sobre si mesma.⁶¹

Sob a propriedade metodológica de uma rasoura, dissonâncias e multiplicidades de agoras são reduzidas a uma homotética e unívoca voz – com seus pesadelos, sussurros, intimidades.

No entanto, ao colocar em relevo os indícios da influenza espanhola observados por entre os registros do *O Paiz*, seria notada a possibilidade de construções heterogêneas. A partir do texto, localizado metodologicamente em uma rede própria de interesses, seria possível notar outras referências *topográficas* acerca do agora – fracionado em diferentes *situações*. Afinal, não apenas em relação ao poema de Raimundo Correia ou à defesa da pederastia de Febrônio os crimes de 1927 poderiam ser analisados.

E, a partir deste reconhecimento, considerar o nivelamento de discursos como estratégia própria às fontes adotadas; assim, rejeitar metodologicamente o documento desviante seria reiterar relações propostas pelos relatos tomados como “exemplares”.⁶²

Haveria, portanto, uma gama de possíveis em detrimento de um molde exemplar e homogêneo.

Enfim, se há uma motivação política ao nivelarem-se formulações sobre a epidemia ou o Rio de Janeiro de 1927, caberia, conforme intentado por Jacques Revel, enalçar “como foram retranscritas, em *contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos*, as injunções de poder”.⁶³

Todavia, de tais “contextos”, posto que topografias de situações, restariam apenas fragmentos nos textos dos periódicos. Em detrimento de um modelo

⁶¹ DELUMEAU, Jean. Op.cit. p. 29.

⁶² Em outras palavras, deve-se evitar a suposição de uma hierarquia unívoca entre as fontes. E, juntamente a este esforço historiográfico, afastar-se de quaisquer medições destes relatos em relação a um suposto real o qual simplesmente informam de modo puro e inequívoco. Reconhecer, enfim, a própria documentação como compondo este real (ou, melhor, reais possíveis).

⁶³ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 29 (grifos meus). Este mosaico evidenciar-se-ia na própria narrativa historiadora ao priorizar-se uma estética cubista à escala. Opondo-a ao paradigma realista, parece sublinhar de modo mais claro e incisivo a pluralidade de contextos, a heterogeneidade das fontes e a incerteza de um evento anterior à documentação.

homotético a abarcar cada qual dos agentes sociais, perceber práticas diante do vocabulário de referências disponível.

Enfatizar, portanto, indícios que possam ameaçar o quadro inequívoco proposto pelas fontes. E, para tanto, abandonar qualquer pretensão ao estabelecimento da média de comportamentos. Erigir, enfim, uma pluralidade de possibilidades a partir de referências semelhantes – este sendo, segundo Paul-André Rosenthal, o principal propósito do “modelo generativo” de Frederik Barth.⁶⁴

Se, em meio às referências de Pedro Nava, aos fragmentos estranhos à epidemia são imputadas cores e sentidos a fazerem deslizar suas significações, os mosaicos articulados por Febrônio poderiam reunir substratos criando uma *situação* e consequentes estratégias: enquadrar a preocupação por calar enquanto método da pretensão homotética, não como propriedade do objeto.

1.2.2 A medicação do infortúnio: para além de novembro

A diacronia possibilitada pela análise d’*O Paiz*, evidenciando reconstruções semânticas à sorte do avançar epidêmico, traria consigo evidências de mobilidade

das margens erguidas entre os assuntos no periódico. Um intercâmbio estratégico, a despeito das fronteirizações, tornar-se-ia perceptível.

Antes mesmo dos primeiros casos de gripe espanhola na cidade do Rio de Janeiro, ainda no primeiro dia do mês de outubro, a seção “Vida Social” é interrompida por um anúncio: “um novo dia”, bradava em seu título.⁶⁵

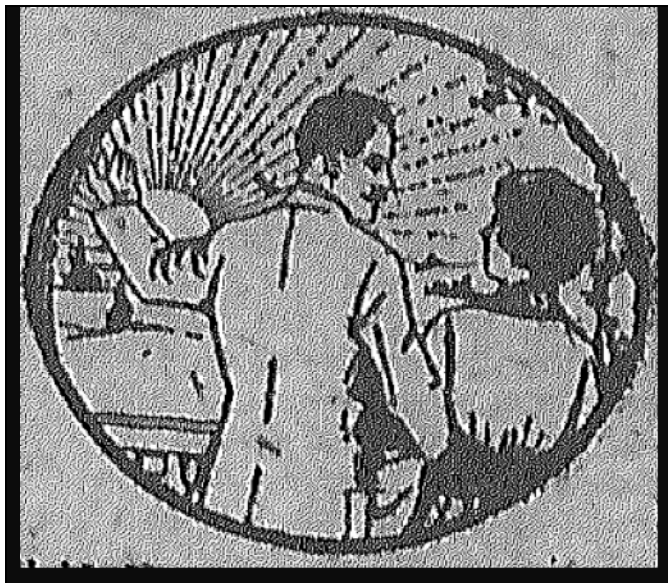


Fig. 10, imagem referente ao anúncio das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* (*O Paiz*, 1 de outubro de 1918)

⁶⁴ Cf. ROSENAL, Paul-André. “Fredrik Barth e a Microstoria” In: Jacques Revel (org). Op.cit. p. 161

⁶⁵ *O Paiz*, 1 de outubro de 1918.

Joga com um claro par de opostos, o contraste entre “sua vida de dores e sofrimentos” e a defesa de que “um sol brilhante espalha alegria e felicidade”; referindo-se às dores como próprias à “sua vida”, marca a distância entre este sofrimento e a “alegria e felicidade” trazida pela alteridade do sol.

Margeando o texto, uma imagem agrega alguns sentidos à peça.⁶⁶ A polarização é aqui replicada: à direita, uma senhora é representada com os traços mais grosseiros da composição e, ao tanto realçar as sombras quanto esconder-lhe a face revelando apenas seus escuros cabelos, mergulha em certa escuridão; em seu oposto, à esquerda, um sol de raios descontínuos, pontilhados, realça a ausência de sombras na paisagem do horizonte e reforça a claridade. Ambos, uma vez apartados, são rerepresentados por um homem que, vestindo um jaleco branco, toma a senhora ao braço mostrando-lhe a claridade que aponta com sua mão esquerda. Intermediando o encontro, o médico fita a paciente nos olhos. Seus braços, por outro lado, são mais enérgicos: agem no sentido de transpor a tal “sua vida de dores e sofrimento” ao dito “sol [que] espalha alegria e felicidade”.

No texto, este traslado é operado exatamente pela intervenção médica: “todo o mundo é mais formoso e melhor quando sente sangue quente e vermelho



Fig. 11, imagem referente ao anúncio das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* (*O Paiz*, 15 de outubro de 1918)

circular nas veias, os nervos tranquilos e o *seu* corpo rejuvenescer”, defende o anúncio. Pois, para tanto, seria necessário o uso das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*, que “enriquecem *seu* sangue enfraquecido e normalizam *seus* nervos desarranjados”. Tudo o que é “*seu*” (não apenas a “vida”, como indicado nas primeiras

⁶⁶ Cf. Fig. 10.

linhas, mas também “corpo”, “sangue” e “nervos”) apenas alçaria à claridade do sol e sua consequente “alegria e felicidade” pelo intermédio do produto.

Semanalmente, sempre às terças-feiras e em meio às mesmas colunas diagramadas do “Vida Social”, os anúncios das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* eram veiculadas pelo jornal ora se repetindo, ora replicando a mesma formatação com textos e imagens diferentes.

Mesmo antes dos primeiros casos da influenza espanhola aportarem na cidade, a normalidade da veiculação do remédio estabelecera-se nas páginas do periódico.

“Lembrai-vos, meus filhos”, duas semanas depois bradava o título de outro anúncio do medicamento.⁶⁷ Na imagem, alguns poucos deslizamentos em relação à construção passada seriam operados.⁶⁸ O frasco do remédio, juntamente com a mãe que o segura, figuraria como o médico. O olhar materno, fitando as pílulas, volta-se à importância do tratamento; suas mãos unem o produto a seu uso – enquanto a direita suspende os comprimidos às vistas, a esquerda repousa cuidadosamente sobre o ombro de seu filho. O cuidadoso olhar do médico e o vigor de suas mãos, como explorados pela imagem do dia 1^o, aqui são compartilhados pelo medicamento e a mãe que o receita a seus filhos. No texto, a recomendação: “lembrai-vos, *meus* filhos, de tomar todos os dias as *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*, graças às quais sois agora tão lindos e robustos”, devendo à medicação o papel de resguardar o corpo até então; “assegurai-me que não deixareis de tomá-las um só dia, e assim ficarei tranquila, sabendo que a *vossa* saúde não está em perigo”, projetando no remédio a responsabilidade da segurança futura. Seriam

estas as recomendações de uma mãe inteligente e amante de *seus* filhos, que sabe como protegê-los das doenças que ameaçam durante o desenvolvimento e sabe que eles precisam do sangue vermelho, quente e puro, para estarem vivos e alegres, o que se obtém tomando as *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*.

E, em sua última frase, o anúncio clama: “Protegei *vossos* filhos”. Aqui, a fragilidade é redirecionada de si para os filhos – são eles indicados pelos pronomes possessivos;

⁶⁷ *O Paiz*, 15 de outubro de 1918.

⁶⁸ Cf. Fig. 11.

“vossos filhos”, “meus filhos”, “vossa saúde”, conforme repetidamente configurado pela comunicação.

A constância diacrônica da veiculação, semanalmente sendo localizada entre as mesmas colunas do “Vida Social”, é logo subvertida. Tão logo a gripe espanhola passa a reinventar a cidade e as margens das páginas d’*O Paiz*, a normalidade das propagandas também é recriada.

Já na quinta-feira seguinte à imagem da mãe zelosa medicando seus filhos, contando, portanto, apenas dois dias, as *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* voltam a ser citadas. Sua prescrição, contudo, sofre certo deslizamento de sentido sob o título de “depois da influenza”. Não há, como até então era costumeiro, qualquer imagem a acompanhar o texto; restringe-se a um fragmento a propor determinado contexto médico à epidemia:

a maior parte das pessoas atacadas pela “influenza” ou gripe, *ficam débeis e nervosas depois de desaparecer a febre*. Em todos estes casos terão sempre um magnífico resultado tomando as *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*, pois que, desde 30 anos, se comprovou, depois de cada epidemia na Europa e na América, sua eficácia.⁶⁹

Abandonando construções cuidadosamente formuladas, como aquela da mãe zelosa ou do médico indicando o sol à enferma, reduz-se ao combate dos males subsequentes à doença que se disseminava pela cidade – e, por si só, já nutria de sentidos o uso do remédio.

Diante da urgência do infortúnio da gripe espanhola, o medicamento é ascendido à linguagem de uma outra forma; e, assim, seus usos tornam-se móveis e orgânicos. A falência da estrutura discursiva já engessada pelos anúncios das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* indicaria mudanças nas expectativas de seu público.

Sua indicação com a finalidade de evitar os sintomas das pessoas que “ficam débeis e nervosas depois de desaparecer a febre” dialogaria não apenas com as construções sobre a “loucura” que dias depois o próprio jornal vincularia aos atos suicidas, mas também com a declaração de Carlos Seidl, em reunião da Academia de Medicina no dia 10, dizendo ter publicado em jornal vespertino da capital: “a gripe revela-se basicamente pela imediata intoxicação mais ou menos profunda, porém

⁶⁹ *O Paiz*, 17 de outubro de 1918 (grifos meus).

sempre duradoura, do sistema nervoso”.⁷⁰ De toda forma, os modos de entendimento acerca desta tal intoxicação seriam díspares; ao passo que a coluna “Casos de Polícia” enquadrava-la-ia como alienadora dos atos ao desarticular seus sentidos estratégicos, a peça publicitária dela serve-se enquanto motivadora da estratégia de apelo ao medicamento.

Mas não apenas das *Pílulas do Dr. Williams* trata a comunicação. No parágrafo seguinte diz existir

também agora nas principais drogarias e farmácias o valioso laxante Pinklets, especialmente adaptado para tomar conjuntamente com as Pílulas Rosadas do Dr. Williams, no caso de não funcionar o ventre com regularidade.

A normalidade e periodicidade da propaganda é afetada. Sendo mais frequentemente veiculados, desobedecendo à frequência das terças-feiras, os anúncios do medicamento revelam urgência por relacionarem-se à doença como estratégia possível. Apelando a outros sentidos os quais agregar à marca, evidenciaria alguma mudança para além de suas margens. Sequer localizado na tradicional seção “Vida Social”, passa a dividir espaço em uma seção própria de classificados que, até então, resumia-se a propagandas de sapatos, tecidos, vernizes, sabonetes mas na qual agora pululam outros medicamentos e alternativas à epidemia.

Da exclusividade proporcionada por outros *topói* do jornal, ora as *Pílulas do Dr. Williams* são ladeadas por concorrentes. Em seus flancos, o depurativo *Tayuyá*; o tal “grande remédio” *Rhodine* prometendo “ação enérgica sobre enxaquecas, nevralgias, gripes, reumatismos”; as promessas do Dr. Maura Lacerda, com o título “influenza espanhola”, de curar “esta moléstia grave e infecciosa, radicalmente, sem drogas” – “não perdeu ainda um só doente”, gaba-se; elixires de Caroba e Velame; “influenza espanhola”, conforme referido por outra nota, “cura-se e evita-se com ervas medicinais à venda na rua da Constituição, nº 17”; o *Luetyl*, “de paladar agradável”, exaltando ter sido adotado pelos hospitais do Exército e da Marinha; *Vidalon*, um tônico vendido não apenas no Rio de Janeiro, mas também “em todas as farmácias e drogarias do mundo”; contra as febres, *Aniodol*.

⁷⁰ “Debates na Academia de Medicina em sessão de 10 de outubro de 1918” In *Revista Médico-Cirurgica do Brasil*, Ano XXVI, nº11, Rio de Janeiro, 1918. p. 591.

Decorrente de uma demanda crescente fomentada pela generatividade de estratégias possíveis, há uma multiplicação de anunciantes. A influenza seria uma das tais “moléstias secretas” que o *Injection Cadet*, na edição do dia 13, promete curar. O hermetismo sobre a epidemia, aliado à insegurança residente para além das páginas do jornal, incluiria a Espanhola no rol de indicações dos mais variados elixires. Parece ser exatamente a tal incerteza de diagnóstico que se refere o *Peitoral de Angico Pelotense*, no mesmo dia 13, ao proclamar-se a cura das “influenzas” em sua forma plural. Mesmo desinfetante bucais, como o *Odorans* propõe no dia 15, são indicados para o impedimento do mal.

Por dialogarem com estratégias não veiculadas nas seções do jornal, posto que caladas por intuítos como aquele perceptível no “Casos de Polícia”, estas notas comerciais representam pequenos desvios a reiterarem a heterogeneidade discursiva. Como *citações*, traem as linhas indicadas por cada qual das colunas regulares do *O Paiz*; indiciariamente apontam para uma parcela de mercado aberta e, portanto, também para toda sorte de atos e apreciações sobre a doença. Porquanto deslizes de algo além das margens erguidas, supõem a impossibilidade de um modelo homotético tal como julgado pelas topografias defendidas pela folha.

Supor a polarização entre aqueles que, pretendendo derrocar a epidemia, recorriam à deposição de Carlos Seidl ou à proteção de São Sebastião, em sentido próximo ao arriscado por Pedro Nava em suas lembranças, pareceria equivocado. Entre tantas disposições diferentes de entendimento sobre a doença, estratégias pessoais e cosmologias partem-se e se multiplicam ao tom destas tantas situações discursivamente erguidas.

Em um desses recursos a possíveis soluções distantes à administração da Saúde Pública ou à religião, *O Paiz* noticia no dia 24 de outubro um embuste. Nelson Coutinho, referido como advogado, “entendeu que podia intitular-se médico e, munido de um livro de receitas, andava fazendo visitas médicas e receitando”.⁷¹ Aproveitando-se da urgência por tratamentos, como percebido entre os numerosos e reinventados anúncios de medicamentos, logo conseguira pacientes. Alimentando-se do vacilar cidadão, explorava financeiramente a oportunidade trazida pela

⁷¹ *O Paiz*. 24 de outubro de 1918.

epidemia. Uma vez descoberto pela polícia, fora remetido ao corpo de segurança pública.

Na manhã seguinte, no entanto, Nelson Coutinho esteve à redação do jornal “pedindo-nos declarar não se entender com ele a notícia que há dias publicamos sobre um advogado detido pela polícia”.⁷² Dizia-se bacharelado em Direito e filho de certo coronel Francisco Coutinho. Por fim, o jornal admite: “por engano saiu Nelson Coutinho, quando o nome do falso médico era Décio Coutinho”.

Mas, naqueles tempos de suspensão, a incerteza pairava não apenas acerca da difusão infecciosa – posto que excitado, o Rio de Janeiro rompia com a normalidade, para além da cadência proposta pelas seções do jornal, mesmo de seus sentidos costumeiros. E, em 27 daquele mesmo mês, o assunto sobre o engodo é retomado:

o advogado Nelson Coutinho, há dias preso, quando se intitulava médico, não sendo um estranho à polícia, por outros casos em que já tem estado envolvido, fez-nos também vítimas das suas trampolinices, vindo pedir uma retificação à nossa primeira notícia e indicando-nos um nome semelhante como sendo o do falso médico.

Refere-se, ainda, à tal valise com receituários com ele apreendida quando preso à avenida Gomes Freire: “pertence ao Dr. Dias Nóbrega, não estando ainda apurado como foi passar às mãos do embusteiro que tão audaciosamente abusou da nossa boa fé”.

E assim, diante dessa irresolução, no dia seguinte o jornal volta mais uma vez atrás sob o mesmo título de “um falso médico”:

não se entende absolutamente com o acadêmico de direito Nelson de Andrade Coutinho, filho do coronel Francisco Coutinho, de S. Paulo, a notícia que demos com o título acima. O meliante preso pela polícia é um indivíduo que dá pelo nome de Nelson Gonçalves Coutinho e não é de S. Paulo.⁷³

Reconhecimentos de autoridades díspares juntam-se a tal constelação de remédios e apropriações. Na ausência de qualquer centralização, fazem desfilas as mais diferentes referências *topográficas*. No dia 13, já em meio aos primeiros óbitos pelo mal, o grupo espírita Luzia M. Torterolli anunciava distribuir “medicamentos

⁷² Idem. 26 de outubro de 1918.

⁷³ *O Paiz*, 28 de outubro de 1918.

homeopáticos gratuitamente”. Segundo o texto, “os médicos desencarnados e os anjos da guarda aconselham sempre o Alcatrão e Jatahy de Honório do Prado”.⁷⁴

Uma semana e meia depois, com a moléstia já em franco avanço, destaca o papel da Federação Espírita Brasileira a atender “não só associados como estranhos, que ali vão em romaria buscar medicamentos, receituários e até alimento”.⁷⁵ Enveredando para a nuance religiosa da instituição, defende o jornal que

esta benemérita Federação, justificando plenamente a sua legenda – “Deus, Cristo, Caridade” – tem atendido e socorrido a uma média de 5.000 pessoas diariamente, sendo aviadas cerca de 10.000 prescrições.

Apelando à reformulação sobre a Trindade executada pela legenda, dela enfatizando o auxílio, o periódico recorre a determinado entendimento a respeito de seu caráter. Residindo fora do refúgio das numerosas procissões para São Sebastião, toma para si a religiosidade de forma divergente; “justificar plenamente” a legenda “Deus, Cristo, Caridade” seria, para *O Paiz*, exercer o último dos três termos cadenciados pelo *slogan*.

Representadas como alternativas à incerteza *topograficamente* construída, tanto a Federação Espírita quanto as receitas aviadas pelos “médicos desencarnados e os anjos da guarda” do grupo espírita Luzia M. Torterolli seriam tomadas como, entre remédios, préstitos, diretores da Saúde Pública e charlatães, componentes de um quadro de possíveis.

E assim, em meio à cidade convulsiva, agitam-se também diferentes modos de entendimento irreduzíveis a uma fórmula que se pretenda alçar a um modelo ideal.

* * *

Uma vez evitando enveredar por entre algumas construções *topográficas* a transformarem certos atos em estratégias, *O Paiz* parece retratar uma cidade delirante. Relata casos incomuns ao cotidiano. Replicam-se cadenciados pela

⁷⁴ *Idem*. 13 de outubro de 1918.

⁷⁵ *Idem*. 24 de outubro de 1918.

propagação da Espanhola e, por conseguinte, da pluralização estratégica que daí decorre.

Já mesmo logo depois das primeiras mortes causadas repentinamente pela doença, deixando cadáveres às ruas e encorajando os primeiros entoares do *Libera me* na Igreja da Candelária, o “Casos de Polícia” trazia uma notícia incomum àqueles primeiros dias da suspensão: “nas proximidades da ilha do Bom Jesus, onde demora o Asilo dos Inválidos da Pátria, foi encontrado ontem, à noite, a boiar sobre as quietas ondas da baía, um feto acondicionado em uma caixinha de papelão”.⁷⁶ O comandante do Asilo, conforme consta na nota, teria participado o caso à polícia marítima que, em seguida, removera o cadáver ao necrotério. O tal “misterioso aparecimento”, conforme adjetivado pela folha, parecia um caso excepcional entremeado à normalidade, mera hesitação do cotidiano – assim como as tantas notícias de falecimentos súbitos que o ladeiam por todo o jornal.

Todavia, a recorrência desta sorte de ocorridos logo se estabeleceria.

No dia 15, o título “mais um esquisito achado” surge na seção “Casos de Polícia”. Introduz a notícia com a lembrança de um “membro do corpo humano”, encontrado dois dias antes, amputado e deixado à rua do Rezende. A polícia, segue, “ontem novamente teve a preocupar a sua atenção o aparecimento de uma mão humana, de cor parda, já em estado de putrefação, em um terreno da rua Dr. Frontin, nos fundos da Saúde Pública”.⁷⁷

Naquele mesmo dia, e na mesma coluna do jornal, o título “misterioso achado fúnebre”. Próximo ao local onde, segundo a notícia anterior, encontrara-se uma mão apodrecida, D. Maria Weimgastan tivera uma surpresa ao abrir a porta da rua pela manhã. Deparara-se com “o cadáver de uma criança recém-nascida, com as pernas e o braço esquerdo amputados”.⁷⁸ Ao chegar das autoridades policiais, logo fora descoberta, no jardim da casa, “uma saia de chita ensanguentada, parecendo ter servido para envolver o fúnebre achado”. Legistas e agentes do gabinete de identificação, enviados para o local, examinaram as proximidades pouco antes de ser “enviado o pequeno cadáver para o necrotério policial”. Sobre os destinos da

⁷⁶ *O Paiz*, 12 de outubro de 1918.

⁷⁷ *Idem*. 15 de outubro de 1918.

⁷⁸ *Idem*. *Ibidem*.

investigação, é sucinto: “o inquérito aberto sobre o fato, na delegacia do 20^o distrito, começou pelo depoimento das pessoas da casa, que nada adiantaram”.

Algumas edições depois, moléstia já amplamente disseminada, noticiava-se um princípio de confusão no cemitério de Irajá. Numerosas famílias, cada qual com seus mortos por serem enterrados, disputavam a preferência “porque deficiente era o número dos coveiros e avultado o número de esquifes a baixar à tumba”;⁷⁹ algumas linhas antes, a referência a Luiz Gouveia, caído em via pública, tendo “ingerido um tóxico com ideia de suicídio”; a briga, em função do preço abusivo cobrado por uma seringa, entre Antônio Nogueira e um desses “farmacêuticos que indecentemente estão se aproveitando de um momento angustioso em que todos devem ser humanos”; encravado entre estas notícias, destacado pelo título de “Influenza Espanhola”, o anúncio de *Odorans*, “poderoso antiséptico e desinfetante para a boca, garganta e nariz”. E assim, dividindo espaço com tantas referências a ardis frente a tão confusos dias, a inscrição “mais um”: outro recém-nascido esquartejado, desta vez encontrado sob o banco de um trem da Central do Brasil.

A lacuna de informações sobre a série regular de cadáveres esquartejados obedece à estratégia do *O Paiz*: não há nestes atos quaisquer marcas estratégicas. Impõe-se o silêncio.

Estando o contato com a epidemia mediado pelo nivelamento realizado por seu discurso, torna-se aberto a algumas poucas cosmologias, como quando do elogio à Federação Espírita Brasileira e sua legenda “Deus, Cristo, Caridade”, as referências aos cortejos por São Sebastião ou seus posicionamentos diante da política da Saúde Pública. No mais, restam indícios esparsos perceptíveis principalmente ao romper com o padrão diacrônico de suas seções – como as notas de suicídios ou reformulações dos anúncios das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*.

Dos remédios às procissões clamando a ajuda de São Sebastião, todas estas práticas dizem respeito a respostas frente à situação epidêmica; de toda forma, tal *situação*, ao passo que se configura das mais diferentes formas, é erigida de modo plural. Assim sendo, as estratégias traçadas não necessariamente dependem do avanço efetivo do perigo, mas sim de referências que, muitas vezes, são alheias à

⁷⁹ *Idem*. 17 de outubro de 1918.

doença – assim como as linhas de Pedro Nava remetem a deslizamentos semânticos de obras originalmente estranhas à Espanhola. Significariam, enfim, fragmentos que, uma vez ordenados e reconfigurados em relação a tantos outros, ergueriam o contexto no qual situar a si.

Uma vez suspenso o dia-a-dia apaziguador, as tais “idiossincrasias individuais” tão temidas por Robert Darnton⁸⁰ viriam documentalmente à tona, ainda que indiciariamente, de forma mais clara. Ao passo que se generalizam, transparecem nas páginas d’*O Paiz* por terem atribuídas a si o caráter de não mais mera fuga à regra cotidiana.

“Ao seu término, a epidemia de gripe espanhola deixara um saldo de mortes e de desorganização social, política e econômica”,⁸¹ frisa Adriana Goulart. Este saldo, contudo, parece não bastar; é apreendido segundo uma pluralidade de composições.

Logo se restabeleça o ordinário à cidade, operar-se-ia uma reformulação dos discursos. Na ausência do infortúnio generalizado, a fronteira entre a “exceção” e o “normal” voltaria a ser mais nitidamente tratada.

A doença vista não apenas como índice de óbitos, mas também enquanto evento a ser explicado e escalonado pelos diferentes conhecimentos. Assim, poderia transbordar (mesmo que discursivamente) para além de novembro, quando há o declínio de seu grassar estatístico.

Alguns poucos meses depois da derrocada definitiva da doença, anúncios nos jornais da capital divulgavam a “União Brasileira”.⁸² Fundada por Febrônio, tratar-se-ia de uma companhia “destinada a prestar auxílios médicos, farmacêuticos e funerários”,⁸³ conforme constante no laudo publicado em 1929 por Heitor Carrilho, então psiquiatra responsável pelo caso envolvendo o suspeito. À época imediatamente posterior à epidemia – e, portanto, na década anterior aos homicídios atribuídos a Febrônio – a “União Brasileira”, alegando precisar de cobradores, deles exigia, “para entregar-lhes recibos de supostos contribuintes que

⁸⁰ Cf. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 335.

⁸¹ GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistotélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado: UFF, 2003. p. 181.

⁸² Cf. *O Paiz*, 12 de dezembro de 1918; *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1918.

⁸³ CARRILHO, Heitor. “A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil)” In: *Archivo Judiciario*. vol 10, abr/jun 1929. suplemento. p. 129.

jamais eram encontrados, o depósito em dinheiro de quantia de que por esse artifício se apossara”.⁸⁴ Durante os meses que operara, e já irrompendo o ano de 1919 adentro, o golpe subtraía 200\$000 de Antônio Tavares, José Ribeiro, Luiz Martins, Luiz Baldi e Bernardino Lopes. De outro único lesado, Gumercindo José Ferreira, Febrônio conseguira a quantia de 150\$000. Tratava-se de um logro meticulosamente arquitetado de forma a render capital sem, por fim, oferecer nenhum serviço em contrapartida.

Assim, o embuste aplicado por Nelson Coutinho, dizendo-se médico e receitando durante a epidemia, o virtual aumento da oferta de medicamentos em conjunto com a reformulação de suas prescrições e os tais “auxílios médicos, farmacêuticos e funerários” oferecidos pela falsa companhia de Febrônio aproveitaram-se da mesma demanda gerada pela incerteza – ainda que alguns meses posteriores ao novembro que encerrara o incomum volume de óbitos.

A estratégia traçada pelo golpe, culminando na cifra de 350\$000 estimada pela polícia, indiciariamente parece valer-se de determinadas possibilidades, se não abertas pela influenza, documentalmente mais explícitas durante a epidemia. Ainda que exemplificando, à letra da lei, um desvio, a prática de Febrônio, aqui, não representa uma exceção. É um elo a *topografias* que transcendem seus atos particulares. E outras palavras, Febrônio vivencia a cidade e toda a gama de possíveis nela tramada.

Todavia, mesmo antes de seu enredo ter sido descoberto, por diversas vezes fora remetido à delegacia sem, no entanto, ter um processo constituído ou ser mandado para a Casa de Detenção. No prontuário criminal organizado pela 4ª Delegacia Auxiliar em 1927, quando dos homicídios de que seria acusado, Febrônio figura como bem conhecido pelas autoridades: em 20 de novembro de 1918, enquanto o número de mortes pela Espanhola ainda declinava, “foi recolhido ao Depósito de Presos para conveniente destino”, uma vez tendo sido “apresentado por ser vadio”.⁸⁵ Logo, contudo, fora liberado e, a 2 do mês seguinte, mais uma vez é “apresentado por ser vadio e chantagista”; novamente é preso na Colônia, desta vez sendo liberto apenas em fins de janeiro. Mais uma vez, em 6 de junho é recolhido à

⁸⁴ Idem. Ibidem.

⁸⁵ Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 57.

delegacia “por ser chantagista e vadio conhecido” e, novamente, solto em seguida. Por todos esses meses, apesar de representado reiteradamente como chantagista, nenhuma menção à tal “União Brasileira” consta nos autos.

De toda forma, em 26 de dezembro do ano de 1919, o logro fora definitivamente descoberto e Febrônio remetido para a Casa de Detenção, conforme a folha de antecedentes organizada em 1927.⁸⁶ Assim sendo, mesmo tendo sucedido um ano ao abatimento da gripe espanhola, alguns de seus *topói* permaneceram como arquitetas tanto de situações quanto de ardis.

A despeito do recuo epidêmico, sob as margens de uma escala mais estreita a enfatizar o infortúnio pessoal poderia haver a permanência de certas *situações* ou topografias.

Encabeçando o motivo da prisão, o artigo 338 do então Código Penal, estelionato, em específico seus parágrafos 5º e 8º:

5º Usar de artifícios para surpreender a boa fé de outrem, iludir a sua vigilância, ou ganhar-lhe a confiança; e induzindo-o a erro ou engano por esses e outros meios astuciosos, procurar para si lucro ou proveito; [...]

8º Usar de falso nome, falsa qualidade, falsos títulos, ou de qualquer ardid para persuadir a existência de empresas, bens, credito, influência e suposto poder, e por esses meios induzir alguém a entrar em negócios, ou especulações, tirando para si qualquer proveito, ou locupletando-se da jactura alheia.

Febrônio permanecera encarcerado por cento e quarenta e três dias, registrando saída apenas em 17 de maio do ano seguinte.⁸⁷

A documentação aqui esmiuçada, contudo, apenas indiciariamente é aberta ao *mosaico* da situação enredada por Febrônio. Diz-se que, apenas dezoito dias após ter sido liberado, é novamente preso em 4 de junho de 1920. Segundo os levantamentos de Heitor Carrilho, teria pedido “licença ao dono da hospedaria n. 53 da rua da Constituição para ir à ‘privada’ e, entrando na mesma hospedaria, arrombou a gaveta da mesa onde estavam guardados dinheiro e papeis”.⁸⁸ Ao ser surpreendido, correrá porta afora sendo seguido e, então, imobilizado por diversas pessoas.

⁸⁶ Idem. fl. 124-5.

⁸⁷ Idem. Ibidem.

⁸⁸ CARRILHO, Heitor. Op.cit. p. 129.

Fora preso e, em algum dos cento e nove dias que permanecera no Presídio de Dois Rios,⁸⁹ em meio a leituras bíblicas, a revelação do Arcanjo Gabriel à qual se refere teria sido operada. Quando solto, iniciar-se-ia sua trajetória mítica – ainda que de cunho pessoal e não partilhada pela pena de outras fontes como a *Gazeta de Notícias* ou o *Correio da Manhã*.

Das tantas vezes em que fora, a partir de então, detido, restam apenas os laudos organizados em 1927, quando acusado de crimes mais graves e de maior repercussão. Em outras palavras, sobre esses ocorridos próximos à influenza de 1918 Febrônio surge entre o nivelamento operado pela autoridade que o descreve. Sua voz, surgindo apenas indiciariamente, pode remeter a certas poucas disposições disseminadas quando da crise epidêmica, mas apenas o faz pela latência de um discurso que não é o seu.

O texto do *Revelações do Príncipe do Fogo*, de toda forma, representaria uma alternativa. Corrida por seu próprio punho, esta documentação poderia não apenas elucidar as estratégias que traçara naqueles anos, mas também indicar sua leitura dos diferentes *topói* a ele alheios, mas dispersos e indicados durante a epidemia de 1918 – o *mosaico* da situação no qual se encerra e se localiza na justaposição e diálogos que propõe.

É Sabina Loriga quem, ao interpretar a obra de Taine, propõe revisitar as relações do indivíduo com aquilo ao qual se refere: a experiência individual seria a chave para se abordar a experimentação do mundo.

Assim, a *noção de fato* se transformava (para ele, um sonho ou uma fantasia eram dados objetivos e concretos), e o importante não era mais a análise da ação em si, mas de tudo o que a havia precedido.⁹⁰

Tais “fatos” apontados por Loriga, aqui entendidos como construções situacionais, fragmentam-se. As ficções de Febrônio (ou, como compreendidas pelos jornais, suas mentiras e dissimulações) figuram como arquiteturas pelas quais traspassa seus atos. De toda forma, apesar da excentricidade a elas apontadas por fontes de outras naturezas, poderiam partilhar de referências e *topói* com outras instâncias. Mas, ao não se referirem a algum *infortúnio social* como a epidemia de

⁸⁹ Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 124-5.

⁹⁰ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 241 (grifos meus).

espanhola, são tomadas como estranhas e excepcionais. Por outro lado, porquanto fruto de determinada *situação pessoal*, cadenciar-se-ia por suas próprias linhas e proposições.⁹¹

Mas, para tanto, o *Revelações do Príncipe do Fogo* não poderia ser encarado como mero indício entre linhas de um outro; é preciso buscar as citações e referências tratadas pelo próprio Febrônio: seus *topói* e arquiteturas. Ou seja, dar margem à experimentação tal qual empreendida pelo sujeito – e aproximar-se de sua leitura.

Nava, ao trazer à memória a gripe espanhola, mescla-a às cores e tonalidades de obras de Munch, Poe e Gericault; dos artigos d’*O Paiz* arriscando entendimentos sobre o caráter político da epidemia, desfilam referências a La Fontaine, Camões, Taunay, Dante, aos “reis mitológicos [que] exorcizavam os demônios das moléstias”;⁹² a *Gazeta de Notícias*, retratando a dor da mãe de João Ferreira diante de Febrônio, atribui-lhe pinceladas de um tempo outro a partir dos versos de Raimundo Correia. Tais tempos, quer seja a tragédia ocorrida em 1918 ou os homicídios de 1927, não se sustentam em si mesmos – recorrem a tantos outros de modo a fundarem diferentes temporalidades animadas pelo sopro da leitura.

Estas apreciações singulares, de toda forma, muitas vezes são encobertas por determinadas naturezas documentais. Assim como a ligação entre os suicídios e a gripe espanhola, entrevista apenas de viés e imiscuída em indícios nas páginas d’*O Paiz*, os ditos de Febrônio, controlados e postos em xeque, traem algum infortúnio próprio ao réu. Sua temporalidade particular (sua *situação* e os anacronismos dos quais se vale para construir seu discurso) é citada e reformulada. Imputam-lhe, nos periódicos, motivações; tornando-o “insinuante” e “maneiroso”, deslegitimam cada qual de suas linhas.

Algo que lhe é próprio, pessoal, como nuances de certo medo íntimo, é fragmentado. Sua *situação*, tomada como farsa, é substituída por outra segundo a qual torna-se vilão a contrapor-se às famílias de suas vítimas.

⁹¹ Estes intuitos, cada vez mais latentes na historiografia de meados do século XX, em esquivar-se do herói e dirigir-se ao dito “homem comum”, teriam na obra de Edward P. Thompson, desafiando a um só golpe tanto o marxismo ortodoxo quanto o estruturalismo, novo fôlego. “Desde então, a noção de experiência começou a erodir a de estrutura”, defende Sabina Loriga (idem. p. 244).

⁹² *O Paiz*, 17 de outubro de 1918.

Entre ambas catástrofes, a compartilhada (gripe espanhola) e a pessoal (o caso Febrônio), incidiriam discursos estranhos a seus protagonistas; nivelando-os e impondo rotulações, forçariam seu emolduramento em quadros preestabelecidos. Febrônio Índio do Brasil, de toda sorte – assim como Pedro Nava – imputaria a estes quadros cores outras. Colocar suas pinceladas em relevo poderia apontar a um outro limite dos possíveis, um *mosaico* que, a partir das tintas do comum, fundaria tragédias singulares.

Através das referências e filiações travadas no *Revelações do Príncipe do Fogo*, a cidade do Rio de Janeiro e sua vivência poderiam ser retranscritas sob um prisma estreito do singular, excepcional – ao menos em relação ao maciço das fontes que tentam tratar de Febrônio. Uma construção sobre seus atos, enfim, onde a caracterização como “crime” não seja fundamental; uma outra possibilidade de entendimento neste duelo documental de inteligibilidades.

2. Redenção: textualidade urbana

*“Mas não compreendia bem por qual motivo as qualidades de um homem comum podiam tornar-se acusações esmagadoras contra um culpado.”
(Albert Camus. O Estrangeiro)*

Por entre as ramagens do Corcovado, Febrônio Índio do Brasil podia ver a cidade do Rio de Janeiro à distância. Esquinas apertadas relutavam em ceder às largas avenidas abertas anos antes; os sons do cotidiano, naquele ermo, cediam ao silêncio. Anterior aos homicídios de 1927, sua presença neste espaço do Rio de Janeiro possibilitaria um outro entendimento acerca de sua trajetória pessoal.

Ele, vislumbrando a quietude da paisagem, partilhava do mesmo espaço no qual as famílias tradicionais faziam passeios ao ar livre. Após a construção, em primórdios do século, de um hotel, do mirante e da estrada de ferro cortando a mata, a relação com este pico do relevo carioca tornara-se mais próxima. “No alto do Corcovado, a vista da cidade era a atração”, como pontuado por Lúcia Grinberg.¹ À imensa pedra que se ergue acima à malha citadina, contudo, Febrônio atribuía sentidos outros àquele de mero divertimento.

Nu, tinha apenas uma faixa vermelha cingindo-lhe a cintura. Com uma espada furtada da Colônia Correccional em punho, aguardava na mata seu algoz para um duelo. “Lúcifer viveu sete gerações e eu que sou um enviado do ‘Deus Vivo’ sobre a Terra, está escrito, viverei o dobro porém em três encarnações. E vai daí, certamente por despeito, que nasceu entre nós uma inimizade digna de ser assinalada”,² conforme diria em depoimento meses depois, em setembro, quando acusado pelos assassinatos de João Ferreira e Alamiro Ribeiro.³

¹ GRINBERG, Lúcia. “República católica” In: KNAUSS, Paulo (coord). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 57.

² Apud *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

³ Embora serem a motivação do registro de Febrônio Índio do Brasil por parte das fontes jornalísticas, tais homicídios não são o objeto ao qual pretendo aqui me remeter. Sendo relacionados às últimas semanas do mês de agosto, são posteriores aos eventos aqui tratados, quer seja, em fevereiro, o duelo esperado com Lúcifer ou a publicação, no ano anterior, do livro *As Revelações do Príncipe do Fogo*. A análise tal como ora é direcionada, portanto, procura valer-se destes registros – focados na apuração dos crimes – almejando a busca indiciária de outras nuances próprias à postura de Febrônio.

O enfrentamento, segundo conta, fora proposto por ele mesmo há poucos dias daquele 27 de fevereiro de 1927: sucumbira ao sono durante uma oração e, em sonho, uma Revelação lhe fora operada. “Lúcifer aceitaria o meu desafio contando que eu o aguardasse, ao meio dia, no Corcovado, nu, com uma faixa vermelha na cinta”.⁴

A rocha, encravada em meio à cidade dispersa pela baía de Guanabara, seria o local sagrado de seu encontro. Para Febrônio, um altar de seu combate.

Nesta construção tal como impingida pela *Gazeta de Notícias*, contudo, Febrônio é apresentado de forma lacunar. Reduzido a citações, seu discurso é incompleto – posto que submetido às cadências de um discurso outro. É preciso, portanto, seguir ao enalço de possibilidades de se considerar a *representação* sobre o Corcovado (e o duelo) tal como arquitetadas pelo próprio Febrônio.

* * *

O episódio do duelo entre Febrônio e Lúcifer nas matas do Corcovado é somado a toda uma gama de outros curiosos eventos pelas páginas do *Gazeta de Notícias*. Àquela altura do noticiário, em 10 de setembro de 1927, o episódio do mês de fevereiro é trazido à tona em um momento delicado para a redação: no dia anterior, o sepultamento do cadáver de João Ferreira terminara por esgotar o noticiário das vítimas do assassino (como exposto anteriormente, o principal foco deste periódico). Após tantas edições nas quais os rostos dos pais do menor João (em especial sua mãe, Beatriz Ferreira) dominavam a diagramação das matérias, a imagem de Febrônio volta a tomar espaço. Sob sua fotografia, a legenda “Febrônio Índio do Brasil, o sadista que está encarcerado”.⁵

Neste que parece como um redirecionamento editorial, a *Gazeta de Notícias* se aproxima à caracterização intentada pelo *Correio da Manhã*: traçar um levantamento da trajetória do homicida – suas vítimas, paulatinamente, são relegadas a um papel secundário.

Em um interesse até então estranho ao pretendido pelo jornal, a *Gazeta de Notícias* trata de certo evento ocorrido em dezembro do ano anterior na carceragem

⁴ Apud *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

⁵ *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1927.

da 4ª. delegacia auxiliar. Somado ao duelo entre Febrônio e Lúcifer do mês de fevereiro seguinte, contribui para certa caracterização do réu em outro tempo, quando de sua acusação pelos homicídios de 1927. Em suma, deve-se destacar o alinhamento destes *topói* sobre o passado do réu como uma estratégia própria ao jornal *Gazeta de Notícias* no sentido de construir-lhe determinada *topografia*. Detido, Febrônio teria tentado “convencer os outros presos de que a sua seita religiosa deveria ser por eles também professada”.⁶ Por tornar-se violento em relação aos incrédulos, fora colocado na solitária, cubículo número 5. Segundo o periódico, “Febrônio aí pintou então o diabo. Passava os dias queimando ervas e virando de boca para baixo as suas calças”. Notícia, então, que no dia seguinte adoecera um dos inimigos do homicida: por esta razão, passara “a ser conhecido como ‘feiticeiro’, tendo mesmo o doente solicitado ao funcionário Orlando [...] que Febrônio fosse retirado do cubículo n. 5”.

Ao sabor do presente da edição do jornal (com o recente sepultamento de João Ferreira), o passado de Febrônio é remontado. Servindo-se de referências outras àquelas das famílias das vítimas (como feito pelo *Correio da Manhã*), a *Gazeta de Notícias* alinhava uma impressão diferente sobre o homicida. Mesmo que ainda tomado como “mistificador” e “farsante”, os ditos de Febrônio ganham mais espaço – e, posto que citações, são redimensionados pela folha.

Por outro lado, há dias o *Correio da Manhã* já enveredava suas linhas entre a curiosidade sobre o passado de Febrônio.

Tratava da passagem de Febrônio por Petrópolis. Lá, hospedado no Hotel Rio Branco sob o nome de dr. Bruno Ferreira Gabino, passara-se por médico. Segundo certa notícia, teria operado um homem que “declarou haver o pé deformado por falta de músculos”.⁷ Rasgando-lhe a perna com um bisturi, “tendo o cuidado de não seccionar os nervos”, introduzira um pedaço de carne verde entre os músculos – “era um enxerto, concluiu o ‘Filho da Luz’”, destaca com certa ironia o jornal. Seguindo a declaração do acusado segundo apropriada pela folha, alguns dias depois o paciente estava curado. “Foi um caso lindo”, conforme a fala de Febrônio consta nas linhas do periódico.

⁶ Idem. Ibidem.

⁷ *Correio da Manhã*, 6 de setembro de 1927.

Sobre outra intervenção médica que Febrônio teria declarado, certa feita amputara a perna esmagada de um detento que se acidentara na Colônia Correccional. Nos ecos das palavras do interrogado proporcionados pelo *Correio da Manhã*, “quando deixei a Colônia era esse detento o pior desordeiro que lá havia. Pulava num pé só, dava em todo mundo, pintava o diabo”.⁸ Há certo apelo ao humor nestas declarações cosidas na matéria. Às descrições feitas pelo assassino unem-se outras, da pena do repórter, a retratarem a reação daqueles que acompanhavam sua inquirição:

quantos o ouviam, achavam graça. Houve enorme gargalhada. Não deve passar tudo de ‘blague’. Registramos a título de curiosidade. Esse criminoso hediondo é, isso sim, um grande mistificador. Não é de hoje que ele se simula maníaco, desequilibrado.⁹

A caracterização dos ditos de Febrônio a partir de sua excentricidade – e consequente ridicularização – é fartamente proposta pelo *Correio da Manhã*. Enquanto a *Gazeta de Notícias* ainda amplificava o desespero da mãe de João Ferreira, este jornal veiculava o título “Febrônio faz mandinga”.¹⁰ Introduzindo a coluna, é referido como “o assassino de Alamiro”: relacionando-o à primeira vítima, não apela à ênfase na segunda, Jonjoca, como já então fazia a *Gazeta de Notícias*. Entre os dois periódicos, indícios de duas diferentes *situações* erguidas sobre o mesmo evento; interpolando distintos substratos, cada qual dos jornais (ainda que contemporaneamente) constroem diferentes mosaicos. No tal hotel em Petrópolis, seguindo a notícia trazida à tona pelo jornal, Febrônio em certo jantar encomendara dois coelhos, recomendando que guardassem as patas dos animais. “Alta da madrugada”, segue o relato, “um outro hóspede surpreendeu-o, da janela do seu quarto, a colocar os pés dos coelhos nos sapatos da dona do estabelecimento, enterrando-os, em seguida, no quintal”. Ergue-se, assim, uma dimensão mística próxima àquela, ridicularizada, ocorrida na Colônia Correccional:

logo pela manhã a dona do hotel soube do fato e correu a desenterrar os sapatos com os pés de coelho. Desde esse momento, ela começou a sentir-se mal, tendo fortes dores de cabeça e tendo que recolher-se ao leito.¹¹

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem. Ibidem.

¹⁰ *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1927.

¹¹ Idem. Ibidem.

Gradualmente a folha volta-se a certos tons misteriosos nos quais enquadrar o assassino. “A convicção geral é de que Febrônio Índio do Brasil possui uma força hipnótica irresistível”, defende em sua edição de 9 de setembro.¹² Naquele mesmo dia, a *Gazeta de Notícias* derramava sua tinta a favor dos relatos sobre o sepultamento de João Ferreira: desde seu texto ao apelo imagético, tal era a ênfase da reportagem. O *Correio da Manhã*, contudo, reserva apenas um pequeno espaço para tal nuance – foca-se no assassino. Abordando a tal “força hipnótica”, levanta uma questão muito específica:

não se compreende como o bandido tenha, sem essa força, conseguido levar o *menino João Ferreira* ao lugar ermo a que o conduziu, exercendo com ele *toda sorte de torpezas*. João teria, pelo menos, ao ver que se afastava dos pontos iluminados, protestado e gritado por socorro. Acreditam as autoridades que o bandido, para a prática dos seus *abomináveis crimes*, tenha desenvolvido as suas energias hipnóticas.

Primeiramente, a discrepância entre as imagens evocadas por este jornal àquelas às quais refere-se a *Gazeta de Notícias*: a vítima é tratada como o “menino João Ferreira”, não pelo o apelido de “Jonjoca”. Por outro lado, há algumas aproximações possíveis: a “toda sorte de torpezas” e os “abomináveis crimes” podem comungar com a defesa da motivação sexual espriada por ambos periódicos. De toda forma, aqui tais fragmentos são animados pela caracterização misteriosa de Febrônio – suas “energias hipnóticas” ou, como em edições anteriores, suas “mandingas”.

Compostos como eventos dispersos a formularem um enredo, tais episódios organizados pelos jornais despem os ditos de Febrônio de qualquer coerência. Pelas citações às quais são resumidos, é desvelado fragmentariamente.

Quando a *Gazeta de Notícias*, após o sepultamento de Jonjoca, debruça-se mais detidamente sobre o acusado, replica esta dispersão de relatos já há muito erigida pelo *Correio da Manhã*. Na mesma edição na qual trata incidentalmente do duelo com Lúcifer no Corcovado, traz outro segmento sob o título “as maluquices de Febrônio – um presente ao papa”.¹³ Descrevendo uma das audiências às quais fora submetido o réu, conta que

Febrônio, com pose de grande escritor, virou-se para os presentes e perguntou:

¹² Idem. 9 de setembro.

¹³ *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1927.

- Alguns dos senhores leram o meu livro ‘Revelações do Príncipe do Fogo’?
 - Não, responderam quase todos.
 - Têm razão, não podiam ler, prosseguiu Febrônio Índio do Brasil. Eu mandei imprimir mil exemplares. Enviei para alguns jornais e do restante da edição eu deliberei fazer um presente para o Papa.
- Mandei tudo para Roma, concluiu Febrônio em forte risada.¹⁴

A tal “pose de grande escritor” parece soar para o próprio Febrônio como fundamental. De toda forma, uma vez sendo seu livro tomado apenas por citações esartejadas, esta nuance é ignorada pela *situação* engendrada por ambos jornais.

Entretanto, considerar esta obra seria abrir mão daquele Febrônio indiciário dos periódicos e a ele restituir a capacidade de traçar suas próprias citações. Dotar, assim, o *Revelações do Príncipe do Fogo* de uma dimensão própria de referências. E, por conseguinte, buscar *topói* que estropelem os limites de suas próprias linhas como a informarem a leitura feita pelo réu – como aquela, por exemplo, a defender um apocalipse, em sonho, no qual convocava Lúcifer a um duelo nas matas do Corcovado.

Nos anos imediatamente anteriores a estas tais revelações, o Corcovado era ressignificado não apenas por Febrônio. Desde princípios da década, discutia-se o projeto de construção de um monumento religioso de grande escala no Rio de Janeiro. De um projeto originalmente de bronze a ser erguido no Pão de Açúcar,¹⁵ no mesmo ano da proposição a escolha voltara-se ao Corcovado refigurando este fragmento do relevo carioca a partir de leituras religiosas.

Pessoas próximas tanto ao Círculo Católico quanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não tardaram em participar do concurso que escolheria o projeto a ser executado. O desenho de Heitor da Silva Costa fora o vencedor. Tratava-se de uma estátua a representar

o Cristo com um cetro e um globo nas mãos. A iconografia religiosa para representar o Cristo Rei apropriava-se de símbolos civis como o cetro e o globo, elementos recorrentes na representação de monarcas e chefes de Estado.¹⁶

¹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵ Cf. MACHADO, Maria Augusta. *Cristo Redentor do Corcovado*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. p. 54.

¹⁶ GRINBERG, Lúcia. Op.cit. p. 65.

Entretanto, tamanho o volume de críticas desferidas a este desenho, em 1923 a pena dos artistas Paul Landowski, francês, e do italiano Lúlio Landucci foi convidada para se dedicar ao projeto.

Esboçar-se-ia, então, o Cristo Redentor:

a atitude de braços abertos parece ter sido uma variação da imagem bíblica do “Senhor erguendo Sua Destra”, representando a bênção. Parece que o artista procurava representar não só a figura de Cristo, mas recriar uma cena bíblica, o sermão da montanha, ou as bem-aventuranças, tornando o Corcovado montanha bíblica.¹⁷

Conforme o defendido por Lúcia Grinberg, haveria um cruzamento de sentidos entre a cidade do Rio de Janeiro e o texto bíblico. A estátua, para além de mera referência religiosa, cumpriria o papel de aproximar toda a malha cidadina, a começar pelo Corcovado, a passagens e locais bíblicos. O rosto, opondo-se ao pretendido originalmente por Heitor Costa, seria voltado para baixo, fitando a cidade. Incorporado tanto ao Rio de Janeiro quanto à rocha na qual é erguido, o Cristo Redentor fundir-se-ia semanticamente à paisagem, sacralizando-a. Os braços abertos, originais nas representações deste caráter, colocariam o “Cristo em forma de cruz sem estar crucificado ou sofredor como o Bom Jesus, mas glorioso, abençoando a todos”.¹⁸

São, contudo, interpolações entre referências (a religiosa e a urbana) propostas por determinadas fontes;¹⁹ criam certas *situações* ao sabor desta cadência unindo a um só golpe a paisagem bíblica e a carioca.

* * *

“A imprensa também teve a sua crítica, feita pelo criminoso, que a dava como exploradora do público de boa fé”,²⁰ o *Correio da Manhã* destaca um dito de Febrônio. Opõe-se, critica. Levantando-se contra a imprensa, o acusado parece destacar-se da

¹⁷ Idem. p. 66.

¹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹ Neste sentido, Lúcia Grinberg aponta algumas construções. A recém-instituída festa de Cristo-Rei, remontando à encíclica de Pio XI datada de 1925 e sua apropriação pelo clero carioca; a imagem bíblica do “Senhor erguendo Sua Destra”, destacada pelo artista Lúlio Landucci ao justificar seu traço no texto *Exposição dos fatores morais, estéticos e técnicos determinantes da melhor solução pela sua concordância simultânea*; as relações discursivas traçadas pelo *Diário da Noite*; as construções traçadas por Marconi em telegrama no qual saúda a iniciativa de construção do monumento destacando seu caráter religioso. Cf. Idem. p. 63-72.

²⁰ *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1927.

stiução na qual é enquadrado – e supõe uma outra: “tudo que tenho feito e que tem me valido muitos elogios da imprensa como bandido, celerado, etc., tem um objetivo grandioso”.²¹

Ao abrir a análise às linhas de Febrônio, uma certa leitura seria possível – suas próprias citações e, portanto, sua *topografia* específica entre textos e *topói*.

²¹*Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

2.1. Leitura e mítica

2.1.1. Léxico desviante

Apesar de já ter sido lançada a pedra fundamental do monumento a Cristo em 1922, o início efetivo de sua construção ainda demoraria alguns anos. De toda forma, certos sentidos já pareciam lançados; a revista *O Malho* em breve saudaria o empreendimento em seus tons mais profundamente religiosos. “A Serra do Mar passa a ser, agora, uma continuação das montanhas da Judeia”, exalta o periódico.¹

Os primeiros operários subiriam ao topo do Corcovado apenas em meados de 1926, alguns poucos meses antes da espada de Febrônio aguardar Lúcifer entre suas matas e seu entendimento refigurá-lo como o pedestal de sua batalha. Sua revelação de fevereiro de 1927 faze-lo-ia dividir espaço não apenas com o perambular do início da construção da capela sob a base da estátua, mas também com os discursos que a informam e colorem.

Entre a espera de Febrônio por Lúcifer e os passeios ao ar livre feitos por algumas famílias cariocas em suas matas, o Corcovado é experimentado de modos heterogêneos. Em meio a tais conotações, são erguidas subjetividades sobre o pico – como a aproximação às montanhas da Judeia motivada pelo projeto do Cristo Redentor.

Haveria, portanto, uma dimensão onírica do espaço que, apesar de seu caráter subjetivo, exprime-se em estratégias e experimentações da cidade. Tratando mais especificamente das vivências em relação à casa, Gaston Bachelard indica reflexões possíveis ao trato com o espaço de modo mais geral. Em sua ocupação, o sujeito “vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”, segundo o autor; através destes últimos, “as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos”.² Diante desta construção, sobrepondo memória e imaginação,³ seria possível enfatizar o quadro de práticas

¹ *O Malho*. n. 1504, ano XXX (1932).

² BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 25.

³ Gaston Bachelard, propondo um mútuo imbricamento entre memória e imaginação, descarta a casa como meramente presente no curso de uma história linear, mas sim enquanto passível de ser encarada como uma coexistência atemporal de diferentes memórias e imagens. Cf. Idem. *Ibidem*.

sucitados não exatamente pelos espaços, mas por suas espacialidades e temporalidades.

Nesse sentido, a comparação proposta por Michel de Certeau entre o ato de caminhar e o ato retórico, selecionando, calando e ressignificando (espaços ou vocábulos),⁴ poderia indicar uma alternativa para a heterogeneidade dos usos do Corcovado. Se, conforme propõe, “as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais”,⁵ a univocidade de um certo uso espacial torna-se infundável. O pragmatismo dos passos é, aqui, ponto central: sendo o cerne da experiência, possibilita “manipulações sobre os elementos de base de uma ordem construída”.⁶

A subjetividade do vaguear de Febrônio pelas matas do Corcovado, de toda forma, é passível de ser entrevista em outras fontes que não apenas o relato publicado pela *Gazeta de Notícias* em 1927, quando se torna alvo do interesse da opinião pública. No ano anterior, e coincidindo com o lançamento da pedra fundamental do Cristo Redentor, escrevera o *Revelações do Príncipe do Fogo*.

Ao longo de suas 68 páginas, reúne referências ao texto bíblico e inspirações apocalípticas que, segundo Febrônio, foram-lhe trazidas em sonhos. Sua linguagem, imersa em simbolismos, não se refere diretamente aos sacrifícios em nome de seu “Deus-Vivo” por ele feitos no ano seguinte, mas perambula por diversas referências e discursos reformulando sua experiência diante do Rio de Janeiro. Neste intercâmbio de textos, reconstrói a cidade com implicações míticas próximas àquelas a inspirarem, contemporaneamente, uma leitura bíblica do Corcovado quando dos primórdios da construção do monumento ao Cristo Redentor.

Sua estrutura é claramente marcada por um padrão. O narrador, reiteradamente chamado de “Real Príncipe dos Príncipes”, dirige-se à obra daquilo que nomeia como “Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu” – aos animais, às pedras, aos montes, ao jaspe, à sardônia, ao arco-íris e a tantas outras entidades como em um animismo. Dessa forma, o livro não constitui uma narrativa linear, mas sim uma sobreposição de odes (apesar de faltarem-lhe alguma organização

⁴ Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 176-9.

⁵ Idem. Ibidem. p. 178.

⁶ Idem. Ibidem. p. 180.

em versos). Introduzindo cada qual destes textos com “Eis-me”, segue por entre cantos de louvor, encerrando com a estrutura “testifico e dou testemunho d’esta grande bem-aventurança”. Replicando tal forma textual reiteradamente para cada qual das criaturas do “Santuário do Tabernáculo do Testemunho”, alinhava como um rosário de cânticos.

Pela natureza dispersa da narrativa, faltando-lhe alguma cronologia, outros modos de leitura seriam necessários. Metodologicamente, propõe-se modos de notar cruzamentos entre tais textos com o intuito de ressaltar unidade aos escritos de Febrônio; e, expandindo este diálogo entre as partes do livro, transbordar a análise a outros textos, referenciados e alinhavados por Febrônio.

A certa altura, inicia uma dessas tantas passagens: “Eis-me, ó mares do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”.⁷ Refere-se a estes mares como “uma pertinaz testemunha cristalina”. Deles, contudo, exalta “a leal força dos desertos teus”. Os tais desertos, tomados como uma adjetivação dos mares, poderia revelar nuances da leitura empreendida por Febrônio quando de sua escrita. O vocabulário empregado, confuso ao relacionar os mares ao deserto, ganha força semântica ao fazer o texto extrapolar o limite de suas próprias linhas: diz tratar-se de “uma revelação fidedigna a Isaías, Cap. 21”.⁸

O trecho bíblico citado, na tradução em português da *Nova Versão Internacional* de 2001, é introduzido da seguinte forma: “advertência contra o deserto junto ao mar: como um vendaval em redemoinhos que varre todo o Neguebe, um invasor vem do deserto, de uma terra pavorosa”.⁹ Segundo as notas deste trabalho organizadas por Kenneth Barker,¹⁰ esta referência ao “deserto *junto ao mar*”, conforme é interpretado em sua tradução, é indicativa tanto da geografia da região quanto de outra certa visão de Isaías na qual a Babilônia seria transformada em deserto depois de destruída por deus.¹¹ Nas linhas de Febrônio, de toda forma, estas

⁷ ÍNDIO DO BRASIL, Febrônio. *As Revelações do Príncipe do Fogo*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Monteiro e Borrelli, 1926. p. 3 (doravante referenciado como *Rev*)

⁸ *Rev*, p. 3.

⁹ Isaías 21:1, *In*: BARKER, Kenneth (org). *Bíblia de estudo NVI*. São Paulo: Editora Vida, 2003.

¹⁰ BARKER, Kenneth (org). *Op.cit.* p. 1168.

¹¹ “Nunca mais será repovoada nem habitada, de geração em geração; o árabe não armará ali a sua tenda e o pastor não fará descansar ali o seu rebanho. Mas as criaturas do deserto lá estarão, e as suas casas se encherão de chacais; nelas habitarão corujas e saltarão bodes selvagens. As hienas uivarão em

remissões perdem-se e cedem a outras arquiteturas – da ênfase originalmente no perigo que vem do deserto, como exposto no texto bíblico, o *Revelações do Príncipe do Fogo* concentra-se nos mares. Assim sendo, apesar da proximidade do vocabulário empregado tanto por Febrônio quanto pelo trecho bíblico que cita, quer seja o “mar” e o “deserto”, os sentidos de ambos textos parecem distantes. Estamos diante de uma leitura: a que Febrônio faz do texto bíblico.

De toda forma, agregar ao livro de 1926 a referência à tradução bíblica de 2001 poderia significar um pernicioso anacronismo à análise.

Estudos sobre a bibliologia da circulação do Antigo Testamento no Brasil de primórdios do século XX ainda carecem de maiores aprofundamentos. Em um breve artigo,¹² Johan Konnings aponta de modo geral alguns possíveis caminhos. Por falta de traduções completas, a tradução portuguesa feita em fins do século XVIII pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo grassava em terras brasileiras. Contudo, entre 1904 e 1910 gradativamente eram publicados alguns dos livros bíblicos segundo a primeira tentativa brasileira de tradução que não pela vulgata – era a chamada *Tradução Brasileira* ou *Versão Brasileira*. O texto completo deste empreendimento, publicado apenas em 1917, contava com a colaboração de intelectuais locais tais como Rui Barbosa, Heráclito Graça e José Veríssimo; entretanto, sua literalidade, como o uso de nomes hebraicos, e a linguagem empregada não contribuíram para sua difusão.

Dessa forma, localizar o livro de Febrônio entre tais traduções poderia suscitar sutilezas de sua leitura não perceptíveis a partir do trabalho de 2001.

O mesmo primeiro versículo de Isaías 21, em uma edição datada de 1902 da tradução do padre Antônio Pereira de Figueiredo,¹³ assim é organizado: “peso do deserto do mar. Como vêem os tufões por parte do meio-dia, assim a assolação vem do deserto, de uma terra horrível”,¹⁴ na chamada *Tradução Brasileira*,¹⁵ “a sentença

suas fortalezas, e os chacais em seus luxuosos palácios. O tempo dela está terminado, e os seus dias não serão prolongados”. Isaías 13:20-2. *Bíblia de estudos NVI*. Op.cit.

¹² KONNINGS, Johan. “Tradução e traduções da bíblia no Brasil”. In: *Perspectiva Teológica*. n. 35, 2003.

¹³ Obtida para esta pesquisa em um antiquário do interior do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Isaías 21:1. *A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento traduzido em portuguez segundo a vulgata latina pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo*. Lisboa: Depósito das Escrituras Sagradas, 1902 (doravante referenciado como PeAPF).

¹⁵ Utilizo, aqui, a versão disponibilizada digitalmente. Sob licença livre, está disponível em http://pt.wikisource.org/wiki/Tradu%C3%A7%C3%A3o_Brasileira_da_B%C3%Adblia (doravante referenciado como TB)

acerca do deserto do mar. Como os tufões do sul passam com grande velocidade, assim vem ele do deserto, de uma terra horrível”.

Em ambas versões há uma diferença que, segundo a leitura proporcionada por Febrônio, traçaria uma profunda distância àquela tradução de 2001: tratam do “deserto *do* mar” em lugar do tal “deserto *junto ao* mar”. Assim sendo, nos textos de princípios do século XX haveria uma certa ambiguidade possível – para além da constatação da proximidade do deserto ao mar, poder-se-ia interpretar o deserto como adjetivação do mar; ou seja, segundo esta inversão sintática, o sujeito deixaria de ser o deserto para ser representado pelo mar (tomado, por sua vastidão, como desértico).

O uso de tais termos no livro de Febrônio, assim, passa a enfatizar os mares, sendo o tal deserto um modo de apreender sua forma. Esta relação sintática é melhor evidenciada algumas linhas depois no *Revelações*. Ao aproximar-se do fim da ode aos tais “mares do Santuário do Tabernáculo do Testemunho”, Febrônio assim constrói: “eis aí, ó mares, o que o rei dos arcanjos anuncia-vos: sois benditos desde os *teus desertos profundos* até onde jaz a eterna aliança na terra”.¹⁶ Os “desertos profundos”, portanto, seriam uma característica do mar. Sua oposição à “aliança na terra” supõe-nos como meio de caracterizar o longínquo das águas ao litoral. Ao nominalmente referir-se a Isaías 21 de modo a ancorar os sentidos que propõe, Febrônio agarra-se a certa tradução e, juntamente com sua leitura própria da ambiguidade textual lá inferida, proporciona ao trecho densidades próprias.

Nesse sentido, os escritos de Febrônio expandem-se para além dos limites do *Revelações do Príncipe do Fogo*: partilham, de certa forma, alguns *topói*. Sua leitura, concatenando estes fragmentos, erige uma *situação*. Este reconhecimento, de toda forma, atrela-o a um mercado simbólico específico: torna-o temporalizado.

Do infindável oceano, segue, testifica-se que “tinhas olhos e era um rochedo fiel fechado” às “santas portas reais tuas” a abrirem à imensidão desértica das águas.¹⁷ Esboçando uma topografia do relevo tal qual imaginado, traça como um ponto elevado diante do mar, figura reafirmada ao se referir a um “vigia noite e dia” no topo deste rochedo, talvez sendo os tais olhos da rocha aos quais se referira anteriormente. Mais

¹⁶Rev, p. 3 (grifos meus).

¹⁷Rev, p. 3.

uma vez, o texto funde-se à citação bíblica que anteriormente referenciara. “Porque o Senhor me disse estas coisas: vai, e põe um sentinela; e a mesma te anuncie tudo quanto vir”, segundo o relato atribuído a Isaías.¹⁸ Teria ela assim respondido: “sobre o atalaia do Senhor me acho, estando em pé continuamente de dia; e sobre minha guarda eu me acho, estando em pé noites inteiras”,¹⁹ coadunando-se à referência de “noite e dia” utilizada por Febrônio. Tal como nos discursos a sustentarem a construção do monumento a Cristo Redentor, no topo do rochedo erguer-se-ia um vigia.

O poeta suíço Blaise Cendrars, quando em visita ao Brasil, soube dos crimes cometidos por Febrônio e, como em relação a tantos outros assassinos da época, interessara-se por seu caso. Da visita que fizera na penitenciária do Rio de Janeiro, relatara suas impressões sobre Febrônio em um artigo.²⁰ Com um misto de curiosidade e receio, representa uma espécie de fonte a romper com os interesses registrados por psiquiatras ou jornalistas. A preocupação principal do literato não é em relação aos assassinios, muito embora seja um tema pontualmente tratado, mas sim com a cosmovisão de Febrônio: suas construções míticas e referências, muitas vezes arriscando arquétipos acerca de suas bases. Ao defender que “era um grande leitor da Bíblia”,²¹ indica sua preocupação pessoal em por em relevo as leituras religiosas de Febrônio. Ressalta, primeiramente, a importância, para tanto, de fragmentos específicos do texto bíblico, em especial “Deus-Pai, esse deus ciumento que tropeja entre as páginas do Antigo Testamento e cuja voz ressoa como um rufar de tambores no deserto”.²²

De toda forma, Blaise Cendrars entende não ser possível se limitar à leitura religiosa – esta, em seus parágrafos, é ladeada pela própria cidade do Rio de Janeiro. Apelando a uma construção textual mesclando seu entrevistado à pena que o descreve, trata de um

¹⁸ Isaías 21:6, *PeAPF*. Na *TB*, assim é editado o trecho: “Pois assim me disse Jeová: Vai, e põe uma sentinela; diga ela o que vir”.

¹⁹ Isaías 21:8, *PeAPF*. Na *TB*, assim é editado o trecho: “Sobre o atalaia, Senhor, eu me acho em pé continuamente de dia, e fico no meu posto todas as noites”.

²⁰ CENDRARS, Blaise. “Febrônio Índio do Brasil”. In: *Etc...etc...(um livro 100% brasileiro)*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 166-85.

²¹ *Idem*. *Ibidem*. p. 171.

²² *Idem*. *Ibidem*.

Febrônio [que] fechava os olhos, tomado de uma vertigem que não era só devida ao seu estômago vazio, mas sobretudo à embriaguez que o luxo da capital, o barulho das ruas, as palavras das pessoas, o encrespar das vagas, os berros dos inocentinhos brincando, a voz cativante das mulheres, o sol que lhe ardia na cabeça, o calor que o penetrava, a areia queimando que o entorpecia e o provocavam.²³

Para o poeta, tanto Febrônio quanto o Rio de Janeiro sobrepunham-se subjetivamente “como se o rumor da cidade fosse uma homenagem, um incenso que subia até ele”,²⁴ supondo a leitura não somente do Antigo Testamento, mas também da malha urbana carioca. Aqui, os espaços religiosos desempenham uma função como as das outras moradas anteriores conforme apontado por Gaston Bachelard – na virtualidade da coexistência temporal de lugares anacrônicos, segundo parece supor Blaise Cendrars, Febrônio reinventa seu próprio vaguear pelo Rio:

finalmente seu olhar se fixava sobre o Pão de Açúcar, esse cone de granito, que das profundezas do oceano, de um só jato, emergia na amplidão do azul, como um sonho de pedra surgindo de uma franja de espuma e de uma orla de palmeiras, como um trono, uma mesa de pedra, um altar de sacrifício, levantando em frente à capital do Brasil, como um lugar designado, deleitável, preestabelecido.²⁵

De acordo com os depoimentos colhidos pelos jornais e os antecedentes organizados pela polícia, não o Pão de Açúcar, e sim o Corcovado. Fora lá, no rochedo voltado ao “deserto do mar”, que em fevereiro de 1927 aguardara o duelo com Lucifer. Febrônio habita a cidade como um leitor – conforme defendido por Michel de Certeau, seus passos e experiências urbanas reordenam o tecido citadino. Alinhando seus lugares partindo de paragens bíblicas, torna-se consoante à discursividade, tal como indicado por Lúcia Grinberg, da construção do Cristo Redentor naquele mesmo morro – o sermão da montanha, contudo, aqui é substituído pelas visões de Isaías, do Antigo Testamento.

O vigia de Isaías, colocado sob a ordem de deus, segundo o profeta, logo bradaria: “Caiu, caiu Babilônia, e todos os simulacros dos seus deuses se fizeram pedaços arremessados em terra”.²⁶ Febrônio, de toda forma, parece recortar, perambulando não apenas por sua própria leitura da cidade, mas também vagando

²³ Idem. Ibidem. p. 176.

²⁴ Idem. Ibidem.

²⁵ Idem. Ibidem.

²⁶ Isaías 21:9, *PeAPF*. Na *TB*, assim é editado o trecho: “Caiu, caiu Babilônia; e todas as imagens esculpidas dos seus deuses são despedaçadas até o chão”.

entre textos bíblicos – seu vigia termina por efetuar papel distinto àquele do Antigo Testamento.

“Eis-me, ó montes fiéis do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que fia no Céu”,²⁷ outro dos cânticos do *As Revelações do Príncipe do Fogo* é introduzido. Celebra tais montes como benditos por abrigarem “o menino-vivo Oriente, o herdeiro dos sete-trovões que, sem descanso noite e dia”, segundo a apropriação de Febrônio,

brada com grande voz dizendo: - é vindo do nascente, o anjo-vivente da sétima voz criadora, nesta Santa torre de meiga névoa eminenciado, na claridade saudosa, com a que, vós ilustram-me.²⁸

O tal “menino-vivo Oriente”, uma vez estando no monte “sem descanso noite e dia” a fitar o nascente, aproxima-se àquele vigia segundo inferido do texto de Isaías. Voltado ao “deserto do mar”, parece traçar outro paralelo da leitura bíblica. Ainda que não citado de forma direta como explorado anteriormente, o vocabulário imagético de Isaías ressurgue na mitologia de Febrônio; haveria alguma relação entre estes diferentes cânticos – aquele, voltado aos mares, unir-se-ia a este, referindo-se aos tais “montes fiéis”.

Parece haver certa unidade, ao passo que os vários cânticos orbitam em torno das mesmas referências, em seu texto. O monte, tal como é apropriado por Febrônio, é figurado como lugar de revelação; desvelando aos olhos do vigia o que há de vir, apresenta-se enquanto local sagrado. De toda forma, ao ritmo de suas linhas, outras indicações são atreladas a Isaías. Sua referência ao tal “anjo-vivente da sétima etapa”, avistado do alto do morro e surgindo do nascente, é melhor elucidada por outro trecho. Conta de certo anjo vindo sobre uma nuvem;²⁹ diz ele que na “*sexta praga do sexto anjo*, Apocalipse Cap. 16, é encarnado o Altíssimo Deus-vivo, o Onipotente Criador que, ordenará a desolação ou a criação da vida eterna”.³⁰ O vocabulário de imagens empreendido por Febrônio mescla Isaías ao Apocalipse de João, este último em especial ao tocante à constatação de que “derramou o *sexto anjo* o seu cálice sobre aquele grande rio Eufrates, e secou as suas águas, para que se aparelhasse

²⁷ *Rev*, p. 17.

²⁸ *Idem*. *Ibidem*.

²⁹ Há uma referência a tal universo imagético em Apocalipse 14:14, livro este do qual, como será exposto adiante, Febrônio também se serve em seu texto: “e tornei a olhar, e eis que vi uma nuvem branca, e um assentado sobre a nuvem, que se parecia com o Filho do homem, o qual tinha na sua cabeça uma coroa de ouro e na sua mão uma foice aguda”, *PeAPF*.

³⁰ *Rev*, p. 18. (grifos meus)

caminho para os reis do oriente”, como expresso na referência bíblica da qual se serve.³¹ Reformula, portanto, a chegada dos tais reis do oriente – torna-a um sinal de bem-aventurança e, também, o tal “menino-vivo Oriente, o herdeiro dos setetrovões”, abrigado no monte. Tal anjo a vagar sobre uma nuvem e operando a consagração, segundo a caracterização a ele atribuída por Febrônio, declara ficar “sem efeito toda e qualquer determinação antes proferida por ser ele mesmo, o anjo-vivente da sétima etapa”;³² anjo este que, no livro de Febrônio, assemelha-se ao “anjo-vivente da sétima voz criadora”³³ avistado pelo vigia do alto do “monte fiel”.

Entre os livros de Isaías e Apocalipse, são ressaltadas suas semelhanças. Como a tratarem do mesmo evento, são afirmados como complementares pelo livro de Febrônio. “*Caiu, caiu a grande Babilônia*, e converteu-se em habitação de demônios, e em retiro de todo o espírito imundo, e em guarida de toda a ave hedionda e abominável”,³⁴ gritos semelhantes àqueles do vigia em Isaías são repetidos por um anjo em Apocalipse;³⁵ tal parece ser o principal ponto de aproximação entre os livros como explorados por Febrônio. Em meio a este intercambiamento, os maus presságios são transformados em bem-aventuranças. Tais semelhanças entre os diferentes textos bíblicos parecem ser levadas a um extremo pela leitura de Febrônio: no *Revelações do Príncipe do Fogo*, reduzem-nos ao mesmo evento (personificado por ele mesmo em seu contato com o Rio de Janeiro).

De toda forma, permanecem imagens que, sobrepostas, fundam lugares míticos no *Revelações do Príncipe do Fogo*. Seria como uma interpenetração das

³¹ Apocalipse 16:12. (grifos meus), *PeAPF*. Na *TB*, assim é editado o trecho: “O sexo anjo derramou a sua taça sobre o grande rio Eufrates. Secaram-se as suas águas, para que fosse preparado o caminho para os reis vindos do oriente”.

³² *Rev*, p. 18.

³³ *Idem*. p. 17.

³⁴ Apocalipse 18:2 (grifos meus), *PeAPF*. Na *TB*, assim é editado o trecho: “Caiu, caiu a grande Babilônia, tem-se tornado uma morada de demônios, guarida de todos os espíritos impuros e guarida de aves imundas e detestáveis”.

³⁵ Refiro-me a Isaías 21:9: “Eis que chega um e outro assim montado, cada qual fazendo parilha com o seu carro, e respondeu, e disse: Caiu, caiu a Babilônia, e todos os simulacros dos seus deuses se fizeram pedaços arremessados em terra” (*PeAPF*). Tal trecho se refere ao sentinela colocado por deus no alto do monte; o aviso, tal como aqui registrado, em muito se assemelha àquele presente em Apocalipse 18:2. Por ambos trechos serem utilizados por Febrônio, parece representar uma aproximação possível, em sua leitura, de Isaías a Apocalipse. Reduzidos ao relato de um único evento, figurariam no *Revelações do Príncipe do Fogo* como a indicarem os mesmos monte, vigia e anúncio. Entre o Antigo e o Novo Testamentos, Febrônio ergue uma unidade em sua mitologia.

“diversas moradas de nossa vida”, conforme expresso por Gaston Bachelard.³⁶ Pois o monte do vigia, prostrado dia e noite segundo o livro de Isaías, remonta a um espaço oniricamente habitado por Febrônio – translitera-se a outros textos, espaços e vivências.

É preciso, portanto, aventurar-se em meio a estas referências cruzadas. O caminho aqui proposto soaria como uma filologia em escala estreita, quer seja, o reconhecimento de indícios de leituras de Febrônio a partir de seu vocabulário empregado. Há um léxico específico a remontar a outros textos: o “vigia”, o “monte”, o “dia e noite”; cada qual deles seria o caminho para o cruzamento entre as fontes (os vários cânticos componentes do *Revelações do Príncipe do Fogo* ou os diferentes livros bíblicos). Dessa forma, as referências das quais Febrônio parece se valer extrapolariam os momentos em que se fazem diretas – ao, em certas passagens, indicar nominalmente o livro bíblico e o respectivo capítulo que lhe fornece sentido; estariam dispersas em todo seu horizonte vocabular ainda que indiretamente.

Estes recursos linguísticos presentes no livro de Febrônio, portanto, serviriam metodologicamente para possibilitar uma transversalização entre fontes. De certa forma, seria utilizar o trato micronominal, como proposto por Carlo Ginzburg, segundo intuítos um tanto diferentes. Para este historiador, utilizar o nome como fio condutor da pesquisa abriria a análise a determinadas cadências entre diferentes sortes documentais. Arquivos das mais distintas naturezas, ao serem atravessados pela busca por sujeitos específicos, comporiam “uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.³⁷

Ao se concentrar não em sujeitos, mas em estruturas lexicais, algumas diferenças devem ser consideradas. O tal “tecido social” ao qual se volta Ginzburg cederia espaço a outra preocupação, certo tipo de mercado simbólico. Das teias sociais à construção *topográfica* das situações enquanto leituras: este parece ser o movimento passível de se notar na transposição do método indicado por Ginzburg ao aqui empregado sobre os escritos de Febrônio. Entretanto, assim como defendido pelo historiador italiano, restaria a confirmação de que “o nome revela-se, mais uma vez,

³⁶ BACHELARD, Gaston. Op.cit. p. 25.

³⁷ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico”. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. p. 175.

uma bússola preciosa”.³⁸ O cruzamento lexical seria, por fim, a guia orientando a incursão no livro de Febrônio.

Em relação ao *Revelações do Príncipe do Fogo*, algumas citações diretas indicariam pontos metodológicos de partida: os livros de Isaías, Apocalipse e, como será mais detidamente explorado adiante, Daniel – cada qual, em certas passagens dos escritos de Febrônio, nominalmente citados. A partir deste rol documental, buscar lexicalmente outras intersecções; assim, filiações a diferentes *topói* poderiam ser percebidas.

Em um dos sonhos que relata a Daniel, Nabucodonosor termina por traçar, no Antigo Testamento, alguns desses horizontes lexicais que posteriormente seriam caros a Febrônio.

Enquanto em sua cama, o governante do Império neobabilônico teria vislumbrado uma árvore imensa erguida no meio da terra e a tomar os céus com sua altura e os mais distantes cantos da terra com seus extensos galhos. A descrição bíblica pretende-se acurada ao alinhar um delicado vocabulário:

as suas folhas eram formisíssimas, e o seu fruto copioso em extremo, e d’ela se podiam sustentar todas as castas de animais; as alimarias domésticas e selvagens habitavam debaixo d’ela, e as aves do céu pousavam sobre os seus ramos, e d’ela se sustentava toda a carne.³⁹

Mas, ao passo que o sonho transcorria, toda esta majestade da árvore seria ameaçada.

O texto bíblico se refere a um “vigia” que, descendo dos céus,

clamou com uma voz forte, e disse assim: Deitai abaixo pelo pé esta árvore, e cortai-lhe os ramos; fazei-lhe cair as folhas, e desperdiçai-lhe os pomos; afugentem-se as alimarias que estão debaixo d’ela, e enxotem-se as aves por cima de seus ramos.⁴⁰

Apesar do ocaso decretado pelo “vigia” à fabulosa árvore, algo de sua magnificência deveria ser conservado. “Deixai todavia na terra o tronco com suas raízes, e ele fique ligado com umas cadeias de ferro e de bronze”,⁴¹ ordena. Estas

³⁸ Idem. Ibidem.

³⁹ Daniel 4:9, *PeAPF*. Na *TB*, assim é configurada a linguagem e os termos utilizados: “as suas folhas eram formosas, e o seu fruto copioso, e nela havia sustento para todos; debaixo dela os animais do campo achavam sombra, e as aves do céu pousavam nos seus ramos, e dela se sustentava toda a carne.”

⁴⁰ Daniel 4:11, *PeAPF*. Na *TB*, “Ele clamou em alta voz e disse assim: Deitai abaixo a árvore, e cortai-lhe os ramos, fazei-lhe cair as folhas e espalhai o seu fruto; afugentem-se de debaixo dela os animais, e dos seus ramos as aves”.

⁴¹ Daniel 4:12, *PeAPF*. Na *TB*, “contudo deixai na terra o tronco com as suas raízes, ligado com laço de ferro e de bronze”.

reminiscências da glória de outrora da árvore deveriam restar junto à terra, “e seja molhado do orvalho do céu, e a sua sorte seja com as feras na erva da terra”.⁴² Assim deveria permanecer, como que apenas latente, o esplendor da árvore “até que conheçam os viventes que o Excelso é o que tem a dominação sobre os reinos dos homens”.⁴³

Atendendo ao pedido do rei, Daniel (chamado pelo soberano de Baltazar) recorre a interpretar tais visões.

Segundo o profeta, a árvore simbolizaria o próprio Nabuconosor e seu Império. A ordem do “vigia” por levar ao chão todo o esplendor diria respeito aos desígnios do “Excelso”.⁴⁴

lançar-te-ão fora da companhia dos homens, e a tua habitação será com as alimarias e feras, e comerás feno como boi, e serás molhado do orvalho do céu; passar-se-ão também sete tempos por cima de ti, até que tu reconheças que o Excelso tem debaixo da sua dominação o reino dos homens, e os dá a quem lhe apraz.⁴⁵

Como uma espécie de provação à qual seria submetido Nabuconosor, a extensão de seu domínio logo lhe seria usurpada. Destinado a deixar todo seu luxo, o soberano deveria vagar entre os animais, em pobreza, até realizar o poder como advindo do “Excelso”. Mas, enquanto prova imposta ao rei, haveria a possibilidade de um futuro próspero segundo a interpretação de Daniel:

quanto porém ao que mandou que se conservasse o gérmen das suas raízes, isto é, da árvore, quer dizer que o teu reino se ficará conservado para se tornar a dar, depois que tu tiveres reconhecido que todo o poder vem do céu.⁴⁶

E, então, o errático Nabucodonosor voltaria à majestade de sua glória; contudo, colocando-se sob os desígnios do “Excelso”.

⁴² Idem. Ibidem. Na *TB*, “e seja molhado do orvalho do céu, e seja a sua porção com os animais na erva da terra”.

⁴³ Daniel 4:14, *PeAPF*. Na *TB*, “a fim de que conheçam os viventes que o Altíssimo domina no reino dos homens”.

⁴⁴ Notar que, na *TB*, o trecho (Daniel 4:14) no qual aparece a nomação como “Excelso” na *PeAPF* vale-se do termo “Altíssimo”.

⁴⁵ Daniel 4:22, *PeAPF*. Na *TB*, “tu serás expulso dentre os homens, e a tua morada será com os animais do campo, e serás obrigado a comer feno como boi, e serás molhado do orvalho do céu, e sobre ti passarão sete tempos; até que conheças que o Altíssimo domina no reino dos homens, e o dá a quem quiser”.

⁴⁶ Daniel 4:23, *PeAPF*. Na *TB*, “Porquanto mandaram deixar o tronco com as raízes da árvore; o teu reino te ficará firme, depois que tiveres conhecido que os céus dominam”.

Em sua leitura, Febrônio parece servir-se destes sentidos de modo a colorir uma *situação* na qual se portar.

Apesar da ausência de uma citação direta, grafando nominalmente o livro e o capítulo, vale-se de toda uma imagética que remeteria ao tal quarto capítulo de Daniel. Estas referências, ladeando-se mutuamente, poderiam conferir uma densidade particular ao *Revelações do Príncipe do Fogo*.

A certa altura de seu livro, Febrônio declara que “é nascida, fora no campo, a árvore da vida”.⁴⁷ Diante destes brados, “desceu o vigia do Céu dizendo: desligai das raízes do tronco da árvore as *cadeias de ferro e de bronze*, dê-se-lhe a Real coroa e o eterno Reino”.⁴⁸

Estas “cadeias de ferro e de bronze” remeriam ao mesmo horizonte imagético de Daniel 4:12. Enquanto na chamada *Tradução Brasileira* esta passagem referia-se a um “*laço de ferro e bronze*”, na versão do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo remetem-se os mesmos vocábulos utilizados por Febrônio: “*cadeias de ferro e de bronze*”. Aqui, por meio da relevância atribuída a estes pequenos detalhes, poder-se-ia arriscar um duplo caminho: primeiro, o *Revelações do Príncipe do Fogo* parece, ao menos neste trecho, territorializar-se temporalmente segundo a tradução realizada em fins do século XVIII e até então popular no mercado brasileiro; segundo, as referências bíblicas traçadas por Febrônio transcendem as meras citações diretas e terminam por abranger seu texto de modo mais intenso, apesar de sutil.

O trato micronominal, trazido ao campo da leitura, poderia transversalizar estes documentos de modo a adensar os sentidos da mística de Febrônio.

Entretanto, tal como consumida pelo *Revelações do Príncipe do Fogo*, a passagem de Daniel é transmutada. Um “vigia”, segundo conta Febrônio, também desceria do céu, mas com intuito oposto: decretaria não a extinção da árvore, mas sim um novo florescimento. Como a findar o teste constatado pelo profeta do Antigo Testamento, o enviado do qual trata Febrônio arquiteta como uma continuação do texto bíblico. Em outras palavras, a leitura entrevista no *Revelações do Príncipe do Fogo* suscita o ponto de partida de certa *situação*; remendando-a, o autor do livro lhe propõe desdobramentos.

⁴⁷ Rev p. 21.

⁴⁸ Idem. Ibidem (grifos meus).

O recorrer à tal “árvore da vida”, como nomeada por Febrônio, não parece tampouco ser pontual. Adiante, um dos cânticos é dedicado exclusivamente a esta imagem: “eis-me, ó árvore da vida do Santo Tabernáculo-Vivo Oriente”, inicia-se o trecho.⁴⁹ Trata da chegada do “Menino-Vivo Oriente”, nomeado como “herdeiro do tronco de uma árvore vivente”. A passagem clama ao enorme vegetal para que receba o recém-chegado: “abre, ó Virginal, os teus encantos e recebe o jovem herdeiro, o prêmio da bênção divina”.

A ligação entre esta “árvore da vida” e aquela sonhada por Nabucodonosor, de toda forma, pode ser proposta através de detalhes do léxico empregado. Diz o *Revelações* que, ao aceitar e acolher o tal herdeiro,

as raízes do teu generoso tronco estender-se-ão na extremidade de toda a terra, elevar-se-á ao Céu a tua preciosa altura, pousar-se-ão nos teus lindos ramos avezinhas ao Céu, as tuas formosíssimas folhas servir-se-ão de cura às moléstias incuráveis, dos teus copiosos frutos sustentar-se-ão todas as espécies de alimarias mansas.⁵⁰

Em meio à descrição do que a árvore se tornaria ao aceitar a chegada do “Menino-Vivo Oriente”, detalhes utilizados por Nabucodonosor ao descrever o esplendor do vegetal em seu sonho relatado em Daniel 4:9: as aves nos ramos, as “alimarias”, a adjetivação das folhas como “formosíssimas”, dos frutos como “copiosos”; as suas dimensões, elevando-se ao céu e à “extremidade de toda a terra”, são ressaltadas como partindo do tronco – aquele que, conservado segundo Daniel, serviria como ponto de partida da reconstrução do poder de Nabucodonosor.

E aqui, mais uma vez, o *Revelações do Príncipe do Fogo* ressalta o fim da penúria imposta pela vontade divina conforme interpretada pelo profeta Daniel.

“Eis-me, ó fiéis santos vigias do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”, dedica Febrônio outro de seus trechos.⁵¹ Tais “vigias” comungam de sentidos próximos àquele que, ao descer dos céus, comunicara Nabucodonosor sobre o intento divino. Repetem-se reminiscências textuais do Antigo Testamento; conta que

rapidamente desceram os santos fiéis vigias do Céu, dizendo: engrossai o tronco da árvore nascida em toda a terra, cresça os seus ramos até o alto do Céu; sustentem-se dos seus copiosos frutos todas as espécies de

⁴⁹ *Rev*, p. 63.

⁵⁰ *Idem*. *Ibidem*.

⁵¹ *Rev*, p. 38.

animais, alimarias mansas, debaixo d'ela habitem em paz, repousem nos seus lindos ramos todas as aves do Céu.⁵²

Dos “copiosos frutos”, os ramos alçando aos céus, as aves e “alimarias”: outra vez são traçadas transversalidades possíveis entre as fontes.

Entretanto, estas reminiscências não deveriam ser entendidas apenas como filologia – por meio do reconhecimento dessa leitura, há a circulação de sentidos. Da forma como apreendido pelo livro de Febrônio, ressaltando a volta da magnificência da “árvore da vida”, do sonho de Nabucodonosor apreende-se o fim da penúria. Como a declarar a aceitação do “Excelso”, a volta do “Menino-Vivo Oriente” significa a retomada da grandiosidade perdida.

“Lançar-te-ão fora da companhia dos homens, e a tua habitação será com as alimarias e feras, e comerás feno como boi”,⁵³ o trecho de Daniel 4:22 descreve os tempos nos quais a árvore fora destruída. A provação imposta a Nabucodonosor, entretanto, seria revertida pelo *Revelações*. Trata de certa bem-aventurança, do retorno da glória em tempos incertos através da aceitação do “Excelso”.

Enquanto *situação*, poderia significar uma releitura não apenas do Antigo Testamento, mas também da própria experiência de Febrônio. Sua errância pelo Rio de Janeiro entre estelionatos, furtos e as diversas detenções às quais fora submetido poderiam textualmente aproximá-lo à penúria de Nabucodonosor.

Assim sendo, o próprio livro de Febrônio figuraria enquanto a aceitação de certo “Excelso” tal como no teste imposto ao líder neobabilônico. As leituras bíblicas empreendidas por Febrônio iriam para além do cruzamento de imagens em seus escritos: poderiam informar certa *situação*, formas de valorar a si e sua experiência.

Habita, de modo onírico, um Rio de Janeiro inferido partindo-se de referências religiosas. E, desse modo, ordena seus passos; a “árvore da vida”, florescendo novamente após a tão longa penúria, restituiria-lhe, segundo sua cosmovisão, certa glória perdida. Enquanto sinal de sua bem-aventurança, esta imagética parece cara a Febrônio – torna-lhe possível a subversão de rótulos, entre detenções e estelionatos, que lhe são impostos.

⁵² Idem. Ibidem.

⁵³ Daniel 4:22, *PeAPF*. Na *TB*, “tu serás expulso dentre os homens, e a tua morada será com os animais do campo, e serás obrigado a comer feno como boi”.

Nesse sentido, sua experimentação da urbe carioca não se esgotaria em si mesma; deslocada oniricamente para toda uma sorte de outros *topói*, seria submetida a sabores e conjunturas particulares.

2.1.2. Estrela do Oriente

Em um cântico dedicado à “Sardônia-viva do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”, o *Revelações do Príncipe do Fogo* trata da “honra de uma mãe ingênua” atrelada à “inocência de um filho guerreiro”;⁵⁴ sobre este último, emenda que “renasceu a raiz do testamento deixado”. Seguindo a mesma sorte de referências, intitula-se “filho do tronco”, posto que “habito em tronco na árvore nascida”. A imagética sugerida em muito se assemelha ao recurso à árvore do sonho de Nabucodonosor tal como figurada no livro de Daniel. A ascensão de tal filho, latente no tronco, significaria, portanto, o renascimento da raiz e do esplendor da tal “árvore da vida”.

Transitando em meio a referências ao livro de Daniel, o *Revelações* engendra sentidos apreensíveis do universo vocabular evocado por Febrônio. Entretanto, este *mosaico* não se esgota aos *topói* do Antigo Testamento – no mesmo cântico, vale-se de substratos outros; unindo-os, termina por compor uma rede de referências. Segue da pena de Febrônio uma pergunta feita pelo sol a ser respondida por uma citação direta do texto bíblico: “ó dor nas minhas entranhas nascido, onde existe? Apocalipse, cap. 12”.

O léxico utilizado por Febrônio parece ser, senão explicado, tornado mais denso pela remissão que faz em seu livro. No trecho de Apocalipse citado, testemunha-se que

apareceu, outrossim, um grande sinal no céu: uma mulher vestida de sol que tinha a lua debaixo de seus pés, e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça. E estando prenhada, clamava com dores de parto, e sofria tormentos por parir.⁵⁵

Não apenas a referência ao sol ou à tal “dor nas minhas entranhas”, mas também mesmo a maternidade com a qual Febrônio inicia este cântico. Daquela que seria uma

⁵⁴ *Rev*, p. 23.

⁵⁵ Apocalipse 12:1-2, *PeAPF*. Na *TB*, “foi visto um grande sinal no céu: uma mulher vestida do sol, tendo a lua debaixo dos seus pés, e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça, e estando grávida, gritava com as dores do parto e sofria tormentos para dar à luz”.

anunciação de bem-aventurança, surgiria o principal algoz a ser apropriado pela construção de Febrônio: “e foi visto outro sinal no céu; e eis aqui um grande dragão vermelho, que tinha sete cabeças e dez cornos, e nas suas cabeças sete diademas; e a cauda dele arrastava a terça parte das estrelas do céu, e as fez cair sobre a terra”,⁵⁶ segue o Apocalipse.

Esta imagem evocada pelo Apocalipse é apropriada pelo *Revelações do Príncipe do Fogo*: Febrônio serve-se da figura de tal dragão em diversos de seus cânticos. Trata de uma batalha travada em defesa da partiuriente – assediada pelo dragão segundo a pena de Febrônio, remonta à narrativa engendrada por Apocalipse. Em tal texto bíblico, o dragão, prostrando-se diante da mulher, aguardava para devorar seu filho tão logo fosse dado à luz.

Representam, ambas imagens, um par de opostos; o *Revelações*, ao se apropriar da imagética de Apocalipse, absorve este conflito como um evento central de sua mítica.

Todavia, a besta tal como inferida por Febrônio pode não se resumir àquela do Novo Testamento. Dando densidade a detalhes lexicais da tradução à qual se refere, o cruzamento de sua referência a outros substratos torna-se possível. Para tanto, a descrição bíblica do dragão soa-lhe como fundamental: “sete cabeças e dez cornos”, conforme disposto no Apocalipse de João. Este emprego linguístico abre-lhe a possibilidade de transversalizar suas próprias citações.

Em um dos sonhos que descreve durante o primeiro ano de Baltasar como rei da Babilônia, Daniel arrola uma série de animais fantásticos. Entre eles, um em especial parece soar familiar às linhas de Febrônio e ao dragão que descreve. O profeta babilônico trata de uma

quarta alimaria, que era terrível, e espantosa, e sobremaneira forte; ela tinha uns grandes dentes de ferro, comendo com eles, e fazendo tudo em miúdos pedaços, e pisando aos seus pés o que sobejava, e era ela diferente das outras alimarias que eu tinha visto antes dela, e tinha dez cornos.⁵⁷

⁵⁶Apocalipse 12:3-4, *PeAPF*. Na *TB*, “foi visto também outro sinal no céu; eis um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres e nas suas cabeças sete diademas, e a sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, e lançou-as sobre a terra”

⁵⁷Daniel 7:7, *PeAPF*. Na *TB*, “um quarto animal, terrível e espantoso, e sobremaneira forte; tinha grandes dentes de ferro; devorava e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava: era diferente de todos os animais que o precediam, e tinha dez chifres”.

Há entre os “dez cornos” de ambas criaturas – a do Apocalipse e esta de Daniel – uma similitude a aproximar estes livros de diferentes Testamentos. Entretanto, esta proximidade possível, posto que interna ao texto bíblico, transbordaria ao livro de Febrônio se considerada a interpretação tecida por Daniel acerca dos tais “dez cornos”.

Para o profeta neobabilônico, o monstruoso animal representaria um vasto reino que, uma vez fortalecido, “devorará toda a terra, e a pisará com seus pés; e a fará em miúdos pedaços”.⁵⁸ De acordo com esta simbologia, complementa: “ora os dez cornos deste mesmo reino serão dez reis”.⁵⁹

De toda forma, esta interpretação acerca dos chifres não se esgota em Daniel. Mesmo em Apocalipse (mas em um capítulo posterior, 17) há uma referência desta natureza. Aqui, os dez chifres de uma besta são interpretados como “dez reis que ainda não receberam reino, mas eles receberão poder como reis, uma hora depois da besta. Estes têm todos o mesmo intento, e darão a sua força e o seu poder à besta”.⁶⁰

O *Revelações do Príncipe do Fogo*, ao retomar a imagem do dragão em outro de seus cânticos, apela a esta imagética comum a Daniel e Apocalipse. Em uma ode aos “dez reis”, afirma que “quando sentiram-se prisioneiros por um vil dragão, abre no céu os santuários”.⁶¹

Os sentidos são alterados: de aliados à besta, os reis tornam-se, pela pena de Febrônio, dela prisioneiros.

Em outras palavras, o léxico de Febrônio vale-se de um vocabulário comum a ambos livros; é preciso, portanto, escrutinar este movimento como acidental ou não.

Identificar a filiação do *Revelações* pautaria-o em relação a uma teia imagética. No centro da discussão, a relevância lexical dos “dez cornos” e “dez reis”: por serem referidos tanto em Apocalipse quanto em Daniel, sugerem uma aproximação

⁵⁸Daniel 7:23, *PeAPF*. Na *TB*, “devorará toda a terra, e a pisará aos pés e a fará em pedaços”.

⁵⁹Daniel 7:24, *PeAPF*. Na *TB*, “quanto aos dez chifres, deste reino se levantarão dez reis”.

⁶⁰Apocalipse 17:12-3, *PeAPF*. Na *TB*, “dez reis, os quais ainda não receberam o reino; mas eles receberam autoridade como reis, juntamente com a besta, por uma hora. Estes estão todos de acordo e entregam o seu poder e autoridade à besta”. Entre estas traduções, neste trecho ergue-se uma grande distância semântica – há uma discrepância acerca da contemporaneidade ou não do reinado destes reis e da besta. Entretanto, segundo o interesse do *Rev* sobre esta passagem, tal questão não parece influir na cadência dos sentidos. No livro de Febrônio, quer seja voltado a uma ou outra tradução, os reis não são aliados, mas sim prisioneiros da besta, como se verá adiante.

⁶¹*Rev*, p. 26.

privilegiada à escrita de Febrônio. Nesta *topografia* que constrói, ambos textos são fragmentariamente unidos – ainda que possivelmente à revelia de seu autor. Semelhanças lexicais, como os “dez cornos” (e, conseqüentemente, a interpretação deles como “dez reis”), postas em relevo.

É, aqui, um percalço da abordagem lexical. Destacar o *Revelações* do horizonte textual que o informa torna-se uma tarefa voltada aos detalhes. Há, pois, a necessidade de compreender elementos da mítica de Febrônio a permearem toda a imagética envolvendo o dragão para, dessa forma, avaliar o papel dos tais “dez reis” em relação a estes livros bíblicos.

Considerar o papel do dragão enquanto animado pela recepção das passagens bíblicas. Em um tal jogo de leituras, o *Revelações* parece transbordar seus sentidos a outras fontes a relatarem os percalços da trajetória de Febrônio. Cotejar outras reminiscências de Daniel sobreposto ao Apocalipse poderia elucidar os tais “dez cornos”.

A oposição entre a mulher em dores de parto e o dragão a assediá-la, portanto, lançaria luz sobre a rede discursiva construída.

* * *

O método lexical aqui proposto permitiria a transversalização não apenas dos diferentes textos bíblicos; mesmo os jornais, onde os ditos de Febrônio surgem desmembrados por citações, certo vocabulário é familiar a seu livro de 1926. Ainda que nestes periódicos trabalhem para a construção de uma *topografia* estranha às montagens tecidas pelo réu, são dispersos indícios de alguma unidade de seus sentidos.

Em meio a esta gama de reminiscências, à figura materna é creditada certa importância.

A *Gazeta de Notícias*, relatando um dos depoimentos de Febrônio, grifa que o acusado declarava sua mãe se chamar Estrella do Oriente.⁶² No laudo psiquiátrico posteriormente elaborado sobre o acusado, destaca-se que “sua mãe, diz o

⁶²*Gazeta de Notícias*, 9 de setembro de 1927.

examinado, chama-se Estrella do Oriente Índio do Brasil”.⁶³ Entretanto, no decurso do texto do documento, apura-se que o nome verdadeiro de sua progenitora era Reginalda Ferreira de Mattos.⁶⁴ Esta inconsistência, segundo o psiquiatra Heitor Carrilho, contribui àquilo que chama “cunho de insinceridade que caracteriza o que ele diz”.⁶⁵ Parece incidir sobre a construção psiquiátrica, portanto, um modo semelhante de compreender Febrônio àquele empreendido pelos jornais: considerar seus ditos como dissimulação ou mistificação.

Entretanto, caso tomado como léxico a transversalizar estas declarações (documentalmente reduzidas a fragmentos), o nome de Estrella do Oriente poderia elucidar parte da mítica do *Revelações*. Aos ditos de Febrônio seria relacionada alguma coesão a tornar possível o intercambiar entre tais distintas sortes documentais.

Em meio aos cânticos dispostos ao longo do livro de Febrônio, uma das páginas rompe a homogeneidade do estilo e da diagramação. Traz como título, em letras destacadas, a inscrição “Estrella do Oriente”.⁶⁶ Trata-se de uma oração. Ao seu término, é recomendada de modo específico: “eis aqui, ó minha filha, a santa prece que deveis oferecer à Virgem no giro da Luz”. Segundo o *Revelações*, este louvor acompanharia uma reflexão – “sê pobre, ó minha filha, sê pobre a tua mente, medita aqui”.

Tal prece, todavia, comunga de sentidos religiosos que extrapolam sua mera ligação lexical à Estrella do Oriente alinhavada por Febrônio como sua mãe. O rogo pregado no *Revelações* assim é iniciado: “salve, Estrella do Oriente, Rainha da eternidade, mãe de misericórdia, vida doçura, esperança nossa; salve, ó Estrella do Oriente, a nossa vida”.

Desde esta primeira linha, uma clara referência à oração católica “Salve Rainha”, quer seja: “salve Rainha, Mãe de Misericórdia. Vida, doçura e esperança nossa, salve”.⁶⁷ Na transfiguração operada no *Revelações*, a substituição de termos é eloquente – de modo identitário, a tal Estrella do Oriente assume o papel de Maria. Entre ambas, o apelo à maternidade.

⁶³CARRILHO, Heitor. “A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil)” In: *Archivo Judiciario*. vol 10 abr/jun 1929. p. 127.

⁶⁴Idem. p. 127-8.

⁶⁵Idem. p. 127.

⁶⁶Rev, p. 57.

⁶⁷ *Devocionário a Nossa Senhora Aparecida*. 1ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006. p. 35.

A pontuação, configurada de modo distinto, auxilia no deslizamento de sentidos. Continua, no livro de Febrônio, a oração pautada nos versos católicos: “salve os *aliados* filhos de Eva, a vós suspiramos, gemendo e chorando, neste vale de lágrimas, ei-a, pois”.⁶⁸

Contraopondo estes versos à forma católica revelam-se, nos detalhes das substituições, percalços semânticos do universo lexical empregado. Uma singularidade é conferida não apenas ao texto, mas também à imagética à qual recorre. No original, tal trecho é composto do seguinte modo: “a Vós bradamos, os *degradados* filhos de Eva. A Vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas”.⁶⁹

No *Revelações*, a insistência no termo “salve” – entretanto, exercendo diferentes funções textuais. A pontuação, adulterada, submete-o a uma apreensão divergente. Da interjeição a saudar a Rainha, clara na forma original da oração, Febrônio transforma-o na forma verbal imperativa – e, assim, sublinha a súplica por salvação.

O clamor, subjetivamente presente na forma católica, é frisado de modo mais evidente no livro de Febrônio. Lá, todavia, é justificado pela natureza condenada daquele que profere a súplica (afinal, trata a si como um dos “*degradados* filhos de Eva”). Por outro lado, o *Revelações* ameniza a maldição da sentença; afinal, tratar-se-ia de “*aliados* filhos de Eva”.

Para além de apenas reorganizar a prece, a pena de Febrônio remodela sentidos religiosos mais amplos. A expressão latina original, “*exsules filii Evae*”, é vedada. Juntamente a ela, toda sua carga punitiva – “*exílio*”, “*desterro*”; em seu lugar, uma bendita aliança. Uma relação diversa com o pecado original de Gênesis é operada: ainda que se filiando a uma doutrina a ele externa, o *Revelações* submete-a a uma leitura singular. Uma tonalidade de bem-aventurança é destacada.

Ao intercambiar estes sentidos, Febrônio mantém a ênfase na maternidade – “advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei”, segue a súplica de seu livro. Nas alterações lexicais que propõe, redesenha o filho de Maria:

mostrai-nos o Oriente, bendito fruto do vosso ventre, ó Clemente, ó Piedosa, ó doce sempre virgem Estrella do Oriente, rogai por nós santa mãe

⁶⁸ *Rev*, p. 57.

⁶⁹ *Devocionário a Nossa Senhora Aparecida*. 1ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006. p. 35.

do Oriente, para que sejamos dignos das promessas do Senhor Deus-Vivo, o Onipotente Santo Criador – Amém.⁷⁰

O tal “Oriente”, sendo o fruto do ventre da Estrella, substitui uma imagem fundamental à oração em sua forma católica: “mostrai-nos Jesus, bendito fruto do Vosso Ventre”,⁷¹ alinhava a prece original.

Este deslizamento torna-se mais denso ao considerarmos o título com o qual Febrônio se identifica uma vez findas as recomendações de prece: “eu, o Real Príncipe dos Príncipes Oriente, capitão de armas, general de batalha em missão terra” e “Santo-Guerreiro”.⁷²

Por se tratar, como abordado no *Revelações*, de uma “mãe ingênua” e de “um filho guerreiro”,⁷³ o cruzamento lexical desta passagem sobre o assédio do dragão e o deslizamento do “Salve Rainha” torna-se possível; em meio a esta projeção, o apelo à Estrella do Oriente em outra sorte documental. Resta, desta forma, a identidade de Febrônio como o filho da parturiente, a Estrella do Oriente apropriada da oração da Salve Rainha.

Há uma unidade incidindo a mítica de Febrônio. Ele, o combatente a levantar-se contra o perseguidor de sua mãe. Ao declarar-se filho de Estrella do Oriente Índio do Brasil, não falseia seu discurso aos jornais ou à psiquiatria – mas sim define-se mitologicamente. Abre de forma lexical uma pista para a compreensão de seus ditos.

Reunindo fragmentos, compõe por meio de suas próprias citações sua versão sobre a incerteza. Mesclando orações e textos bíblicos, dispõe de si enquanto oponente do dragão. Em defesa de Estrella do Oriente, levantar-se-ia contra seu algoz.

2.1.3.O assédio do Dragão e os dez cornos

O inimigo de Febrônio possuía tonalidades específicas. O *Revelações* parece filiar a ele todos os pecados e deslizes. Em certa passagem, diz que da “justiça divina emana-se a comiseração do julgamento”.⁷⁴ Desta compaixão resultaria projetar-se a culpa à tal besta que apreende da leitura de Daniel ou do Apocalipse; refere-se, aqui,

⁷⁰ Rev, p. 57

⁷¹ *Devocionário a Nossa Senhora Aparecida*. 1ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006. p. 35.

⁷² Rev, p. 57.

⁷³ Rev, p. 23.

⁷⁴ Rev, p. 7.

ao pecado de Adão e Eva: “considerando que Eva enganou Adão; considerando que o dragão enganou a Eva; eles pobres pecaram em ignorância”.⁷⁵ Perpassando de alto a baixo o texto bíblico, tal figura maléfica substituiria mesmo a serpente de Gênesis – e, ao ser condenada neste movimento de leitura, proporcionaria a absolvição dos pecados. Continua o *Revelações*: “em conclusão absolve a minha criação vivente, sejam livres; condeno o dragão, seja morto”.⁷⁶

Tal sobreposição, contudo, não era original a Febrônio. Carlos Nogueira, debruçando-se sobre as formas institucionais cristãs de apreensão do demônio, aponta um processo a remontar ao século I d.C.. Para o autor, significariam uma sobreposição a crenças isoladas do judaísmo tardio: “Satã, o anjo caído, incorpora-se na serpente do Jardim do Éden, sendo a serpente um disfarce adotado pelo Diabo para levar a cabo sua ação maligna”.⁷⁷ Robert Charles, em 1913, apontara *A vida de Adão e Eva*, escrito no último quarto do século I d.C., como uma das primeiras obras a relacionar Satã ao Pecado Original.⁷⁸ Nogueira defende que este primórdio da era cristã

é o primeiro momento de glória de Satã: a sua grandiosidade, negada pelo Antigo Testamento, será devidamente estabelecida pela literatura apócrifa e posteriormente reconhecida pelos Evangelhos e pelo Apocalipse de São João, onde Satanás assume o lugar de príncipe das trevas, responsável pela perdição do gênero humano.⁷⁹

De toda forma, seguindo a linha proposta pelo autor, Febrônio parece dialogar com certo otimismo atribuído ao século IV d.C.: “ante a presença de uma igreja oficializada, a resistência pagã pouco a pouco se reduz, e o triunfo político da nova fé é encarnado como a derrota definitiva das forças infernais”.⁸⁰ Esta concepção é em muito diversa àquela de séculos depois, quando os “demônios invadiram os menores espaços da vida e, sobretudo, se introduziram na alma dos indivíduos” – em outras palavras,

não são mais imaginados como criaturas malélicas provocadoras de calamidades e epidemias; eles são chamados a representar os desejos que

⁷⁵Idem. Ibidem.

⁷⁶Idem, Ibidem.

⁷⁷NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002. p. 28.

⁷⁸Cf. CHARLES, Robert Henry. *The apocrypha and pseudepigrapha of the Old Testament*. Oxford: Clarendon, 1913. p. 136.

⁷⁹NOGUEIRA, Carlos. Op.cit. p. 22.

⁸⁰Idem. p. 32.

cada cristão alimenta no fundo de seu coração sem se atrever a reconhecê-los como seus.⁸¹

Entretanto, apesar das similitudes entre Febrônio e representações cristãs de primórdios da igreja católica, erguem-se diferenças. Outros referenciais são abertos ao *Revelações* e, com eles, divergentes margens de compreensões possíveis.

De acordo com o testemunho alinhavado por Febrônio sobre Adão e Eva, o dragão lhes é exterior; porquanto origem do mal, destaca por constraste a inocência de suas vítimas – “eles pobres pecaram em ignorância”,⁸² segundo defende. Ao inspirar certo otimismo, propõe uma batalha contra o mal apreendido de modo personificado.

Assim, confirma a reconstrução empreendida pelo *Revelações* sobre o “Salve Rainha”. Sua esquiva à condenação dos filhos de Eva representada, na prece original, pelo termo “exsules” é acompanhada por esta absolvição. Desde a prece à Estrella do Oriente às declarações aos jornais e linhas de seu livro, há uma certa coesão semântica própria a Febrônio.

Parece, ainda, ser neste mesmo sentido que Febrônio se apropria dos “dez reis” representados pelos “dez cornos” (comum a Apocalipse e Daniel): ao serem tratados como prisioneiros do dragão pelo *Revelações*, submete-os à mesma tal inocência que vislumbra nos atos de Adão e Eva. Deixam, enfim, de serem representados pelos chifres do dragão (e, portanto, aliados à besta) e são tomados por Febrônio como prisioneiros de seu algoz.

Representa, portanto, um modo de compreender tanto o papel do dragão quanto de seu oposto, quer seja a mulher em dores de parto, a Estrella do Oriente, tal qual entendida do texto bíblico.

À parturiente, segundo Apocalipse, fora reservado um retiro no deserto no qual poderia refugiar-se do dragão por mil duzentos e sessenta dias. A besta, contudo, ao ser vencida nos céus por Miguel e seus anjos, precipitara à terra – e partira em busca da Estrella do Oriente.

⁸¹Idem. p. 49.

⁸²*Rev*, p. 7.

Espraiando asas de águia, a mãe buscava alcançar seu refúgio; ao seu encaço, o dragão “lançou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, para fazer que ela fosse arrebatada da corrente”.⁸³

Ainda que não descrevendo em detalhes a perseguição tal como veiculada no Apocalipse, o livro de Febrônio comunga de seu reconhecimento. Em um trecho dedicado à “terra” do “Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”, agradece a esta obra da criação. Diz dever sua gratidão ao fato de que “a minha Santa mãe ajudaste, benigna boca tua foi aberta engolindo o rio do dragão maldito”.⁸⁴

É, enfim, uma apropriação do desenrolar da perseguição segundo Apocalipse: “porém a terra ajudou a mulher, abriu a terra sua boca, e engoliu o rio que o dragão tinha vomitado da sua boca”.⁸⁵ Em uma citação indireta, Febrônio apropria-se do trecho bíblico de modo a colorir de sentidos seu próprio texto. Ainda que não conste qualquer referência nominal a esta passagem em específico no *Revelações*, Febrônio dela dispõe em sua construção. A imagem da terra protegendo a mulher ao engolir o rio lançado pelo dragão é repetida; ainda que submetida a contextos específicos, é figurada como referência importante a Febrônio.

O diálogo com o Novo Testamento, ainda que posto em intersecções ao Antigo, erige uma concepção cara ao *Revelações do Príncipe do Fogo*. Em Apocalipse, o frustrar dos intuitos da besta desperta uma batalha: “e o dragão irou-se contra a mulher, e foi fazer guerra aos outros seus filhos, e que guardam os mandamentos de Deus, e têm o testemunho de Jesus Cristo”.⁸⁶

O confronto entre o dragão e os filhos da mulher é caro a Febrônio. “Insultava o dragão, blasfemavam as bestas”⁸⁷ – os algozes do Filho do Fogo, segundo o *Revelações*, representariam a oposição ao “Deus vivo”.

* * *

⁸³ Apocalipse 12:15, *PeAPF*. Na *TB*, o trecho é traduzido da mesma forma.

⁸⁴ *Rev*, p. 2.

⁸⁵ Apocalipse 12:16, *PeAPF*. Na *TB*, o trecho é traduzido da mesma forma.

⁸⁶ Apocalipse 12:17, *PeAPF*. Na *TB*, “o dragão irou-se contra a mulher e foi fazer guerra ao restante dos filhos dela, que guardam os mandamentos de Deus e mantêm o testemunho de Jesus”.

⁸⁷ *Rev*, p. 28.

No Apocalipse, a reação divina contra o reino da besta é caracterizada por um outro sinal nos céus: “sete anjos que tinham as sete últimas pragas; porque nelas é consumada a ira de Deus”.⁸⁸

Trata, ainda, de uma revelação acerca dos oponentes do dragão, “que estavam sobre o mar de vidro, tendo cítaras de Deus”.⁸⁹ O *Revelações*, a certa altura, considera a chegada do combatente filho da Estrela do Oriente como “um voto magestoso o testemunho constante no mar-de-vidro”;⁹⁰ a leitura de Febrônio parece, afinal, atingir tais passagens bíblicas.

Tratando da chegada dos sete anjos enviados por deus, o Apocalipse refere-se à abertura de um templo celeste; “e depois disto olhei, e eis que vi que o templo do tabernáculo do testemunho se abriu no céu”,⁹¹ segundo arrola.

Esta denominação é especialmente cara a Febrônio – cada qual das obras divinas às quais são dedicados os cânticos de seu livro são relacionadas ao tal “Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”. Por esta razão, tal imagem é reiteradamente referida por todo o *Revelações*. Como um elemento a oferecer coesão à estrutura de sua mítica, simultaneamente confere metodologicamente ao décimo quinto capítulo do Apocalipse um papel fundamental. Porquanto anúncio dos flagelos enviados por deus aos seguidores da besta, contudo, sua apropriação (e deslocamento de sentidos) é cautelosa.

De acordo com o Apocalipse, o primeiro anjo, ao derramar sua taça da ira de deus, provocara um golpe àqueles que adoravam a besta; o segundo transformara o mar em sangue, o terceiro os rios e as fontes de água; seguia-se o quarto, a derramar seu cálice sobre o sol e afligir com ardor e fogo; no trono da besta o quinto despejara a ira, tornando tenebroso o reinado do dragão.

⁸⁸ Apocalipse 15:1, *PeAPF*. Na *TB*, “sete anjos com as sete últimas pragas, pois nelas é consumada a ira de Deus”.

⁸⁹ Apocalipse 15:2, *PeAPF*. Na *TB*, “que estavam em pé sobre o mar de vidro, com as harpas de Deus”. Em especial sobre este trecho tal como traduzido pela *TB*, o léxico é utilizado por Febrônio. A certa altura de seu livro, intitula o Príncipe do Fogo, o filho da Estrela do Oriente, como “herdeiro de umas harpas-vivas” (*Rev*, p. 18).

⁹⁰ *Rev*, p. 28.

⁹¹ Apocalipse 15:5, *PeAPF*. Na *TB*, “depois disto olhei, e abriu-se o santuário do tabernáculo do testemunho no céu”.

Em seguida, a chegada daqueles vindos do Oriente: “e derramou o sexto anjo o seu cálice sobre aquele grande rio Eufrates, e secou as suas águas, para que se aparelhasse caminho para os reis do oriente”.⁹²

Para o *Revelações*, a abertura do santuário dos céus desvelaria o oponente destas bestas – mas apenas após a taça do sexto anjo. “Eis aí, ó humanidade, nos dias de Luz, aberto o Santuário da puridade, presente as quatro fiéis criaturas viventes, na sexta praga do sexto anjo, Apocalipse Cap. 16”.⁹³ A citação, posto que direta, é incisiva ao relacionar a leitura.

Entretanto, seus meandros são mais tortuosos do que a mera sobreposição de textos. Tal taça, referindo-se à seca do Eufrates para a passagem dos reis do oriente, abre caminho para a chegada do “Real Príncipe dos Príncipes Oriente”. A apropriação do sexto anjo e da abertura do rio Eufrates, aqui, submete os tais “reis do oriente”⁹⁴ à própria imagem de Febrônio (enquanto filho de Estrella do Oriente e indo a seu socorro).

Sua imagem, então, é fundida à do sétimo e derradeiro anjo a derramar a taça da ira de deus. No texto bíblico original, representa a triunfo final sobre a besta – “e o sétimo anjo derramou o seu cálice pelo ar, e saiu uma grande voz do templo, da banda do trono, que dizia: está feito”.⁹⁵ E então precipitaria sobre os homens uma assustadora chuva de pedras. Estas imagens, contudo, são remendadas pelo *Revelações*.

No livro de Febrônio, o “Príncipe dos Príncipes Oriente” decreta: “fica sem efeito toda e qualquer determinação antes proferida por ser ele mesmo o anjo-vivente da sétima etapa”.⁹⁶ Dirige-se às “águas fiéis do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”; a anulação que ordena parece em especial voltar-se aos

⁹²Apocalipse 16:12, *PeAPF*. Na *TB*, “o sexto derramou a sua taça sobre o grande rio Eufrates. Secaram-se as suas águas, para que fosse preparado o caminho para os reis vindos do oriente”.

⁹³*Rev*, p. 18. Sobre as “quatro fiéis criaturas viventes” às quais se refere, cabe destacar *Ap* 15:7: “então um dos quatro animais deu aos sete anjos sete cálices de ouro, cheios da ira de Deus que vive por séculos de séculos” (*PeAPF*). Neste ponto, o léxico do *Rev* assemelha-se (por tratar de “criaturas” e não “animais”) com mais intensidade à *TB*: “Uma das quatro criaturas viventes deu aos sete anjos sete taças de ouro, cheias da ira do Deus que vive pelos séculos dos séculos”. Pode indicar, portanto, que a leitura que possibilita a concatenação imagética explorada pelo *Rev* volta-se a ambas traduções. Estaria localizada não apenas na pendulação entre livros bíblicos, mas também entre traduções disseminadas à época de sua escrita.

⁹⁴Como nomeados em Apocalipse 16:12 em *PeAPF* ou “reis vindo do oriente”, segundo a *TB*.

⁹⁵Apocalipse 16:17, *PeAPF*. Na *TB*, o trecho é traduzido da mesma forma.

⁹⁶*Rev*, p. 18.

segundo e terceiro anjos que, de acordo com o Apocalipse, transformariam tais “águas fiéis” em sangue. Findo o cântico, saúda esta obra da criação: “sois benditas desde as fontes mais insignificantes até os Rios mais excessivos”. O léxico do *Revelações*, mais uma vez, serve-se de Apocalipse – afinal, no quarto versículo do décimo sexto capítulo, o terceiro anjo transforma exatamente as “fontes” e os “rios” em sangue.

A chegada do enviado vindo do oriente, cruzando o já árido Eufrates, é sinal de bem aventurança. É, enfim, avistado pelo vigia prostrado no monte sagrado. A ira divina, eximindo-se de punir possíveis seguidores da besta, volta-se exclusivamente contra o dragão.

O céu, ao abrir o santuário do tabernáculo, inicia a jornada em defesa da Estrela do Oriente: “desce o Filho do Fogo a grande guerra, o maior forte-vivo batalhando”.⁹⁷ Deste confronto há referências em diversas passagens do livro de Febrônio; em todas, o dragão é derrotado pela espada do Filho do Fogo.

“Descansai em paz, é morto o dragão maldito”,⁹⁸ conforme é bradado em uma de tais referências. “Qual o guerreiro ousado que com tanta audácia profere?”, questiona-se o decreto do ocaso da besta. A resposta é dada pelo próprio vitorioso combatente: “eis aqui me tens, eu, o da voz bendita, o Filho Santo e do tronco, o Santo-vivo Oriente vindo; se a guerra busca, eis o grande guerreiro, se em paz vens, aqui jaz o pobre verdadeiro!”.⁹⁹ Por tratar-se tanto de um “Filho Santo” quanto “do tronco”, vincula-se simultaneamente à mulher em dores de parto à qual opunha-se o dragão e à “árvore da vida” conforme inferida do sonho de Nabucodonosor à espera de um novo esplendor.

Em uma teia de cruzamentos textuais, feita ao colocar-se em relevo fragmentos do léxico bíblico, Febrônio arquiteta uma determinada *situação* para si mesmo. A partir deste tortuoso mosaico, ainda que ancorado (e, portanto, limitado) por suas referências, é realizada sua singularidade.

O guerreiro, enfim, deixaria a vivência ordinária em nome desta missão. A certa altura, trata de como “o dragão maldito e seus cúmplices ambiciosos almejam, congregaram-se e hoje todos decapitados”. Tal façanha tornara-se possível porque “o

⁹⁷ *Rev*, p. 28.

⁹⁸ *Idem*. p. 23.

⁹⁹ *Idem*. *Ibidem*.

Santo Tabernáculo Vivo Oriente despertou entre os mais abatidos dos homens o Menino-Vivo Oriente, o herdeiro de um Santuário-Vivo”.¹⁰⁰

Adiante, neste mesmo cântico, trata das anunciações feitas por seis santos acerca da vitória do Filho do Fogo sobre seu possante inimigo. “Eis aí, é purificado o Santuário, são passados dois mil e trezentos dias”, brada um deles. “Gritou da porta de Ulai outro santo dizendo: reina o Real Príncipe dos Príncipes Oriente da eterna Fortaleza”, complementa o *Revelações*. Ulai é citada no livro de Daniel 8, quando de outra de suas visões: “vi, n’uma visão que tive, estando no castelo de Susa, que é no país de Elam; vi pois n’esta visão que eu estava sobre a porta de Ulai”.¹⁰¹

Neste capítulo de Daniel, um monstruoso carneiro voltava-se contra o ocidente – e ele nenhuma outra besta conseguia vencer. Entretanto, um bode, ao lançar-se contra o carneiro, quebrara-lhe os chifres. Reinando absoluto, um de seus cornos “se fez grande contra o meio-dia, e contra o oriente e contra a fortaleza”.¹⁰² A obra divina, então, passara a ser humilhada por seu reinado. Um dos santos, vislumbrando todo aquele terror, perguntara: “até quando durará a visão, e o sacrifício perpétuo, e o pecado da desolação que foi feita, e até quando será pisado aos pés o santuário e a fortaleza?”.¹⁰³ A resposta é clara: “até dois mil e trezentos dias, compostos da tarde e da manhã; e o santuário será purificado”.¹⁰⁴

Reverbera o grito do primeiro santo tal como descrito pelo *Revelações*: “é purificado o Santuário, são passados dois mil e trezentos dias”.¹⁰⁵ Estas ligações

¹⁰⁰Idem. p. 52

¹⁰¹Daniel 8:2, *PeAPF*. Na *TB*, “eu vi na visão (ora foi assim, que quando vi, eu estava no castelo de Susã, que é na província de Elão) vi na visão, e eu estava junto ao rio Ulai”. Aqui, vale destacar uma diferenciação clara entre estas traduções. Enquanto na *TB* Ulai é referido apenas como um rio (da região de Susiana), em *PeAPF* são destacadas suas portas. O *Rev*, portanto, parece referir-se mais diretamente a este último, uma vez que o léxico empregado vale-se da imagem “da porta de Ulai” (p. 52). Estes indícios tomados por uma análise microminimal como aqui é pretendida poderiam evidenciar a filiação mais direta de Febrônio a determinada tradução. Mais uma vez, conforme proposto, fortalece sua temporalização; seus escritos tornam-se dependentes de certa circulação de sentidos. Portanto, ainda que tomado como leitura singular, ao *Rev* devem ser creditadas margens de possibilidades (generativas) à *situação* que engendra.

¹⁰²Daniel 8:9, *PeAPF*. Na *TB*, “tornou-se muito forte para o sul e para o oriente e para a terra gloriosa”.

¹⁰³Daniel 8:13, *PeAPF*. Na *TB*, “Até quando durará a visão relativamente ao holocausto perpétuo e à transgressão assoladora, visão na qual são entregues tanto o santuário como o exército para serem pisados aos pés?”. Notar a ausência, neste trecho, do termo “fortaleza” (tão caro ao vocabulário de Febrônio) segundo a *TB*. Substituído por “exército”, distancia-se no horizonte lexical tal como empregado pelo *Rev*.

¹⁰⁴Daniel 8:14, *PeAPF*. Na *TB*, “até duas mil e trezentas tardes e manhãs; então o santuário será purificado”.

¹⁰⁵*Rev*, p. 52.

localizam o Filho do Fogo, vencendo o “dragão maldito”, como a realização deste trecho tomado pelo *Revelações* como profético. Da repetição lexical, a possibilidade de notar margens das leituras possibilitadas a Febrônio. Afinal, segundo a visão testemunhada por Daniel, o último destes blasfemadores

elevará o seu coração, e vendo-se na abundância de todas as coisas, matará a muitíssimos; e levantar-se-há contra o príncipe dos príncipes, e será em pó reduzido sem intervir mão de homem.¹⁰⁶

De alguma forma, este último oponente é atrelado à figura do dragão proposta em Apocalipse 12 e inferido do quarto animal de Daniel 7 ou da besta de Apocalipse 17, seus “dez cornos” e “dez reis”; a perseguição aos filhos da parturiente, tal como em Apocalipse 12, é aqui unida à batalha com o Filho do Fogo e sua oposição ao “príncipe dos príncipes” como em Daniel 8 (e referido como “Príncipe dos Príncipes Oriente” ao final, no *Revelações*, da prece à Estrela do Oriente).

Febrônio, enfim, parece circular em ambos livros bíblicos. Entre eles, pontes lexicais apoiadas em recorrências vocabulares. Os “dez reis” interpretados a partir dos “dez cornos” da besta poderiam, afinal, ser uma destas conjugações entre os livros bíblicos.

Estes festejos pela derrota do algoz tal como citados no *Revelações* parecem não se esgotarem apenas nas inferências do livro de Daniel. O “estampido de grandes trovões” é referido em Apocalipse quando da restituição da glória e da salvação.¹⁰⁷ No livro de Febrônio, os anciãos que saíram da porta de Ulai estavam “vestidos de finíssimo linho”;¹⁰⁸ no mesmo capítulo de Apocalipse, diz-se que ao Cordeiro que enfim chegara para livrar os fiéis da besta “foi dado o vestir-se de finíssimo linho, resplandecente e branco. E este linho fino são as virtudes dos santos”.¹⁰⁹ O linho (e mesmo sua adjetivação como “finíssimo”) é intercambiado do Apocalipse ao *Revelações*; neste movimento, é relacionado a Daniel. Desta forma, ambas construções bíblicas são reduzidas ao mesmo evento e, portanto, à derrota do mesmo inimigo.

¹⁰⁶Daniel 8:25, *PeAPF*. Na *TB*, “seu coração se engrandecerá, e destruirá a muitos que vivem em segurança; levantar-se-á contra o príncipe dos príncipes; porém será quebrado sem intervir mão de homem”.

¹⁰⁷Apocalipse 19:6, *PeAPF*. Na *TB*, “voz de fortes trovões”.

¹⁰⁸*Rev*, p. 52.

¹⁰⁹Apocalipse 19:8, *PeAPF*. Na *TB*, “foi-lhe permitido vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro. Pois o linho finíssimo são os atos da justiça dos santos”.

O santos, ao jubilarem-se pela “purificação do santuário” e o fim do reinado do dragão ao término dos tais dois mil e trezentos dias, celebram, portanto, o florescimento final da “árvore da vida” – seus ramos tomando os céus, as aves tornando a pousar sobre seus extensos ramos, o aparecimento dos tantos copiosos frutos.

Segue o *Revelações*:

Houve um forte abalo no Céu, sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões e grande saraiva congregou-se às pressas toda Corte Celestial e os profetas servos de Deus-Vivo invocando a voz bendita, veio dois anjos queimando o incenso das orações sacras, uns reflexos luminosos cobriram o firmamento.¹¹⁰

A bem-aventurança, por fim, é brindada – afinal, “reina o Espírito do Santo Criador encarnado é o Menino-Vivo-Oriente”.¹¹¹ Ao ser tirado do ordinário de sua vida (e, portanto, restituído à grandeza da “árvore da vida”), passa a reinar absoluto.

Aqui, a *montagem* como cadenciada pelos escritos de Febrônio refigura mesmo a árvore que apreendera do sonho de Nabucodonosor tal como relatado em Daniel 4. Sua descrição, como exposto anteriormente, desvela todo um horizonte lexical próximo a este trecho bíblico. Dita Febrônio:

as raízes do teu generoso tronco estender-se-ão na extremidade de toda a terra, elevar-se-á ao Céu a tua preciosa altura, pousar-se-ão nos teus lindos ramos avezinhas ao Céu, as tuas formosíssimas folhas servir-se-ão de cura às moléstias incuráveis, dos teus copiosos frutos sustentar-se-ão todas as espécies de alimarias mansas.¹¹²

Desde as aves pousadas sobre seus ramos, passando por sua altura e pela adjetivação de seus frutos como “copiosos”, é replicado um horizonte lexical a inferir a passagem de Daniel. Entre todas as imagens evocadas por Febrônio de modo a caracterizar a “árvore da vida”, uma contudo não é citada pelo profeta neobabilônico: as tais “tuas formosíssimas folhas [que] servir-se-ão de cura às moléstias incuráveis”.

Deste que poderia soar como deslize de suas citações indiretas, torna-se mais clara sua pendulação entre os diferentes textos bíblicos.

¹¹⁰Rev, p. 52-3.

¹¹¹Idem. Ibidem.

¹¹²Idem. p. 63.

Da “Nova Jerusalém” desvelada após a vitória do Cordeiro, o Apocalipse esmiúça uma descrição. Do trono de Deus fluía um rio “da água da vida” a cortar sua praça. Segue o livro bíblico destacando que

no meio da sua praça, e de uma e de outra parte do rio, estava a árvore da vida, que dá doze frutos, produzindo em cada mês seu fruto, e as folhas da árvore servem para a saúde das gentes.¹¹³

Esta propriedade curativa “para a saúde das gentes” de suas folhas parece suprir a lacuna deixada pelo rastro lexical de Daniel 4 em meio à construção de Febrônio. A bem-aventurança decorrente da restituição da grandiosidade de Nabucodonosor imiscui-se ao ocaso do dragão pela *topografia* reivindicada pelo *Revelações*.

Em outro de seus cânticos, Febrônio toma a sua vitória (e a morte do dragão) como prova de grandeza ao citar diretamente o texto bíblico: “enche-te de extremo prazer, ó Céu, é entrado o menino-vivo Oriente eis aí, ó humanidade, o teu Deus é uma essência-viva e não uma alimaria morta, Daniel, Cap. 7”.¹¹⁴ Refere-se ao trecho no qual a derrota do animal de “dez cornos” é descrita pelo profeta babilônico.

Daniel 7, afinal, é nominalmente citado por Febrônio. O *Revelações* apela a tal passagem como a caracterizar o dragão que aprisionara os “dez reis”. Ao remontar a este trecho em específico, Febrônio cruza imagens.

Sobre esta besta, insolente contra o excelso, diz Daniel que

depois se assentará o juízo: a fim de que lhe seja tirado o poder, e ele seja inteiramente desfeito, e pereça para sempre; e ao mesmo tempo se dê o reino, e o poder, e a grandeza do reino que está debaixo de todo o céu, ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno, e ao qual servirão e obedecerão todos os reis.¹¹⁵

Tais reis, conforme parece ser apreendido por Febrônio, seriam os mesmos daqueles representados pelos “dez cornos”. Uma vez concebendo-os como prisioneiros da besta – e não por ela figurativamente representados –, a vitória do Filho do Fogo determina sua libertação. Na ode a eles dedicada, ao testificar que matara o dragão,

¹¹³Apocalipse 22:2, *PeAPF*. (grifos meus). Na *TB*, “no meio da sua rua, e de um e de outro lado do rio, achava-se a árvore da vida, que dava doze frutos, produzindo em cada mês o seu fruto; e as folhas da árvore servem para a cura das nações”.

¹¹⁴*Rev*. p. 27.

¹¹⁵Daniel 7:26-7, *PeAPF*. Na *TB*, “Mas o juízo se assentará, e tirar-lhe-ão o domínio, para o consumir e destruir até o fim. O reino e o domínio, e a grandeza dos reinos debaixo de todo o céu, serão dados ao povo dos santos do Altíssimo: este reino é um reino sempiterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão”. Neste léxico tal como explorado pela *TB*, falta o uso da figura dos “reis” servindo ao harmonizador da criação; esta imagem, contudo, é fundamental para o *Rev*.

complementa: “e a seus dez reis fiéis arrebatando”.¹¹⁶ Ao final do cântico, volta-se como amigo a estes antigos aliados de seu algoz: “sois benditos cada um per si desde o início dos teus pés até o fio de cabelo último das tuas cabeças”.¹¹⁷

Assim sendo, diante deste deslocamento de sentidos Febrônio estanca entre o sonho em si e a interpretação a ele conferida por Daniel: os dez reis não como figurados pelos chifres do monstruoso animal, mas sim dele prisioneiros. De toda forma, termina por aplicar o simbolismo tal como apreendido por Daniel às imagens evocadas em Apocalipse. Como buscando uma coesão bíblica interna, a recorrência à descrição do dragão a assediar a mulher no Novo Testamento como dotado de “dez cornos” torna-se cara a Febrônio. Desdobrando ambos livros conjuntamente, supõe a obediência de ambos a um mesmo horizonte vocabular simbólico. Para tanto, erige o *Revelações* calcado exatamente nestas recorrências lexicais.

Trata-se, portanto, de uma sensibilidade interpretativa do texto bíblico. Ao unir Daniel e Apocalipse, apoia-se em passagens específicas. O *Revelações* é alinhavado escrutinando-se cautelosamente ambos livros. Alguns simbolismos comuns entre Daniel e Apocalipse (como a interpretação dos “dez cornos” como “dez reis”) tornam-se pontos nodais; a partir deles são aprofundados paralelos. Surgem, pois, elementos como a Estrela do Oriente ou o Príncipe dos Príncipes Oriente.

Ainda que compondo um quadro singular, Febrônio é limitado pelo texto sobre o qual se debruça. Há margens limítrofes de seu entendimento – o método de sua leitura, aventurando-se entre ligações lexicais, não apenas filia-o, mas também impõe-no uma gama determinada de possibilidades. Pois são exatamente estas limitações que tornam-no textualmente inteligível – seu contato com referências alheias ao *Revelações*.

O modo da leitura bíblica tal como empreendido por Febrônio em seu livro, de toda forma, não lhe é exclusivo.

Lilian Maluf destaca alguns trabalhos que identificam, no próprio texto atribuído a Daniel, um possível recurso à pseudonímia. Em outras palavras, defendem que muitos capítulos do livro foram escritos posteriormente aos fatos que pretendem antever e tendo sua autoria tomada como do profeta mesmo sendo compostos

¹¹⁶Rev, p. 26.

¹¹⁷Idem. p. 27.

séculos após sua morte. Como profecias “ex eventu”, significariam a “composição apocalíptica como se os acontecimentos descritos ainda não tivessem decorrido, o que permite recuar a data de composição dos textos”.¹¹⁸

Ao relacionar estes escritos pseudepigráficos a autoridades (não apenas Daniel, mas também Abraão ou Enoque), seus autores sanariam a necessidade de relatar de modo virtuoso “grandes feitos de Deus e de tomar o nome a autoridade de um personagem ilustre do passado para evocar reconhecimento sobre novos escritos”.¹¹⁹

É, enfim, uma estratégia identitária. John Collins parece reconhecer esta nuance. Para ele, a operação do autor em escrever tais mensagens em nome de Daniel não é arquitetada com o intuito de enganar seus leitores – mas sim coadunar-se ao profeta e, então, estabelecer certa autoridade ao texto.¹²⁰

Pois Febrônio parece levar esta possibilidade a seu limite. Ao imiscuir-se às citações bíblicas das quais se vale, reinventa-se. O léxico utilizado no *Revelações* não se esgota ao livro: como na utilização do nome de Estrella do Oriente em suas declarações à polícia, seu vocabulário imagético transcende à sua particular *situação*.

Da mesma forma, a sobreposição entre Apocalipse e Daniel não é exclusiva a Febrônio. Lilian relaciona os escritos de Jerônimo (século IV d.C.) acerca da quarta besta descrita em Daniel 7 neste mesmo sentido: traça sobre a alegoria interpretações calcadas na imagética de outros livros.¹²¹ Um movimento interpretativo caro à exegese daniélica dos primeiros momentos do cristianismo: concentrar-se no léxico de passagens específicas; “a pedra do capítulo 2, o ‘um como filho de homem’ no capítulo 7, as setenta semanas do capítulo 9, e o informe sobre a ressurreição no capítulo 12”,¹²² todos do livro de Daniel, teriam sido tomados, conforme a proposta de Lilian Maluf, enquanto ligações a referências do Novo Testamento. Neste esforço cristológico de leitura, subsiste a consideração do profeta neobabilônico como referindo-se a acontecimentos ainda não concluídos.

¹¹⁸MALUF, Lilian Chaves. *Daniel no antro das ninfas: um estudo sobre o desafio de Porfírio ao status profético das revelações daniélicas e sobre a réplica de Jerônimo*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade de Brasília, Brasília. 2009. p. 12.

¹¹⁹Idem. Ibidem.

¹²⁰Cf. COLLINS, John J.. *The apocalyptic imagination: an introduction to Jewish apocalyptic literature*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998. p. 39-41.

¹²¹MALUF, Lilian Chaves. Op.cit. p. 31.

¹²²Idem. p. 44.

Entretanto, meramente vitimar Febrônio a estas possibilidades exegéticas desconsideraria importantes elementos de sua mística. Sua estreita ligação lexical ao vocabulário veiculado nas traduções às quais tem acesso aponta o caminho de certa feitura singular; atrelando-o a determinada temporalidade, une o *Revelações* a um mercado simbólico específico. Diz respeito, afinal, não apenas à textualidade veiculada pela *Tradução Brasileira* ou pelo trabalho do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo – relaciona-se a outros substratos, como a construção do Cristo Redentor e a mistificação discursiva do Corcovado. Em suas declarações aos jornais, submete os próprios assassinatos à sua mitologia.

Traz na edificação de sua mística particular a temporalização de um discurso. Mesmo que compondo um panteão singular, é dependente de uma determinada gama de *topói*.

Tal como Adão e Eva, os “dez reis” apreendidos de Daniel são redimidos. Segundo a construção empregada pelo *Revelações do Príncipe do Fogo*, o mal lhes é externo. Enquanto próprio ao dragão, exime de qualquer culpa aqueles a quem assedia ou corrompe.

Desta forma, orbitando referências, traz a um extremo o papel identitário daquilo que poderia ser comparado a uma pseudepigrafia.¹²³ Febrônio, o “Real Príncipe dos Príncipes Oriente”, orienta-se a partir desta modulação. Atrelado e dependente de seu tempo, define a si mesmo; suas estratégias, incertezas, situações.

¹²³ A pseudepigrafia, amplamente tratada em estudos bíblicos, trata-se de um recurso no qual o autor legítimo de determinado texto assina suas linhas com o nome de uma autoridade legitimada pelo trato religioso. Nas palavras de Vicente Dobroruka, “a explicação mais fácil para o fenômeno é o da ‘fraude pia’, o autor verdadeiro ansioso por veicular mensagem ortodoxa e válida, tornando-a mais respeitável por meio da atribuição autoral a alguma figura do passado” (DOBRRUKA, Vicente. “Preparação para Visões na Literatura Apocalíptica: algumas considerações” In: *Estudos da Religião*. Ano XVII, vol. 24. São Bernardo do Campo: UESP, 2003. p. 4). No sentido aqui pretendido, procuro evidenciar a legitimidade intentada por Febrônio a seu próprio discurso a partir do colocar-se nestas leituras bíblicas das quais se apropria: ainda que não assine seu livro como Daniel, João ou Isaías, serve-se destas construções de modo a definir um contexto, uma *situação*, a si. Estas questões serão dissecadas a seguir, relacionando-se ao trato com a cidade do Rio de Janeiro tal qual tornada cognoscível pelo autor das *Revelações do Príncipe do Fogo*.

2.2. Apropriação urbana

Em meio à exegese bíblica proposta por Febrônio, uma série de movimentos e interpretações parecem não se limitar apenas ao livro publicado em 1926. Parece partilhar um horizonte de possibilidades de leitura com outras aproximações a Daniel ou Apocalipse; em outras palavras, sua representação possui algo de normalidade.

Esta proximidade é metodologicamente notada a partir da uma abordagem generativa em oposição a determinada pretensão homotética diante das fontes. Ao esquivar-se de um modelo unívoco, a identidade do tal “Real Príncipe dos Príncipes Oriente” passaria a compor sentidos com todo um mercado simbólico – de seu entendimento como simples desvio, o reconhecimento de uma imagética que o transcende; de sua abordagem como apenas um elemento isolado, a possibilidade de perceber uma interpretação cultural nas páginas do *Revelações do Príncipe do Fogo*.

Segundo o levantamento de Lilian Maluf, propostas análogas em se relacionar Daniel ao Novo Testamento atravessaram não apenas os primórdios do cristianismo e a Idade Média. Referindo-se ao trabalho de pesquisa de Norman Cohn, cita um texto datado do século XVI.¹ Agrega-se à sua dissertação no sentido de evidenciar as dimensões da gama de exegeses bíblicas.

Neste texto quinhentista, o autor auto-intitulado Revolucionário do Alto Reno se apropria do mito das idades de Daniel de forma a nutrir de sentidos seu próprio tempo. Tratava da chefia do Imperador Frederico como divinamente consagrada, “prodigiosa figura que faz lembrar, não apenas o Imperador dos Últimos Dias, mas também o Messias da apocalíptica judaico-cristã e sobretudo o Apocalipse”² – escreve Cohn. Sobrepondo tradições, como a reunir *topói*, localiza a si e erige contextos a partir de argumentos religiosos. Segundo Lilian Maluf, este escritor concluiria “uma sucessão de impérios identificados como França, Inglaterra, Espanha e Itália, sendo o quinto império o germânico, que não teria fim e conquistaria o mundo inteiro”;

¹MALUF, Lilian Chaves. *Daniel no antro das ninfas: um estudo sobre o desafio de Porfírio ao status profético das revelações daniélicas e sobre a réplica de Jerônimo*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade de Brasília, Brasília. 2009. p. 44.

²COHN, Norman. *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 98.

localiza, ainda, a perspectiva de Cohn: “uma ideologia religiosa que compartilharia, mais tarde, o mesmo núcleo ideológico ao nacional-socialismo alemão”.³ Nas palavras do próprio Cohn, “em todas estas quimeras, o nacionalismo rude de um semi-intelectual irrompeu nas tradições da escatologia popular”.⁴ O inquietamento expresso pelo pesquisador reside na semelhança entre estes argumentos de primórdios da Idade Moderna e aqueles a, quatro séculos depois, suportarem o ideário nazista. “Bastaria reler os panfletos – já quase esquecidos – de ideólogos como Rosenberg e Darré para se ficar imediatamente impressionado com a semelhança”.⁵ trata da crença em uma grandeza germânica divinamente ofertada outrora, mas já obliterada; da retomada do esplendor através de uma nova aristocracia “humilde de nascimento mas verdadeiramente germânica de alma”; do crédito a um líder simultaneamente político e religioso.

Tudo está lá – como lá estavam as ofensivas a oeste e a leste, o terror concebido simultaneamente como instrumento político e como valor em si mesmo, os maiores massacres da história – na verdade tudo, exceto a consumação final do império que, segundo as palavras de Hitler, haveria de durar um milênio.⁶

Nesta abordagem quase passional do regime nazista, Cohn levanta um questionamento sobre a influência política do tal Revolucionário do Alto Reno, do século XVI: mesmo apesar desta suposta coadunação ao III Reich, seu livro

não chegou a ser editado no seu tempo (nem chegaria a sê-lo). E nada indica que o Revolucionário anônimo tenha desempenhado um papel significativo nos movimentos sociais do seu tempo.⁷

Diante deste reconhecimento, o autor pondera de modo diferente alguma suposta relevância destes escritos modernos: “a sua importância reside não na influência que teria exercido, mas sim nas influências que o produziram e que ele registrou”. Ainda que não sendo uma preocupação própria a Cohn, de alguma forma parece se aproximar de uma aceção possível sobre o termo “excepcional normal”, quer seja, a presença em uma sorte documental pouco recorrente de padrões imperceptíveis em

³MALUF, Lilian Chaves. *Op.cit.* p. 44.

⁴COHN, Norman. *Op.cit.* p. 102.

⁵Idem. p. 102-3.

⁶Idem. p. 103.

⁷Idem. *Ibidem.*

meio à gama de fontes maciçamente homogêneas. Segue Cohn valendo-se de suas preocupações particulares:

na verdade, mesmo se pormenores há que provêm das suas meditações pessoais, no seu conjunto a quimera expende em suma a elaboração da profecia tradicional de um Frederico futuro que haveria de ser o Messias dos pobres.⁸

Haveria, portanto, alguma normalidade nos escritos do Revolucionário do Alto Reno – ainda que, como reconhecido pelo próprio Cohn, “a atitude dos camponeses era, em geral, bastante realista” e organizada à parte destas expectativas religiosas. O autor do século XVI, contudo, estaria em contato com certo mercado simbólico.

Os escritos de Febrônio poderiam ser abordados de modo semelhante; uma vez temporalizada, sua mística se relacionaria de modo prático às experiências de seu autor.

Para tanto, extrapolar o *Revelações do Príncipe do Fogo* e imiscuir sua mitologia aos crimes que cometera em 1927 seria fundamental.

* * *

Ao passo que os jornais alastravam o noticiário sobre os homicídios, outros elementos eram agregados às acusações apontadas a Febrônio. Em um destes, Jacob Edelman procurara a polícia: segundo ele, meses antes do assassinato de Alamiro conhecera o réu quando internado no Hospital Nacional de Alienados.

Filho de Adolfo Edelman, viera para o Brasil com a família no intuito de fugir da Grande Guerra. Abandonando a Alemanha, no Rio de Janeiro seu pai conseguira emprego no comércio. Por não ser muito explorado pelos periódicos cariocas, faltam elementos a iluminarem suas declarações.

Resta apenas uma matéria da *Gazeta de Notícias* na qual é narrada a carona que Febrônio a ele oferecera em um carro alugado à saída do Hospital onde se conheceram. Os dois, enfim, rumariam para Mangaratiba onde, segundo Febrônio, haveria um emprego para Jacob. Trata do tortuoso trajeto urbano, do trem tomado

⁸Idem. Ibidem.

pelos dois na Estação D. Pedro II. Segundo a declaração tal como veiculada pelo jornal, em um botequim na rua Viúva Cláudio Febrônio pedira uma garrafa de cerveja.

O “Príncipe dos Príncipes Oriente”, então, ordenou ao menor “que ali permanecesse enquanto ia dar umas voltas”.⁹ Justifica a *Gazeta*:

Jacob nesta altura pensou em abandonar seu algoz, o que não fez por estar desprevenido de dinheiro, e as despesas que estavam sobre a mesa ainda não estavam pagas, vendo-se, portanto, forçado a esperar a volta de Febrônio.

Pouco depois retornaria acompanhado de outro menor, Otávio Bernardes, que supostamente também ocuparia uma vaga oferecida por Febrônio.¹⁰

De toda forma, o *Correio da Manhã*, seguindo seu modo particular de construção do evento, já noticiava há semanas o caso de Jacob Edelman e Otávio Bernardes. Ao contrário do empreendido pela *Gazeta de Notícias*, que até então focava-se na família de João Ferreira e, portanto, voltaria a tal nuance apenas depois de seu sepultamento, este periódico já no dia 4 de setembro publicava declarações de Febrônio sobre o assunto. “Está se vendo que os senhores não estão suficientemente orientados para uma fácil compreensão das sublimidades da seita”, teria, segundo a citação que lhe resta no jornal, respondido sobre o caso.¹¹ E segue justificando-se: “Jacob é alemão e, como tal, pertence a uma raça superior. Eu pretendia iniciá-lo nos mistérios da seita”.

Entre os ecos registrados de sua fala no jornal, pululam referências. Estes fragmentos, tal como dispostos pela representação de Febrônio, imprimem a Jacob identidades. Porquanto alemão, pretence a uma “raça superior”. Por algum meio, a circulação de discursos atinge o réu – quer seja derivado de alguma apocalíptica

⁹*Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1927.

¹⁰Interessante notar como, no depoimento veiculado no dia anterior pela própria *Gazeta de Notícias*, Otávio Bernardes oferece uma versão diferente sobre tal encontro. Diz ele que, uma vez morando na tal rua Viúva Cláudio, no Riachuelo, recebera Febrônio – que lhe prometera trabalho “em um açougue de sua propriedade em Santa Cruz” (*Gazeta de Notícias*, 13 de setembro de 1927). Entretanto, segundo consta na folha, não seguira até o tal botequim onde se encontraria Jacob Edelman: “saindo em companhia do indivíduo, Otávio entrou num automóvel que o estava esperando em outra rua, em cujo interior já se encontrava outro menor de nacionalidade alemã, seguindo todos para Santa Cruz”. Este desencontro evidencia a incerteza documental presente no periódico. Porquanto trazidos à pena como citações, destes relatos restam tão somente a situação tal como engendrada pelo jornal; sua preocupação principal, por fim, parece restringir-se à caracterização de Febrônio como assassino. Suas vítimas, neste contexto, são tomadas como apenas a confirmarem sua “monstruosidade”.

¹¹*Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1927.

moderna, por notícias trazidas pelos jornais ou mesmo pelo próprio Jacob e suas impressões trazidas da Grande Guerra.

O caminho traçado por esta pendulação entre referências é, de toda forma, calado pela fonte. Como a interromper o depoimento de Febrônio, o *Correio da Manhã* emenda: “ali começa o bandido a falar da Alemanha, pela qual demonstra grande admiração, referindo-se à guerra mundial e procurando desviar a atenção das autoridades de seus monstruosos crimes”.¹² E, assim, silencia com suas citações quaisquer possibilidades de uma aproximação lexical a Febrônio. Qualquer conteúdo sobre sua postura diante da Alemanha ou da Grande Guerra é vedado. Em boa medida inacessível, sua constelação particular de referências é legada a uma lacuna documental. Agrega-se um vocabulário concernente à *situação* tal como construída pelos periódicos: são relevantes termos como “bandido” ou “monstruosos crimes”, põe-se em relevo a versão de que o interrogado tenta despistar a atenção e falsear seus ditos.

Restam, entretanto, indícios de uma possível filiação de Febrônio; afinal, por algum meio parece estar em contato. Historiograficamente, sua visão sobre a Alemanha ou o remontar ao conflito da década anterior fazem-no transbordar para além da consideração como simples delírio ou isolamento. Formula e dimensiona eventos; ainda que lhe faltando citações próprias como aquelas perceptíveis no *Revelações do Príncipe do Fogo*, sobejam-lhe construções identitárias.

Neste sentido, sobre Febrônio poderiam recair considerações semelhantes às propostas por Norman Cohn sobre o quinhentista Revolucionário do Alto Reno. Mesmo que não estatisticamente frequente, relaciona-se enquanto leitor (e, assim, atrela-se temporalmente).

Todavia, como notar Febrônio entre os jornais? Por estar submetido a situações que não lhe são próprias, vertido em citações, seus sentidos são transfigurados; servindo a outros intuitos, editoriais, sua fala é em muito limitada em comparação às linhas de seu livro publicado no ano anterior.

Mesmo noticiários como aquele a relatar o episódio de Febrônio na mata do Corcovado são imersos nesta sorte de hesitações. No dia 10 de setembro de 1927,

¹²Idem. Ibidem.

tanto o *Correio da Manhã* quanto a *Gazeta de Notícias* citam este evento entre os levantamentos feitos pela polícia no dia anterior. Exatamente por voltarem-se às mesmas declarações, a contraposição de tais relatos poderia evidenciar nuances dos periódicos.

Segundo o *Correio da Manhã*, Febrônio fora “preso nas matas do Corcovado, quando inteiramente nu, o corpo pintado de amarelo”. Esmiuçando as imagens que evoca, complementa que ele “dançava diante de uma pobre criança por ele amarrada ao tronco de uma árvore”.¹³ Acrescenta que por esta ocasião, uma vez surpreendido pela polícia, fora encaminhado ao Hospital Nacional de Alienados (onde conheceria Jacob Edelman).

Certa rotulação já imposta a Febrônio é reiterada: destaca-se como um algoz de menores. Entretanto, a *Gazeta de Notícias* aprofunda ainda mais intensamente esta relação; em suas páginas não há a referência ao Corcovado em específico, mas refere que “ele foi surpreendido, de uma feita, num mato distante daquele presídio conduzindo duas crianças e uma espada em punho que ele se apropriara na Colônia contra a vontade do seu dono”.¹⁴

Estas distorções, a exemplo da insistência dos jornais em uma motivação sexual dos crimes (como visto, a despeito dos laudos das autópsias), trabalham a favor de impressões específicas.

Atrair alguma vítima ao episódio do Corcovado, quer seja uma, como no *Correio da Manhã*, ou duas, conforme a *Gazeta de Notícias*, confirmaria o título de “estrangulador de crianças”. “É sabido que Febrônio, o estrangulador de crianças, dedicava-se à prática destes crimes que ele executava com nunca vista assiduidade”,¹⁵ o jornal arremata na mesma edição.

Todavia, no dia seguinte a *Gazeta de Notícias* refigura o evento. Sem qualquer menção às duas crianças, resta apenas a faixa vermelha na cinta e a espada em punho. Além da ausência das supostas vítimas, não há referência a Febrônio dançando ou mesmo pintado de amarelo – por outro lado, abre-se à imagem de seu duelo com Lúcifer.

¹³ *Correio da Manhã*, 10 de setembro de 1927.

¹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵ Idem. Ibidem.

Ainda que este deslizamento da *situação* tal como exposta pelo jornal em muito demonstre os modos de apreensão do próprio periódico, pouco parece dizer sobre Febrônio. Ele, enfim, surgiria apenas citado, remontado a cadências outras.¹⁶

Como sobre os suicídios durante a gripe espanhola, Febrônio vacila em surgir no relato dos jornais – “está nele, porém alterado”, conforme proposto por Michel de Certeau.¹⁷ E, ainda tal como na epidemia de 1918, este movimento cala alguma estratégia própria ao sujeito; conforma-o à *situação* como esboçada pela fonte.

Sua identidade, nesta documentação, é em muito alheia àquela percebida entre as apropriações bíblicas do *Revelações*. Neste sentido, as concepções de Febrônio sobre suas vítimas e mesmo acerca da cidade do Rio de Janeiro poderiam soar adaptadas a um contexto a ele estranho.

Para tanto, é preciso reconhecer o *corpus documental* analisado como um acontecimento histórico em si. Em outras palavras, notar o “discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*”.¹⁸ Tal qual reiterado por Durval Muniz sobre o trabalho de Foucault,

a fonte histórica é sempre um monumento, ou seja, uma construção também histórica e discursiva. Ela não é sinal de um acontecimento, ela própria é um acontecimento que deve ser explicado.¹⁹

Seria, afinal, esta a base do reconhecimento da disparidade entre *situações* espriada em meio às diferentes sortes documentais.

Ao mesmo passo, significa um distanciamento à empreitada micro-historiográfica tal como proposta por Ginzburg. Muniz destaca no trabalho deste historiador o intuito por operar “com os indícios históricos com a pretensão de ser

¹⁶ O trabalho de Ilana Casoy sobre Febrônio, em boa medida, parece ser aprisionado por esta armadilha documental. Em um trecho intitulado “episódios estranhos”, conta que em fevereiro de 1927 o homicida “foi preso nas matas do Corcovado. Estava completamente nu e pintado de amarelo, dançando na frente de uma criança assombrada que se encontrava amarrada em um tronco de árvore” (CASOY, Ilana. *Serial killers made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 54). Ou seja, replica o caso tal como exposto pelo *Correio da Manhã*. Com a pretensão de esboçar uma efeméride da trajetória de Febrônio, apenas reproduz as impressões alinhavadas pelo periódico. Toma, enfim, a construção específica de uma *situação* em particular (e criada por uma sorte documental específica) e impõe-na ao próprio Febrônio. Desta forma, diminui o réu ao que dele é feito.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 249.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 159.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: *Revista Resgate*. nº 2. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1991. p. 49.

possível a reconstrução do real em sua totalidade”,²⁰ o que iria de encontro à proposta de Foucault.

Em relação às diferentes documentações a erguerem Febrônio (em especial seu livro e os jornais), uma postura intermediária poderia ser tomada. Exatamente por ser perceptível alguma presença do discurso do réu entre as fontes jornalísticas, haveria algum eixo entre estas e o *Revelações* – ainda que apenas indiciariamente destacável.

“Ginzburg tentava recuperar o universo de leituras que estavam à disposição do moleiro friuliano”, destaca Espada Lima sobre a pesquisa acerca de Menocchio em *O queijo e os vermes*.²¹ Para além do reconhecimento desta assertiva sobre o próprio Febrônio, suas referências bíblicas e seu elo com tais traduções, o mesmo poderia ser considerado sobre os periódicos. São, mesmo que perceptivelmente adulterem e desloquem as *citações* das quais se valem, limitados de algum modo pelos depoimentos do réu; nas *situações* às quais conformam o sujeito, entreve-se marcas de um discurso alhures. Desvelar-se-ia, portanto, uma gama comum de limites generativos.

Ainda que no vacilar de versões (e mesmo eventos) tais como relatadas pela *Gazeta* ou o *Correio*, poderia haver algum indício do *Revelações do Príncipe do Fogo*. Nesta relação entre as diferentes fontes, uma disputa identitária: tal como notado nas pseudepígrafias medievais ou no texto do Revolucionário do Alto Reno, o que há são modos de valoração. Não apenas de Febrônio sobre si mesmo, mas também de seus atos (e, conseqüentemente, suas vítimas e a cidade do Rio de Janeiro).

Uma vez postas em jogo tais questões, refigurar a experiência clarificaria o caráter do texto “como uma mediação necessária à constituição e à compreensão de si mesmo”.²² Afinal, estes mosaicos documentais – apelando a referências e apropriando-se de outros substratos em sua leitura – teriam um caráter palpável ao racionalizarem práticas.

²⁰Idem. Ibidem.

²¹ ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 314.

²²CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 24.

Assim sendo, uma alternativa à análise destes jornais poderia ser neles procurar indícios, espias de uma cosmovisão que não pretendem esmiuçar. E, seguindo estes sinais, jogar luz sobre a mística arquitetada no *Revelações do Príncipe do Fogo*.

2.2.1. Das marcas no corpo: identidade das vítimas

“Mas, afinal, para que trazia em seu poder aquele frasco de tinta de tatuagem?”, questiona-se o *Correio da Manhã*.²³ O artefato, encontrado com Febrônio no momento da prisão, poderia ajudar a caracterizar as vítimas segundo a representação feita pelo assassino.

Emendando a notícia, o periódico diz que, inquirido, Febrônio “explicou-se e um outro crime monstro foi lembrado”. A tal explicação não é registrada – apenas explora-se a remissão ao caso de Jacob e Otávio Bernardes. Lembra que o jovem alemão dissera ter sido levado para Mangaratiba por Febrônio “e ali metido num quarto e submetido a toda sorte de torturas. O indivíduo lhe tatuava o corpo em diversas partes, utilizando-se para isso de um estilete especial”. À época, a polícia seguiu as pistas oferecidas pela denúncia. Ao chegar em Mangaratiba, encontrara Otávio Bernardes: “o desgraçado tinha o corpo tatuado e seviciado. Em tal estado se encontrava que não podia, sequer, se locomover. Apurou logo a polícia que o autor dessas monstruosidades era Febrônio Índio do Brasil, que desaparecera”.

Parece haver, portanto, algum paralelo entre as tais tatuagens feitas por Febrônio em Otávio e Jacob e aquele frasco de tinta que trazia quando detido como suspeito do desaparecimento de Alamiro Ferreira. Esta possível ligação, contudo, é mediada pelos tons próprios do jornal. “Explicou-se”, conforme resumida pela folha a fala de Febrônio; por outro lado, corre muita tinta sobre a investigação tal como traçada pela polícia. Pormenoriza os endereços das vítimas, trata do depoimento do jovem prestado na delegacia e das barbáries às quais fora submetido – a visão própria do acusado, em contraposição, é suprimida.

De toda forma, as referências a tatuagens não se esgotam apenas sobre as vítimas. Na mesma edição, o *Correio da Manhã* diz que “o monstro tem tatuagens,

²³*Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1927.



Fig. 13, Febrônio em foto de 1929, quando submetido ao laudo psiquiátrico. Em seu peito, a inscrição “Eis o Filho da Luz”.

também, pelo corpo. Bem no peito há uma que se lê: ‘sou filho da luz’²⁴. No dia seguinte, a *Gazeta de Notícias* registrara tais dizeres gravados em sua pele como “eu sou filho da luz”.²⁵ No posterior laudo psiquiátrico, entretanto, a frase aparece como “Eis o Filho da Luz”.²⁶ Estas discrepâncias seriam semelhantes ao vacilar de narrativas sobre o episódio no Corcovado. Revelam simultaneamente algo da fala de Febrônio e do prisma evocado pelos autores da documentação. O assassino, fragmentado, é indiretamente

perceptível.

Esta não é a única inscrição que traz no corpo. Ao redor de seu tronco, iniciais que gravara não apenas em si mesmo, mas também nas vítimas que atacara. Seis letras, garrafais, que poderiam lançar luz à sua mitologia.

A *Gazeta de Notícias*, explorando como de praxe a figura de João Ferreira – ou “Jonjoca”, como apelidara –, a certa altura remonta às tais tatuagens em meio à descrição do crime: “internados na mata, ele, Febrônio, que levava premeditadamente agulhas para tatuagens, começou, então, a martirizar o corpo da infeliz criança, imprimindo-lhe na epiderme do peito as iniciais D.C.V.X.Z.L.”.²⁷ Falta à edição quaisquer pormenores sobre seu significado.

²⁴ Idem. Ibidem.

²⁵ *Gazeta de Notícias*, 3 de setembro de 1927.

²⁶ CARRILHO, Heitor. “A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil)” In: *Archivo Judiciario*. vol 10 abr/jun 1929. p. 135.

²⁷ *Gazeta de Notícias*, 3 de setembro de 1927.

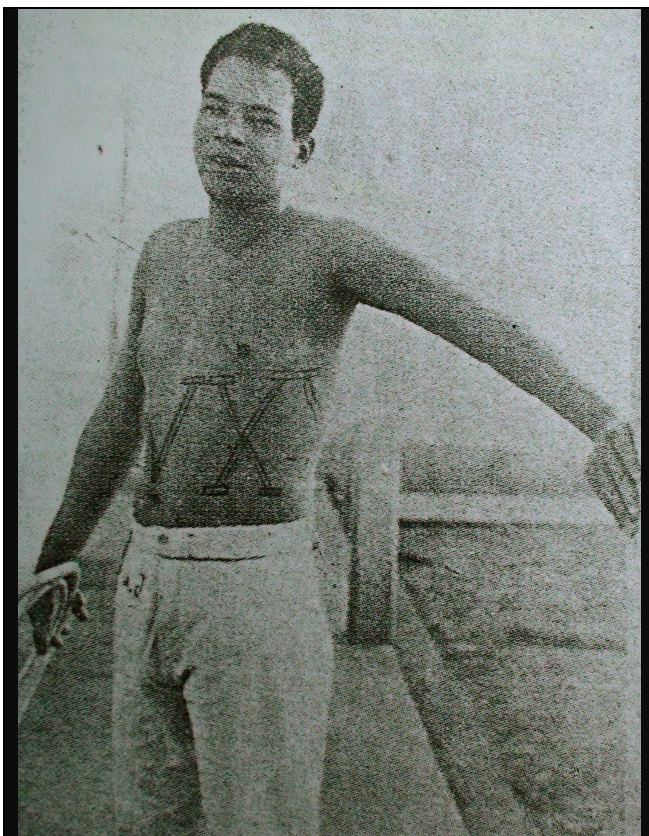


Fig. 14, Febrônio em foto de 1929, quando submetido ao laudo psiquiátrico. Ao redor de seu tronco, a tatuagem do DCVXVI.

Replica-se aqui o intuito por calar. Lega-se Febrônio ao silêncio imposto às *citações* – e quaisquer sentidos atribuídos às tatuagens são vitimados à caracterização da “infeliz criança”. Todavia, seguir diacronicamente ao encaixe destes registros nas diferentes edições dos jornais poderia lançar luz a este ponto da mítica do assassino (e, conseqüentemente, auxiliar o entendimento de sua valoração das vítimas).

Na edição do dia seguinte deste mesmo jornal, as iniciais registradas são outras; “em volta do meu corpo – Febrônio foi

desabotoando a camisa à proporção que falava – eu tenho estas letras: D.C.V.X.V.I., que querem dizer: – Deus, Caridade, Virtude, Santidade, Vida, Mãe da Vida”.²⁸ Apesar de aparentemente abrir espaço à voz do acusado, abruptamente interrompe: “e, assim pretextando discutir sua religião, Febrônio Índio do Brasil, que não passa de um farsante, vai procurando desvencilhar-se dos interrogatórios com as suas besteiras”. Da situação tal como engendrada pelo jornal, com seus interesses particulares, algum indício da representação erigida por Febrônio. Desta abertura, a retificação do descrédito abertamente defendido pelo jornal sobre a sinceridade do depoente.

Estas mesmas letras, marcadas ao redor de seu tronco, foram por ele inscritas no peito de João, Otávio e Jacob. Em especial sobre João Ferreira, o *Correio da Manhã* narra tais servícias. Conta que, sendo levado por Febrônio à Quinta da Boa Vista, seguindo pela praça Onze de Junho, chegaram a uma mata próxima ao largo do

²⁸Idem. 4 de setembro de 1927.

França. Lá, “o declarante fez uma tatuagem constituída das letras D.C.V.X.V.I. no peito do companheiro, o que conseguiu com emprego de agulha, tinta vermelha e linha branca”.²⁹

O tal D.C.V.X.Z.L., veiculado pela *Gazeta de Notícias* dias antes, representaria, pois, um deslize da edição. Enfim, sintoma da configuração destes ditos como desimportantes – apenas parte de uma farsa alinhavada por Febrônio. As iniciais que tatuara seriam, afinal, *DCVXVI*.

Tomar estas tatuagens – e seu conteúdo – poderia, por outro lado, enriquecer o entendimento da mítica do “Real Príncipe dos Príncipes Oriente”.

É preciso, portanto, transversalizar as fontes: imiscuir o *Revelações do Príncipe do Fogo*, os jornais e outras construções textuais sobre a própria cidade do Rio de Janeiro.



Fig. 15, Jacob Edelman, em depoimento na 3ª delegacia auxiliar, expondo o *DCVXVI* gravado em seu peito (*Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1927).

²⁹ *Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1927.

João do Rio, na crônica “A tatuagem no Rio”, esboçara importantes impressões sobre esta prática carioca. Publicada em 1904, tentava arriscar sentidos às imagens gravadas nos corpos naqueles primeiros anos do século XX. Em suas andanças, nota inúmeros petizes às ruas da cidade; “– quer marcar? – perguntam; e tiram logo do bolso um vidro de tinta e três agulhas”.³⁰

É, enfim, uma cena não incomum. Nas palavras do cronista, traz na pele estas marcações “toda a classe baixa do Rio – os vendedores ambulantes, os operários, os soldados, os criminosos, os rufiões, as meretrizes. Para marcar tanta gente, a tatuagem tornou-se uma indústria com chefes, subchefes e praticantes”.³¹ Estes “marcadores”, como nomeados por João do Rio, parecem exercer um ofício entre as esquinas da cidade.

A manipulação das agulhas, amarradas umas às outras e embebidas em tinta, era conhecimento disseminado.

Quase sempre as primeiras lições vieram das horas de inatividade na cadeia, na penitenciária e nos quartéis; mas eu contei só na rua Barão de São Félix, perto do Arsenal de Marinha, e nas ruelas da Saúde, cerca de trinta marcadores. Há pequenos de dez, doze anos, que saem de manhã para o trabalho, encontram os carregadores, os doceiros sentados nos portais.³²

No laudo de Heitor Carrilho sobre Febrônio, o psiquiatra parece notar algo semelhante em seu paciente ao percebido por João do Rio anos antes. “Essas tatuagens, acrescenta o observado, foram feitas na Colônia Correccional, há mais ou menos sete anos”.³³ Alguma permanência poderia ser destacada entre as redes sociais de um e outro evento – apesar da distância temporal. Levando-se em consideração que as marcas que traz em seu corpo circundam seu tronco (inclusive cobrindo suas costas), pode-se considerar que foram feitas por outra pessoa; talvez um desses marcadores a exercer seu ofício na Colônia Correccional onde Febrônio recebera suas revelações.

Esta prática não se esgota ao assassino de 1927; serve-se de um padrão, ou costume, mais amplo que sua pregação religiosa.

³⁰ DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 105.

³¹ Idem. p. 104-5.

³² Idem. p. 105.

³³ CARRILHO, Heitor. “A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil)” In: *Archivo Judiciario*. vol 10 abr/jun 1929. p. 133.

Em um movimento comum em suas crônicas, João do Rio se volta a ruas estranhas à elite da cidade. Seu flunar, assim, resulta em relatos da malha urbana exótica aos frequentadores dos cafés e confeitarias das ruas do Ouvidor, Rosário ou dos teatros do largo de São Francisco. Este arriscar-se à penumbra da cidade termina por compor quadros únicos do Rio de Janeiro. E então arrisca conclusões a partir de sua própria observação: “esses riscos nas peles dos homens e das mulheres dizem suas aspirações, as suas horas de ócio e a fantasia da sua arte e a crença na eternidade dos sentimentos – são a exteriorização da alma de quem os traz”.³⁴

Defende, partindo desta abordagem, que “da tatuagem no Rio faz-se o mais variado estudo da credence”.³⁵

Entre esta crônica e as notícias sobre os crimes de Febrônio estendem-se vinte e três anos. Apesar da distância temporal, certas notas feitas por João do Rio parecem ser compartilhadas pelo caso de 1927 – entre elas, a importância identitária destas tatuagens.

Mesmo o teor místico das inscrições de Febrônio soa familiar ao texto de 1904. “Quase todos os negros têm um crucificado”,³⁶ destaca João do Rio a partir de seu prisma particular. “O feiticeiro Ononenê, morador à rua do Alcântara, tem do lado esquerdo do peito as armas de Xangô, e Felismina de Oxum a figura complicada da santa d’água doce”. Entremeando o texto, usos culturais destas marcas – e a pluralidade de credos:

é por exemplo muito comum turco com as mãos franjadas de azul, cinco franjas nas costas da mão, correspondendo aos cinco dedos. Essas cinco franjas são a simbolização das franjas a taleth, vestimenta das Khasar, nas quais está entrançado a fio de ouro o grande nome de Javé.³⁷

Desde o “Eis o Filho da Luz” gravado no peito de Febrônio ao *DCVXVI* inscrito tanto ao redor de seu tronco quanto no tórax de suas vítimas, indícios de práticas difundidas pela cidade. João do Rio registra, ainda, corações, frases, brasões tanto da monarquia quanto armas da República. Diz haver certa predileção a marcar “as costas, as pernas, as coxas, os braços, as mãos. Nos braços estão em geral os nomes das

³⁴DO RIO, João. Op.cit. p. 103.

³⁵Idem. p. 102.

³⁶Idem. p. 103.

³⁷Idem. p. 104.

amantes, frases inteiras”.³⁸ Há, contudo, certa hierarquia de importância dos símbolos exteriorizada pela escolha do lugar da marcação; “o tronco é guardado para as coisas importantes, de saudade, de luxúria ou de religião”. Conta de um tatuador veterano, Madruga, que desejava imprimir uma estrela no peito de um funileiro. “No peito não! – cuspiu o mulato – no peito eu quero Nossa Senhora!”, fora a resposta do cliente segundo o texto de João do Rio. Escolha esta, afinal, muito próxima à de Febrônio duas décadas depois.

O *Correio da Manhã*, tratando um dos encontros entre Febrônio e a mãe de João Ferreira, indiciariamente desvela uma ligação possível a estas tatuagens de 1904. Àquela altura, mesmo o corpo do menor já tendo sido encontrado, o homicida persistia em negar o crime. “Febrônio, com ares paternais, segurando os braços da pobre senhora, que se havia ajoelhado, lhe disse: – sossegue! Seu filho vive e, com a tatuagem que lhe fiz – ‘Deus Vivo!’ – será muito feliz”.³⁹ Após aparentar abrir espaço à declaração do acusado, o jornal arremata que “o bandido zombou da dor da pobre e aflitiva mãe de João”.

Acompanha, de alguma forma, a prática disseminada nas ruas da cidade tal como observada pelo cronista de duas décadas antes – o teor religioso de seu conteúdo; por se tratar de uma marca relevante, reservar o tronco para sua gravação. As tais letras *DCVXVI* seriam, para Febrônio, como um talismã de proteção.

É ainda João do Rio quem destacara um crédito especial a estes desenhos: “a tatuagem tem nesse meio a significação do amor, do desprezo, do amuleto, da posse, do preservativo, das ideias patrióticas do indivíduo, da sua qualidade primordial”.⁴⁰ Diferentes interesses recaem sobre estes “amuletos”;

quase todos os rufiões e os rufistas do Rio tem na mão direita, entre o polegar e o indicador, cinco sinais que significam as chagas. Não há nenhum que não acredite derrubar o adversário dando-lhe uma bofetada com a mão assim marcada.⁴¹

Um uso, de toda forma, próximo ao empregado por Febrônio. Como inferido das citações sobre ele feitas pelo *Correio da Manhã*, estas marcas religiosas garantiriam a felicidade de João Ferreira. Algo em sua mística parece transcender as leituras bíblicas.

³⁸Idem. p. 109.

³⁹*Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1927.

⁴⁰DO RIO, João. Op.cit. p. 108.

⁴¹Idem. Ibidem.

Extrapolando as ligações lexicais entre Daniel e Apocalipse, ganha as ruas do Rio – perde-se no cambalear das esquinas e dos encontros à rua. Torna-se específico, temporalizado.

Arriscando como um levantamento dos preços destas gravações, João do Rio arrola um panteão de insígnias.

As cinco chagas custam 1\$000, uma rosa 2\$000, o signo de Salomão, o mais comum e menos compreendido porque nem um só dos que interroguei o soube explicar, 3\$000, as armas da Monarquia e da República 6\$ a 8\$, e há Cristos para todos os preços.⁴²

Desta breve listagem empreendida pelo cronista, destaca-se o apelo religioso; do paralelo possível a Febrônio, a hipótese de que valora tanto a si quanto a suas vítimas partindo da vivência junto ao réis da cidade.

João do Rio ainda arrisca explicações a este costume carioca. Evoca o criminologista oitocentista Cesare Lombroso e levanta alguma ligação a outros costumes como “a religião, a imitação, o ócio, a vontade, o espírito de corpo ou de seita, as paixões nobres, as paixões eróticas e o atavismo”.⁴³ Entretanto, a esta abordagem acrescenta outra, própria à sua pena: “a sugestão do ambiente. Hoje toda a classe baixa da cidade é tatuada”.⁴⁴ Como justificativa, destaca que não apenas “soldados, vagabundos, criminosos, barregãs” são useiros destas marcas. “Também portugueses chegados da aldeia com a pele sem mancha, que a influência do meio obriga a incrustar no braço coroas de seu país”.⁴⁵ Para ele, o costume (e, portanto, o contato) é fundamental à disseminação da prática e ao sucesso dos meninos marcadores.

Seus interesses sobre o assunto, todavia, são divergentes àqueles a nortear a *situação* empenhada a Febrônio pelos jornais de 1927. Porquanto enquadra estas insígnias a um escopo mais amplo do costume carioca, os periódicos tomam as marcas do homicida como indício de uma suposta excepcionalidade. Mesmo o teor religioso das tatuagens não se esgota na trajetória própria do acusado. E, ao tratar das explicações alinhavadas por Febrônio, o *Correio da Manhã* resume seus ditos a uma breve nota: “explica-se”, conforme publicado no dia 2 de setembro.

⁴²Idem. p. 107.

⁴³Idem. Ibidem.

⁴⁴Idem. p. 107-8.

⁴⁵Idem. p. 108.

* * *

“Deus, Caridade, Virtude, Santidade, Vida, Mãe da Vida” – segundo a *Gazeta de Notícias*,⁴⁶ tal era o significado da sigla *DCVXVI* tatuada tanto no corpo de Febrônio quanto de suas vítimas. De acordo com a matéria, esta explicação teria sido dada por Febrônio em declarações à polícia feitas no dia anterior, 3 de setembro.

No processo criminal constante no arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, porém, tal interrogatório não compõe os autos. No maço de declarações, um documento datado do dia 2 de setembro é sucedido por outro do dia 5 – em quaisquer deles, nenhuma referência aos sentidos da sigla utilizada pelo homicida. As tais seis palavras apontadas pela *Gazeta de Notícias* não são citadas pelas outras fontes utilizadas; em muitas delas, defende-se que o *DCVXVI* seria o símbolo do tal Deus-Vivo que Febrônio diz representar.⁴⁷ Apesar da discreta referência documental a este significado, ele aparece em grande parte dos trabalhos realizados sobre Febrônio.⁴⁸ Neste ponto, mais uma evidência do caráter lacunar dos registros sobre o homicida.

Diante do desinteresse da documentação sobre os ditos do acusado, esta nota feita pela *Gazeta de Notícias* poderia representar um deslize – excepcional, esta citação poderia indicar alguma normalidade para além da *situação* do documento.⁴⁹ Alguma abordagem poderia tornar-se plausível partindo-se de tal significação.

⁴⁶*Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

⁴⁷Em seu laudo, Heitor Carrilho anota sobre seu paciente: “rodeando todo o abdome, começando em cima em uma linha ao nível do bordo inferior da mamila e terminando em baixo em uma outra que passa imediatamente acima do umbigo as letras ‘DCVXVI’ cuja interpretação o paciente diz que é ‘Deus Vivo’” (CARRILHO, Heitor. Op.cit. p. 133). Blaise Cendrars, no texto escrito após entrevistar Febrônio, diz ser tais inscrições “o símbolo anunciador da nova religião, da qual se proclamava o primeiro profeta, a religião do Deus-Vivo, ainda que com o emprego da força” (CENDRARS, Blaise. “Febrônio Índio do Brasil”. In: *Etc...etc...(um livro 100% brasileiro)*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 171).

⁴⁸Mesmo na trabalho de Ilana Casoy, esta explicação sobre as iniciais gravadas nas tatuagens não é relacionada a qualquer fonte em especial. Cf. CASOY, Ilana. *Serial Killers made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 41.

⁴⁹Sobre esta proposição metodológica, caberia um paralelo à notícia de suicídio de Teophilo Martins feita pelo *O Paiz* em 24 de agosto de 1918, em meio ao noticiário da gripe espanhola. Ao publicar um bilhete de suicídio deixado, abre a possibilidade de examinar o ato como um estratégia diante da epidemia – “eu não tenho cura, mais”, escrevera o suicida. Com a abertura a esta citação, o jornal trai sua própria visão sobre estas atitudes como meramente decorrentes da febre gripal. Caso assim considerado perante o significado do *DCVXVI* defendido pela *Gazeta de Notícias*, Febrônio poderia ser melhor percebido; ainda que não frequente de modo estatístico o restante da documentação, poderia trazer indícios para além da estereotipação de *situações*.

Certo léxico parece comum aos discursos religiosos então alinhavados no Rio de Janeiro; a exemplo, os dois primeiros termos – “Deus, Caridade”. Assemelham-se à legenda da Federação Espírita Brasileira, o “Deus, Cristo, Caridade”.⁵⁰ Arriscar-se neste possível rastro lexical, de todo modo, é tarefa incerta. Por outro lado, há um outro indício de temporalização presente nesta forma do *DCVXVI*.

A letra “X”, na indicativa da *Gazeta de Notícias*, significaria “Santidade”. Esta analogia não é estranha à tradição cristã – em especial ao catolicismo. Lauro Muniz Barreto, questionando-se sobre o uso deste símbolo no direito, depara-se com sua fundamentação religiosa. Salienta ele que

os primeiros cristãos empregavam constantemente como símbolo, o peixe – porque as letras da palavra grega “ichtys” (peixe) eram também as iniciais das palavras componentes da expressão: “Jerous Christos Theon Yos Soter – Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”.⁵¹

A relação com a letra “X” seria proveniente de uma aproximação gráfica à língua grega;

o X que serve de abreviação do nome de Cristo, nos mais antigos documentos cristãos, e que como tal é conservado na grafia inglesa Xmas, por Christmas Noel, não é rigorosamente um X, e sim a letra grega CHI, que tem justamente a mesma forma do nosso X, que é inicial de Christos.⁵²

Em outras palavras, o tal “ichtys” em sua forma grega, *ΙΧΘΥΣ*, legara o símbolo “X” à significação do nome Cristo. Barreto segue destacando que a cruz enviezada utilizada pelos analfabetos, neste contexto, era uma exteriorização silenciosa de sua fé cristã. Mesmo os devotos letrados, ao grafarem seus nomes, valiam-se desse símbolo em meio às suas assinaturas.

Ao organizar-se a liturgia da igreja, esta relação fora apropriada por diversos elementos ritualísticos. Indicando a santidade de Cristo, a letra “X” figura em estolas, artefatos e outros paramentos católicos.

As tatuagens de Febrônio, assim, poderiam localizá-lo na cidade do Rio de Janeiro: perambulando entre espaços e discursos, coloca-se em contato. Filia-se a valorações de símbolos e, desta forma, submete-os a uma leitura própria. Compondo

⁵⁰Como anteriormente tratado, este mesmo lema fora evocado pelo *O Paiz* à época da epidemia de 1918: “esta benemérita Federação, justificando plenamente a sua legenda – ‘Deus, Cristo, Caridade’ – tem atendido e socorrido a uma média de 5.000 pessoas diariamente, sendo aviadas cerca de 10.000 prescrições” (*O Paiz*, 24 de outubro de 1918).

⁵¹BARRETO, Lauro Muniz. *O novo direito do cheque em face da convenção de Genebra*. São Paulo: Livraria Editora Universitária de Direito, 1973. p. 21.

⁵²Idem. *Ibidem*.

com uma gama de interpretações possíveis, sua mítica é temporalizável. E, uma vez compreendendo a si mesmo a partir destas *representações*, age perante a cidade: sua crença ao mesmo passo habita e é habitada pelo Rio de Janeiro; Febrônio parece experimentar sons, sabores da malha urbana. Transita pelas esquinas e tradições – como a litúrgica, sobre a letra “X”, e a cotidiana, entre tatuadores. Alicerçado nestas concepções, por fim, orienta seus passos e diálogos com o tecido citadino – como sua estreita relação com certo Corcovado mítico.

É nesse sentido que atribui valores às inscrições. O *DCVXVI*, uma vez tatuado também em suas vítimas, diria respeito ao papel místico das crianças assassinadas. Em um dos interrogatórios tratados nos jornais, o *Correio da Manhã* retrata a negação por parte de Febrônio da autoria do homicídio de João Ferreira. “Por que o havia de matar, se ele tem de ser o substituto e continuador da obra de Alamiro que, vitorioso, deixou este mundo de misérias e desenganos?”,⁵³ teria ele dito segundo a matéria. “Que obra é essa, Febrônio?”. À inquirição feita por um autoridade da 4ª delegacia, responde: “Muito meritória e digna, que nem todos podem compreender, ou ninguém, sem ser por espírito iluminado, filho da luz como eu, iniciado nos sublimes segredos da magna religião”.

Aparentemente incluídas na mítica de Febrônio, suas vítimas são coadunadas à batalha referida no *Revelações do Príncipe do Fogo*. João Ferreira torna-se um instrumento desta missão: “não o matou, afirma, nem precisava fazer tal, pois a vida do menino lhe era *útil e necessária*”.⁵⁴

No mesmo dia 4 de setembro desta edição, a *Gazeta de Notícias* publicara também sua versão sobre o tal depoimento. Nela, a negativa de Febrônio é replicada; sua fala e seu horizonte lexical, contudo, é discretamente divergente àquele do *Correio da Manhã*: “não matei-o porque a sua vida é *preciosa*. Tive ordem de assim proceder”.⁵⁵ Entre o “útil e necessária” do *Correio da Manhã* e esta tal “sua vida é preciosa” defendida pela *Gazeta de Notícias*, Febrônio é partido em um mosaico de citações. Apesar da discrepância vocabular entre as duas folhas, a persistência da imagem de João como importante ao objetivo religioso do acusado.

⁵³ Apud *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1927.

⁵⁴ Idem. Ibidem (grifos meus).

⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927 (grifos meus).

Suas declarações neste sentido, entretanto, parecem se contradizerem a certa altura.

Dias depois, a *Gazeta de Notícias* abordara a entrevista de Febrônio conduzida por Alvim Horcades.⁵⁶ Ao contrário das inquirições anteriores, sempre supondo algum falseamento nos ditos do acusado, Horcades instiga a mitologia do assassino:

- Antes do mais, devo dizer-lhe que sou o ‘Príncipe do Fogo’, tanto assim, que já escrevi as minhas revelações em livro.
- E elas explicam a razão de ser da sua seita?, inquiriu o Dr. Horcades.
- Explicam – respondeu Febrônio – porém nem todos, ou melhor, na atual geração ninguém está ao alcance de compeendê-las.⁵⁷

Recorre à mesma incompreensão que denunciara dias antes, em 4 de setembro: alguma unidade pode ser notada em seu discurso, elementos comuns entre várias de suas declarações.

Mas, em seguida, delineia concepções sobre suas vítimas que bem poderiam ser consideradas conflitantes àquelas já feitas: diz que deveriam ser sacrificadas vítimas “em idade inteiramente inúteis e sem significação”.⁵⁸ Este trecho em específico contradiz a valoração da vida de João Ferreira como “útil e necessária” ou “preciosa”.

O *Revelações do Príncipe do Fogo*, de toda forma, parece recorrer a estes fraseados de modo a restituir-lhes a unidade. A certa altura do texto, afirma que “buscou entre os homens mais infelizes o menino *insignificante* de *valor tão precioso*”.⁵⁹ O léxico, aqui, cose as declarações feitas por Febrônio e veiculadas nos jornais dos dias 4 e 11 de setembro. O menino, no *Revelações*, é tomado simultaneamente como “insignificante” (próximo ao “sem significação” conforme citado pela *Gazeta de Notícias*) e de “valor tão precioso” (a tal “vida útil e necessária” ou “preciosa”, segundo o léxico dos periódicos).

A despeito do oscilar das palavras nas citações dos jornais, um trato lexical parece ser possível – e, por meio dele, transversalizar estas fontes ao *Revelações*. Levando-se em consideração o sistemático silêncio imposto ao livro pelos jornais, esta

⁵⁶Este encontro representa uma primeira abertura do caso a outros saberes. Horcades, um acadêmico de medicina, tornara-se conhecido pela análise que fizera, ainda nos últimos anos do século anterior, do fenômeno de Canudos. Neste trabalho, interessava-se em especial pela figura de Antônio Conselheiro e os modos de sua autoridade. Cf. HORCADES, Alvim. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Egba, 1996.

⁵⁷*Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

⁵⁸Idem. Ibidem.

⁵⁹*Rev*, p. 28 (grifos meus).

aproximação evidencia alguma presença de Febrônio (ainda que discreta e sufocada). Haveria um deslize *topográfico* da *situação* jornalisticamente criada e, nesta falha do eclipsar de Febrônio, o reconhecimento de sentidos de seu livro.

A obra do “Real Príncipe dos Príncipes Oriente” segue afirmando que este tal menino é

a quem pertence a cláusula expressa por direito eterno, a herança observada na *taça do sexto anjo* no testamento do Santo Deus-Vivo Oriente deixado dentro do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há o Céu, Apocalipses, cap. 16.⁶⁰

Da ligação entre o *Revelações* e os ecos de Febrônio espriados nos jornais, remete-se ao texto bíblico. Imbricadas, as fontes fornecem aos crimes de 1927 certos tons de uma *situação* outra. Esta “taça do sexto anjo”, legando a herança ao tal “menino insignificante de valor tão precioso”, é fundamental ao Filho do Fogo, conforme visto anteriormente. Sua relação direta ao Apocalipse de João reitera um fundamento constante em outras páginas do livro de Febrônio: ela, ao ser derramada, secaria as águas do rio Eufrates; e, assim, abriria o caminho aos reis que chegariam do Oriente.

A imagética sobre as vítimas desagua nas tortuosas interpretações do livro de Febrônio. Nele, estes reis vindos do Oriente confundem-se à identidade do próprio autor. Portanto, algum paralelo é textualmente traçado entre Febrônio e suas vítimas. Desde a tatuagem que traz em seu corpo e replicada no tórax das crianças à identificação delas também como “reis do Oriente”, confunde-se a João, Otávio, Jacob ou Alamiro.

Importante ressaltar que, em Apocalipse 7, há a referência ao chamado “sinal do Deus Vivo”. Exatamente entre o anjo do sexto (referente à abertura do Eufrates) e do sétimo (ao qual Febrônio compara a si mesmo)⁶¹ selos, o texto bíblico constrói imagens semelhantes às cadenciadas pelo *Revelações do Príncipe do Fogo*. Assim grafa: “e vi outro anjo, que subia da parte do nascimento do sol, tendo o sinal de Deus

⁶⁰Idem. Ibidem.

⁶¹Em *Rev*, p. 17, “é vindo do nascente o anjo-vivente da sétima voz criadora”. Na p. 18, reforça a ligação deste anjo à identidade do próprio “Príncipe dos Príncipes Oriente”: “por ser ele mesmo o anjo-vivente da sétima etapa”.

vivo”.⁶² Tanto acerca da referência à vinda do nascente quanto do porte da marca de deus, a proximidade a Febrônio: mescla as construções do livro de 1926 às tatuagens que traz no corpo. Este tal anjo, ainda conforme Apocalipse, segue “dizendo: não façais mal à terra nem ao mar, nem às árvores, até que assignalemos os servos do nosso Deus nas suas testas”.⁶³

A identidade que Febrônio traça para si e, portanto, informa seus atos, coaduna-se à do tal sétimo anjo. Da mesma sorte, reconstrói sentidos às vítimas que marca com o “selo do Deus vivo”, o *DCVXVI*. Trata-se de um jogo de *situações* – nele, uma constelação de textos, costumes e contatos que o possibilitam.

Examinar a trajetória do “Príncipe dos Príncipes Oriente” apenas pelos jornais, portanto, é tarefa incompleta. Habita oniricamente a partir de suas próprias *citações*, o que o dota de uma intensidade imagética específica.

Em especial sobre Alamiro, ecoa uma declaração citada pela *Gazeta de Notícias*: “tudo o que faço é em benefício da geração. Em tempos idos, Reis e príncipes sacrificavam os seus filhos em holocausto aos seus deuses. Eu sacrifiquei Alamiro em benefício da humanidade que está corrompida”.⁶⁴ Cabe destacar que, entre as quatro vítimas de Febrônio (sendo apenas duas fatais), Alamiro é a única que não fora tatuada por seu algoz.

Nos registros policiais de seus depoimentos, consta uma declaração na qual afirma “que, para o sacrifício a que se refere a sua seita, só podia sacrificar homens de cor branca, como eram Alamiro, digo, como era Alamiro”.⁶⁵ Assinando o rol de testemunhas do documento, o nome de Heitor Cardoso, “repórter da ‘Gazeta de Notícias’, residente no Campo de São Cristovão cento e cinquenta e um”.

A matéria decorrente deste testemunho, escrita da pena do próprio Heitor Cardoso, seria publicada no dia 9 de setembro. Nela, diz-se “que depois de haver praticado o crime, levantou uma prece a Deus-Vivo, o símbolo da sua religião, e ofereceu o menor para a salvação da humanidade”.⁶⁶

⁶²Apocalipse 7:2, *PeAPF*. Na *TB*, “vi outro anjo levantar-se da parte do nascimento do sol, tendo o selo do Deus vivo”.

⁶³Apocalipse 7:3, *PeAPF*. Na *TB*, “dizendo: Não façais dano à terra, nem ao mar, nem às árvores antes de termos selado os servos de nosso Deus nas suas testas”.

⁶⁴*Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1927.

⁶⁵Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 139.

⁶⁶*Gazeta de Notícias*, 9 de setembro de 1927.

As citações de ambas fontes obedecem a interesses distintos – e, assim, suscitam a criação de dois distintos Febrônios. No mesmo dia do relato tal como disposto na *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã* tece sua própria situação sobre o depoimento – “o declarante foi levado a cometer esse crime por meio de revelações que tinha constantemente, as quais o convenciam que devia sacrificar vítimas em benefício do Deus Vivo, símbolo de sua religião”.⁶⁷

João Ferreira, enquanto “substituto e continuador da obra de Alamiro”,⁶⁸ também contribuiria para esta redenção da humanidade. Todos eles, incluindo Febrônio, exerceriam o papel de salvador.

Esta *situação* compondo identidades e papéis é inferida não do isolamento do homicida; parte, sim, do contato. Quer seja por meio das traduções bíblicas ou dos meandros do costume das tatuagens, nutre-se de práticas disseminadas. Sua excepcionalidade seria, por fim, derivada de suas apropriações, não dos discursos aos quais se refere – estes, afinal, tomados entre as tatuagens, a santidade relacionada à letra “X” ou ao discurso religioso acerca do Corcovado como “normais”. Em outras palavras, Febrônio remete-se a *topói* comumente espalhados Rio de Janeiro afora; sua singularidade residiria na postura que toma diante deles.

Das relações entre isolamento e contato, portanto, algumas considerações tornam-se urgentes: o *isolamento* enquanto categoria criada por *certa sorte documental* sobre o sujeito; o *contato* como objeto possível de um trabalho historiográfico que pretenda vislumbrar as fontes tecidas pelo próprio Febrônio de modo a caracterizar um outro Rio de Janeiro possível.

2.2.2. Uma certa “gesta ambulatória”

Reverbera, como posto anteriormente, a apropriação feita pela revista *O Malho* da Serra do Mar como “uma continuação das montanhas da Judéia”⁶⁹ por ocasião do projeto do Cristo Redentor. O Corcovado, então, é submetido a tonalidades oníricas – mecla-se, intermediado pela construção em seu cume, a lugares outros.

⁶⁷ *Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1927.

⁶⁸ Como em uma citação de Febrônio no *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1927.

⁶⁹ *O Malho*. n. 1504, ano XXX (1932).

Entre o monumento e o pedestal de pedra que o sustenta, erguem-se diferentes referências.

Antônio Martins Rodrigues, debruçando-se sobre a história da estátua, aponta “uma transposição que fez da natureza, cultura, e do profano, sagrado”.⁷⁰ Os passeios das famílias cariocas nas matas, mirante e hotel do Corcovado, trazidas pela estrada de ferro recém construída, não significariam, portanto, a única apropriação possível do morro. Seus passos e trajetos, uma vez representando uma retórica espacial, eram contemporâneos a outros usos e estilos⁷¹ do lugar. Se, como expresso por Flávio Castellotti, “a era da imagem tratou de fundir, eficazmente, estátua e paisagem em um só corpo”,⁷² uma outra dimensão, onírica, deve ser atribuída a este diálogo.

Sobre a primeira denominação do morro, chamado de Pico da Tentação, Antônio Rodrigues ressalta uma “relação direta com a paisagem bíblica na qual o diabo oferece todas as belezas e riquezas do mundo a Cristo”.⁷³ Datando da chegada da expedição de Américo Vespúcio à cidade, em 1502, esta confluência indica atribuições de paisagens sagradas à paragem profana desde antes do empreendimento do Cristo Redentor. Todavia, a aproximação mais definitiva ao que seria o plano da estátua mostra-se mais recente, datando algumas décadas antes de se iniciarem os esforços de construção em 1926. Nos primeiros anos do século XX, o padre francês Pierre Marie Bos, em missão no Rio de Janeiro, teria expresso seu desejo de ver construída sobre o morro uma imagem de Jesus Cristo:

Ó Corcovado!
Lá se ergue o gigante de pedra alcantilado, altaneiro e triste, como
interrogando o horizonte imenso...
quando virá?
Há tantos séculos espero.

⁷⁰ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “O Cristo Redentor sempre esteve lá, no alto de nosso imaginário”. In: KAZ, Leonel; LODDI, Nigge (orgs). *Cristo Redentor: história e arte de um símbolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2007/8. p. 43. Para o autor, tal transposição tornara possível, nas décadas subsequentes, o deslizamento do símbolo religioso em direção ao secular. Segundo propõe, tal fora o processo histórico a permitir sua apresentação como uma “maravilha mundial”. Ainda sobre a temática de laicização, ver GIUMBELLI, Emerson. “A modernidade do Cristo Redentor”. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 51, no. 1, 2008.

⁷¹ Uso e estilo são fundamentais para as chamadas “retóricas ambulatórias” propostas por Michel de Certeau. Para ele, “o estilo e o uso visam, ambos, uma ‘maneira de fazer’ (falar, caminhar etc.), mas um como tratamento singular do simbólico, o outro como elemento de um código. Eles se cruzam para formar um estilo do uso, maneira de ser e maneira de fazer” (CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 179-80).

⁷² CASTELLOTTI, Flávio. “O monumento esculpido em concreto”. In: KAZ, Leonel; LODDI, Nigge (orgs). Op.cit. p. 72.

⁷³ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Op.cit. p. 43.

Sim, aqui está o pedestal, único no mundo; quando vem a estátua colossal, imagem de quem me fez?

E segue clamando ao país: “acorda depressa, levanta naquele cume sublime a imagem de Jesus Salvador”.⁷⁴

O Corcovado não é, portanto, simbolicamente erigido de forma independente; atrelado a outras referências e lugares, como entre as imagens evocadas pelo *O Malho*, faz-se sagrado na virtualidade do espaço que Bachelard relaciona aos sonhos. Ou, como no vocabulário empregado por Febrônio, às revelações.

Do mero fato pontuado pela *Gazeta de Notícias*, sua espera nas matas do Corcovado pelo duelo com Lúcifer, descortinam-se possibilidades outras de entendimento a partir do livro que publicara no ano anterior – e sistematicamente ignorado pela imprensa. Nele, a importância do monte voltado para o mar ganha, em comunhão com sua determinada leitura bíblica, a capacidade de sacralizar o espaço. E, ao mesmo passo, de alguma forma filia-o a discursos então recorrentes – e motivados pela iniciativa do Cristo Redentor.

Ao depositar nos espaços de Isaías, Apocalipse ou Daniel sua compreensão sobre o Rio de Janeiro, termina por reinventar não apenas o lugar de sua própria territorialização, mas também suas práticas diante da cidade. Ao avesso das idas furtivas ao mirante recentemente construído, mas de certa forma em consonância às apropriações religiosas do monumento em construção, comunga, ainda que de modo muito singular, de sentidos compartilhados.

Tal ligação, contudo, deve ser tomada como um desafio a um modelo normativo que suponha alguma homotesia entre os usos simbólicos do Rio de Janeiro e, em especial, do Corcovado.⁷⁵ Há desvios e inconstâncias nos cruzamentos do morro com as paragens bíblicas; entre os opositores ao projeto do Cristo Redentor, observa-

⁷⁴ apud CASTELLOTTI, Flávio. Op.cit. p. 71.

⁷⁵ O termo “homotesia”, tal como aqui utilizado, subentende um modo de lidar com os dados observados. Inspira a forja de “tipos ideias” aos quais a documentação é medida e avaliada. Propõe, assim, uma homogeneidade (no caso, de comportamentos). Assemelha-se ao “caráter maciço e indiscriminado do fenômeno”, apontado por Paul Ricoeur como característico à noção de *mentalidades*. Em contraposição a ele, indica uma alternativa: “a ideia de representação [que] vai revelar recursos dialéticos que a ideia de mentalidade não deixava transparecer” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: editora da UNICAMP, 2007. p. 229). *Representação* esta, afinal, que levaria em consideração a plurivocidade em oposição a esta *homotesia* – exatamente por colocar em pauta conceitos como de apropriação, interpretação e leitura.

se a postura do *O Jornal Batista* que, mesmo partindo de pressupostos semelhantes àqueles utilizados pelos defensores da construção, culmina em conclusões opostas.⁷⁶

O propósito de uma modelização homogênea termina, portanto, frustrando-se ao sabor de experiências e intenções distintas.

Michel de Certeau, debruçando-se sobre uma pretensa univocidade do “espaço geométrico dos urbanistas”, defende que “permanece não localizável no uso corrente, verbal ou pedestre; é apenas a ficção produzida por um uso também particular”.⁷⁷ Em certo ponto a mesma ressalva poderia ser apontada sobre uma possível tentativa de apreensão do Corcovado porquanto dotado de um modelo fixo e engessado de entendimento:

a gesta ambulatória joga com as organizações espaciais, por mais panópticas que sejam: ela não lhes é nem estranha (não se passa alhures) nem conforme (não recebe delas a sua identidade). Aí ela cria algo sombrio e equívoco. Ela aí insinua a multidão de referências e citações (modelos sociais, usos culturais, coeficientes pessoais).⁷⁸

Tal “gesta ambulatória”, enquanto *prática dos espaços*, alinhavadora dos lugares, suscita a pluralidade; ao se voltar à cosmovisão de Febrônio, um desses “coeficientes pessoais” ordena os sentidos pretensamente panópticos segundo sua arquitetura singular – e, no entanto, a eles permanece próximo. Afinal, Febrônio opera um método próximo ao daqueles que defendiam o monumento a Cristo no Corcovado: entrecruzando o Rio de Janeiro aos solos bíblicos, refigura oniricamente a cidade.

Nesse sentido, os modos de apreciação da experiência urbana em Michel de Certeau, comparando-os a escolhas particulares dentro de um universo retórico possível, assemelhar-se-ia à “gama de possíveis” identificada por Paul-André Rosental nos trabalhos de Fredrik Barth: “ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a ideia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito”.⁷⁹ Representaria, assim, um flerte com a ênfase nas estratégias – estas aferidas a partir de práticas individuais e específicas. Enfim, “trabalhar para a identificação de processos e não para a simples descrição das

⁷⁶ Cf. RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Op.cit. p. 50.

⁷⁷ CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 180.

⁷⁸ Idem. Ibidem.

⁷⁹ ROSENTAL, Paul-André. “Fredrik Barth e a Microstoria”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 159.

formas”;⁸⁰ ocasionando, por conseguinte, um afastamento de intuítos normativos ou homotéticos a favor de certo “modelo generativo”.⁸¹

Esta tal “gesta ambulatória” notada por Certeau não se restringiria ao uso espacial. A mecânica deste jogo com o “espaço geométrico dos urbanistas” (não ignorando ou tampouco a ele sendo vitimado) é perceptível em todo o quadro mítico de Febrônio. Limitado por textos, como percebido nos usos de traduções bíblicas específicas, seu perambular discursivo restringe-se aos finitos possíveis, tais como destacados por Paul-André Rosenthal.

Certeau, tratando sobre o espaço, considera dois jogos de construção: o primeiro, o “espaço geométrico dos urbanistas e arquitetos”⁸² – o desenho da cidade como um todo coeso e, portanto, homotético; o segundo, a apropriação realizada pelo ato de caminhar – refazendo aquele espaço urbanístico, transforma a homogeneidade do traçado de ruas e esquinas em um “espaço de enunciação”.

Assim sendo, o *uso prático dos espaços* (sua lida cotidiana) não estaria submisso à caracterização urbanística. Ele recriaria essa lógica, testemunharia a pluralidade de *lugares possíveis*. Em outras palavras, do *traçado urbanístico* à apropriação realizada pelos *passos* seria operado um movimento semelhante àquele das *mentalidades* às *representações* tal como defendido por Ricoeur – da homotesia à plurivocidade de apropriações.

As formas pelas quais Febrônio se serve do Rio de Janeiro seriam decorrentes de uma dessas possibilidades. Para além de qualquer normatização, explora por sua prática, e com o acervo de que se serve, uma certa cidade.

Sua presença nas matas do sagrado morro carioca, mesmo apesar da vacilação dos relatos como tecidos pelos jornais, comungaria, assim, de uma rede disseminada de valorações.

⁸⁰ Idem. p. 161.

⁸¹ Rosenthal caracteriza esta sorte de modelos como uma alternativa à abordagem homotética. Para ele, seriam definidos *a partir* dos dados observados – não como a comporem escaninhos nos quais seriam divididos e classificados tipos documentais. No centro de suas preocupações, eliminar tipologias *a priori* ao trabalho de investigação: em seu lugar, buscar construções explicativas que tomem a documentação disponível como ponto de partida. É neste sentido que a presente tese se aproxima à obra de Rosenthal; quer seja, encarar concepções como *desvio*, *isolamento* ou *delírio* como próprias *a um determinado tipo documental*. Para além delas, a possibilidade explorada por Febrônio em lidar de forma plural com os substratos de referências aos quais tem contato.

⁸² CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 177.

A construção do Cristo Redentor e as posturas de Febrônio, seu livro e o duelo com o demônio, partilhariam da mesma tal “gama de possíveis” acerca da experimentação do Corcovado.

Os casos ‘estranhos’, ‘excepcionais’, não derogam esse princípio: devem, também eles, fazer parte do *continuum* dos possíveis – e têm grandes chances de aparecer numa das suas extremidades polares.⁸³

Ao serem ressaltadas as filiações de Febrônio como um uso distinto de uma mesma sorte de referências, sua suposta marginalidade cederia ao que Carlo Ginzburg atribui como uma interpretação possível da expressão “excepcional normal”, originalmente cunhada por Edoardo Grendi: seus atos “funcionariam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”.⁸⁴ Seu comportamento que, sob o prisma normativo, figuraria como desvio ou loucura, aqui representaria a possibilidade documental de trato com margens oníricas urbanas dificilmente perceptíveis em outras fontes.

Nas identidades que alinhava para si ou suas vítimas, intercalando referências, o Rio de Janeiro é articulado. O perambular por suas esquinas, esta retórica presente nos passos da qual trata Michel de Certeau, poderia ser relacionado também a outra documentação.

Alamiro fora encontrado por Febrônio na Ilha do Ribeiro, ao sul do centro da cidade. Nas matas daquela mesma região, pouco depois, a polícia descobrira o corpo do menor. O homicida, entretanto, circulava pelos bairros.

João Ferreira residia à Quinta do Cajú, em São Cristóvão.⁸⁵ Paragem da zona norte, é localizada no outro extremo do Rio de Janeiro à Ilha do Ribeiro. Com “Jonjoca”, prometendo-lhe um emprego, alinhavara o tecido citadino. Rompia, então, as ruas da cidade; seguia adentro do burburinho e cortava o Rio à sua outra ponta.

Chegava, novamente, à Ilha do Ribeiro. Fora lá, afinal, onde o corpo de sua vítima chegaria ao conhecimento das autoridades. Em uma mata próxima àquela que ocultara o corpo de Alamiro, Febrônio transitara com João Ferreira. De algum modo territorializa-se: a eloquência de seus passos fundaria uma concepção onírica daquele

⁸³ ROSENTAL, Paul-André. Op.cit. p. 166.

⁸⁴ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico”. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. p. 177.

⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1927.

lugar.

Há algo de relevante na tal Ilha do Ribeiro.

Replicam-se nos jornais as representações singulares de Febrônio sobre estas paragens. Antes mesmo de ser detido, a *Gazeta de Notícias* recolhia depoimentos alegando “que este sujeito ali se apresentara dizendo-se dono de toda a Ilha do Ribeiro”.⁸⁶ Esta declaração, seguindo a *topografia* que posteriormente se enraizaria na folha, integra um quadro no qual não passaria de mero falseamento do suspeito. Mas esta relação com o local, tal como indiciariamente suposta, é repetida posteriormente.

No dia 1º de setembro, relatando um testemunho de Febrônio, o *Correio da Manhã* esmiuça o primeiro encontro entre Alamiro e seu algoz. Segundo conta, o homicida mostrava-se “interessado pela Ilha do Ribeiro, que dizia pertencer-lhe como herança”.⁸⁷

Mais uma vez, o léxico representado pelo jornal torna-se incerto ao ser comparado a outras fontes. Na transcrição do depoimento ao qual se refere o periódico, consta que Febrônio declarara “que a ilha era de sua, digo, de propriedade de sua mãe”.⁸⁸ Ainda que conserve a noção da herança, arrola uma ideia cara a seu livro: sua mãe tal como misticamente concebida, a Estrela do Oriente.

Ressoa, aqui, o observado acerca do Corcovado: o livro que publicara em 1926 estende-se para além de suas páginas – doma a seu modo os sentidos da cidade. As propostas identitárias que evidencia, por fim, não se limitam às cores do “Real Príncipe dos Príncipes Oriente” ou às suas vítimas como variações do “menino-vivo Oriente”; enlaçam também o Rio de Janeiro a outras citações formulando-o enquanto um contexto próprio à sua *situação*.

A Ilha do Ribeiro, tomada não somente como uma localidade, poderia ser integrada ao método lexical. A relevância a ela creditada pelo trânsito de Febrônio, enfim, cruzaria a documentação analisada. Para tanto, deixar as pistas dispersas nos jornais e registros do processo a favor das citações que ele mesmo constrói no *Revelações do Príncipe do Fogo*.

⁸⁶Idem, 20 de agosto de 1927.

⁸⁷*Correio da Manhã*, 1 de setembro de 1927.

⁸⁸Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 85.

Ao apropriar-se retoricamente, como tratado por Michel de Certeau, da cidade, Febrônio tece para si entendimentos e estratégias. De toda forma, filiam-se de modo particular às motivações de outras práticas como o deslocamento do morro profano às montanhas da Judeia com o concreto do Cristo Redentor. Prostrando-se, espada em punho, nas matas do Corcovado, coloca em prática uma arquitetura possível de um universo vocabular (e pedestre).

O objetivo de Febrônio, contudo, logo malograra. Ao ser perguntado sobre quem venceu o duelo, responde que nem ele ou seu adversário.

Quando eu aguardava a chegada de Lúcifer, para o duelo, apareceu a polícia que me prendeu alegando que eu não podia ficar nu, porque era um atentado à moral e aos costumes. Tomaram-me como louco e eu fui mandado para o Hospício de onde saí onze dias depois por ter ficado provado que eu não era um doente.⁸⁹

E, servindo-se ainda de outras referências a justificarem a si e erguerem um determinado lugar no qual enquadrar-se que não o de “louco” ou “doente”, diz que “o meu consolo são as páginas da bíblia: Cristo, por não ter sido compreendido, foi sacrificado pelo povo da Galiléia”.⁹⁰

Há algo de identitário nestas apropriações. Ao comparar-se a Cristo, reinventa seu ocaso e detenção; ao tratar do reflorescimento da “árvore da vida” do livro de Daniel, confere glória às suas revelações.

Esta mesma figuração identitária surge em outra de suas *citações* feitas pelos jornais. Ao ser noticiada a sua prisão preventiva, o *Correio da Manhã* destaca que o acusado “não demonstrou sentir a mais leve emoção”.⁹¹ Emenda, pois, uma sua suposta declaração: “quê querem? Cristo sofreu ainda mais, chegando a ir à cruz... sou um predestinado e tenho de sofrer, também, as perseguições e as maldades dos homens”.

São, cada qual destes edifícios textuais, *situações* de onde Febrônio pode enxergar a si mesmo. O seu vaguear entre estas referências (tanto bíblicas quanto urbanas) poderia informar sobre sua experiência. Possibilitada pelas mesmas esquinas e montes cariocas entre os quais os jornais se organizam, esta “gesta ambulatória” poderia desvelar uma vivência, um sonho específico do Rio de Janeiro.

⁸⁹ *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1927.

⁹⁰ apud Idem. *Ibidem*.

⁹¹ *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1927.

Em certa passagem de seu livro, intitula-se “Rei das ilhas fiéis”.⁹² Desta que parece uma referência isolada, tantas outras surgem – e intimamente relacionadas ao restante de sua imagética.

Há mesmo uma ode inteiramente dedicada a estas “ilhas fiéis do Santuário do Tabernáculo do Testemunho que há no Céu”.⁹³ A elas diz que “esperaram no poder da fé o gênio vivo entrado”. Bendizendo-as por terem servido à “Criação-vivente”, a elas termina por creditar “a Suprema Justiça de um juiz sagrado”: “acordou entre os prisioneiros de uma ilha o menino-vivo Oriente”. É, assim, o local de onde viria toda a bem-aventurança do tal menino que, em outra de suas passagens, seria “insignificante e de valor tão precioso”.⁹⁴ Lá habitariam os tais “homens mais infelizes”⁹⁵ dentre os quais seria encontrado este predestinado.

Entre os crimes de 1927 e o *Revelações do Príncipe do Fogo*, publicado no ano anterior, uma certa continuidade é perceptível – não apenas entre as vítimas e o “menino-vivo Oriente”, mas também ao fragmento urbano reiterado pelos usos de Febrônio.

Esta concepção tanto sobre o predestinado quanto ao local de sua vinda é reafirmada em outros trechos. Refere-se a uma “caridade de um ato supremo” (em muito semelhante à tal “Suprema Justiça de um juiz sagrado”) que “apanhou entre os vivos de uma ilha o menino-vivo Oriente”.⁹⁶ Pois parece ser exatamente esta a busca executada por Febrônio, em especial sobre Alamiro. Para sua imagética, é este escolhido “o herdeiro de uma trombeta-viva que científica tocando sem descanso noite e dia a existência de seu eterno companheiro vindo do Sol nascente”.⁹⁷ O apelo a certo vigia, voltado ao nascente e “sem descanso noite e dia”, replica o outrora abordado – quer seja, a referência a Isaías 21. Toda a sobreposição de textos, afinal, é ordenada de modo coeso. Mediando esta vivência, a cidade do Rio de Janeiro tal qual submetida à gesta ambulatória de Febrônio.

O tal “eterno companheiro vindo do Sol nascente” ao qual se volta o menino da ilha, enfim, poderia ser o próprio “Real Príncipe dos Príncipes Oriente” galgando o já

⁹² *Rev*, p. 51.

⁹³ *Idem*, p. 14.

⁹⁴ *Idem*, p. 28.

⁹⁵ *Idem*. *Ibidem*.

⁹⁶ *Idem*, p. 10.

⁹⁷ *Idem*. *Ibidem*.

seco Eufrates pela taça do sexto anjo. Como a cumprir esta anunciação, a chegada de Febrônio à Ilha do Ribeiro; lá encontrara o menino escolhido, predestinado a ser seu tal “companheiro”.

Propõe, ainda, o “Juiz mais justo” que por fim “arreatou do meio dos prisioneiros de uma ilha o menino-vivo Oriente”.⁹⁸ Servindo-se da mesma estrutura de outros trechos, delimita uma lógica interna ao livro. E, com ela, a suposta libertação deste que testemunharia a grandeza de seus ensinamentos.

Como um *tópos* especialmente caro à sustentação de sua mítica, o *Revelações* reitera em outro de seus cânticos: “reconheceu entre as muralhas de uma ilha encarcerado o menino-vivo Oriente, o herdeiro de umas harpas-vivas que cantam *sem descanso noite e dia* dizendo; que é voltado o anjo-vivo do monte santo”.⁹⁹ Desde a ilha, remetendo-se à prática de Febrônio na malha cidadina, ao “sem descanso noite e dia” a filia-lo ao livro de Isaías, vê-se nestas passagens esforços de leitura.

Sua perambulação não diz respeito apenas aos calçamentos e ruelas da cidade; habita oniricamente, traz à tona textos, traduções e vivências que aplica aos próprios passos. Ao tal planejamento urbano referenciado por Michel de Certeau termina por sobrepor outros *topói* – em uma reinvenção que teima em não se resolver, Febrônio, contudo, permanece ligado à circulação de seu tempo. Vivencia, enfim, a cidade a partir de suas próprias possibilidades (ainda que excepcionais).

Mais uma vez tratando do tema, o *Revelações* afirma que “emigrou de uma ilha de prisioneiros abandonados o menino-vivo Oriente”.¹⁰⁰ Nesta passagem em especial, diz ser ele “o herdeiro legal da Chave-vivente que abre portas da morte e fecha o poço do abismo”. Cruza ao texto, portanto, não apenas as vítimas e a Ilha do Ribeiro, como também uma citação indireta da qual parece se valer.

As imagens tanto da “chave” quanto do “abismo” são relacionadas no Apocalipse. “E vi descer do céu um anjo, que tinha a chave do abismo e uma grande cadeia na sua mão; e ele tomou o dragão, a serpente antiga, que é o Diabo, e Satanás,

⁹⁸Idem, p. 44.

⁹⁹Idem, p. 18 (grifos meus).

¹⁰⁰Idem, p. 43.

e o amarrou por mil anos”.¹⁰¹ Tal é a derrota primeira do inimigo que Febrônio inferira da sobreposição deste texto ao de Daniel. Continua o Novo Testamento:

e meteu-o no abismo, e fechou-o, e pôs o selo sobre ele, para que não engane mais as gentes, até que sejam cumpridos os mil anos; e depois disto convém que ele seja desatado por um pouco de tempo.¹⁰²

No *Revelações do Príncipe do Fogo*, ressalta-se que, uma vez derrotado o dragão, “o anjo das trevas declarou-se impotente, o fumo do *abismo* subiu, escureceram-se o ar e o Sol”.¹⁰³ Desta forma, o livro de 1926 pretende representar como um adendo às imagens bíblicas. Juntamente a tal intuito, a identidade de Febrônio, suas tatuagens e vítimas deslocam-se para uma figuração onírica.

Pois a tal gesta móvel entre textos é agregada a própria cidade do Rio de Janeiro. Não apenas sobre o Corcovado, mas a Ilha do Ribeiro pode ser lexicalmente aproximada a seus escritos. Neste sentido, o “menino-vivo Oriente” como ordenado de uma ilha para combater o dragão a perseguir a Estrela do Oriente.

* * *

A discrepância entre estas diferentes *situações* observadas é, contudo, decorrente do método de análise empregado. Remodelando as tramas estabelecidas entre *topói*, o estreitamento da escala propõe uma profunda pluralidade de sentidos.

Nesta difusão de sentidos possíveis, a discrepância de compreensões evidencia-se na lógica interna das *citações* tais como manipuladas por cada qual das fontes.

Henrique Espada Lima, chama ao debate a importância de se reconhecer a manipulação de relações sociais empreendida pelo sujeito. Para tanto, o reconhecimento de estratégias seria fundamental: não enquanto plenamente livre ou cioso das regras em questão, mas sim executadas por “um ator que deveria agir dentro

¹⁰¹Apocalipse 20:1-2, *PeAPF*. Na *TB*, “Vi um anjo descendo do céu, tendo a chave do abismo e uma grande cadeia na mão. Ele se apoderou do dragão, da antiga serpente, isto é, do Diabo e Satanás, e o amarrou por mil anos”.

¹⁰²Apocalipse 20:3, *PeAPF*. Na *TB*, “e o lançou no abismo, do qual fechou a porta e a selou sobre ele, para que ele não enganasse mais as nações até que fossem cumpridos os mil anos; e depois disto cumpre que ele seja solto por um pouco de tempo”.

¹⁰³*Rev*, p. 60 (grifos meus).

de uma sociedade (qualquer sociedade) na qual os recursos materiais, culturais e cognitivos disponíveis eram distribuídos de modo *desigual*".¹⁰⁴

Estas premissas seriam mais notoriamente testadas em um trabalho específico de Levi, *A Herança Imaterial*. Nele, o historiador italiano busca uma "racionalidade específica do mundo camponês"¹⁰⁵ a ser vislumbrada em uma constelação de atitudes e formulações sociais distintas presentes num "minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII", Santena. Para tanto, a narrativa pretendida por Levi torna-se sinuosa. Partindo da trajetória de um exorcista, Giovan Battista Chiesa, segue no enalço dos motivos de seu sucesso e de tantos a recorrerem à sua autoridade. Trazido à Inquisição para prestar esclarecimentos sobre suas práticas, logo desaparece dos registros. Ao deparar-se, em meio à documentação analisada, com uma extensa listagem de exorcizados – nome, acometimento, lugar de origem –, Giovanni Levi abre à narrativa outros caminhos.

Do trabalho que se suporia uma biografia do prático religioso, despontam tantas trajetórias pessoais (fazendo-se transversalizar a listagem de exorcizados a documentações de outras naturezas) que, breve, cruzariam com o exorcista. Uma gama de estratégias sociais possíveis, reiteradamente frustrada pela desventura, vem cotidianamente à tona. O trato com a terra, concepções familiares para além dos laços meramente sanguíneos – tantas são as estratégias sociais possíveis frente à incerteza. Irredutíveis a um modelo homogeneizante, são tomadas pelo historiador como frutos de opções e manipulações das possibilidades entrevistadas em meio às dificuldades.

Para Revel, esta parece ser a principal tonalidade da pesquisa de Levi:

estes homens são obcecados por ameaças individuais e coletivas que pesam sobre eles: a incerteza das colheitas, a fragilidade da vida, a relação, constantemente questionada, do grupo familiar com as exigências e as possibilidades de exploração, a relação com o mundo exterior. Eles respondem a seu modo, que é a matéria deste livro.¹⁰⁶

É, enfim, colocar em pauta os modos possíveis pelos quais a comunidade "responde aos acidentes da história".¹⁰⁷

¹⁰⁴ ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 262.

¹⁰⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2000. p. 45.

¹⁰⁶ REVEL, Jacques. "Prefácio" In: LEVI, Giovanni. Op.cit. p. 27.

¹⁰⁷ Idem. p. 28.

É suposta, portanto, uma *incerteza* a partir da qual seriam desenhadas tais *estratégias*; o descortinar da pesquisa privilegiária, posto que baseada em modulações locais, as segundas – seus modos e possibilidades.

Espada Lima destaca o caráter social da abordagem de Levi. As tais *estratégias* seriam modos de “organização cognitiva”¹⁰⁸ a tentar contornar as dificuldades de um Piemonte “varrido pela guerra e pela fome da qual era em grande parte consequência”.¹⁰⁹

O aqui proposto, contudo, poderia indicar um outro caminho: se Levi considera uma *incerteza* conduzindo à pluralidade de *estratégias*, seria possível considerar estas últimas como a redefinirem (ainda que discursivamente) a primeira? Ou seja, considerar *estratégias* por construir *incertezas* de modos plurais.

O exorcista Giovan Battista Chiesa, portanto, poderia representar uma leitura neste sentido. É certo que recorrer à sua intervenção tratar-se-ia de uma *estratégia*; entretanto, ela proporia uma nova interpretação da *incerteza* – não mais a fome ou a guerra, mas sim o aspecto monocausal de uma luta contra o demônio.

Em outras palavras, mesmo a *incerteza* seria plural e irreduzível a uma homotesia.

Paul Ricoeur parece incidentalmente abrir tal questionamento ao tratar do trabalho de Giovanni Levi. Em uma breve frase, aparentemente composta mais por um inquietamento do que por uma diretriz de análise, comenta: “será uma questão legítima saber se as condutas postas sob o signo da estratégia tem por finalidade secreta ou confessa reduzir a incerteza ou simplesmente compor com ela”.¹¹⁰

Nesse sentido, considerar a pluralidade de *incertezas* – e, portanto, vislumbrada sob um prisma generativo – seria seguir pelo entendimento da noção de representação como proposta por Ricoeur; por incluir o sujeito como seu animador, “vai revelar recursos dialéticos que a ideia de mentalidade não deixava aparecer”.¹¹¹ É levando a cabo esta premissa que, posteriormente, reformula que “as estratégias

¹⁰⁸ ESPADA LIMA, Henrique. Op.cit. p. 265.

¹⁰⁹ Idem. Ibidem.

¹¹⁰ RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: editora da UNICAMP, 2007. p. 226.

¹¹¹ Idem. p. 229.

visando a reduzir a incerteza atestam de forma eloquente que a incerteza não deve tornar-se, por sua vez, uma categoria não-dialética”.¹¹²

Não apenas a estratégia seria maleável pelos sujeitos (e, assim, submetida ao tal quadro de possíveis evidenciado por Levi), mas também o medo ao qual se refere enquanto solução; no caso específico do exorcista de Santena, na impossibilidade de satisfatoriamente exercer-se a primeira, transforma-se a segunda.

Apriorismos contextuais, portanto, erodiriam ao sabor de diferentes edifícios textuais perceptíveis em uma escala mais estreita de análise.¹¹³

Transcender os quadros *a priori* a enquadrarem Febrônio à abordagem dos modos de construção do incerto e do infortúnio. Desta forma, tomar a um extremo as virtudes indicadas por Ricoeur à consideração das representações: “a plurivocidade, a diferenciação, a *temporalização* múltipla dos fenômenos sociais”.¹¹⁴

Seguir, enfim, a documentação em seus percalços linguísticos a abrirem tantas referências e apropriações. É neste mesmo sentido que os jornais, ao tratarem os crimes de Febrônio, arrolam toda uma série de referências estranhas ao acusado; por meio de suas *citações*, fazem-no participar de uma determinada trama com seus tons específicos (como a motivação sexual dos homicídios). Por outro lado, o detento constrói uma diferente sorte de valorações para seus atos.

E, em relação a cada qual destes enlaces entrevistados nos relatos, afrouxar suas referências termina por abrir a outras temporalidades. Exatamente por se tratar de uma lida subjetiva com o espaço, a abordagem de Gaston Bachelard é especialmente cara. O autor, preocupando-se primordialmente com as imagens sobrepostas à casa, diz que “existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro”.¹¹⁵ Este habitar onírico, segue,

¹¹² Idem. Ibidem. 237.

¹¹³ Este papel de desvelar tramas irreconhecíveis em outras escalas é relacionado por diversos autores ao fazer micro-históricográfico. “Numa escala menor, ínfima, vemos coisas que não vemos numa escala superior”, resume Ricoeur grande parte de seu interesse sobre tais abordagens (RICOEUR, Paul. Op.cit. p. 225). Para Revel, a “redefinição da noção de contexto” é uma das principais contribuições da corrente historiográfica italiana, quer seja recusar “que existiria um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas” (REVEL, Jacques. “Apresentação” In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.. p. 27).

¹¹⁴ RICOEUR, Paul. Op.cit. p. 239 (grifos meus).

¹¹⁵ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 34.

“é mais que habitá-la pela lembrança; é viver na casa desaparecida tal como ali sonhamos um dia”.¹¹⁶

Expandindo este prisma às ruas do Rio de Janeiro tal como vivenciadas por Febrônio, o papel referencial da religiosidade de sua mítica – seus meandros e *citações*. Bachelard complementa que “há um sentido em dizer que ‘escrevemos um quarto’, que ‘lemos um quarto’, que ‘lemos uma casa’”.¹¹⁷ Desta íntima relação entre memória e espaço, um ponto em específico do filósofo ajuda a notar a especificidade de Febrônio: “em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço”.¹¹⁸ Das suas leituras e interpretações, contatos e trânsitos, o “Príncipe dos Príncipes Oriente” culmina na criação de um tempo próprio. Livrando-se de quaisquer pretensões homotéticas, imprime uma marca singular a discursos disseminados. Nesta cidade-casa que habita, duela em nome do “Deus-vivo”.

Não se trata de enquadrar os sujeitos em uma linha temporal previamente articulada, mas dar-lhes a possibilidade de, assim como a reinvenção contextual anteriormente referida, reconstruir seu *momento*. Considerar cada qual das fontes como um evento em específico. Apesar de pretenderem alçar ao acontecimento, fazem-no de modos diferentes; indicam, antes de mais nada, leituras possíveis – com suas referências, fundam temporalidades.

Os *topói* tal como organizados por Febrônio em muito se assemelharia ao papel do exorcista estudado por Giovanni Levi: reconstruem o contexto e refiguram a *tragédia*. Exercício semelhante àquele observado sobre a epidemia de 1918; desde os deslizamentos das prescrições de remédios às mais diferentes formas de explicação sobre a doença, desfilam diferentes apropriações da *incerteza*. Oscila-se entre modos de compreender o mal – apelando ora à Grande Guerra, ora a procissões religiosas, a pluralidade destas imagéticas ancora-se em fragmentos da vivência, elementos dispersos àquela época.

Os sintomas da influenza, entretanto, tomavam a cidade de alto a baixo; os eventos reconfigurados por Febrônio em sua mítica, por outro lado, lhe são pessoais.

¹¹⁶Idem. p. 35.

¹¹⁷Idem. p. 33.

¹¹⁸Idem. p. 28.

Mas é preciso notar que o conteúdo de seus ditos não obedece a esta individualização: está constantemente relacionado a uma rede simbólica que se abria, também, ao entendimento de outros. Recorre às tatuagens, disseminadas também com forte conteúdo religioso, comum aos círculos que frequenta. De seus depoimentos, referências à Grande Guerra e a certa simpatia pela Alemanha. O Rio de Janeiro por ele é redesenhado partindo-se de referências religiosas, conferindo identidades a paragens como o Corcovado e a Ilha do Ribeiro. Regendo as linhas de seu livro, a estreita relação com o léxico trazido pelas traduções bíblicas de sua época.

Neste jogo de silêncios percebido nas fontes, com suas lacunas e *citações*, a discrepância entre versões. A redenção do mundo como pretendida por Febrônio torna-se um crime monstruoso e repugnante na operação dos periódicos cariocas.

É, enfim, fruto do impasse notado por Durval Muniz entre as abordagens de Michel Foucault e Carlo Ginzburg: enquanto este se vale de indícios dispersos nas fontes a elucidarem um fato, aquele percebe a própria documentação como o fato a ser analisado.¹¹⁹

Reduzindo os atos de Febrônio como próprios a uma motivação sexual tal como defendida pelos jornais, ergue-se uma *situação* específica. Ignorando as interpolações textuais como traçadas pelo sujeito, legam-no documentalmente a uma presença lacunar. De toda a mítica por ele costurada, termina por sobrar somente um prisma particular; “se tivéssemos a pena de morte, era o momento de empregá-la com toda a justiça, para a satisfação da sociedade, eliminando Febrônio, o monstruoso bandido”,¹²⁰ extravasa a *Gazeta de Notícias*.

Tal sorte indiciária proposta por Ginzburg, contudo, poderia transversalizar fontes (e, conforme apropriado da problemática de Foucault, *situações*). Desta forma, redes de contato e repulsão tornam-se perceptíveis. Diferentes *tragédias* guardariam pontos em comum, ecos de alhures em suas *citações*.

O discurso de Febrônio, portanto, é historiograficamente relevante. Ainda que não se refira a uma sorte trágica disseminada tal como o fora a gripe de 1918, representa uma das tantas lidas possíveis com a cidade que experimenta. Arriscar-se

¹¹⁹Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: *Revista Resgate*. nº 2. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1991. p. 49-50.

¹²⁰*Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927.

pelos *topói* que utiliza diria respeito não somente à sua pessoalidade, como também a um modo de recepção.

Exatamente por temporalizar Febrônio, o Rio de Janeiro poderia ser abordado em meio à sua religiosidade. Em outras palavras, percebê-lo como integrante de uma “gama de possíveis” a despeito da assunção de alguma excepcionalidade.

3. Delírio: o discurso de autoridade

*“Durante as falas do promotor e do meu advogado,
posso dizer que se falou muito de mim,
e talvez até mais de mim do que do meu crime.”
(Albert Camus. O Estrangeiro)*

Ao passo que o processo sobre os crimes de Febrônio se adensa, novos interlocutores se agregam às composições dos homicídios. Outros saberes, valendo-se de diferentes referenciais, arquitetam o criminoso de modos distintos.

A *Gazeta de Notícias*, em 8 de setembro, registra: “diz-se que há advogado que, procurando explorar a notoriedade desse criminoso, pretende defendê-lo”. Segundo o quadro esboçado pelo jornal, tal recurso à defesa soaria como absurdo. Segue o periódico: “acreditamos que esse boato é falso. Entre os nossos advogados há pais, e todos os pais brasileiros levantam-se num protesto contra a possibilidade da defesa de um bandido do estofo e do cinismo de Febrônio”. Ao acusado, vedar quaisquer possibilidades de representação diante do tribunal. Afinal, em sua matéria, o caso afigura-se como já encerrado: “se tivéssemos a pena de morte, era momento de empregá-la com toda a Justiça, para satisfação da sociedade, eliminando Febrônio, o monstruoso bandido!”,¹ brada.

Estes tais “boatos”, como tratados pela *Gazeta*, eram, enfim, verdadeiros. Letácio Jansen, um jovem advogado maranhense, logo se coloca à disposição de Febrônio. Representando-o diante do tribunal, registra suas impressões particulares sobre o réu – e tece estratégias jurídicas.

“Dificuldade de pronúncia, às vezes, substituída outras por um fluxo inesgotável de palavras sem medida, sem bases; vaidoso; desconfiado e crédulo”, conforme Jansen caracteriza o homicida.² “Medroso e arrogante, ao mesmo tempo, com alucinações religiosas *que ele próprio talvez não entenda*; crê-se, às vezes, um super-homem, doutras um verme”. Complementa, “autor de livro de credices, de sonhos”.

¹ *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1927.

² Processo criminal de Febrônio Índio do Brasil, 1927. fl. 314-342 (doravante grafado como *PFeb*)

No documento erigido por Jansen, a identidade *criminosa* de Febrônio (fartamente explorada tanto pela *Gazeta* quanto pelo *Correio da Manhã*) divide espaço com outra, *delirante*. Pequenos gestos e atitudes soam para o advogado como sinais de uma relação tortuosa, segundo operada pelo réu, com tudo o que o circunda. Referindo-se a um requerimento que o juiz solicitara ao advogado, Febrônio teria assinado “após havê-lo lido, salteando linhas, relendo a cada passo”.³ Tal lida fragmentária, contudo, parece não se esgotar apenas na leitura daquele documento. “Presta uma atenção desmesurada a tudo que se diz, lembrando-se, ao depois, no entanto, de bem pouca coisa”, segundo notado por Jansen. Sobre tudo o que conta acerca de seu passado, ainda que “poucas, bem poucas vezes, falou-me do que foi, de sua vida”, sublinha que “não pode dar indicações precisas sobre seus antecedentes”, pois “tem reminiscências falhas e baralhadas”.

Pois exatamente esta sinuosidade do pensamento de Febrônio é explorada pela defesa.

Febrônio rompe, pelo menos aos olhos de Letácio Jansen, com toda a linearidade que poderia ser suposta ou esperada. Para arriscar compreendê-lo, o advogado apela a referências várias. Tendo o próprio Febrônio escapado-lhe à compreensão, apoia-se em outros tantos na esperança de supor uma *topografia* para ele confortável.

“Ao ouvi-lo tenho a impressão que a dupla personalidade é indiscutível e que Henri Béraud, em seu ‘Lazare’, não fez um romance de ficção”, anota o advogado traçando um quadro que dialogaria com alicerces para além do homicida e invadindo a literatura. O romance, então recente (data, enfim, de 1924), serve-lhe como substrato. O réu é empurrado para fora de seus próprios ditos. Nas palavras de Jansen, tratar-se-ia de um “tipo psicopatologicamente curiosíssimo, a exigir os estudos de um psiquiatra paciente, de inteligências iguais às de Lombroso, de gênios semelhantes a Krafft-Ebing”; ou seja, uma vez impossibilitado de arrolar a si mesmo, Febrônio necessitaria do “discurso que se põe no lugar dele para dizer deste

³ Idem. Ibidem.

ignorante o que ele não sabe de si mesmo”⁴. Para tanto, seria necessária, conforme a proposição de Letácio Jansen, uma série de citações, referências e quadros, ainda que estranhos às referências do réu.

Febrônio seria, enfim, um pederasta homicida. De toda forma, recobrando estas características a ele atribuídas, desfila a constatação do jurista italiano Scipio Sighele: “o instinto sanguinário é muitas vezes companheiro do instinto sexual”, conforme transcrito por Jansen.⁵ Defende, contudo, que “há épocas em que essas paixões infames predominam”, como o posto por Oliveira Martins em seu livro sobre a história de Roma: “fala-nos como essa perversão ignóbil se alastrou na capital dos Césares”.⁶ Afinal, segue o advogado,

nas épocas de decadência esses infelizes pululam. Nero, Calígula, Heliogabalo, Caracala, Cômodo foram exemplos de tarados, decadentes, filhos de uma época que se ia findar e deixaram na história o sulco negro de suas loucuras.⁷

Há uma atenção especial sobre Nero, tomado por Jansen, além de pervertido, como um sádico: “o incêndio de Roma com todos os seus horrores, que mais foi que um acesso mórbido do louco imperador?”, questiona Jansen.

Outros tempos são evocados textualmente. Pouco de Febrônio é explorado, mas de alguma forma torna-se inteligível. Autores, nomes e citações são organizados, lado a lado, de modo a suprir a ausência do próprio réu. Há, juntamente a tal movimento, uma certa apropriação da história – desfilam personagens e tempos, regidos por Jansen, que contribuiriam a determinada apropriação de Febrônio.

Haveria, segundo o quadro arquitetado por Jansen, uma relação intrínseca entre a perversão sexual e o homicídio. Para tanto, inscreve o psiquiatra suíço Auguste-Henri Forel, para o qual, segundo ele,

o sadismo anormal é decorrência da blastoforia alcoólica hereditária, e diz que os que o sofrem podem assassinar meninos e homens, caso essa doença se combine à pederastia e à inversão sexual. No pederasta, então, no íncubo essa anomalia sanguinária é muito frequente: é um

⁴ Conforme explorado por Michel de Certeau em estudo que realiza sobre os discursos envolvidos no registro de um caso de possessão. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 249.

⁵ *PFeb*, fl. 322.

⁶ *Idem*. fl. 333.

⁷ *Idem*. fl.324.

sintoma patológico, independente da vontade do indivíduo, conforme a lição dos Mestres em questões sexuais.⁸

Calca-se em determinados autores tanto da psiquiatria quanto do meio jurídico, enveredando por determinada apropriação histórica, como Nero ou tantos outros imperadores romanos. Jansen, ao final, atinge o recurso religioso de modo a situar Alamiro, do qual assassinato ora era acusado Febrônio, em certo contexto situacional: “se um paraíso existe, nele deve estar aquela alma, para quem a vida foi madrasta, para quem a vida foi tão má!”, exclama.

Entretanto, segundo a tessitura soerguida, apela para “Ebing, o grande e imortal psiquiatra, [o qual] mostra que o delírio religioso se associa com facilidade a certas e horrorosas perversões”.⁹ Trata da tal “loucura religiosa” que aponta como égide do comportamento de Febrônio. Para tanto, é agregada ao seu texto a referência bíblica a

Abraão [que] subiu ao monte para sacrificar seu filho, - que o faria se não fosse a providencial intervenção de sua própria religiosidade – quem, de boa fé, negaria que, se matasse o menino, teria agido num estado em que seus sentidos estavam perturbados e em que sua inteligência se obnubilava?¹⁰

Obliterado pelo texto, Febrônio é gradualmente substituído por um quadro que dele se esquiva.

A justificativa para tal eclipsar do réu já nas primeiras páginas do documento organizado pela defesa é expressa pelo próprio Jansen: mostrar-se-ia não confiável, uma vez que “tem observações inteligentes e, de outras vezes, sai com ditos inesperados, sem *ligação*, sem raciocínio”.¹¹ A falta de coerência, suposta exatamente pela ausência destas “ligações”, declararia válida a interferência de tantas diferentes referências sobrepondo-se à fala do acusado.

Em outras palavras, o *mosaico* erguido por Febrônio soaria como desconexo ao advogado. Em seu lugar, coloca-se outro – mesclando-se psiquiatria, história, literatura, religião.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem. fl. 327.

¹⁰ Idem. Ibidem.

¹¹ Idem. fl. 320.

Desta sorte, a defesa se concentra não nas referências do homicida, mas sim em seus modos de interpolá-las; não importa o dito pelo réu, mas as formas pelas quais se expressa. Sobre esse ponto, conclui Jansen: ter-se-ia uma perfeita imagem da vida e dos ditos de Febrônio “se algum paciente indivíduo cortasse diversos ‘films’ cinematográficos e os diferentes quadros colasse”.¹²

Recurso cinematográfico semelhante, contudo, já havia sido utilizado à época da escrita do texto. Em 1924, Fernand Léger, no filme *Ballet Mécanique*, transpusera os intuítos do cubismo ao suporte cinematográfico. Na peça, fragmentos visuais telegráficos são sequenciados em uma sucessão que não privilegia qualquer narrativa convencional. Iniciando com uma mulher sentada em um balanço, logo cede a outros elementos incrustados pela edição em uma mudança de ritmo. Garrafa, triângulo, rosto, chapéu, sorriso. Gradativamente, nesta sequência imagética, elementos passam a dialogar graficamente. O apelo às engrenagens e ao pêndulo de um relógio mecânico relacionam-se à cadência do balanço no qual a mulher pendula; pessoas brincando em um carrossel comparadas ao rotor de um maquinário; formas geométricas cruas são confundidas a objetos inseridos na película. Para tanto, Léger se vale de diferentes “técnicas cinematográficas como corte, justaposição, *close up* e isolamento de imagens”,¹³ segundo biografia publicada pelo Museu de Arte de Nova Iorque. Para os autores, tais elementos constitutivos do filme clarificariam que a “representação do contraste, fragmentação e simultaneidade da vida urbana de Léger não estão limitadas à pintura”.¹⁴

É exatamente este *mosaico* de diferentes símbolos que legaria ao *Ballet Mécanique* certo lastro dos movimentos então presentes nas artes plásticas. Assim como Léger, outros “cineastas repetiam o gesto dos pintores cubistas, que negavam a ilusória profundidade da tela imitando ou colando letras de imprensa”.¹⁵ Dessa forma, no filme de 1924 fragmentos de cenas filmadas compartilham a edição com figuras planas e bidimensionais, tais como círculos, triângulos ou a pseudomanchete

¹² Idem. Ibidem.

¹³ Do inglês: “cinematic techniques like cutting, juxtaposing, close-up, and isolation of images”. AFFRON, Mathew; HAUPTMAN, Jodi; LANCHNER, Carolyn. *Fernand Léger*. Nova Iorque: Museum of Modern Art, 1998. p. 79.

¹⁴ Do inglês “Léger’s representation of the contrast, fragmentation, and simultaneity of the city life is not limited to painting”. Idem. Ibidem.

¹⁵ ALBERA, François. *Eisenstein e o Construtivismo russo*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 258.

de jornal “foi roubado um colar de pérolas de 5 milhões”¹⁶ inserida após “formas brancas que aparecem em volta das margens de uma tela preta moverem-se em direção ao centro, formando um zero”.¹⁷

Assemelha-se, pois, à colagem de quadros fragmentados de algum filme cinematográfico conforme o expresso por Letácio Jansen acerca da cosmovisão de Febrônio.

De toda forma, tais artifícios cubistas, por meio da *montagem* subsequente, enveredariam no sentido de, a partir de símbolos subtraídos de seus contextos originais e impostos a outras imagens, criar “poesia nova” conforme indicado por Silvana Amorim sobre Apollinaire.¹⁸ Assim sendo, poder-se-ia imaginar cada qual dos símbolos utilizados por Fernand Léger, como as engrenagens do relógio, a mulher ao balanço ou a pseudomanchete, como não esgotáveis em si; transbordam e emprestam sentidos ao todo do filme composto pela edição. O corte, aqui, é fundamental à recriação dos sentidos: é ele que conota a leitura, subvertendo e subjugando as imagens que cita. Passa, enfim, a não haver quaisquer das formas de modo individual – são entrevistas apenas a partir das outras tantas que, uma vez submetidas à edição da peça cinematográfica, lhe emprestam sentidos.

Este esforço apontado por Jansen sobre o réu, portanto, não estaria restrito ao discurso que considera delirante. Ao editar citações, apropriando-se de romances, passando por trabalhos acadêmicos e referências religiosas, sobreporia imagens modificando a um só golpe suas tonalidades e sentidos. Cada uma destas referências, incluindo as referentes ao próprio Febrônio, imiscuem-se nas linhas do advogado – lá estão, mas refiguradas por serem concebidas enquanto *citações*.

Para ele, apenas nesta miríade de referências seria possível desvendar Febrônio. Questiona-se sobre

qual o seu nome? Qual o seu passado? Qual a sua vida? Qual o seu pensamento de poucas horas atrás? Acho difícil, difícilimo, que se lembre perfeitamente. Que personalidade, das muitas nele há, predomina?¹⁹

¹⁶ Do francês “on a volé un collier de perles de 5 millions”.

¹⁷ Do inglês: “white forms apperaing around the edges of a black screen rapidly move toward the center, forming a zero”. AFFRON, Mathew; HAUPTMAN, Jodi; LANCHNER, Carolyn. Op.cit. p. 79.

¹⁸ Cf. AMORIM, Silvana Vieira da Silva. *Giullaume Apollinaire: fábula e lírica*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 66.

¹⁹ *PFeb*, fl. 321.

Para tanto, justifica o mosaico que ergue defendendo que “esse é o trabalho que ao estudioso se antepara e que longo tempo de observação exige”.²⁰

Os fragmentos reunidos por Febrônio, assim, deveriam ser, se não calados, recontextualizados por outros, concatenados pelos saberes médico e jurídico.

Tomado como documento histórico, a carta escrita por Letácio Jansen construiria uma situação na qual o acusado figura como delirante; e, enquanto tal, é fadado ao silêncio a favor de uma *montagem* a ele alheia. Tratando apenas do modo segundo o qual traçaria seu delírio, a fonte exime-se da fala do réu substituindo-a por outras.

De Febrônio resta apenas a indicação dos homicídios; da tal “religiosidade grosseira e delirante” a ele atribuída, Jansen arrola apenas sua observação de que “não são raros os casos do fanatismo levar ao hospício e os tribunais tem reconhecido razão para absolver os que agem julgando cumprir determinações de um ser superior”.²¹ Ou seja, quaisquer especificidades de Febrônio são frustradas em uma generalização de suas representações.

Enquanto possível estratégia da defesa, interromper os sentidos expressos pelo réu culminaria no fortalecimento de sua inimputabilidade, “uma vez que esse delírio exclui toda e qualquer possibilidade do atacado de loucura religiosa ser responsável, pelo que faz, em virtude desse estado de alienação”.²²

Ao alhear-lhe dos fragmentos utilizados para sua *topografia* singular, Jansen reitera sobre Febrônio o descolamento de qualquer rede discursiva. E assim, considerado como isolado discursivamente, Febrônio é arquitetado; descaracterizar seus ditos passa a ser a primeira preocupação da defesa impetrada por Jansen. Apela ele ao fato de que

é público e notório que Febrônio Índio do Brasil, enquanto em liberdade, muito antes dos crimes que o acusam, publicou um livro, misto de *religiosidade louca e de tolices infundáveis*. Na polícia, isso consta nos autos, várias vezes falou de uma religião estranha *num frasear sem nexos nem sentido*. As tatuagens que o acusam ter feito tinham, não se pode negar, um *grosseiro fim religioso*.²³

²⁰ Idem. Ibidem.

²¹ Idem. fl. 327.

²² Idem. fl. 327-8.

²³ Idem. fl. 326 (grifos meus).

Assim sendo, incorporar as adjetivações tais como “religiosidade louca e tolices infundáveis”, “frasear sem nexos nem sentido” ou “grosseiro fim religioso” seria ignorar tal fonte enquanto leitura e arquitetura – dela destacando tão somente o aberrante e discursivamente estranho.

Pois é deste quadro que se ergue a defesa impetrada. “Quer criminoso, quer não criminoso, Febrônio Índio do Brasil é, positivamente, um louco”, arremata Jansen. “Não pode ser pronunciado e, ainda menos, condenado. Se a sociedade julga-o perigoso, que se o interne num manicômio, numa penitenciária *nunca*”.²⁴

Absolvendo-o da culpa, prega, “dentro da Lei Penal, a medida humanitária de interná-lo numa casa de loucos, num manicômio onde haja a devida segurança e a precisa vigilância”.²⁵ Seria eximi-lo dos crimes, pois “a pena não poderá em hipótese alguma ser, no entanto, aplicada: o réu é irresponsável”.

Para tanto, requer um exame sobre a saúde mental de Febrônio. Convoca, desta forma, o saber psiquiátrico ao processo. É por estes meandros que ousa opor-se à comoção que o caso provocara (e que os jornais analisados sedimentaram):

quanto à vingança que tantos sentimentos preguem, é preciso que se diga que a sociedade não pode vingar de um louco, como não se pode vingar o beduíno do Simoun que lhe destruiu a caravana, matando-lhe a família inteira.

A carta de Jansen, datada de 26 de outubro de 1927 e destinada ao tribunal, abre uma outra apreensão legal de Febrônio.

A promotoria, em 23 de novembro, elabora uma série de questionamentos endereçados aos psiquiatras que em breve cuidariam da avaliação de Febrônio. Inquire-se sobre a “existência de alguma enfermidade mental”; se havia, no momento dos crimes, uma “completa perturbação dos sentidos e da inteligência”; se “oferece ele, de qualquer maneira, perigo iminente, ou simplesmente eventual, para a segurança pública”; se, enfim, há a possibilidade ou não de imputação de culpa sobre os assassinatos.²⁶

²⁴ Idem. fl. 341 (grifos originais).

²⁵ Idem. fl. 342.

²⁶ Idem. fl. 347-8.

Em 16 de dezembro, a justiça abre vistas ao processo. Determina, ainda, que Febrônio seja transferido temporariamente para o Manicômio Judiciário para que lá seja colocado à disposição da junta médica que o examinará.²⁷

Apenas em fins do ano seguinte, no dia 31 de dezembro, outra documentação é anexada ao processo. O diretor do Manicômio, Heitor Carrilho, informa ao tribunal que Febrônio seria novamente transferido para a Casa de Detenção “por se achar terminado o exame de sanidade mental a que foi aqui submetido”.²⁸ Segue relatando que deve “o laudo respectivo ser em breve remetido a esse Juízo por intermédio do Snr. Dr. Diretor do Instituto Médico-Legal”.

O documento, contudo, tarda. Em 19 de Janeiro de 1929, o Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal endereça uma carta cobrando urgência em seu envio por parte da 7ª Pretoria Criminal.²⁹ Esta, contudo, replica que o laudo “até a presente data não chegou a este Juízo”.³⁰

O exame, finalizado apenas em 20 de fevereiro de 1929, reconfiguraria algumas das disputas discursivas sobre o réu. Tendo como relator Heitor Carrilho, representa um outro modo de apreensão não apenas dos crimes, mas do próprio Febrônio Índio do Brasil. Legalmente, é fundamental para a caracterização dos crimes; historiograficamente, alinha certas referências e substratos que colorem o acusado.

²⁷ Idem. fl. 357-8.

²⁸ Idem. fl. 366.

²⁹ Idem. fl. 368.

³⁰ Idem. 370.

3.1. O Manicômio Judiciário

3.1.1. Sinceridade, insinceridade: entre o criminoso e o delirante

“O paciente conta com 32 anos de idade, é mestiço, solteiro, brasileiro, natural do Estado de Minas (São Miguel do Jequitinhonha), sem profissão definida” – assim é iniciado o laudo composto por Heitor Carrilho.³¹

Ao arriscar-se nos “antecedentes familiares”, na tentativa de compor uma anamnese do paciente, a primeira ressalva é levantada: “difícil é recompor, com as próprias informações do acusado, os seus antecedentes mórbidos, pelo cunho de *insinceridade* que caracteriza o que ele diz”.³² Neste ponto, alguma semelhança à postura tomada pelos jornais anteriormente analisados – Febrônio, mistificando, planejava confundir a investigação.

Tal como utilizada no laudo, esta palavra – “insinceridade” – poderia muito revelar sobre o método de construção do discurso. Perscrutá-la na documentação torna-se, portanto, uma *estratégia de análise*.

Desconfia-se dos ditos do réu. Em seu relato, a imagem de seu pai, Theodoro Índio do Brasil, um açougueiro. “Acrescenta que seu pai fazia uso imoderado de bebidas alcoólicas, chegando a embriagar-se. Era homem genioso e irascível”. Conta sobre brigas constantes com a esposa e violência contra os filhos.

“Sua mãe, diz o examinado, chama-se Estrella do Oriente Índio do Brasil”. Diz ainda ser viva, apesar de que “dela não tem notícia há, mais ou menos, sete anos”. Segundo Febrônio, ela tivera vinte e cinco filhos – sendo ele o terceiro. “O mais velho fugiu de casa: o segundo morreu de moléstia que ele ignora; nada sabe informar digno de maior importância sobre os demais”.

Para o psiquiatra, estes testemunhos deveriam ser tomados com cautela. Afinal, a “insinceridade” própria a Febrônio poderia despistar e falsear a anamnese.

³¹ Esta documentação compõe o *PFeb*, fls. 372-414. De toda forma, o mesmo texto fora publicado no Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro, triênio abril/maio/junho de 1929 (CARRILHO, Heitor. “A curiosa mentalidade de um delinquente (laudo do exame médico-psiquiátrico de Febrônio Índio do Brasil)” *In*: Arquivo Judiciário. Vol. 10. Abr/junho 1929. Suplemento. p. 127-149). Devido a seu melhor estado de conservação, aqui será utilizada esta última publicação do laudo (doravante grafado como *LFeb*).

³² *LFeb*, p. 127 (grifos meus).

Tentando superar estas dificuldades, o psiquiatra intenta outros discursos, complementares.

Um irmão de Febrônio, Agenor Ferreira de Matos, visitara-o no Manicômio no período que lá estava recolhido para a feitura do laudo. Viera de Jequié, no estado da Bahia. O documento acrescenta que não conhecia o acusado, uma vez que Febrônio fugira de casa quando Agenor “tinha dois anos de idade”. Ainda assim, “pôde completar e corrigir as informações por ele prestadas, as quais podem ser, *em definitivo*”, registradas.

Seu pai chamava-se Theodoro Simões de Oliveira, apelidado de Theodorão. Era lavrador e, durante algum tempo, realmente trabalhara como açougueiro. Morrera de doença pulmonar. “Fazia uso do álcool. Possuía efetivamente um temperamento impetuoso e violento; brigava com frequência com a sua mãe e muitas vezes, facão em punho, pretendeu matá-la”.

Sua mãe chama-se Reginalda Ferreira de Mattos – e não Estrella do Oriente. “É viva, mora em Jequié (Estado da Bahia) há um ano e tanto, tendo vindo de São Miguel de Jequitinhonha para a casa de um filho que ali reside”.³³ Tivera quatorze filhos – Febrônio é o segundo. O primeiro, João, reside em Jequié; o terceiro, Deraldo,

foi assassinado há pouco tempo, porque no lugar onde residia chegou a notícia dos crimes de Febrônio, razão pela qual ele começou a ser temido por pessoas da terra que conseguiram um pretexto para matá-lo, com receio que ele fosse igual ao irmão.

Agenor defende que Deraldo “era um homem trabalhador e, se bem que genioso e dado ao uso imoderado do álcool, nada fizera para justificar o bárbaro assassinato de que foi vítima”. Um certo Febrônio, veiculado pelos jornais, é lido e relido pelo país. Desta forma, é interpretado segundo diferentes sabores – e, juntamente a ele, seus parentes. Acrescenta o laudo que, “apreciando os crimes realizados pelo irmão, os quais, segundo diz, as ‘gazetas’ do interior se referem de modo apavorante, Agenor acredita que o paciente os tivesse realizado por ser um louco”.

O quinto filho de Reginalda e Theodorão, Antônio, fugira de casa (tal como Febrônio) ainda “rapazinho”; o quinto, Arthur, é arreeiro; o sexto, o próprio Agenor,

³³ Idem. p. 128.

“é trabalhador rural”. Pouco se fala das seis outras irmãs. Restringe-se a anotar que são “algumas casadas e com filhos, acrescentando o informante que nada de importância tem a referir quanto aos seus antecedentes”. Os outros dois filhos do total dos quatorze morreram antes mesmo de serem batizados.

Este quadro obtido a partir do relato de Agenor tem como principal fim vencer a tal “insinceridade” caracterizada por Carrilho sobre as declarações de Febrônio. É uma estratégia em muito semelhante aos modos de inteligibilidade dos jornais – quer seja, obliterar o discurso do acusado a favor de outros testemunhos. Neste sentido, mesmo o nome atribuído por Febrônio a sua mãe (e reiterado no *Revelações do Príncipe do Fogo*), Estrella do Oriente, perde qualquer importância. Aqui, apenas tomado como prova da dissimulação característica do homicida – afinal, a mulher chamava-se Reginalda Ferreira de Mattos; sua alcunha como Estrella do Oriente seria derivada da tal “insinceridade” relacionada a Febrônio.

Entretanto, páginas adiante, o laudo critica estes mesmos ardis imputados a Febrônio pelos periódicos. Sobre as nuances místicas de seus ditos, nota que

alguns observadores, que a elas se têm referido, sobretudo observadores não especializados em questão de psicopatologia, tais ideias se têm afigurado o produto de uma *simulação* ou de *insinceridade*, exibidas com a preocupação de impressionar aqueles que lhe observam os atos ou procuram-lhe definir a mentalidade.³⁴

Com isto, pretende marcar uma linha divisória entre seu discurso e aqueles dos tais “não especializados em questão de psicopatologia”. E prossegue, “numa palavra: a muitos, tais ideais trazem a revelação da ‘esperteza’ de que lança mão o observado por se defender. Tal, entretanto, não nos parece”.³⁵ A esta altura, desdiz a “insinceridade” que há pouco caracterizara na anamnese do documento.

“Febrônio é, de certo modo, um crente das suas extravagantes ideias místicas”, defende o laudo.

Haveria, portanto, duas caracterizações principais do acusado: a primeira, como *criminoso* – cínico, mentiroso, manipulador, a mistificar seus ditos e atos de modo a livrar-se das acusações; a segunda, enquanto *delirante* – crédulo em seu

³⁴ *LFeb*, p. 135.

³⁵ *Idem*. *Ibidem*.

próprio discurso, sincero e inimputável aos olhos da lei, fazendo-se objeto do saber psiquiátrico.

Heitor Carrilho prioriza este último. Tenta emancipar a identidade de Febrônio enquanto *delirante* daquela outra, *criminosa*. Entretanto, por diversas vezes o laudo psiquiátrico recorre ao rótulo da “insinceridade” que tenta negar. O *delírio*, apesar de mote principal do documento, em certos momentos cede espaço ao Febrônio construído pelos periódicos. É neste sentido que a análise de alguns desenhos feitos pelo paciente é esboçada.

Antes de descrever as imagens traçadas pelo próprio punho de Febrônio, ergue-se um quadro de entendimento a partir do qual entrevê-las. “Sabe-se a importância que possuem os desenhos, tal como os sonhos, na apreciação de possíveis conflitos psicológicos dos seus atores”, enfatiza.³⁶ “Por isso que, como pretendem os psicanalistas, esses documentos podem refletir e mesmo representar reminiscências de *traumas afetivos e sexuais* vividos na infância”. De algum modo, a tonalidade sexual é vista como pressuposto.

Assim sendo, poderia ser percebida mesmo onde não há.

É que Febrônio, pela sua condição legal, que ele compreende, prevendo os seus possíveis resultados, é, antes do mais, um *dissimulador* que evita tudo que, no seu próprio julgamento, o possa comprometer.³⁷

Apesar de *delirante*, aqui lhe são restituídos alguns ardis próprios ao *criminoso* – sua dissimulação de modo a evitar a justiça.³⁸ É, mais uma vez, caracterizado pela “insinceridade”. Afinal, frustra certas pressuposições do saber psiquiátrico. Em outras palavras, recorre à construção da “‘esperteza’ de que lança mão o observado por se defender” que há poucas páginas criticara.³⁹

Refere-se a uma descrição de Lúcifer arrolada por Febrônio. “É uma figura profundamente hedionda, conforme ele refere, tendo na coxa, em tatuagem, a

³⁶ *LFeb*, p. 137.

³⁷ *Idem*. *Ibidem* (grifos meus).

³⁸ Recorre, enfim, às mesmas concepções sobre Febrônio que há pouco atribuíra a interlocutores “não especializados em questão de psicopatologia”. Quer seja, considera os ditos do réu como uma “revelação da ‘esperteza’ de que lança mão o observado por se defender” (*Idem*, p. 135). Analisando os modos de construção discursiva arrolados por Heitor Carrilho, a fronteira que pretende erguer entre seus escritos e outros (como o jornalístico) não é tão rígida como se pretende – partilha de uma circularidade de sentidos imputados a Febrônio.

³⁹ *LFeb*, p. 135.

representação de atos de pederastia com crianças que dele fogem espavoridas”.⁴⁰ Carrilho relata ter solicitado ao paciente que lhe desenhasse a imagem. Febrônio recusara; “para quê publicar essa imundície?”, teria retrucado o paciente.⁴¹ A consideração do psiquiatra é clara: “a resistência trai, assim, a ideia obsessional”.

Em outras palavras, a “insinceridade” é aceita, aqui, de modo a confirmar a pressuposição sexual dos crimes. Pressuposto este, como explorado anteriormente, intentado tanto pela *Gazeta de Notícias* quanto pelo *Correio da Manhã* mesmo antes da apuração policial sobre o perpetrador do primeiro homicídio. Esta motivação sexual, como defendida pelos periódicos, persistiria mesmo após a autópsia cadavérica negar qualquer vestígio que a confirmasse. Mesmo que se pretendendo descolado e oposto aos discursos jornalísticos, o laudo de Heitor Carrilho ancora-se em sentidos comuns àquela outra sorte documental. Entretanto, deles inferindo conclusões diferentes.

Defende as práticas de Febrônio (como seu livro, tatuagens ou desenhos) como conseqüentes de um comportamento paranoico. Cita tal conceito partindo de Freud, no *Introduction à la psychanalyse*: “resulta rigorosamente da tentativa de defesa contra impulsões homossexuais muito violentas”.⁴² É deste quadro prévio que seguem suas considerações sobre Febrônio:

o seu livro é todo uma revelação neste sentido. Nem mesmo faltou a gravura simbólica que precedeu o texto, atestando, na escolha que a presidiu, a formidável revolta das ideias ao desregramento terrível dos instintos.

Refere-se à imagem da capa do *Revelações do Príncipe do Fogo*.⁴³ Não é clara a responsabilidade sobre sua escolha – seja de Febrônio ou do editor da *Pap. e Typ. Monteiro e Borrelli*, que o publicou. De qualquer forma, esta imagem corroboraria, segundo o laudo, a pulsão homossexual recalcada do paciente.

“É, nada mais nada menos, que a figura protetoral do anjo da guarda, de asas abertas e mãos espalmadas, numa atitude de amparo a duas lindas criancinhas que colhem flores e perseguem borboletas”, descreve Carrilho.

⁴⁰ Idem. Ibidem.

⁴¹ Idem. Ibidem.

⁴² *LFeb*, p. 138.

⁴³ Cf. fig. 15.

Segundo a cadência do discurso deste laudo, “são, em última análise, transformações dos impulsos ilógicos”.⁴⁴

Ao historiograficamente lançar luz sobre esta construção psiquiátrica, alguns pontos são importantes. No primeiro deles, a relação entre a imagem e os *topoi* pressupostos sobre Febrônio (como o caráter sexual de seus crimes).

Assim como não há qualquer indicativa sobre quem escolhera tal ilustração para o *Revelações*, falta-lhe também a autoria da imagem. De toda forma, sobre este último abrem-se outras possibilidades à investigação.

Pesquisando a imagem, fora possível encontrar uma outra cópia nos austríacos *Freilichtmuseen*.⁴⁵ A autoria da composição é creditada a Fridolin Leiber

(1853-1912). Trata-se de um pintor que, em boa medida voltado a temas religiosos, popularizou seus trabalhos por meio da reprodução técnica e decorrente disseminação. Segundo as informações do museu,⁴⁶ o barateamento destas cópias tornou-as amplamente populares. Integravam-se, desta forma, à decoração interior das casas – uma relação cada vez mais íntima entre arte e cultura de massa.⁴⁷ Os antigos donos do exemplar que compõe o acervo do museu ganharam a imagem como presente de casamento



Fig. 15, capa do *Revelações do Príncipe do Fogo*.

⁴⁴ *LFeb*, p. 138.

⁴⁵ Cf. fig. 16.

⁴⁶ Há um artigo na página do museu que esmiuça tanto a autoria quanto a história do quadro. Cf. http://www.freilichtmuseum.de/index2.php?inc=view_article&id=531&kat=5&museum=2.

⁴⁷ Neste sentido, imprescindível lembrar o clássico trabalho de Walter Benjamin sobre o tema. Cf. BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: BENJAMIN, W (org.). *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense; 1994. p. 165-196.

em 1945. Ernst Höntze, autor do artigo, arrisca uma explicação: a figura inspiraria retidão e proteção ao casal.

Deste modo, a interpretação da imagem tal como conduzida por Heitor Carrilho não atesta um sentido inerente à pintura. É lida, enfim, valendo-se de fragmentos outros, externos ao pincel de Fridolin Leiber.⁴⁸ Antes, conforma-a a pressuposições sobre Febrônio. Assim sendo, discursivamente confirma toda uma outra gama de características atribuídas ao réu – sua pulsão sexual e o recalque de seus impulsos.

Uma lida, portanto, muito semelhante àquela utilizada por Pedro Nava. Em



Fig. 16, quadro original de Fridolin Leiber.

suas memórias, a composição de Edvard Munch mescla-se à influenza de 1918; deste arranjo, ambas referências são transformadas em algo novo. E, assim, nem a pandemia ou a pintura podem ser vislumbradas de modo absoluto. No discurso erigido pelo psiquiatra em 1929, tanto Leiber quanto Febrônio aparecem deslocados. Ambos fazem-se presentes apenas em um relance, entre toda uma gama de construções próprias a Carrilho.

É o argumento do psiquiatra que sustenta esta

⁴⁸ Uma feitura discursiva em muito próxima ao intento cubista. Tal como na composição cinematográfica de Fernand Léger, tratada anteriormente, os fragmentos imagéticos ganham um sentido inspirado pela totalidade da composição em detrimento de qualquer significação intrínseca. Neste ponto, poderíamos considerar a leitura da capa do *Revelações*, tal qual arrolada por Carrilho, como não proveniente apenas da imagem retratada em si, mas de sua intersecção a outros referenciais sobre Febrônio – referenciais estes, em boa medida, trazidos circularmente dos discursos jornalísticos tais como analisados na primeira parte deste trabalho.

interpretação particular da pintura. A capa do *Revelações do Príncipe do Fogo*, desta forma, é apropriada por sentidos estranhos ao livro. Uma sorte de citações distintas às utilizadas ao longo do livro (como os fragmentos bíblicos) é imposta à fonte. Assim como percebido sobre Pedro Nava, há um anacronismo nos escritos de Heitor Carrilho. O Febrônio arquitetado pelo laudo é visto apenas por uma certa confluência de citações, um *mosaico* particular. Tomá-lo somente a partir desta fonte seria confundir o réu com o saber que o normatiza e classifica. Seria, enfim, análogo a abordar Edvard Munch partindo-se da gripe espanhola. O que ora se evidencia, portanto, é a construção operada por Heitor Carrilho – suas estratégias discursivas e usos dos textos aos quais tem acesso, dos fragmentos entre os quais se envereda.

“O seu livro é todo uma revelação neste sentido”, ecoa a constatação feita pelo laudo.⁴⁹ Assim, tenta discursivamente confirmar as tais pulsões homossexuais de Febrônio. Sua abordagem do *Revelações do Príncipe do Fogo*, entretanto, é pontual.

Descreve-o como “feito de pequenos capítulos, que representam as revelações por ele recebidas, nos montes e nas ilhas desertas, graças à missão que lhe atribuí”.⁵⁰ Mas ao mesmo passo conclui que “não é possível entendê-lo, tal o repositório de ideias absurdas e disparatadas que ele é”. Intenta comprovar sua constatação transcrevendo o exórdio do texto:

Eis aqui, meu Santo
Tabernáculo – Vivente
Hoje dedicados a vós
Os encantos que legaste
Ontem a mim na Fortaleza
Do meu Fiel Diadema Excelso

Agrega, ainda, o fecho do livro: “videntes, quando desencarnardes ide ao Trono da Vida e ali encontrareis dois mistérios: o Santo Tabernáculo-Vivente e o Fiel Diadema Excelso”.⁵¹ Qualquer cadência ou sentido próprio à pena de Febrônio é negado – e, sistematicamente esquartejado, seu livro é submetido a uma outra sorte de referências que possa lhe garantir algum sentido.

⁴⁹ *LFeb*, p. 138.

⁵⁰ *LFeb*, p. 136.

⁵¹ *Idem*, p. 137.

Importante, aqui, retomar a edição de 4 de setembro do *Correio da Manhã*. Como tratado anteriormente, em um artigo que aborda o *Revelações*, o jornal opera um desmembramento semelhante do livro de Febrônio. Transcreve o mesmo exórdio e uma compilação de frases presentes em diferentes páginas. Para o periódico, a falta de coerência pretensamente demonstrada por este movimento confirmaria se tratar de um “livro estrambólico”. A principal distinção entre esta fonte e aquela outra, psiquiátrica, é que a primeira explora a “insinceridade” de Febrônio ao proferir seus ditos místicos – estaria, portanto, falseando a si mesmo de modo a fugir das acusações; a segunda, por outro lado, defende sua crença naquilo que profere. De todo modo, ambos textos eximem-se da aventura por entre as imagens arroladas por Febrônio. Tanto as fontes jornalísticas quanto psiquiátricas ora analisadas lançam mão desta pretensa falta de coerência própria ao réu de modo a ele imputar outras referências (que, contudo, conduzirão a conclusões distintas). Pouco adiante, Carrilho registra em seu laudo outro trecho do *Revelações*. Justifica-se: “abrindo a esmo, transcrevemos, também, para que se possa ter uma noção da extravagância de suas ideias”.⁵² Este abrir “a esmo” denuncia o caráter da descontextualização à qual Febrônio é submetido. Tornado fragmentário, dele é destituída qualquer coerência interna. Resta, desta forma, apenas a tal “extravagância” que pretende comprovar.

Não há, portanto, um debruçar-se sobre o *Revelações do Príncipe do Fogo*. Ou, ao menos não segundo as referências utilizadas pelo próprio Febrônio. Da constatação de que “o seu livro é todo uma revelação neste sentido” (tentando justificar a tonalidade sexual de seus atos), resta tão somente a breve consideração sobre a imagem de sua capa – mesmo que ela surja compreendida a partir de elementos pressupostos.

A figura do anjo da guarda, guiando as duas crianças, confirmaria uma leitura edípica de sua dada perversão. Trata, de algum modo, da figura violenta do pai, o Theodorão, “alcoolista impulsivo que espancava a esposa e os filhos, alguns dos quais fugiram do lar paterno, e a figura sofredora de sua mãe, vítima das violências

⁵² *LFeb*, p. 137.

maritais”.⁵³ Desta relação tortuosa, resultando em “exageradas manifestações afetivas”, seria derivado o conteúdo de sua degeneração. Assim se

fixou no seu subconsciente, numa manifestação patológica de sexualidade – sua mãe – Reginalda Ferreira de Mattos, cujo nome há muito tempo ele mudou para ‘Estrella do Oriente Índio do Brasil’.⁵⁴

Ao ser ignorado o conteúdo do livro, o nome de Estrella do Oriente não é problematizado. Não é sequer comentado como constante no *Revelações do Príncipe do Fogo* – é somente considerado, enfim, a partir das declarações dadas por Febrônio ao psiquiatra quando da composição da anamnese. A incerteza diante da “sinceridade” e da “insinceridade” é retomada. A coesão entre as declarações e os cânticos do livro, por conseguinte, calada.

Afinal, bastaria a Carrilho apenas a pintura de Fridolin Leiber sobreposta à miríade de referências psicanalíticas e discursos veiculados pelos jornais. Fragmentariamente, Febrônio seria contextualizado de um modo específico por essa fonte: é de alguma forma normatizado pelo inquérito.

O paciente, enfim, é estetizado a partir destas referências. Passa a compor com uma certa sorte de pressupostos aos quais se agrega como mero exemplar.

É uma remodelação, enfim, temporal – subentende-se não apenas Febrônio, como também transforma discursivamente a pintura de Fridolin Leiber. Não se trataria de uma leitura própria ao paciente, mas sim ao saber que o normatiza.

Especificidades ignoradas, seu delírio torna-se participante de um quadro mais abrangente. Do silêncio imposto a seus escritos e estratégias, *topói* psicanalíticos suprem carências de sentidos. Obliterado de seu volume próprio, Febrônio é composto em comunhão com outros casos já estudados e bibliografias próprias à área do perito.

O homicida é, enfim, partido. Fragmentos são agregados a seu laudo de modo a confirmarem o *delírio*. Posto que não limitado a si mesmo (seu livro ou ditos), comunga com outros tantos laudos posteriormente⁵⁵ redigidos no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro.

⁵³ Idem, p. 138.

⁵⁴ Idem, p. 139.

⁵⁵ Sua posição como o interno número 0001 do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro representa o precedente de abordagens psiquiátricas posteriores.

3.1.2. Rapsódias psiquiátricas: transversalidades possíveis

Da normatização imposta a Febrônio, outros nomes orbitam a instituição do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro. Diferentes sujeitos submetidos à análise dos peritos passam a compartilhar, nas páginas desses documentos, referências em comum àquelas sobre o assassino de 1927.

C.G., um interno da Casa de Detenção, é remetido ao manicômio em 24 de fevereiro de 1940.⁵⁶ Cumpria a pena de quarenta meses de prisão por ter furtado a carteira de uma senhora na rua dos Arcos. Em sua cela tivera um “delírio febril” – fora, por este motivo, “recolhido à enfermaria, onde teve a impressão de que tinha sido hipnotizado por meio de Raios X”.⁵⁷

Heitor Carrilho, assim, fora convocado para avaliar o estado mental do detento. Desta forma, a avaliação psiquiátrica envereda pela personalidade do paciente de modo a confeccionar o laudo; e registra fragmentariamente algumas declarações de C.G.

Carrilho anota que ele se preocupa “com problemas cuja solução exige conhecimentos que não possui”.⁵⁸ Um de seus questionamentos é sobre o fato de haver desigualdade na duração dos dias e das noites. Para explicar esta constatação, C.G.

imaginou que a Terra, quando os dias são maiores que a noite, aproxima-se mais do Sol e fica assim mais dilatada pelo calor e, portanto, diz ele, os dias são maiores, pois as noites, por frias, não sofrem a mesma dilatação e daí serem menores.⁵⁹

Carrilho, diante destas declarações, descreve ter interrogado o paciente sobre os solstícios de inverno, quando as noites são mais longas do que os dias – e que, desta forma, contrariam a teoria encampada pelo examinado. C.G., então, “desculpou-se, dizendo que são precários os seus conhecimentos”. Anotara o perito, ainda, que

⁵⁶ CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro*. Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. p. 57-64. Estes laudos, reunidos anualmente em volumes únicos, foram publicados pelo próprio Manicômio Judiciário. Aqui, serão utilizados de modo a considerar outras construções psiquiátricas feitas pela mesma instituição (doravante grafados como *AMJ*, seguido do ano ao qual se refere).

⁵⁷ *AMJ*, 1940, p. 60.

⁵⁸ *Idem*, p. 59.

⁵⁹ *Idem*, *ibidem*.

o paciente insiste em afirmar que não pretende seja verdadeiramente científica a explicação que imaginou para o fenômeno, esclarecendo que ela é apenas o resultado do seu gosto pelo devaneio.⁶⁰

Um inventário de C.G. é alinhavado por citações de seus ditos. Apesar de pretensamente próprios ao paciente, alguns destes fragmentos revelam uma fala que não a sua – subentendem um questionário previamente estabelecido pelo investigador psiquiátrico. Neste rol de interesses concernentes a Carrilho, destacam-se temas caros à feitura do laudo.

“Reconhece a moralidade de vários provérbios, não raro dando explicação algo rebuscada, mas sempre pertinente” – anota Carrilho a certa altura.⁶¹ Surge, aqui, o direcionamento das declarações tal como operado pelo psiquiatra: busca por meio destes tais provérbios analisar a coadunação de C.G. a padrões esperados. Sobre temática semelhante, Pierre Bourdieu destaca que “a palavra, ou *a fortiori*, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são *programas de percepção*”.⁶² Revela-se, portanto, a preocupação com a medida da proximidade de C.G. a estes tais *programas de percepção*: aqui, contudo, eximindo-se da suspeita de quaisquer “insinceridades” por parte das declarações do paciente.

“Para quê publicar essa imundície?” – ecoa a relutância, anos antes, de Febrônio em desenhar as imagens de pederastia que dizia estarem tatuadas na coxa de Lúcifer. Da qualificação destas cenas como “imundície”, poderia restar o atestamento de uma conformidade aos ditos *programas de percepção*. Naquele laudo, contudo, é colocada em questão a “sinceridade” do criminoso: estaria, enfim, falseando seus pervertidos impulsos sexuais. Deslocando-o para o terreno da mentira – e assim servindo-se de fragmentos de certos discursos jornalísticos –, a autoridade médica remaneja a fala de Febrônio de modo a confirmar determinados pressupostos.

Seguindo o rastro de Bourdieu, há uma porta-voz legalmente autorizado a conferir sentidos a estas trajetórias particulares. Este saber psiquiátrico parece, ao invés de constatar, instituir identidades: “neste caso, instituir é consagrar, ou seja,

⁶⁰ Idem, p. 59-60.

⁶¹ Idem, p. 60.

⁶² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: edUSP, 1998. p. 82.

santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo precisamente do que faz uma *constituição* no sentido jurídico-político do termo”.⁶³ Imperativamente, erguem-se nomes e rótulos, identidades imbuídas de uma “essência social”.⁶⁴ Complementa o autor: “‘tornar-se o que você é’, eis a fórmula que subentende a magia performativa de todos os atos de instituição”.⁶⁵ Neste jogo de representações, termina-se por atribuir sentidos que, socialmente, nortearão as atribuições a cada qual destes pacientes do Manicômio Judiciário.

Da tortuosa relação entre a “sinceridade” e a “insinceridade” dos examinados por Heitor Carrilho, resta o crivo pessoal do saber que os identifica. Destes inventários, uma sequência de citações esparsas das falas dos pacientes: transmutam-se em outro pelo discurso que os apreende; suas trajetórias pessoais, esquartejadas em fragmentos minuciosamente selecionados, são escalonadas pelas linhas do saber que os avalia.

Acerca de C.G. (sobre o qual, ao contrário de Febrônio, não recaía quaisquer referências a crimes sexuais), Carrilho arrola em seus questionários a temática da perversão. Anota o psiquiatra que, “quanto a delitos sexuais, [o paciente] diz que jamais os praticou e nutre mesmo forte aversão às aberrações sexuais”⁶⁶. Devido à forma do escrito pelo psiquiatra, pode-se supor se tratar de uma resposta a certa pergunta de Carrilho. O relator do laudo, assim, direciona a fala de C.G. segundo uma constelação de interesses pertinentes ao saber – não ao inquirido.⁶⁷

Ou seja, os fragmentos de C.G. que perduram registrados são fruto de uma seleção do saber que os registra. Ainda que, de algum modo, o paciente esteja na

⁶³ Idem, p. 99.

⁶⁴ Idem, p. 100.

⁶⁵ Idem, p. 102.

⁶⁶ *AMJ*, 1940, p. 60.

⁶⁷ Ressoa, aqui, a abordagem de Michel de Certeau tal como tratada anteriormente. Ressalta o autor que a constituição da psiquiatria “representa, para o assim chamado doente mental, a condição do seu discurso, num lugar do hospital que lhe foi designado, antecipadamente, pelo médico” (CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 246). Ao comparar este tipo de constituição de saber àquele dos demonólogos, encontra semelhanças na feitura e na natureza dos documentos. O padrão pergunta-resposta-pergunta-resposta, identificado pelo historiador como a base destas fontes, surgiria como forma de, se não obliterar, apropriar-se destes ditos do outro; e, desta forma, aprisioná-lo em uma valoração própria ao saber que o analisa. Destaca Certeau: “uma muralha de interrogatórios determinou de antemão as respostas e fragmentou os dizeres da possuída” (Idem, p. 251).

documentação, torna-se presente fragmentariamente e servindo a um propósito a ele alheio.

Certas temáticas são recorrentes – e cingem diferentes laudos. Entre elas, uma em especial: a sexual. Logo nos primeiros parágrafos do laudo de C.G., em uma seção denominada “antecedentes mórbidos pessoais”, anota Carrilho: “*nega* que tivesse tido jamais congresso sexual. Onanizava-se muito em pequeno, mas de muito tempo a esta parte não tem tido mais necessidade disso”.⁶⁸ O paciente, segundo o laudo, “*nega*” – o que supõe a existência de uma pergunta explorada pelo inquiridor.

Intenta-se, desta forma, construir um passado para C.G. – e, a partir desta trama narrativa própria à autoridade psiquiátrica, localizar o inquirido.

A instituição desta identidade perpassa, em tal documentação, construções temporais do paciente. Suas histórias pessoais, crivadas por interesses claros do investigador, são reconstruídas de modos particulares.

Partindo-se deste modelo (como o questionamento acerca de experiências sexuais), uma certa história dos pacientes é construída.⁶⁹ É um padrão, enfim, que se replica em todos os laudos – o que, na cadência desta documentação específica, os faz soarem como intimamente ligados, não fossem eles peças de uma série.

* * *

Em 14 de fevereiro de 1935, F.V. de M. é submetido à análise psiquiátrica. Redigido por Heitor Carrilho, seu laudo parte do mesmo padrão de questionamentos – anota que “não se excedeu no onanismo e teve as suas primeiras relações sexuais

⁶⁸ *AMJ*, 1940, p. 60 (grifos meus).

⁶⁹ Poder-se-ia refletir, aqui, sobre uma das propostas centrais de Paul Veyne sobre o fazer historiográfico. O autor aponta os fatos como despidos de qualquer hierarquia de importância prévia – esta ordenação em graus de relevância seria, enfim, proveniente dos interesses próprios do historiador que os analisa. (Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve História; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: edUnB, 1998. p. 27-32). No caso destes laudos psiquiátricos (e, em boa medida, em consonância ao esforço que aqui proponho sobre as outras sortes documentais), o saber orienta certos interesses – coloca em relevo determinados episódios destas tantas trajetórias examinadas pelos peritos do Manicômio Judiciário. Em outras palavras, constituem um certo *mosaico* pretensamente historiográfico. Entretanto, há de se refletir sobre a posição de autoridade representada por estes examinadores: sua hierarquia de interesses diante dos pacientes.

entre os treze e quatorze anos”.⁷⁰ Todavia, parece não ser a sua sexualidade posta em jogo – mas sim a de sua esposa, referida pela fonte como E., por ele assassinada.

O documento registra como se conheceram em uma pensão na qual residiam. À época, F.V. de M. estava em séria dificuldade financeira, “agravada com a perseverança no jogo”.⁷¹ O paciente conta ter se sentido fragilizado à época – a mulher “parecia interessar-se pelo seu infortúnio e isso de certo modo o sensibilizava”.

Mas, devido a desavenças com a mãe da mulher, tivera que se mudar de endereço. Transferira-se para o Hotel Mem de Sá, “onde o seu aposento era frequentado por moçoilas de *dancings* e, certa vez, segundo conta, por E.”.

Estes encontros, contudo, logo cessariam – os dois viriam a se reencontrar muito tempo depois, por acaso, na rua Rodrigo Silva; e reatariam os laços.

Apesar da falta de dinheiro, noivaram em novembro de 1933 e casaram-se no mês seguinte.

Após a cerimônia, segundo o paciente, “começara a notar ideias más de sua esposa. No segundo dia do casamento, ela passou, segundo ele diz, a referir que tivera noivos e a lhe contar coisas desagradáveis”. Entre estas declarações, o fato de que E. “tinha predileções absurdas, queria ir a *cabarets* e achava interessante que as mulheres ali se exibissem despidas, em cima das mesas”. Mulheres estas, cabe destacar, em muito próximas àquelas tais “moçoilas de *dancings*” que frequentavam o aposento de F.V. de M. no Hotel Mem de Sá.

Algum *programa de percepção*, conforme nomeado por Bourdieu, parece ser desafiado pela esposa. Neste contexto, F. arrisca justificar suas atitudes perante a autoridade psiquiátrica de Heitor Carrilho. “As rugas se sucediam e o paciente, segundo conta, chegou a propor que ambos se suicidassem”. Tendo sua proposta rejeitada pela esposa, F. quisera o divórcio. “O examinado enxergara nas intimidades da esposa, *hábitos e modos inadmissíveis nas pessoas de sua condição doméstica e social*”, destaca o laudo.⁷² De algum modo, coloca-se em pauta no laudo não apenas F., mas também E. e, sobretudo, seu comportamento.

⁷⁰ AMJ, 1935, p. 36.

⁷¹ Idem, p. 38.

⁷² Idem. Ibidem (grifos meus).

No dia 7 de março de 1934, F. procurara o Dr. Paulo, um advogado concunhado seu. Pretendia consultar-se sobre os trâmites para iniciar o processo de divórcio. Entretanto, não o encontrara em seu escritório. Segundo o documento, F.V. de M. “sentia que precisava ser amparado”.

Voltara então para casa, revólver e punhal em mãos. Lá, exigiu que a esposa lhe escrevesse uma carta na qual confessasse o seu comportamento dos últimos meses – acreditava F. que esta poderia ser uma prova cabal para a separação.

Segue a narrativa do laudo:

batem, porém, à porta, para avisar-lhe de um telefonema. Pôs, nesta ocasião, o revólver no bolso, ocultando ainda o punhal e saiu para atender o telefone. E. ficou gritando. Ao voltar, cinco ou dez minutos depois, veio em sua companhia o gerente. Os hóspedes estavam às portas dos seus quartos, curiosos. Ouviu que ela soltava gritos estridentes, com “voz esganiçada”, dizendo “chamem a Polícia”. Viu, então, tudo desmoronando. Julgou-se perdido.

Forçou a porta do quarto, que E. havia escorado com móveis, arrombando-a. “Receoso do barulho que faria”, não usou arma de fogo:

sacou do punhal e vibrou numerosos golpes, visando o tronco. Queria acabar com aquela situação. A cena foi rápida. Ela se debatia. Abrindo a porta, ela saiu a correr pelo corredor e foi cair em frente ao elevador. Corria amparando-se à parede. O gerente lhe deu voz de prisão. Enquanto cuidavam de sua mulher, foi ao quarto e trocou de roupa. Desceu as escadas do Edifício Anavelino e, na saída do prédio, foi preso.

Chamada ao processo de modo a avaliar a imputabilidade do réu, a autoridade psiquiátrica esboça entendimentos para o relato prestado no Manicômio Judiciário.

Heitor Carrilho sublinha a “acentuação emotiva” das declarações do paciente. Relata que, ao esmiuçar a trajetória de seu casamento, F.

chora, fica um tanto trêmulo, profere entrecortadamente uma ou outra frase significativa da consciência da sua desgraça, enquanto exterioriza alguns dos chamados reflexos emotivos.⁷³

Para o psiquiatra, ainda digna de nota é a *franqueza* de seu relato sobre E.: “sua narrativa em torno destes fatos é pormenorizada, *franca* e, por vezes, emocionada, resultando em acusação desenvolvida à sua infeliz esposa”.

⁷³ Idem, p. 44.

O laudo segue defendendo a imputabilidade do réu (a ausência de doenças mentais que o poderiam ter levado ao crime), muito embora tenha F.V. de M. manifestado “reações emotivas, por vezes acentuadas, diante do interrogatório, em torno da sua situação conjugal e certa lógica e raciocínio passionais nos motivos da delinquência”. O crime, portanto, teria sido cometido “a despeito da realização de atos coerentes – antes, durante e depois do crime”.⁷⁴ Apesar de revestido da violência “que lembra os estados de cólera”, Carrilho descarta o alheamento mental do paciente no momento do assassinato.

Para tanto, explora a “conservação da sua memória para tudo que então se passou” – o que, legalmente, impediria a assunção, “nos termos legais, da inconsciência do mesmo acusado”.⁷⁵ Assim, em 27 de setembro de 1935, o paciente é conduzido novamente à Casa de Detenção, onde responderia legalmente por seus atos.

Em outras palavras, a despeito da emotividade do paciente ao relatar o ocorrido, sua culpabilidade é defendida ao se salientar a memória conservada de certos detalhes do crime (o que, segundo o laudo, atestaria um não alheamento mental de F. ao perpetrar o crime).

Este encadeamento das conclusões do relato, contudo, não se mostra de modo homogêneo em outros laudos.

Um outro paciente, C.G.A., remetido ao Manicômio em 14 de junho de 1941, fora processado por crime semelhante àquele que, anos antes, fora atribuído a F.V. de M.. Também redigido por Heitor Carrilho, seu laudo é mais conciso. C.G.A. disparara, no dia 19 de março daquele mesmo ano, “pelas costas e à queima-roupa, quatro tiros de revólver”⁷⁶ contra sua esposa. Desconfiava, segundo conta, de sua honra. Mas uma declaração de Heitor Carrilho parece fundamental à sua caracterização psiquiátrica: diz o perito serem suspeitas “sem fundamento”⁷⁷ – constatação esta, cabe destacar, ausente no laudo de F.V. de M..

⁷⁴ Idem, p. 44-5.

⁷⁵ Idem, p. 45.

⁷⁶ *AMJ*, 1941, p. 141.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

“Não apresentou delírio nem alucinações. Não lhe foram observadas também desordens de ideias, sendo normal o curso do pensamento”, avalia a fonte.⁷⁸ Entretanto, as acusações que o paciente atribui à esposa são sumariamente desmerecidas por Carrilho.

C.G.A. insiste em relatar como sua esposa se lhe distanciara. Conta que, em 17 de janeiro, ela se mudara para Copacabana, em companhia do filho, “afim de se beneficiar de banhos de mar”. Segundo o paciente, ela o recebia de modo desinteressado quando ia visitá-la. Refere-se que a esposa já não mais o encontrava na rua Almirante Galvão, onde residia, preferindo ir à casa de suas irmãs, na rua Conde de Bonfim. Heitor Carrilho frisa que estes “são pontos demorados de sua narrativa, sempre revestidos de aspectos emotivos”.⁷⁹

De toda forma, a desconfiança de C.G.A. sobre sua esposa tornara-se mais latente ao descobrir visitas regulares a um despachante da rua Almirante Barroso. O laudo faz referência “às dúvidas que passou a nutrir sobre os motivos inconfessáveis desta visita ao despachante”.⁸⁰ Ao subir o prédio para averiguar e esclarecer suas desconfianças, fora atendido na porta do escritório por sua própria mulher – o que exaltara-lhe os ânimos.

De toda forma, o laudo procura colocar em dúvida as suspeitas do paciente. Como a defender o comportamento da esposa de C.G.A., tenta confirmar o que anteriormente Heitor Carrilho postulara: serem estas desconfianças “sem fundamento”.⁸¹

Permeando todo o documento, as constantes considerações de C.G.A. como emocionalmente abalado. Desta forma, apesar de que “não viram os peritos nenhuma doença mental caracterizada no examinado”, destaca-se que estes “verificaram, porém, ser ele dotado de um temperamento esquizotímico supersensível”.⁸² É esta característica do paciente que fizera ganhar “vulto a ideia dominante da infidelidade conjugal”. De alguma forma, o laudo se preocupa em eximir a esposa das acusações – o comportamento dela não estaria em discordância

⁷⁸ Idem, p. 142.

⁷⁹ Idem, p. 142-3.

⁸⁰ Idem, p. 143.

⁸¹ Idem, p. 141.

⁸² Idem, p. 144.

aos padrões socialmente esperados (ou, como nomeado por Bourdieu, aos *programas de percepção*). E, unindo estas assunções à sua emotividade (também notada sobre F.V. de M.), tende-se a concluir o tal “temperamento esquizotímico supersensível”.

“Com tais disposições psicológicas, viu certa vez a esposa passar em um bonde e, mais tarde, encontrando-a em uma das ruas mais movimentadas da cidade e julgando-a em companhia de um homem, alvejou-a”, o laudo caracteriza o caso de C.G.A.. Seus atos, enfim, subordinado à composição psiquiátrica de suas “disposições psicológicas”: de algum modo, a relevância é transferida da ação ao sujeito em si (ou ao menos ao sujeito tal como engendrado pelo *mosaico* do saber médico).

Ao final do documento, o Ministério Público endereça uma pergunta ao perito: “a descrição, feita pelo réu, no ato de prisão em flagrante, do crime e dos seus antecedentes, revelando a *perfeita memória dos fatos*, não denota ele ter agido com pleno domínio da inteligência e calma dos sentidos?”. Ao que se refere uma resposta breve por parte de Heitor Carrilho: “por si só não”.⁸³

Há, desta forma, dois elementos importantes às conclusões do laudo: por um lado, a memória conservada do paciente sobre o crime (o que contribuiria para a responsabilização penal); por outro, o estado emocional fragilizado (concorrendo para sua imputabilidade frente à lei). Deste embate, sobrepõe-se, segundo a concepção de Heitor Carrilho, a segunda característica – é considerado, enfim, imputável. Por ser “impressionável e de fáceis reações emotivas”, admite-se “que o seu ato tivesse sido o resultado de uma impulsão psicomotora”. E, por esse motivo, não deveria responder penalmente sobre o homicídio.

Trata-se de uma conclusão oposta àquela engendrada para F.V. de M. – a despeito da similaridade entre os casos e das observações reunidas no documento.

No laudo de F., sua lembrança de detalhes sobre o ato criminoso sobrepusera-se à emotividade; deste fragmento reunido no laudo, segundo então proposto pela autoridade psiquiátrica, derivar-se-ia sua imputabilidade. Sobre F.V. de M., escrevera Carrilho:

a exaltação emocional de que o paciente estava possuído por ocasião do delito, sem dúvida devia ter colaborado na sua realização, de modo,

⁸³ Idem, p. 145.

porém, a não lhe haver suprimido a consciência do ato – o que é de presumir tendo-se em vista a conservação de sua memória para todos os fatos que então se desenrolaram e as suas atitudes antes, durante e depois do mesmo.⁸⁴

Uma interpretação, enfim, diametralmente oposta àquela feita sobre C.G.A. no laudo de 1941.

Sobre F.V. de M., atesta-se uma normalidade mental; acerca de C.G.A., defende-se um alheamento devido à sua emotividade. Das anamneses erguidas pelos peritos, o interesse próprio ao saber que descreve os pacientes. Constrói-se, desta forma, histórias pessoais calcadas sob um prisma previamente determinado pelo psiquiatra.⁸⁵

Há uma mobilidade nos usos do instrumental psiquiátrico. Carrilho parece deslocar a análise dos pacientes às suas vítimas – enquanto a oposição de F. aos comportamentos da esposa é abordada como legítima, ecoa a consideração das suspeitas de C.G.A. enquanto “sem fundamento”.⁸⁶ A mesura da conformidade das esposas aos tais *programas de percepção* torna-se fundamental ao saber.

Deste modo, o questionamento acerca da sexualidade toma um importante vulto às conclusões dos laudos. Sendo um ponto levantado pela autoridade psiquiátrica, ajuda a fundamentar uma identidade aos pacientes.

Pululam das fontes estes fragmentos de experiência. Em 1938, sobre um paciente é registrado que “seu primeiro contato sexual data de pouco mais de um ano; até então onanizava-se habitualmente”.⁸⁷ Fora acusado de assassinar o próprio patrão a mando da esposa deste – declarava estar alcoolizado durante o crime. Naquele mesmo ano, outro laudo trata de um caso de parricídio: um rapaz de 17 anos esfaqueara o pai tentando se livrar das agressões que sofria. O documento sublinha: “nunca teve contato sexual. Refere não se onanizar”.⁸⁸

⁸⁴ AMJ, 1935, p. 46.

⁸⁵ Portanto, um modo específico de construção dos *mosaicos* sobre os quais trata a presente tese. Nesta constelação de relatos reunidos na documentação psiquiátrica, os ditos dos inquiridos surgem como meras *citacões*: falas esquatejadas em nome do saber que os inventaria (e, assim, a eles institui identidades). Fortaleceriam o outrora abordado a partir dos escritos de Foucault: o conhecimento não como percepção das coisas a conhecer, mas sim sua violação (Cf. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005. p. 16-20).

⁸⁶ AMJ, 1941, p. 141.

⁸⁷ AMJ, 1938, p. 33.

⁸⁸ Idem, p. 48.

Alguns anos depois, um homem fora enviado para avaliação psiquiátrica por um duplo homicídio – tentava assassinar sua amante e a abordara quando voltava da casa de uma amiga com os dois filhos menores. Esfaqueara a mulher, escapando-lhe as duas crianças. Estas pediram socorro ao irmão mais velho que, chegando ao local do crime, investira sobre o homem. Durante a luta, terminara também ferido e falecera alguns dias depois. Sobre o acusado, Carrilho destaca que seu “primeiro congresso sexual [fora] aos 18 anos”; e acrescenta: “afirma que sempre foi dado a práticas sexuais, porém nunca anormais”.⁸⁹ Meses depois, outro réu é enviado à instituição – era acusado de agredir um companheiro da tecelagem onde trabalha. Sobre ele recaem os mesmos interesses do saber psiquiátrico: “vida sexual sem anormalidades dignas de maior importância”.⁹⁰ Sobre outro, a desconfiança da esposa, que decidira, ainda que à revelia de sua oposição, trabalhar como enfermeira. Assassinara-a com cortes de navalha e, em seguida, tentou envenenar-se. “Até os 19 anos, masturbava-se frequentemente. Com 17 anos teve a primeira relação sexual. Nunca foi dado a práticas sexuais anormais”, anota o perito.⁹¹

Nos anos seguintes a Febrônio, os arquivos do Manicômio Judiciário colecionam histórias crivadas por interesses semelhantes. Uma miríade de casos se acumula sob uma unidade de questionários – sobre a pluralidade de trajetórias, assim, repousa uma homogeneidade pretendida por esta documentação. Ao extrapolar o laudo do homicida de 1927 em direção a outros pacientes, a documentação pode ser entrevista a partir dos modos de sua feitura – afinal, o foco passaria da pretensão em encontrar Febrônio à tentativa de abordar as linhas daquele que o descreve.⁹²

Apesar destes prismas não serem definitivos às conclusões intentadas pelo saber psiquiátrico, erguem narrativas sobre os sujeitos que arrolam.

⁸⁹ *AMJ*, 1940, p. 47.

⁹⁰ *Idem*, p. 52.

⁹¹ *Idem*, p. 62.

⁹² Para tanto, a linearidade da própria narrativa historiográfica deve ser colocada em questão. Perceber que, afinal, não se trata de considerar o sujeito Febrônio Índio do Brasil, mas sim as modalidades de sua apreensão (ou seja, deslocar-se do sujeito às linhas que o descrevem). É neste sentido que a empreitada cubista pode fornecer uma instrumentação cara à pesquisa: possibilita a descentração de um único eixo narrativo.

Uma certa temporalidade é apresentada. De parricídios, uxoricídios⁹³ e outros crimes valorados pelo Manicômio Judiciário, a arquitetura de uma apropriação destas histórias; do jogo de relevos atribuídos a estes eventos pessoais, como as práticas sexuais dos pacientes, entreve-se na psiquiatria um interesse em construir uma narrativa – interesse este não distante do empreendimento historiográfico. Uma vez engenhadas pelo inquiridor, tais cadeias de fragmentos terminam por suporem identidades.

Exatamente por transversalizarem diferentes laudos, acabam por operar uma certa normatização. Sobre a pluralidade de casos acaba-se por desenhar proximidades – tornam-se todos familiares, próximos. Tal unidade, contudo, deve ser encarada como *efeito da documentação*, não dos sujeitos descritos. Afinal, estes são enquadrados enquanto citações e postos a comporem uma explicação que, supõe-se, não poderiam tecer sobre si mesmos.

Estas temporalidades, recriadas, apelam a referências várias. Dos inventários, surgem eventos postos em relevo pelo saber psiquiátrico. Entre eles, um em especial surge também em diferentes laudos: o registro sobre o acometimento, em 1918, desses pacientes pela epidemia da gripe espanhola, que assolara o Rio de Janeiro.

3.1.3. Apropriações da gripe espanhola

“Relata Febrônio que sua infância foi sadia”, inventaria o laudo.⁹⁴ Acrescenta, ainda, que “nega doenças venéreas” e “fazia uso moderado de bebidas alcoólicas”. Estes destaques compõem a seção “antecedentes mórbidos pessoais”, e integram uma lista de interesses próprios ao saber que descreve o homicida.

Entremeando estes fragmentos, Carrilho inclui: “em 1918, teve gripe”.⁹⁵ Refere-se à gripe espanhola. Entretanto, ao invés de mero registro isolado, estende-se a diversos outros pacientes submetidos ao crivo psiquiátrico do manicômio. Porquanto uma preocupação do perito, traspassa outras biografias tal como engenhadas em laudos posteriores.

⁹³ Caracterizados pelo assassinato da esposa por seu próprio marido.

⁹⁴ *LFeb*, p. 128.

⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*.

Em 1935, um aluno da Faculdade de Medicina disparara contra um professor; em seguida, tentara suicídio. Submetido à pena de Carrilho, seus “antecedentes mórbidos pessoais” listam “manifestações de bronquite, gripe por ocasião da pandemia de 1918 e infecção gonocócica”.⁹⁶

Sobre outro, que atentara contra a vida de um primo (ao qual atribuíra a causa de seu divórcio dois anos antes), a mesma sorte de registro: “em mil novecentos e dezoito foi fortemente atacado pela gripe pandêmica”.⁹⁷ Esta observação, contudo, dá-se em meio a outros *topói* a arquetetarem o *mosaico* psiquiátrico – “teve por duas ou três vezes, cancros venéreos. Não se dá ao abuso de bebidas alcoólicas. Nunca teve manifestações epiléticas”.

Mesmo na década seguinte, de algum modo a gripe espanhola persiste entre os registros. C.G., que em 1940 fora internado por alegar ter sido hipnotizado por Raios X na enfermaria da Casa de Detenção, é informado pela autoridade psiquiátrica valendo-se de fragmentos semelhantes. “Sua mãe faleceu de gripe, durante a epidemia de 1918”, constrói o laudo.⁹⁸

Longe de ser episódica, a referência à pandemia cinge os diferentes pacientes (em distintos tempos) em um único tecido psiquiátrico. Exatamente por compor a biografia destes sujeitos, normatiza-os. Somada às incursões em episódios destas tantas histórias pessoais, contribui para a caracterização das psicopatias descritas.

Sobre Febrônio, a epidemia da década anterior é somada às suas relações familiares. Auxilia na justificativa de sua personalidade tal como engenhada por Heitor Carrilho: de algum modo, integra a série de preocupações do investigador.

É preciso, portanto, perceber os modos de apropriação deste evento carioca – ou seja, notar a relevância atribuída pelo saber à epidemia. Aí poderiam residir nuances desta temporalização à qual é submetido Febrônio.

Torna-se urgente, contudo, salientar o método biográfico empregado pelos peritos do Manicômio Judiciário. Como explorado anteriormente, é organizado por um jogo de relevos e descartes de informações. Sob esta ótica, Carrilho desfaz-se do conteúdo do *Revelações do Príncipe do Fogo* e enfatiza a capa do livro; toma por

⁹⁶ AMJ, 1935, p. 30.

⁹⁷ Idem, p. 62.

⁹⁸ Idem, 1940, p. 58.

“insinceridade” a relutância de Febrônio em retratar as imagens de pederastia relacionadas a Lúcifer e considera “sinceras” as declarações de sua mística particular; põe em relevo a relação de violência com seu pai, Theodorão, e ignora o conteúdo do nome Estrella do Oriente, atribuído pelo homicida à sua mãe.

Tal jogo é norteado, em boa medida, por interesses prévios do inquiridor. Seleccionados, estes fragmentos supõem uma biografia unívoca e homotética, definitiva. Sobre esta arbitrariedade no ato da redação destas fontes, anota Goffman:

penso que quase toda a informação reunida nos registros de caso é bem verdadeira, embora se pudesse também pensar que a vida de quase todas as pessoas permitira a reunião de fatos suficientemente degradantes que justificariam o internamento.⁹⁹

São, enfim, fatos reunidos retrospectivamente. E, assim, tomados como características a profetizarem o crime que, no momento da descrição psiquiátrica, já havia sido cometido. Em outras palavras, as rédeas da escrita destes laudos estão tomadas por uma série de concepções prévias e, em boa medida, estranhas ao inquirido.

É neste sentido que as referências à pandemia de 1918 são postas a orbitarem outros eventos (que, segundo a concepção psiquiátrica, atribuiriam-lhes cores e sentidos).

Acusado de um duplo homicídio em 1940 (vitimando o filho mais velho de sua amásia e a própria amante), A.J.F. é documentalmente informado segundo vários destes pressupostos. Redige Carrilho:

ignora as condições do seu nascimento. Teve varíola, sarampo, coqueluche e catapora. Enurese noturna até os 14 anos, mais ou menos. Púbere aos 14 anos. Primeiro congresso sexual aos 18 anos. Teve vários cancros venéreos com adenite inguinal. Afirma que sempre foi dado a práticas sexuais, porém nunca anormais. Aos 26 anos, diz ter sofrido de ataques, que pela descrição fazem pensar em ataques epiléticos. Afirma ter tido apenas três crises desta natureza. Depois de adulto, manifestou sonambulismo, segundo lhe contaram. Fazia uso diário de bebidas alcoólicas. É tabagista.¹⁰⁰

Do rol de interesses, uma pluralidade de aproximações à biografia do paciente. Parto, doenças, enurese, puberdade, sexualidade, sonambulismo, alcoolismo,

⁹⁹ GOFFMAN, Ervin. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 135.

¹⁰⁰ AMJ, 1940, p. 47.

tabagismo, crises epiléticas – todos incorporados ao laudo de modo a fundarem o sujeito.

Uma certa temporalidade é tecida – a biografia do paciente, uma vez orientada por esta gama de interesses, supõe uma temporalidade.¹⁰¹ Esquadrinhado, A.J.F. é posto em semelhança a outros internos.

Neste sentido, o laudo de F.V. de M., detido pelo assassinato de sua esposa, é esclarecedor sobre os interesses da autoridade psiquiátrica acerca destes fragmentos biográficos. Na mesma seção “antecedentes mórbidos pessoais” do documento, concatena:

não se refere sintomas ou sinais de epilepsia em qualquer de suas formas; assim, não conta no seu passado ataques, vertigens, ausências, estados segundos, automatismo ambulatório, sonambulismo etc. O sono, porém, segundo ele diz, é, por vezes, perturbado por pesadelos e sonhos aflitivos. Julga-se de temperamento calmo e retraído, só se deixando, vez por outra, arrebatado quando, segundo diz, defende um princípio, uma ideia, um ponto de vista social ou cultural, sem, contudo, perder, no calor da discussão, o domínio sobre si mesmo.¹⁰²

Juntamente ao escrutínio das práticas sexuais do paciente, seus hábitos e o questionamento de praxe sobre o onanismo, deixa claro, nesta passagem, um interesse do inquirido: a pormenorização de uma possível epilepsia. Como sintomas da doença, além das vertigens e automatismo, o sonambulismo e o terror noturno – dados importantes na feitura de tantos outros laudos.

¹⁰¹ Uma crítica tecida por Sabina Loriga à concepção tradicional de biografia poderia ser aplicada a estes inventários psiquiátricos. A autora se opõe à consideração dos sujeitos como “prisioneiros de uma unidade de sentido fictícia. Compartilham o mesmo destino aritmético: pensar com frases que terminam com um ponto final, a diferença residindo em seu grau de normalidade”. Neste sentido, acrescenta: “enclausurar a existência (como frequentemente fazem os historiadores) em busca de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável, ainda mais porque, neste século, a literatura não se cansou de revelar a natureza descontínua e provisória do real” (LORIGA, Sabina. “A biografia como problema” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 246). Desta forma, defende uma alternativa outra, considerando a pluralidade de acepções sobre o indivíduo – sua inconstância e mutabilidade. A tal “unidade de sentido fictícia” apontada pela autora, enfim, em muito próxima à tendência em se viver segundo uma metáfora – conforme indicado por Hayden White (Cf. WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 347). Os laudos psiquiátricos aqui analisados seriam orientados segundo a acepção mais tradicional da biografia; quer seja, uma linearidade fixa e prévia a partir da qual compreender os sujeitos. O uso desta sorte documental na pesquisa historiográfica deve considerar tais questões – questionar-se sobre os escaninhos discursivos concatenados pela própria fonte e os limites de sua transposição à escrita e à ponderação historiográficas. Estratégia fundamental à não replicação de normatizações encontradas nos documentos analisados.

¹⁰² *AMJ*, 1935, p. 36.

O interesse da psiquiatria sobre a epilepsia era então notável. O próprio Heitor Carrilho, nos Arquivos do Manicômio Judiciário de 1940, publicara um artigo no qual buscava tratar uma questão específica sobre a doença: a temibilidade daqueles por ela acometidos.¹⁰³

Iniciava o texto atestando que “os problemas médicos de epilepsia são múltiplos e complexos, de modo a justificar a afirmação de que, em neuro-psiquiatria, nenhuma doença a excede na diversidade de aspectos e no polimorfismo dos conceitos”.¹⁰⁴

A cada laudo, diferentes sintomas são relacionados à epilepsia. Sobre C.G., é anotado que

nunca teve doenças venéreas. Nega uso de bebidas alcoólicas. Nega também ataques convulsivos, vertigens, ausências, sonambulismo, *cóleras súbitas e imotivadas* ou quaisquer *outros sintomas da série epilética*. Jamais apresentou enurese noturna.¹⁰⁵

À “série epilética” são agregadas “cóleras súbitas e imotivadas” – preocupação que parece constar no laudo de F.V. de M., seis anos anterior a este, ao qualificar o paciente como calmo e retraído, arrebatando-se apenas quando contrariado (e, ainda assim, “sem, contudo, perder, no calor da discussão, o domínio sobre si mesmo”).

A amplitude da epilepsia – ou, como defendido por Carrilho, “polimorfismo” – faz com que a suspeita da doença norteie grande parte das biografias tecidas.

No artigo do psiquiatra, destaca-se que “há indivíduos que só têm ataques quando bebem e, por isso, devem ser tidos como epiléticos voluntários”;¹⁰⁶ o alcoolismo, tão recorrente nestes laudos, é justificado também pela investigação desta enfermidade.

Carrilho defende, ainda:

com as mesmas origens ou a mesma condição psico-genética, a psicopatia, no sentido kraepeliano, e a epilepsia são, não raro,

¹⁰³ Coaduna-se, desta forma, a um dos interesses principais desta tese, quer seja a construção da *incerteza* e, conseqüentemente, do medo. Enveredar-se por este discurso médico poderia, portanto, elucidar os modos deste saber em específico compor sua própria *situação* (a partir da qual, conforme abordado anteriormente através do trabalho de Giovanni Levi, seriam erguidas *estratégias* de ação).

¹⁰⁴ CARRILHO, Heitor. “Da temibilidade dos epiléticos” In: *AMJ*, 1940, p. 31.

¹⁰⁵ *AMJ*, 1941, p. 139.

¹⁰⁶ CARRILHO, Heitor. Op.cit. p. 38.

inseparáveis companheiras, justificando a larga incursão dos comiciais¹⁰⁷ dentro da psico-patologia criminal.¹⁰⁸

Torna, enfim, a epilepsia um mal sobre o qual deveria se voltar a prática do Manicômio Judiciário – posto sua nuance recorrentemente criminal (e a temibilidade decorrente). Desta forma, certos comportamentos não propriamente relacionados aos comiciais terminam por orbitar a enfermidade:

do mesmo passo, é de assinalar a coexistência de perversões sexuais (onanismo, exibicionismo, fetichismo, masoquismo, sadismo, homossexualidade) – que no agrupamento nosológico de prof. E. Kraepelin, acima referido, entra no cap. IV – “Distúrbios mentais constitucionais, n. 6”.¹⁰⁹

Este 4º grupo tal como intentado por Kraepelin é um daqueles nos quais Febrônio é enquadrado em seu laudo. Neste documento, é descrito como aquele que “compreende os distúrbios mentais constitucionais, entre outros, as aberrações sexuais”.¹¹⁰ De toda forma, o homicida seria incluído também no 5º grupo, “onde se acham os instáveis, os irritáveis, os instintivos, os disputadores, os mentirosos e os fraudadores, os anti-sociais, os tocados, os exaltados e os fanáticos”.¹¹¹

Em especial as adjetivações de “instáveis”, “irritáveis” e “exaltados”, componentes desta 5ª categoria de Kraepelin, poderiam ser relacionadas às tais “cóleras súbitas e imotivadas” relacionadas em laudo de 1941 à epilepsia.¹¹²

Da mutabilidade dos sintomas, termina-se por ir ao encaixe de um quadro fixo de comportamentos (e fragmentos biográficos) – ainda que seu diagnóstico seja fluido e não claramente delimitado. Afinal, seriam os “exibicionismo, fetichismo, masoquismo, sadismo, homossexualidade”, tratados no artigo de Heitor Carrilho como “perversões sexuais”, transpostos aos laudos pela procura constante por “práticas sexuais anormais”. O “onanismo”, outra destas perversões a apontar uma

¹⁰⁷ À época, a epilepsia era também conhecida como “mal comicial” (Cf. FERLA, Luís Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. 2005. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. p. 166).

¹⁰⁸ CARRILHO, Heitor. Op.cit. p. 35.

¹⁰⁹ Idem, p. 35-6.

¹¹⁰ *LFeb*, p. 140.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² Como no laudo de C.G., onde o paciente nega “cóleras súbitas e imotivadas ou quaisquer outros sintomas da série epilética” (*AMJ*, 1941, p. 139).

“psico-patologia criminal”, é também cuidadosamente tratado em tantos destes exames transcorridos no Manicômio Judiciário.

Cada qual destes interesses do investigador, portanto, ganham sentido apenas a partir de outros dados. Desde o alcoolismo, perpassando o sonambulismo e atingindo a pormenorização dos hábitos sexuais, em conjunto constroem uma biografia clínica. Tal é a concepção aqui atribuída à *montagem*: compor sentidos partindo-se de uma intertextualidade entre fragmentos devidamente posicionados pelo discurso. Motivando esta composição, o escrutínio da epilepsia.

Entretanto, o saber psiquiátrico parece não se deter aos sintomas de uma possível enfermidade. A pena de Heitor Carrilho descreve um tipo epilético específico, a “epilepsia sintomática” – ou seja, decorrente ela mesma enquanto sintoma de algum outro mal. Seria derivada

de outras lesões cerebrais (no curso dos tumores cerebrais ou consecutivas meningites e encefalites crônicas), assim como as devidas a perturbações circulatórias (hemorragia, falta de irrigação sanguínea transitória ligada à síndrome de Stokes Adams: epilepsia cardíaca), as infecciosas, as tóxicas e as reflexas.¹¹³

Desta concepção da epilepsia como possivelmente decorrente de outras doenças, uma das preocupações dos laudos – a listagem de acometimentos infantis, venéreos e, como aqui pretende-se sublinhar, as tantas referências à pandemia de 1918.

A gripe espanhola, neste sentido, aparece como também submetida a um interesse fundante dos “antecedentes mórbidos pessoais”: investigar uma possível epilepsia entre os pacientes. Sobre cada qual dos questionamentos componentes do roteiro de inquirição, este mesmo norte – e, devido ao tal “polimorfismo” atribuído à doença, a possibilidade de entrevê-la em uma vasta gama de fragmentos biográficos.

Desta forma, as trajetórias pessoais são registradas de modo particular pelo saber que as descreve. A temporalidade destes sujeitos, enfim, submetida a uma cadência própria à psiquiatria. A epidemia que há alguns anos espraicara-se no Rio de Janeiro é significada de forma especial: apropriada a partir de certas margens (outros *topói* médicos que lhe emprestam sentidos), subentende uma determinada linearidade a perpassar todas estas experiências e estratégias.

¹¹³ CARRILHO, Heitor. Op.cit. p. 34.

Deslocada para uma outra *montagem*, a história do próprio Rio de Janeiro, como perante a pandemia de 1918, é reescrita por esta sorte de documentação – um determinado tempo/evento é discursivamente tecido.

* * *

Ao ser substituído o volume próprio de suas falas por outro, condizente à temporalidade proposta pela psiquiatria de Carrilho, documentalmente Febrônio torna-se um sujeito diverso. Dada a relevância atribuída a uma possível doença, seus atos passam a ser compreendidos tão somente enquanto sintomas – como que empurrando-o a um tempo específico (e, em boa medida, descolado de outras experiências pessoais). Desta forma, é feito integrar uma comunidade com outros tantos que, posteriormente, seriam entrevistados segundo os mesmos critérios; uma comunidade, enfim, erguida exatamente pela proximidade arquitetada documentalmente pelo Manicômio Judiciário.

Há, assim, uma afinidade entre este recurso elaborado no laudo de 1929 e as concepções do *O Paiz* sobre os suicidas de 1918. Estes, tendo seus bilhetes e outros registros silenciados pelo jornal, são relegados à debilidade febril. “No delírio da febre, suicidou-se”, tal como bradado pelo periódico sobre o atentado de Isabel Passut contra a própria vida.¹¹⁴ A transposição da epidemia de 1918 às preocupações norteadoras dos laudos das décadas seguintes termina por inspirar a mesma inteligibilidade sobre os pacientes.

Para tanto, a obliteração de certas fontes contribui para tais conclusões. É neste sentido que o *Revelações do Príncipe do Fogo* se assemelha ao bilhete de suicídio deixado por Theophilo José Martins em 1918: “eu não tenho cura, mais. Mande dizer na rua Barão de Mesquita número 225; lá farão alguma coisa”¹¹⁵ – indiciariamente apontando para o suicídio deste sujeito como uma estratégia pessoal, um ato informado por uma construção contextual da epidemia, um *mosaico*. O livro organizado pelo próprio Febrônio suporia toda uma sorte de outras concepções, leituras e, portanto, temporalidades. Dele, contudo, resta apenas a

¹¹⁴ *O Paiz*. 24 de outubro de 1918.

¹¹⁵ *Idem*, 29 de outubro de 1918.

apropriação fragmentária – considerando-se apenas fragmentos esparsos sob o prisma particular da autoridade psiquiátrica; cindido entre sua capa e os versos de seu conteúdo, prioriza-se a primeira em uma rede de contextos, *montagens*, pressupostos pelo saber que o organiza.

Desta forma, parece haver uma grande riqueza, nos laudos, para a abordagem dos mecanismos de representação utilizados pelo saber – por outro lado, o entendimento dos sujeitos que inventaria é debilitado.

Tal reconhecimento, entretanto, parece ser melhor evidenciado ao esgueirar-se por um estreitamento da escala de observação. Segundo Revel, este movimento seria como um “convite para inverter o procedimento mais habitual para o historiador, aquele que consiste em partir de um contexto global para situar e interpretar seu texto”.¹¹⁶ Deixar, enfim, a generalidade suposta do grande rol de laudos e voltar-se à particularidade de um paciente, como Febrônio (suas arquiteturas e leituras pessoais).

Da contraposição entre estas construções documentais, a evidência da homogeneidade entre os inventários manicomiais enquanto construto arquitetado por Carrilho. Segue Revel abordando que “o que é proposto, ao contrário, é constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados”.¹¹⁷ A psiquiatria do Manicômio Judiciário, portanto, como um destes contextos possíveis.¹¹⁸

Partindo-se da documentação psiquiátrica, uma gama de relevâncias norteia a caracterização de Febrônio. O interesse sobre suas práticas sexuais, doenças que afligiram seu passado e a preocupação sobre o acometimento pela gripe espanhola

¹¹⁶ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 27.

¹¹⁷ Idem. Ibidem.

¹¹⁸ O próprio Revel, sobre a hegemonia por muito tempo atribuída àquilo que chama “realidade maciça do poder”, escreve: “aceitar tal visão das coisas, semelhante distribuição de papéis, significa de fato admitir que, longe da lógica majoritária dos aparelhos, fora das formas residuais de resistência à sua afirmação, os atores sociais estão maciçamente ausentes, ou ainda que são passivos e que historicamente se submeteram à vontade do grande Leviatã que os englobava a todos. Essa dramatização da força e da fraqueza é praticamente inaceitável” (Idem. Ibidem. p. 29). Esta parece ser a pretensão de cada qual das fontes aqui utilizadas (desde os jornais, os laudos ou mesmo o *Revelações*) – esquadrihar Febrônio de modo específico e fazer supor tal inteligibilidade como única.

são, enfim, não exclusivos do paciente – transversalizam outros laudos e, desta forma, criam uma impressão de homogeneidade.¹¹⁹

Entretanto, estes tantos *topói* a informarem certa identidade a Febrônio são postos a orbitarem determinadas referências. A epidemia de 1918 ganha significação pelos interesses da própria psiquiatria: a busca por enfermidades que poderiam justificar a tal “epilepsia sintomática” abordada por Heitor Carrilho. A vivência própria de Febrônio sobre a doença torna-se desimportante – o estelionato praticado pelo paciente através da União Brasileira, no laudo, não é relacionado à pandemia gripal.

Desprovido de suas próprias referências, Febrônio Índio do Brasil é submetido a uma outra temporalidade/contexto. Distante de Isaías, Daniel, Apocalipse ou das apropriações míticas do Corcovado, o paciente é desenraizado. Juntamente a ele, sua trajetória – como a crise carioca de 1918 e suas experiências familiares. Desta forma, é suposto como externo à espacialidade do Rio de Janeiro e sua temporalidade. Ganharia sentido, segundo esta acepção, apenas pela pena de Heitor Carrilho. Ecoa a lógica notada por Michel de Certeau tal como tratada anteriormente: “o selvagem é jurídica e literariamente *citado* (como a possuída) pelo discurso que se põe no lugar dele para dizer deste ignorante o que ele não sabe de si mesmo”.¹²⁰ Este movimento, aqui, é acompanhado por uma reformulação, digamos, historiográfica – o perito, reinventando a própria história do Rio de Janeiro, termina por traçar um lugar identitário para aquele que inventaria.

À epidemia de 1918 são somados dados como o sonambulismo, enurese, “práticas sexuais anormais”: juntos, fornecem um solo sobre o qual erguer o monumento psiquiátrico. Imbricando estes *topói*, funda a doença de fins da Grande Guerra de modo semelhante a Pedro Nava – com suas referências às artes plásticas e literárias. Importante, contudo, perceber que o relato de Nava não suporta o todo da experiência carioca (exatamente por empurrá-la para fora de si mesma e de seu

¹¹⁹ Assim sendo, resta uma questão fundamental ao procedimento historiográfico: se o modo de registro destas fontes é norteado pela pretensão a homogeneidades (criando, assim, elas mesmas tais homotésias), como utilizá-las em uma abordagem que pretenda vislumbrar o micro, as acepções próprias dos sujeitos sobre si mesmos?

¹²⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 249.

tempo): bem como o laudo de Heitor Carrilho não comporta a cosmogonia de Febrônio.

A forma de construção da epidemia esquadrinhada nos laudos psiquiátricos em muito se assemelha ao memorialista que, em 1976, delimitava contornos ao evento de 1918. Tratado médico e esta construção literária encontram-se, portanto, erguidos sob estratégias discursivas próximas.

Trata-se, antes do mais, de versões possíveis, generativas. Quaisquer intentos *realistas* de uma abordagem historiográfica, portanto, são frustrados; afinal, privilegiar uma ou outra destas tantas cadeias de referências seria conferir às fontes que as arrolam um caráter definitivo e homotético. Por outro lado, o ir-e-vir de uma abordagem *cubista* possibilita encarar cada qual destas documentações em seu volume próprio – suas bases, referências e modos de construção.

E assim, na construção de um mito¹²¹ sobre o grassar da espanhola, eventos distintos são aproximados. Ainda que se valendo de algumas referências já comuns em 1918, outros interesses de apreensão somam-se a esta memória. Transcendendo a pretensão ao fato puro, externo e mesmo anterior à documentação, é possível deparar-se com a densidade própria destes documentos. Enquanto subjetividade própria à construção do *mosaico* sobre Febrônio, este movimento anacrônico, enfim, torna-se caro à análise.

De algum modo, a enunciação evocada pelas *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*, no já ido 1918, é reiterada aqui: “a maior parte das pessoas atacadas pela ‘influenza’ ou gripe, ficam débeis e nervosas depois de desaparecer a febre”, como veiculado n’*O Paiz*.¹²² Entretanto, nos laudos das décadas seguintes esta construção é cruzada com outras – passa a auxiliar na construção identitária dos pacientes do Manicômio

¹²¹ Uma interessante abordagem em sentido semelhante é traçada por Paulo Knauss sobre o incêndio, em Niterói, do *Gran Circus Norte-Americano*. Anota que, nas franjas da memória construída décadas depois daquele 1961, “o mito transfere o acontecimento para um outro tempo, estabelecendo um tempo anterior que se perde nas origens” (KNAUS, Paulo. “A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007. p. 46). E, servindo-se de questionamentos sobre o fazer historiográfico conforme propostos por Pierre Nora, define seu objeto: “trata-se de analisar a produção do acontecimento em relação ao processo de metamorfose do acontecimento” (Idem. p. 47). Restaria ao historiador, deste modo, não tratar exatamente a história da cidade – mas, antes, a experiência diante deste urbano (ou, como aqui tratado, a prática da leitura e interpretação desta cultura textual cidadina).

¹²² *O Paiz*, 17 de outubro de 1918.

Judiciário. Une-se às “práticas sexuais anormais”, ao enalço de práticas onanistas, de passados de enureses noturnas. Compondo com a investigação de possíveis perfis epiléticos, auxilia a construção de uma temporalidade tal qual engenhada pelo saber médico.

E, assim, informam sobre aqueles sujeitos que, segundo este discurso, são incapazes de definir a si mesmos.

Termos (e tempos), portanto, reapropriados neste esforço biográfico acerca dos pacientes. Diante desta assunção, uma possibilidade historiográfica voltada às fontes: seus modos particulares de redefinição discursiva destes eventos. Em suma, uma abordagem que privilegia os usos vocabulares utilizados pela documentação; um estreitamento nos menores pontos deste coser linguístico.

Sabina Loriga aponta uma importância especial nestas tentativas de compreensão dos sujeitos em uma escala estreita de análise:

utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades.¹²³

O que aqui é proposto, todavia, volta-se à consideração da natureza das fontes enquanto ponto principal em meio às interrogações indicadas por Loriga. A autora, contudo, reconhece que, ao contrário da biografia como gênero literário, “a história deve reconstruir um tecido social e cultural mais vasto”.¹²⁴ Um fazer, afinal, que se pretenda fragmentário e incerto.

Em tal jogo de temporalidades, a epidemia seria posta a ecoar na identidade médica de Febrônio – ainda que com timbres e interesses readaptados.

No laudo de 1929, contudo, o acusado não é apreendido enquanto epilético. Exames laboratoriais indicam a reação de Wassermann (então utilizada para

¹²³ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Jacques Revel (org). Op.cit. p. 246-7.

¹²⁴ Idem. Ibidem. p. 247. Adiante em seu texto, a autora comenta: “todos os que trabalharam com fontes históricas (diários íntimos, correspondência, memórias etc.) sabe o quanto é frustrante essa busca de normalidade. É sem dúvida por isso que é tão tentador embotar a especificidade dos destinos pessoais: de maneira aparentemente inofensiva, procura na prática limitar, quando não corrigir, os elementos egoístas da biografia – procedimento que lembra a eliminação das idiossincrasias individuais propostas pelos positivistas” (Idem. Ibidem). O ora proposto, contudo, indica as próprias fontes como possíveis de suporem tais normalidades: exatamente por encadearem suas representações em uma cadência linear de explicação, podem (caso simplesmente transpostas ao trabalho historiográfico) embotar a pesquisa de tons monocromáticos, homotéticos.

identificar sífilis e, portanto, infecções que poderiam levar à conclusão de epilepsia) como negativa tanto no soro sanguíneo quanto no líquido céfalo-craniano. O teste de Lange (atualmente tomado como obsoleto, mas que à época era encarado como adequado na constatação de neuro-sífilis) também descarta patologias.¹²⁵ Apesar do acometimento gripal em 1918, sublinha a infância sadia de Febrônio e o fato de que “nega doenças venéreas”.¹²⁶

De toda forma, e apesar destas informações, Carrilho caracteriza-o como “portador de uma psicopatia constitucional, caracterizada por desvios éticos, revestindo a forma da ‘loucura moral’ e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com impulsões sádicas”.¹²⁷ Por este motivo, o psiquiatra descarta quaisquer possibilidades de cura: ao apontar “anormalidades mentais [que] dirimem a sua capacidade de imputação em relação aos delitos que realizou”, recomenda ser Febrônio internado *ad vitam* em um “estabelecimento apropriado a psicopatas [...] em benefício da defesa social”.¹²⁸

Há, assim, uma determinada construção sobre assassino. Incertas, suas imagens entre as fontes terminam por compor um mosaico. Tal incerteza, uma vez traduzida em um jogo de diferentes temporalidades, informa de modo institucional um certo Febrônio. Constrói-o perante a justiça – e traça estratégias jurídicas sobre seu processo.

¹²⁵ Ambos resultados em *LFeb*, p. 134.

¹²⁶ *LFeb*, p. 128.

¹²⁷ *Idem*, p. 147.

¹²⁸ *Idem*, p. 149.

3.2 Diante do tribunal

3.2.1 Apropriações jurídicas do laudo

Alguns poucos dias após à finalização do laudo, Letácio Jansen enviara uma carta ao tribunal. Escrita em 13 de março de 1929, procurava situar legalmente a perícia efetuada por Heitor Carrilho.

As condições do processo, contudo, pareciam muito diferentes àquelas que, há dois anos, incluía tanto os jornais e seus constantes artigos sobre Febrônio e a comoção popular vivenciada pelo Rio de Janeiro. A monta sobre os assassinatos, durante este período em que o assassino esteve internado no Manicômio Judiciário para análise, diminuía significativamente. O próprio Jansen destaca esta consideração; logo no início de sua escrita sublinha estarem “serenados os ânimos populares da exacerbação doentia provocada pelos monstruosos delitos atribuídos a Febrônio Índio do Brasil”.¹ Apresenta, então, credenciais de Heitor Carrilho – adjectiva-o como “grande Mestre da psiquiatria nacional”.² Introduzindo desta forma sua fala, Jansen procura ancorar-se ao mesmo movimento intentado (e problematizado anteriormente) pela documentação pericial: emancipar-se da opinião pública em nome da ciência.

Para tanto, parece fundamental conferir a Carrilho o *skeptron*, o cetro, tal como pormenorizado por Pierre Bourdieu. Ou seja, concebê-lo como “porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”.³ Deste modo poderia, enfim,

agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.⁴

¹ *PFeb*, fl. 417.

² *Idem*. *Ibidem*.

³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: edUSP, 1998. p. 87.

⁴ *Idem*, p. 89.

Sobre esta autoridade atribuída a Heitor Carrilho, Jansen defende o internamento de Febrônio e sua absolvição perante a justiça.

Todavia, a apuração legal de Letácio Jansen deveria, para tanto, legitimar os ditos de outra área, médica.

E tal parece ser o principal mote deste breve documento endereçado à justiça. Após a breve introdução, inicia-se uma parte denominada “A opinião da ciência” – nela, a palavra de Carrilho é suposta como o discurso a sintetizar uma unanimidade psiquiátrica sobre Febrônio. O curador do acusado assim inicia tal discussão: “trabalho que exigiria muitas palavras e de pouca utilidade para a questão seria examinarmos uma por uma as opiniões científicas expendidas em torno do caso clínico que é a individualidade mórbida de Febrônio Índio do Brasil”.⁵ Ao manter a fronteira entre sua área e a seara médica, caberia ao defensor (e, segundo ele mesmo propunha, à justiça) apenas a consideração acerca das conclusões do laudo. O restante da argumentação psiquiátrica apoiar-se-ia tão somente na legitimidade daquele que a enuncia. Afinal, para ele todas as “opiniões científicas” “são de acordo em negar-lhe responsabilidade”.

Por este motivo, o relatório fornecido pelo Manicômio Judiciário representaria mais do que a assinatura de seu relator – evidenciaria os ditos institucionais de um saber coeso e unânime.

Aos escritos de Heitor Carrilho, Jansen agrega outros nomes: Faustino Esposel, Hernani de Irajá, Maurício Urnstein, Rego Barros – médicos consagrados, todos colocariam “Febrônio Índio do Brasil em quadros clínicos, analisando-lhe a horrenda *morbidez sexual*”.⁶ Ao laudo pericial solicitado pela justiça, outros nomes são agregados enquanto *citações* (e, portanto, desmembrados de contextos originais) – a eles recorre o defensor de Febrônio apenas para ressaltar-lhes semelhanças de conclusões. Deste modo, Jansen justifica seu argumento, pois ele “se assenta em indestrutíveis bases e que tem a apoiá-lo a opinião da *unanimidade dos cientistas brasileiros*”, estes tais “homens de talento” assim consagrados por Letácio Jansen.⁷

⁵ *PFeb*, fl. 471.

⁶ *Idem*, fl. 472. 9. (grifos meus)

⁷ *Idem*, *Ibidem* (grifos meus).

Arremata: “satisfaz-me o chegar ao meio desta jornada na ótima companhia de distintos médicos e juristas brasileiros”.⁸

Continua, então, defendendo que “tudo o que esta Curadoria articulou o comprovaram os fatos sobeja e indiscutivelmente”. Estes tais fatos, cabe destacar, como construídos pelas autoridades que conclama no documento. Uma vez legitimadas, tais falas, ainda seguindo a arquitetura proposta por Bourdieu, agiriam perante o real exatamente ao agirem “sobre a representação do real”.⁹

Os “fatos” indiscutíveis tratados por Jansen, portanto, fazem-se dependentes do reconhecimento da autoridade daqueles que os proferem (e, portanto, da “eficácia simbólica” do poder destes mesmos sujeitos). “Já agora *todos estão de acordo*”, Jansen marca novamente, “que Febrônio Índio do Brasil seja um louco e, como tal, um irresponsável”.¹⁰

* * *

A unanimidade, contudo, é ameaçada pelo promotor público Leonardo Smith de Lima, então destinado ao caso de Febrônio. Em 17 de março, envia à justiça dois documentos nos quais busca desconstruir os discursos tanto de Jansen quanto de Carrilho.

No primeiro deles, em três breves páginas intenta prioritariamente investir na construção psiquiátrica erigida pelo relator do Manicômio Judiciário. Para ele, “não parecem aceitáveis as condições do laudo médico-legal pela falta de capacidade de imputação do acusado sob o fundamento de loucura moral”.¹¹ Defende que tal estado não poderia ser considerado como “entidade clínica autônoma”, sendo apenas decorrente de alguma outra enfermidade. Neste sentido, vale-se das observações periciais que atestam tratar-se de

um indivíduo sem antecedentes mórbidos, que teve uma mocidade sadia, filho de pessoas relativamente sãs. Não é um epilético, um imbecil, um paranoico. Não tem sífilis nem qualquer entidade nosológica reconhecida.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ BOURDIEU, Pierre. Op.cit. p. 99.

¹⁰ PFeb, fl. 418.

¹¹ PFeb, fl. 421.

Enveredando-se pela seara médica, desafia a proposta de Jansen em basear a consideração jurídica apenas nas conclusões do laudo. Leonardo Smith busca suas bases – e explora contradições possíveis em relação ao discurso do saber psiquiátrico. Escrutina as dissonâncias da área de saber tomada como unânime pelo curador do assassino.

Vale-se do psiquiatra alemão Kraft-Ebing, destacando-lhe a constatação de que “os crimes sexuais mais monstruosos podem ser cometidos por pessoas sãs de espírito”.¹² Tal preâmbulo de seus argumentos desemboca nos tais outros especialistas que, pontualmente citados por Jansen, foram tomados pela curadoria como a comprovarem a unanimidade do discurso de Carrilho. Destaca Leonardo Smith que “o estudo dos Drs. Leonídio Ribeiro e Murilo de Campos sobre Febrônio não concluem pela ausência de responsabilidade deste”.¹³ Estes dois médicos teriam descartado a “insensibilidade moral” do assassino exatamente por este demonstrar “exagerada afetividade por sua progenitora”.¹⁴ Diante deste outro quadro possível e dissonante, apela novamente às bases do saber médico: “o Prof. Júlio de Mattos diz que essa insensibilidade é a principal característica da loucura moral”.

E, diante disto, o promotor retoma sua argumentação inicial; esta tal modalidade de loucura não passaria de “expressão literária com que se designa em romances um sintoma clínico de *epilepsia*, enfermidade que o acusado nunca sofreu”.¹⁵

¹² Idem, fl. 422. Cabe salientar que, no laudo redigido por Heitor Carrilho, o nome de Kraft-Ebing também é fundamental – contudo, neste caso, para fortalecer a tese de inimputabilidade de Febrônio. O médico do Manicômio Psiquiátrico salienta da obra de Ebing algumas passagens: “a violência do desejo nos degenerados pode adquirir o valor de uma necessidade e comprometer seriamente a liberdade da vontade”; “a perversão não resulta necessariamente da perversidade dos atos sexuais”; e, por último, o mesmo trecho utilizado por Leonardo Smith, quer seja “os delitos sexuais mais monstruosos podem ser cometidos por pessoas sãs de espírito” (*LFeb*, p. 142). Ambos discursos (de Carrilho e da promotoria) valem-se das mesmas *citações*; entretanto, uma vez postas a orbitarem diferentes *topói*, são enquadradas de modos distintos. O duelo discursivo, portanto, parece se focar na tentativa de monopólio da semântica destas referências – e, assim, atribuir a seu *mosaico* específico o caráter de oficialidade acerca de Febrônio. Leonardo Smith, para tanto, apela a certos outros fragmentos que, uma vez postos a também comporem seu texto, provocariam uma mudança drástica da subjetivação de autores como Kraft-Ebing.

¹³ *PFeb*, fl. 422.

¹⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁵ Idem. *Ibidem* (grifos meus).

Ao calcar-se na ausência de *epilepsia* como modo de responsabilizar Febrônio, Leonardo Smith alinha-se aos modos de proceder dos laudos psiquiátricos dos anos seguintes. Modos estes, entretanto, aqui tomados de forma a ameaçar o próprio discurso institucional do Manicômio Judiciário.

Critica, por fim, a recomendação do internamento *ad vitam* por ser “providência que o direito penal brasileiro desconhece”.¹⁶ Destaca que Febrônio “é um delinquente astuto e fraudulento, simulador e perverso” (como assim o caracterizavam os jornais ora analisados) e que “em pouco lograria voltar à liberdade por exame psiquiátrico do seu estado mental”.¹⁷ Parece não haver fronteiras fixas (como o pretendem Carrilho e Jansen) entre os periódicos, o saber médico e psiquiátrico – desta imbricação é erguido o argumento da promotoria. Leonardo Smith finaliza este documento rogando ao tribunal que “decida como relacionam a sociedade e a justiça”.

A segunda carta enviada no mesmo dia 17 por Leonardo Smith, mais longa e pormenorizada, tece contextos ainda mais amplos nos quais busca enquadrar Febrônio. Inicia seu texto tratando do caso do marechal Gilles de Rais, “sádico que sacrificou para mais de oitocentas crianças à sua fúria homossexualista”¹⁸ na Bretanha do século XV. Conta que a corte não o condenara primeiramente à morte em função das declarações do acusado – “o criminoso dizia, a princípio, dever os seus crimes a instigação do Diabo, invocado entre astrólogos que mandava buscar a peso de ouro na Itália”. Diante do juiz, entretanto, Gilles de Rais tremera: terminara por confessar “abertamente todas as práticas monstruosas”.

Contou que a sugestão lhe viera da leitura de um livro latino sobre a vida e a morte dos Césares Romanos, escrito por Suetônio, ornado de imagens dos Imperadores Tibério, Caracala e outros, que se divertiam com crianças, encontrando um singular prazer em martirizá-las. Quis imitar os Césares e começou em seguida a por em prática as lições do livro de Suetônio.¹⁹

De certa forma, vale-se de argumentos próximos àqueles utilizados por Jansen em uma de suas primeiras correspondências ao tribunal – àquela altura, o curador de

¹⁶ Idem. Ibidem.

¹⁷ Idem, fl. 423.

¹⁸ *PFeb*, fl. 424.

¹⁹ Idem. fl. 424-5.

Febrônio citava o texto de Oliveira Martins sobre a história de Roma e como a “perversão ignóbil [sexual] se alastrou na capital dos Césares”.²⁰ Nestas constantes apropriações da historiografia, Leonardo Smith utiliza esta mesma consideração como forma de balizar um argumento oposto: a partir do caso de Gilles de Rais, nos quatrocentos, fundamenta uma possível dissimulação por parte do acusado.

Em boa medida, estes diferentes discursos que se digladiam na disputa pelo monopólio da verdade servem-se de argumentos próximos. Estas referências, uma vez postas a dialogarem de modos distintos, culminariam em *mosaicos* opostos.

Gilles de Rais, a despeito de sua primeira tentativa de falseamento, fora condenado à forca. Tomado como espécie de nota introdutória por Leonardo Smith, é alinhavado ao caso de Febrônio: “a condenação de Gilles, como a do Marquês de Sade, proferidas à luz dos princípios científicos da época, ainda hoje não escandalizariam o velho Freud”.²¹

Abre, assim, caminho à tese do assassino de 1927 como um falseador – e, orbitando um mosaico particular, dotá-lo de determinadas tonalidades.

Seguindo pela mesma linha intentada na primeira carta ao tribunal, Leonardo Smith destaca que, sobre a tal “loucura moral”, “Lombroso negou autonomia, sustentando que a sua base, como na delinquência congênita, está na epilepsia. Carrara verificou isto em um menor por ele estudado”.²² É um ponto caro ao promotor, que lembra: “o observado não é um epilético, um imbecil, um sífilítico ou um histérico”.²³

Busca enquadrar Febrônio em balizas da normalidade. “Não tem antecedentes mórbidos pessoais: a sua infância foi sadia; teve apenas gripe e fez uso moderado de bebidas alcoólicas”.²⁴ O mesmo é dito sobre o exame somático e do sistema nervoso – qualquer um deles “nada apresenta digno de registro”.

Sua trajetória pessoal é reencenada pela fonte, nova biografia é composta. Nela, haveria uma outra explicação para as atitudes antissociais do acusado – “não por uma ‘loucura moral’ sem causa nosológica verificada, mas tendo-se em vista a

²⁰ *PFeb*, fl. 333.

²¹ *PFeb*, fl. 425.

²² *Idem*, fl. 431.

²³ *Idem*, fl. 432.

²⁴ *Idem*, fl. 433.

índole do delinquente formada à solta, sob as influências do meio que ele procurava”.²⁵ Caracteriza Febrônio com a ênfase na sua fuga de casa, “nos confins de Minas”. A questão levantada por Leonardo Smith é clara: “dali fugido e atirado ao *bas fond* de uma grande cidade cosmopolita, à mercê dos instintos, qual poderia ser o seu senso moral, depois da prática de todos os crimes?”

Ergue-se destes parágrafos um Febrônio deslumbrado com as luzes da capital; fraudador e mentiroso, teria sido corrompido pelo cosmopolitismo do meio no qual submergira. O acusado, enfim, espacializado no Rio de Janeiro – uma concepção em muito diversa àquela a nortear o laudo feito por Heitor Carrilho. Aqui, o réu enquanto seduzido pela melodia urbana do Rio de Janeiro.²⁶

O crime de fraude, agregado ao processo criminal, contribuiria para este desvirtuamento – “põe em dúvida a existência do pressuposto da insensibilidade na loucura moral, de simulação fácil”.²⁷ A emotividade de Febrônio em relação à mãe seria, nas palavras de Leonardo Smith, a prova da “insinceridade” do acusado ao mostrar-se frio diante das vítimas.

Sobre a suposta natureza sexual dos crimes, o promotor serve-se do constatado por Leonídio Ribeiro: “o observado não só a nega de maneira terminante, mas ainda das suas palavras e *atitudes sempre corretas* não a deixa

²⁵ Idem. fl. 434.

²⁶ Esta ideia da cidade como lugar de perdição não é de todo inédita à auto-representação carioca. Décadas antes, diversas revistas teatrais de Arthur Azevedo exploravam o mesmo enredo. Fernando Antonio Mencarelli destaca três destes roteiros: *O Rio de Janeiro em 1877* (1878), *Cocota* (1885) e *O tribofe* (1892). “Elas têm em comum uma estrutura em que os personagens centrais que conduzem o fio condutor chegam do interior, são envolvidos nas armadilhas da cidade grande, perdem-se física ou moralmente, acabam se encontrando novamente e deixam o Rio de Janeiro assustados” (MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 183). Na peça de 1878, por exemplo, “enredado pela vertigem dos interesses em confronto na cidade grande, Zé Povinho, que vem do interior despreparado para enfrentar as armadilhas que o esperam, desiste da ‘vadiação’ a que se sujeitou com a opinião de que perdera seu tempo na ‘pândega’ que caracterizava o Rio de Janeiro. O provinciano acaba fugindo da confusão e do desvirtuamento da grande cidade” (Idem. Ibidem. p. 184). Assim sendo, o desregramento trazido pelas tais “influências do meio” tratadas pelo promotor em 1929 (*PFeb*, fl. 434), é em muito familiar aos discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para além da psiquiatria, Leonardo Smith parece agregar a Febrônio outros *topói* àqueles até então arrolados. Desta forma, a história do acusado é mais uma vez reescrita. Entretanto, não sem antes voltar-se a referências externas aos ditos do próprio Febrônio – e, assim, deslocá-lo de seu volume próprio de *citações* em nome de quadros mais amplos de compreensão.

²⁷ Idem, fl. 434.

transparecer de forma por mais velada que seja”.²⁸ De toda forma, o promotor não questiona a existência de “impulsões homossexualistas”, consideradas por ele como “postas à mostra no crime dos autos”.²⁹ Segundo sua apreensão destes ditos de Leonídio Ribeiro, limita-se a pôr em dúvida ser este “um caso de perversão sexual”.

Em sentido próximo, procura desvincular a sexualidade da mística de Febrônio, posto que esta última “pode ser uma natural manifestação do sentimento religioso no homem inteiramente são”.³⁰ Defende que,

entre indivíduos incultos, destituídos de senso crítico, a leitura de livros como a Bíblia leva a manifestações religiosas dos mais estranhos ritos, sem restringir-lhes a responsabilidade moral ou torna-los portadores de desvios morais [...] Em Febrônio, o espírito de baixa especulação com as coisas religiosas, chegando à publicação de um livro, produto da sua ignorância, é uma prova a mais do sistema de fraudes com que passou longos anos a embair a boa fé dos que viviam no seu meio e até dos que ele elegia para a desgraça da sua consciente criminalidade.

Partindo destas considerações, culmina por citar novamente o trecho de Kraft-Ebing; “os delitos sexuais mais monstruosos podem ser cometidos por pessoas sãs de espírito”.³¹ Evidencia-se um esforço por atribuir tons de normalidade a Febrônio.

De certo modo, Leonardo Smith reconhece alguma autoridade no discurso do Manicômio Judiciário – “é inegável o rigor técnico do relatório e notável a clareza com que foram estudadas as teses do laudo médico-legal do exame procedido no homicida Febrônio”, destaca.³² Entretanto, lembra que a apreciação última sobre a responsabilidade ou não do acusado cabe ao juiz – muito embora seu discurso se concentre na quebra do consenso suposto no saber médico. Adiante, o promotor retoma: “rendo homenagem ao ilustre relator do laudo, em quem reconheço, a par do elevado sentimento de imparcialidade, extensa cultura científica na difícil especialidade dos problemas psiquiátricos”.³³ Todavia, é sobre este mesmo relator, Heitor Carrilho, que recai as críticas da promotoria.

De um aparente desafio ao discurso médico como um todo, o texto de Leonardo Smith torna-se um questionamento aos procedimentos de Heitor Carrilho;

²⁸ Idem, fl. 434-5 (grifos originais).

²⁹ Idem, fl. 434.

³⁰ Idem, fl. 435.

³¹ Idem, fl. 436.

³² Idem, fl. 428.

³³ Idem, fl. 436.

estas apropriações jurídicas orbitam da unanimidade tal como defendida por Letácio Jansen à discordância apontada pelo promotor. A validade do saber médico não é questionada – as atenções da promotoria se voltam especificamente à pena de Carrilho (enquanto Letácio Jansen apenas o considerava representante de um consenso). Mesmo as tentativas de descaracterização da inimputabilidade do acusado são operadas entre *citações* psiquiátricas.

É nestes termos que, por fim, Leonardo Smith pede que “seja decretado novo exame do estado mental do acusado”.³⁴

3.2.2. Veredito e monopólio

Na sentença, datada de 12 de abril daquele 1929, o juiz Ary de Azevedo explora uma certa apropriação narrativa do assassinato de Alamiro.

Trata de como o jovem operário fora induzido por Febrônio a segui-lo com o intuito de assinar alguns papéis na empresa que supostamente representava; como o assassino, dado já estar tarde da noite, decidira dormir nas matas da Ilha do Ribeiro para que, na manhã seguinte, os dois continuassem seu trajeto. Não fica claro, contudo, o percurso empreendido pelos dois – apesar de a jovem vítima morar na própria Ilha do Ribeiro, assim é descrito pelo documento:

iludindo a boa-fé de sua vítima, captando-lhe a estima, dirigiu-se com Alamiro pela Estrada da Tijuca, andando a pé, até defrontar-se com a Ilha do Ribeiro para onde se encaminhou, embrenhando-se na mata, já noite alta.³⁵

Assim sendo, parece não levar em consideração que ambos – Febrônio e Alamiro – partiram deste mesmo local; nesta arquitetura empreendida juridicamente, a Ilha do Ribeiro não é considerada como ponto de partida, mas sim enquanto destino. Continuando a descrição do crime, narra que

Alamiro, percebendo as verdadeiras intenções do acusado, ofereceu resistência à solicitação que lhe fora feita, entrando em formidável luta com Febrônio, ocasião em que este, segurando Alamiro pelo pescoço, estrangulou-o.³⁶

³⁴ Idem. Ibidem.

³⁵ *PFeb*, fl. 442.

³⁶ Idem. Ibidem.

Como a fundamentar esta narrativa do crime, a fonte procura se sustentar em outras documentações do processo: “a materialidade do delito está provada pelo auto do exame cadavérico”; adiante, afirma que “o acusado, perante a autoridade policial e em presença de testemunhas, confessou a prática do delito que lhe é imputado”.³⁷ Estas, contudo, são *citações* feitas que o processo criminal faz de si mesmo. É constantemente reinterpretado pelos diferentes sujeitos que se agregam a estes mosaicos – mesmo as folhas do levantamento criminal estão submetidas aos intercâmbios de sentidos observados em tantas outras naturezas documentais.

Estas tais declarações de Febrônio, tomadas no dia 1º de setembro do já findo 1927, apontam uma outra narrativa àquela empreendida nas resoluções do juiz escritas quase dois anos depois. O acusado dissera ter seguido com Alamiro da Ilha do Ribeiro até Jacarepaguá. Lá, teriam tomado um bonde até Cascadura; e, então, outro até a Avenida Passos. Por volta das nove horas da noite, teriam os dois entrado no Cinema Ideal – de onde sairiam apenas muito depois, pouco antes das onze horas. Conta Febrônio sobre terem, então, “entrado ambos em um botequim junto desse cinema, onde tomaram café e doces, além do que Alamiro tomou também um cálice de vinho”.³⁸ Em seguida, tomaram um outro bonde, da linha Tijuca, saltando apenas em seu ponto final. A pé, seguiram pela estrada da Tijuca até Jacarepaguá e, então, novamente à Ilha do Ribeiro. Durante esta etapa final do percurso, beberam ambos de um vidro de Paraty que Febrônio trazia consigo. Febrônio estima terem chegado às matas da Ilha do Ribeiro por volta das três horas da madrugada. Segundo a declaração do acusado, “em virtude de Alamiro se achar embriagado e não querer apresentar-se nesse estado em casa de seu cunhado, resolveram pernoitar na dita ilha”.³⁹ Uma vez escolhido o local, o depoente diz ter forrado o chão com folhas secas cobertas com sua capa para que pudessem deitar. Tiraram, então, ambos suas roupas “para não as sujarem”.⁴⁰ Ficara então combinado que, tão logo amanhecesse, Febrônio levaria o jovem de volta para casa – pouco

³⁷ Idem. Ibidem. fl. 443.

³⁸ PFeb, fl. 86.

³⁹ Idem. fl. 87.

⁴⁰ Idem. Ibidem. fl. 88.

depois, contudo, “Alamiro não mais quis continuar ali”, ao que Febrônio se opôs. Iniciaram, assim, uma luta corporal que, segundo contara, teria durado cerca de meia hora. “Terminada a luta, Alamiro ficou estendido no chão, tendo o depoente o subjogado por ser mais ágil, apesar de ser Alamiro mais forte”. O acusado, então, afastara-se da cena do crime e seguira novamente para Jacarepaguá.

Este depoimento, apesar de referido pela pena do juiz em 1929, é apenas citado na resolução final do caso – esquartejado, passa a servir a conclusões outras àquelas empreendidas pelo próprio Febrônio. Da narrativa de Ary de Azevedo, faltam os meandros do percurso executado pelo acusado e sua vítima – e, desta forma, resulta a confusão da Ilha do Ribeiro entre origem e destino da dupla. Suprimidos certos detalhes, Alamiro é melhor definido enquanto vítima (e Febrônio enquanto criminoso sexual). Faltam referências aos bondes, ao Cinema Ideal, botequim ou à botija de Paraty – bem como às justificativas para ambos terem decidido pernoitarem em meio à mata ou despirem-se.

O Febrônio-depoente é substituído por um outro, desenhado pelas autoridades. Ainda assim, a resolução do juiz se ancora, ainda que por meio de *citações*, neste depoimento de modo a imbuir-se de validade: “o acusado, perante a autoridade policial e em presença de testemunhas, confessou a prática do delito que lhe é imputado”.⁴¹ É nesta sorte de apropriações que declara ter ficado “irretorquivelmente provado caber ao acusado a prática dos atos descritos na denúncia”⁴² – compreendendo, portanto, também a comprovação de uma motivação sexual para o assassinato.

* * *

Ary de Azevedo, uma vez concluída a introdução de seu parecer, volta-se ao saber médico. De certo modo, ao dar por concluída a caracterização de Febrônio e seu crime, concentra-se na avaliação jurídica da validade psiquiátrica.

Em boa medida, serve-se da legitimidade do laudo a partir do perito que o redigiu. De modo próximo ao orquestrado por Letácio Jansen, anota:

⁴¹ *PFeb*, fl. 443.

⁴² *Idem*. *Ibidem*.

trata-se de um trabalho de grande proficiência que serviu para, uma vez por todas, demonstrar o prestígio científico e o valor intelectual do Dr. Heitor Carrilho – o perito que redigiu o laudo –, sendo o atestado o mais eloquente do merecimento daquele a quem, em uma boa hora, foi entregue a direção do Manicômio Judiciário.⁴³

Neste ponto, é posto em questão não o saber médico de modo geral (como pretendido pelo promotor Leonardo Smith), mas sim as credenciais de Heitor Carrilho. São elas que atestam validade ao laudo – e às construções acerca de Febrônio Índio do Brasil. Trata-se, antes do mais, e segundo Bourdieu, “do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”.⁴⁴ Esta autorização, aqui, parece ser encarnada pelo cargo diretivo de Carrilho no Manicômio Judiciário – tal é seu cetro (ou *skeptron*, como proposto por Bourdieu).

Ary de Azevedo, contudo, reconhece certas contradições entre as versões acerca de Febrônio. No centro destas disputas, a opinião em boa medida percebida tanto nos periódicos analisados quanto na apropriação da promotoria. “O fato que encerra este processo é daqueles que mais têm abalado a opinião pública destes últimos anos”, sublinha o juiz.⁴⁵ Tal é a

grande responsabilidade que recai sobre os ombros do julgador, mormente quando se vê que o Ministério Público – o órgão da sociedade – diverge em seu parecer da opinião dos peritos, admitindo seja o acusado um simulador.

De um lado, o atestado da “insinceridade” de Febrônio sendo relacionado à opinião pública e ao promotor Leonardo Smith; de outro, a fala dos peritos calcada na legitimidade de seu discurso. Entretanto, e como tratado anteriormente, estas divisões estáticas não são capazes de esgotar os modos de construção destas versões sobre o assassino. Afinal, Leonardo Smith vale-se de certas *citações* próprias ao saber médico para demonstrar a falta de unanimidade desta área do conhecimento; e, da mesma forma, Carrilho se valera, na confecção do laudo, do mesmo atestado de falseamento nos ditos de Febrônio (como nas opiniões expressas pelo paciente sobre a hipótese de uma natureza sexual aos crimes).

⁴³ Idem. Ibidem.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. Op.cit. p. 87.

⁴⁵ *PFeb*, fl. 444.

Objetivando descaracterizar as ressalvas levantadas pela promotoria, o juiz busca então creditar o discurso médico na área jurídica.⁴⁶ Para ele, faz-se “mister, sempre que possível, o exame médico de todos os delinquentes, loucos ou não”. Desta forma, o Estado poderia proporcionar “uma *orientação científica* no tratamento de todos os que careçam o afastamento do convívio social, em consequência de moléstia”.⁴⁷ Na documentação analisada, torna-se difícil caracterizar a tal “opinião pública” à qual o juiz pretende contrapor-se; entretanto, segundo suas linhas, esta é próxima à fala de Leonardo Smith (aproximação esta cara ao entendimento da resolução do juiz).

Em relação ao discurso da promotoria, a defesa desta tal “orientação científica” empreendida por Ary de Azevedo mostra-se como um falso problema – afinal, na carta de Leonardo Smith era questionado o laudo de Carrilho, não o saber que pretensamente representava. O juiz, entretanto, parece não dissociar o saber médico da pena de Heitor Carrilho. E ambos, uma vez considerados como externos à seara jurídica, são evitados pelo julgador.

“De pouca utilidade para a questão seria examinarmos uma por uma as opiniões científicas expendidas em torno do caso clínico que é a individualidade mórbida de Febrônio Índio do Brasil”, havia escrito Letácio Jansen ao juiz.⁴⁸ Assim, evitava os meandros da construção médica a favor de entrever-se juridicamente apenas suas conclusões transcritas ao final do laudo. Em sentido próximo são organizados os parágrafos do juiz: evita todas as problematizações indicadas pela promotoria. Ary de Azevedo sequer tangencia a questão da epilepsia ou das divergências apontadas por outros peritos acerca da personalidade de Febrônio;

⁴⁶ Típico princípio da *Escola Positiva de Direito Penal*, a entrada do saber médico no campo jurídico, gerou, entre alguns juristas, uma forte oposição por compreenderem essa prática como uma “invasão à sua competência.” Por outro lado, “alguns juristas mais afinados com as modernas teorias, tomavam-nas sem tanta crítica, alegando tratarem-se de ‘descoberta científica que não mente’”. BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *Justiça e gênero*. Uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Edunb, 2007, p. 81. De toda forma, em uma estreitamento da escala de análise como ora pretendido, estas enunciações macroscópicas das áreas do saber não são aplicáveis sem ressalvas. Há, aqui, uma apropriação específica destes parâmetros gerais – inspiram, ao invés da homogeneidade, a pluralidade interna a estes próprios saberes. Cabe ressaltar, por exemplo, as ressalvas de Leonardo Smith como não voltadas à área do conhecimento psiquiátrico, mas à unanimidade da autoridade de Heitor Carrilho. É com base neste argumento, enfim, que se opõe às conclusões do laudo: para esta finalidade, apela a outros discursos internos ao próprio saber médico (e, portanto, desde logo incorporando-os à sua construção jurídica).

⁴⁷ *PFeb*, fl. 445 (grifos meus).

⁴⁸ *Idem*, fl. 417.

detém-se à consideração de Carrilho enquanto a pena pela qual flui o consenso médico. Consagrando este lugar de enunciação, a nota de que a Heitor Carrilho “foi entregue a direção do Manicômio Judiciário”.⁴⁹

Segue o juiz: “é por demais sabido que, atualmente, à luz da ciência criminal, mais vale o criminoso que o crime”.⁵⁰ Embutido a esta divisão entre a trajetória pessoal do acusado e o ato criminal, há também uma divisão entre os saberes médico e jurídico. A descrição do crime, exaustivamente reconstruída ao longo do processo criminal, caberia à autoridade jurídica – é assim que, na abertura de sua apreciação do caso, Ary de Azevedo procura construir uma narrativa sobre o homicídio de Alamiro; por outro lado, a vida pregressa de Febrônio é analisada tão somente pelos peritos médicos – estes possuiriam um certo monopólio linguístico na caracterização do infrator.

Monopólio este, enfim, fortalecido pelo juiz ao evitar enveredar-se nos meandros técnicos do laudo (como, em boa medida, fora proposto pela promotoria).

Diante destas considerações, defende Ary de Azevedo que

não seria lícito a este Juízo abandonar o laudo dos peritos para pronunciar o acusado e submetê-lo a julgamento perante o júri, para que lhe fosse aplicada a penalidade máxima prevista, para casos tais, pelo nosso estatuto penal.

Ou seja, a versão legítima sobre Febrônio caberia a Heitor Carrilho, imbuído da autorização institucional médica, não à tal “opinião pública” que o juiz parece supor.

Deste modo, a conclusão jurídica evita o pedido da promotoria – quer seja, a confecção de um segundo laudo psiquiátrico pela pena de outro perito. O tribunal, portanto, procura contrapor-se aos “ânimos populares” reconhecidos por Letácio Jansen⁵¹ – não às ressalvas impingidas pelo promotor Leonardo Smith. Sequer é discutida a proposta de outra avaliação de Febrônio.

Ao se focar na legitimação do saber médico, não responde aos questionamentos da promotoria (que, aliás, partilha deste mesmo reconhecimento).

⁴⁹ Idem. fl. 443.

⁵⁰ PFeb, fl. 445. Foucault lembra que foi graças ao esforço da *Escola Positiva de Direito Penal*, que se introduziram “as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, [dando] aos mecanismos de punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987, p. 22.

⁵¹ PFeb, fl. 417.

No mais, a legitimidade dos escritos de Carrilho é tomada como decorrente dessa assunção, uma vez que não são dissociados perito e discurso médico. Neste ponto, a unanimidade das apropriações psiquiátricas de Febrônio tal como esboçada por Letácio Jansen é utilizada pelo juiz Ary de Azevedo.

Ao final de seu texto, Azevedo transcreve as conclusões do laudo pericial:

os peritos chegaram à conclusão de que o acusado é portador de uma psicopatia constitucional, caracterizada por desvios éticos revestindo a forma da “loucura moral” e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com impulsões sádicas, estado esse que se juntam às ideias delirantes de imaginação de caráter místico.⁵²

E, adiante, outro trecho extraído do documento médico: “julgam os peritos que as suas desordens mentais dirimem a sua capacidade de imputação ou a sua responsabilidade pelos crimes que praticou”.⁵³

De todas as apropriações realizadas pelo laudo pericial, restam apenas estas tais considerações finais. A partir delas, considera Ary de Azevedo: “julgo improcedente a denúncia e absolvo Febrônio Índio do Brasil da acusação que lhe foi intentada”.

Decreta, desta forma, que “seja ele internado no Manicômio Judiciário desta cidade”. E assim, sem quaisquer indicações acerca do tempo de internamento, faz valer o *ad vitam* defendido por Heitor Carrilho; a definição da identidade de Febrônio, enfim, concedida aos peritos da instituição.

Desta forma, em 6 de junho de 1929 a Diretoria da Casa de Detenção envia ao Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal a nota de que Febrônio fora transferido daquela instituição para o Manicômio Judiciário.⁵⁴ No dia seguinte, escreve Heitor Carrilho ao Juiz-presidente do Tribunal do Júri: “o indivíduo Febrônio Índio do Brasil foi ontem apresentado neste Manicômio, procedente da Casa de Detenção, ficando aqui internado de acordo com a sentença desse Juízo, datada de 12 de abril”.⁵⁵

Une-se, enfim, a uma miríade de outros sujeitos que, nos anos seguintes, seriam também inventariados pelos médicos do Manicômio. Destinado oficialmente a este escaninho, Febrônio torna-se definitivamente uma *citação* no texto de um

⁵² Idem. fl. 446.

⁵³ Idem. Ibidem.

⁵⁴ PFeb, fl. 461.

⁵⁵ PFeb, fl. 463.

outro, uma nota pericial. Destituído de sua própria redenção, como esboçava na escrita do *Revelações do Príncipe do Fogo*, é registrado apenas pelas linhas dos psiquiatras que passam a deter sua identidade.

É calado. Segundo Ilana Casoy, “os poucos exemplares de seu livro *Revelações do Príncipe do Fogo* foram recolhidos e queimados pela polícia”.⁵⁶ Muito embora não haja qualquer referência a este procedimento nos documentos do processo, o livro de Febrônio torna-se raro. Uma única cópia torna-se atualmente disponível, componente da biblioteca de Mário de Andrade, mantida sob a tutela do Instituto de Estudos Brasileiros.

O traslado da Detenção ao Manicômio é, antes do mais, um pendular identitário. É submetido não apenas aos muros da instituição, mas aos discursos que o legitimam – consagra, enfim, um poder que “não é apenas nem principalmente instrumento de repressão, mas de criação. Ele instaura uma verdade e, assim, cria as condições de sua própria legitimação”, como posto por Edwar Castelo Branco acerca da abordagem de Michel Foucault.⁵⁷

Febrônio, por fim definido juridicamente, é mais uma vez apropriado. A fala do juiz, sancionando a autoridade de Heitor Carrilho, inventa-o oficialmente. De detento a paciente; criminoso a delirante. Sem, contudo, sua própria fala de redenção.

⁵⁶ CASOY, Ilana. *Serial Killers made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 60.

⁵⁷ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. “Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma História diagnóstica do presente” In: *História Unisinos*. Vol. 11. nº 13. Set/dez, 2007. p. 326.

Epílogo

Por certo período de tempo, Febrônio não deixa registros no processo criminal. Silenciado atrás dos muros do Manicômio Judiciário, torna-se inatingível ao intuito historiográfico.

Entretanto, logo alguns fragmentos de seu discurso espreitariam entre as folhas dos dizeres oficiais. Anos após seu internamento, em 1933, sua caligrafia surge entre os documentos do processo. Em uma carta escrita em 6 maio, dirige-se ao juiz: “venho muito humilde e com o devido respeito perante V. Excia. requerer que V. Excia. se digne em mandar submeter-me a 2º exame de sanidade mental”.¹ Em suas breves linhas, busca uma estratégia possível – complementa: “no meu querido Brasil a causa mais difícil é um pobre filho da terra encontrar os seus direitos na justiça quando ele é pobre”.²

Dois dias depois, o promotor Abreu Ernani, então encarregado da apreciação, reitera o monopólio, senão do Manicômio Judiciário, de Heitor Carrilho sobre a apreciação do interno. “Está claro que ele, vivendo debaixo de permanente observação, o diretor não deixará de comunicar ao juiz da execução da internação o estado de cura do paciente, se possível isto fosse de ocorrer”.³ E encerra: “nestas condições, opino pelo indeferimento da pretensão dele”.⁴ Logo abaixo, datando de 9 de maio, a breve nota de indeferimento do juiz.

Seguem, no maço documental do processo, registros feitos pelo Instituto de Identificação e Estatística que, nos meses seguintes, anotarás as medições antropométricas de Febrônio.

De toda forma, no ano seguinte mais uma vez algumas linhas do paciente são anexadas. Em nova carta ao tribunal, declara já estar “completamente restabelecido, conforme provo com todos os empregados subalternos deste estabelecimento”⁵ – ressalva, contudo, que estes não declarariam suas impressões publicamente por

¹ *PFeb*, fl. 465.

² *Idem*. fl. 466.

³ *PFeb*, fl. 467.

⁴ *Idem*. fl. 468.

⁵ *PFeb*, fl. 478.

“serem subalternos do Sr. Diretor deste Manicômio”. Subentendendo uma hostilidade pessoal com Heitor Carrilho, esforça-se por encontrar outras possíveis autoridades devidamente legitimadas para redefinir-lhe a identidade. Insiste na petição do ano anterior. Diz “requerer ex-ofício que V. Excia se digne em mandar fazer segundo exame de sanidade mental por médicos estranhos deste estabelecimento e de inteira confiança de V. Excia.” Indiciariamente, destas linhas pode-se supor algum conflito direto entre Febrônio e Heitor Carrilho.

Tal segunda tentativa, contudo, é mais extensa e pormenorizada àquela outra. “Isto que eu requeiro é de lei e ninguém pode zangar-se ou julgar-se ofendido; visto que está estatuído em lei que qualquer uma das partes pode julgar alguém suspeito para funcionar em algum processo”; tenta, em linhas tortuosas, espreitar a partir da legislação. “E, baseado nos princípios da solidariedade humana, procuro encontrar justiça na própria justiça [...] Não sou criminoso nem louco”,⁶ afirma.

E procura fazer suas próprias *citações*:

é aproveitar enquanto ‘a palreira fama diz e afirma’ a sua superioridade sobre a justiça togada, porque, assim, quiçá lhe possamos confessar, com Corte-Real: E ficas com razão tu só no mundo. Por único perfeito, sem segundo.⁷

Vale-se de versos esparsos de Jerónimo Corte-Real citados por Camilo Castelo Branco em seu *História e Sentimentalismo*. O primeiro do qual se vale Febrônio é assim transcrito por Castelo Branco:

Uns dizem que tal morte por afronta
Ou recebida injúria se daria;
Outros o cobiçoso baixo intento
E a tirânicos roubos o atribuem.
Outros que cometeu torpe adultério
Por onde se tomou justa vingança:
Mas a palreira fama diz e afirma
Que o cego Amor só n’ela teve a culpa.⁸

⁶ Idem, fl. 479.

⁷ Idem, fl. 480.

⁸ CASTELLO BRANCO, Camillo. *História e Sentimentalismo*. Porto: Libreria Internacional de Ernesto Chardon, 1880. p. 112 (grifos meus).

Trata da morte de Luiz Falcão pelo raio de Antheros, o deus grego do amor não correspondido. Estes versos são utilizados por Camilo Castelo Branco com o intuito de pensar as relações entre a obra de Corte-Real e Camões, ambos do século XVI.

Outros versos utilizados por Febrônio, “e ficas com razão tu só no mundo/Por único, perfeito, sem segundo”, também consta entre os trechos do poeta quinhentista dos quais se vale Castelo Branco:

De quantos a Castalia tem chegado
Te deu a ti do verso a suavidade,
E ficas com razão tu só no mundo
Por único, perfeito, sem segundo.⁹

Aqui, versos elogiosos feitos por Corte-Real a Luiz Pereira Brandão, outro poeta de seu tempo e também “sócio do grupo hostil a Camões”, conforme anotado por Camilo Castelo Branco.

Nas linhas de Febrônio, estes versos são servidos de modo errante. De toda forma, exprimem algumas leituras do paciente – provavelmente feitas durante sua internação. Sobre elas, o mesmo comportamento incerto que, outrora, voltara acerca de livros bíblicos.

Unem-se a queixas sobre a vida no interior do Manicômio Judiciário. Diz que

o estabelecimento não é apropriado, nem comporta tantos hóspedes, que vivem uns por cima dos outros, não tem lugar para colocar os doentes agitados, ficando os doentes que não são agitados sujeitos a toda sorte de perigos como eu que sou vítima de dois atentados de morte.¹⁰

Em resumo, “é uma verdadeira falência dos direitos dos homens que têm a infelicidade de existir sobre a terra [...] esta falência é a falência da própria justiça!”.

Não consta qualquer resposta do juiz a esta segunda petição de Febrônio.

Outras estratégias são arriscadas pelo paciente. Em 27 de agosto de 1934, um irmão de Febrônio, José Simões d’Oliveira, vindo da Bahia, escreve ao juiz. Pede a saída do paciente – e assume a responsabilidade sobre seus atos. Sugere a continuação do tratamento fora da instituição; afinal, poderia levá-lo para a cidade de Jequié, onde reside, “onde todas as autoridades [...] podem dar referência de

⁹ Idem. Ibidem. p. 109.

¹⁰ PFeb, fl. 481.

mim”.¹¹ Destaca o “respeito que tenho pelas leis do país e pelos bons costumes que praticam os homens de bem”.

Diante desta súplica, o tribunal solicita o tal segundo exame. Armando Cabral Guedes é designado em 30 de agosto para proceder esta análise juntamente com Heitor Carrilho.

O documento é finalizado em pouco mais de três semanas. Em uma única folha, é concluído que “subsistem, ainda agora, as conclusões clínicas e médico-legais do laudo do exame de sanidade mental firmado em 20 de fevereiro de 1929, não sendo, assim, aconselhável a retirada do paciente”.¹² Os irmãos de Febrônio então no Rio de Janeiro, José e Agenor, não poderiam acompanhar o paciente. Para os médicos encarregados, “dados os traços anormais que definem a personalidade de Febrônio, não poderiam, nas condições atuais, deter as suas tendências anti-sociais”.

Agenor, no mês seguinte, pede novo recurso. Por ter se mudado para o Rio de Janeiro há alguns anos, propõe cuidar de Febrônio ali mesmo, na rua Saldanha Marinho, onde residia. Reitera o conflito com o diretor do Manicômio: “julgo o Senhor Heitor Carrilho suspeito para funcionar no segundo exame como perito examinador de meu irmão”.¹³

Mais uma vez, o recurso é negado.

Parecendo esgotadas as estratégias legais possíveis, alguns meses depois outro ardil é intentado. Em 8 de fevereiro de 1935, Febrônio foge do Manicômio. Sua recaptura, contudo, não tarda – é encontrado na tarde do dia seguinte na casa de Agenor na tal rua Saldanha Marinho. Apesar de já novamente internado, a cidade (então celebrando o Carnaval) não tarda em interpretar a fuga. Em uma crônica, Rubem Braga transcreve alguns versos que ouvira sendo entoados por um grupo de foliões no largo do Machado em 10 de fevereiro:

Bicho papão
Bicho papão
Cuidado com o Febrônio
Que fugiu da Detenção.¹⁴

¹¹ Idem, fl. 483.

¹² *PFeb*, fl. 490.

¹³ Idem, fl. 495.

¹⁴ BRAGA, Rubem. *O conde e o passarinho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: editora do autor, 1964. p. 74.

Quer seja por desconhecimento ou a favor da rima, do Manicômio faz-se Detenção; e, de paciente, Febrônio torna-se presidiário. Comenta o autor: “e eis que o nosso amigo Miguel, que preferiu ir batucar em Dona Zulmira, lá também ouviu, naquele canto glorioso de Andaraí, a mesma coisa. Como se esparrama esta improvisação de um dia?”¹⁵

Dali em diante, a fala própria de Febrônio desaparece das folhas do processo – bem como as referências a seus irmãos. O paciente torna-se um espectro apenas *citado* entre relatórios de medicações e autos de procedimentos médicos. Em maio de 1954, Carrilho falecera.

Duas décadas separam a fuga de um novo exame, concluído em 3 de julho de 1956. Nele, o relator Rodrigo Ulisses de Carvalho conclui que “sua periculosidade continua potencial, pois é decorrente da anomalia mental que manifesta, impondo-se a sua reclusão, ainda por tempo indeterminado, nesse estabelecimento”.¹⁶

Entretanto, alguns fragmentos dos ditos do interno aparecem. Anota o médico: “declara que nasceu branco, filho que era de pais brancos e desfrutando uma situação econômica vantajosa, mas foi vítima da sanha dos inimigos que o mataram e, ao ressurgir, tornou-se preto, pobre e presidiário”.¹⁷ Destas transmutações dignas de um Macunaíma, a indefinição de sua identidade. Teria dito, ainda, que

seu dinheiro e os documentos referentes à fortuna imensa de que é detentor se encontram no cofre do Manicômio Judiciário cuja chave está em poder do Diretor, homem sem escrúpulos que detém o alto cargo às custas de sua indicação e prestígio.

O monopólio, por parte do diretor, da chave de sua identidade; o “prestígio” atribuído à autoridade que o limita. Diz estar “cercado de inimigos por todos os lados”. Das palavras do outro, o dr. Rodrigo de Carvalho, alguma cosmogonia de Febrônio é esboçada – mas, logo em seguida, silenciada.

Já não mais citados os irmãos de Febrônio que o procuraram nas décadas de 20 e 30. O paciente, enfim, figurado como sozinho.

Novamente, décadas são obliteradas pelo registro.

¹⁵ Idem. Ibidem.

¹⁶ *PFeb*, fl. 531.

¹⁷ Idem, fl. 530.

Anexado ao processo, uma nota de jornal não identificado datada de 26 de maio de 1981. Conta sobre alguns questionamentos dirigidos ao Manicômio acerca da longa internação de Febrônio. Exibe declarações do advogado Francisco Horta:

alguém quer cuidar do Febrônio? Alguém quis fazer alguma coisa por ele, durante todos esses anos? Há mais de 50 anos ele não recebe uma visita. E agora vêm criminalistas e psiquiatras dizer que é um absurdo um homem estar preso há tanto tempo. Mas, se eu o soltasse, ele morreria como um indigente talvez, porque ninguém o quer. Alguém quer o Febrônio, por acaso? Desculpem-me, mas nesse caso bato palmas para o manicômio.¹⁸

Relembra a comoção que seus crimes, há décadas, causara no Rio de Janeiro. Distantes, os assassinatos parecem pouco importar naquele momento; afinal, “hoje é um demente e, se tivesse família, alguém que cuidasse dele, poderia até estar solto. Mas quem quis o Febrônio?”. As estratégias intentadas pelos irmãos de Febrônio há décadas, desta forma, são ignoradas.

Dada a distância ao ocorrido na década de 20, seu tempo a esta altura é outro – próprio ao espaço psiquiátrico no manicômio.

Trata-o como um ícone da instituição: “seus médicos já morreram, outros já deixaram o manicômio [...] Enfim, Febrônio chegou primeiro e é tratado com muito carinho”.

Três anos depois, em 28 de agosto de 1984, um novo dado é acrescido a seu prontuário:

faleceu ontem pela madrugada o paciente Febrônio Índio do Brasil, considerado a relíquia do Manicômio Judiciário e o preso paciente mais antigo do Brasil, aos 86 anos de idade e cerca de 55 anos de reclusão, marco da história da psiquiatria forense no Brasil, paciente nº 0001 do Manicômio Judiciário.¹⁹

Acordara no dia anterior com dispneia e inquieto, gemendo. Ao ser notado um edema em uma de suas pernas, fora encaminhado para o Hospital Central Penitenciário. Poucas horas depois, morreria.

O então diretor do Manicômio, Talvane de Moraes, enviara ao notário os dados do paciente para que fosse confeccionada sua certidão de óbito definitiva. Assim é descrito: “Febrônio Índio do Brasil, brasileiro, solteiro, cor parda, nascido em

¹⁸ PFeb, fl. 548.

¹⁹ PFeb, fl. 566.

1898, natural do Estado de Minas Gerais, filho de Theodoro Índio do Brasil e de Estrella do Oriente Índio do Brasil”.²⁰

Os detalhes do processo criminal, que outrora eram fundamentais à caracterização do paciente, agora tornam-se desimportantes. Ainda que por deslize, a mítica de Febrônio Índio do Brasil é gravada em seu último registro oficial. Sua mãe, então, é nomeada na certidão de óbito como Estrella do Oriente – e não Reginalda Ferreira de Mattos, como apurado pelo laudo de 1929 e posto a configurar sua “insinceridade”.

²⁰ Idem, fl. 574.

Corpus documental

1. Crime: mosaicos possíveis

CARRILHO, Heitor. "A curiosa mentalidade de um delinqüente (laudo do exame medico-psiquiatrico de Febrônio Índio do Brasil) In: *Archivo Judiciario*. vol 10 abr/jun 1929 (acervo da Biblioteca da Câmara Federal).

CORREIA, Raimundo; HILL, Telênia. *Os melhores poemas: Raimundo Correia*. São Paulo: Global Editora, 1998.

CORREIA, Raimundo. *Versos e versões*. Rio de Janeiro: n/h, 1887.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 17/ago-5/out, 1927

"Debates na Academia de Medicina em sessão de 10 de outubro de 1918" In *Revista Médico-Cirurgica do Brasil*, Ano XXVI, nº11, Rio de Janeiro, 1918.

FONTENELLI. "Comentário médico-higiênico sobre a epidemia de influenza maligna". In: *Revista Saúde*, 1919, nº 3.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 17/ago-14/set, 1927.

POE, Edgar Allan. "The Masque of the Red Death" In: *Selected Tales*. Londres: Penguin Group, 1994.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro: memórias*, 3. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

O Paiz. Rio de Janeiro, 14/set-31/out, 1918.

2. Redenção: textualidade urbana

A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento traduzido em portuguez segundo a vulgata latina pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Depósito das Escripturas Sagradas, 1902.

BARKER, Kenneth (org). *Bíblia de estudo NVI.* São Paulo: Editora Vida, 2003.

Devocionário a Nossa Senhora Aparecida. 1ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006.

DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORCADES, Alvim. *Descrição de uma viagem a Canudos.* Salvador: Egba, 1996.

ÍNDIO DO BRASIL, Febrônio. *As Revelações do Príncipe do Fogo.* Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Monteiro e Borrelli, 1926.

O Malho. n. 1504, ano XXX (1932).

3. Delírio: o discurso da autoridade

CARRILHO, Heitor. "A curiosa mentalidade de um delinquente (laudo do exame médico-psiquiátrico de Febrônio Índio do Brasil)" *In: Archivo Judiciário.* Vol. 10. Abr/junho 1929. Suplemento. p. 127-149

CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro.* Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro.* Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro*. Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro*. Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

CARRILHO, Heitor (dir). *Archivos do Manicomio Judiciario do Rio de Janeiro*. Ano VI, 1º e 2º semestres de 1940, números 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942-3.

Epílogo

CASTELLO BRANCO, Camillo. *História e Sentimentalismo*. Porto: Libreria Internacional de Ernesto Chardon, 1880.

BRAGA, Rubem. *O conde e o passarinho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: editora do autor, 1964.

Bibliografia

AFFRON, Mathew; HAUPTMAN, Jodi; LANCHNER, Carolyn. *Fernand Léger*. Nova Iorque: Museum of Modern Art, 1998.

ALBERA, François. *Eisenstein e o Construtivismo russo*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: *Revista Resgate*. nº 2. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1991.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Lisboa: Sá da Costa, 1955.

AMORIM, Silvana Vieira da Silva. *Giullume Apollinaire: fábula e lírica*. São Paulo: UNESP, 2003.

ARGAN, Giulio. *Arte Moderna: do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARING-GOULD, Sabine. *Curious myths of the middle ages*. Nova Iorque: Dover Publications, inc., 2005.

BARRETO, Lauro Muniz. *O novo direito do cheque em face da convenção de Genebra*. São Paulo: Livraria Editora Universitária de Direito, 1973.

BARROS, Daniel Martins de; RIGONATTI, Sérgio Paulo; SERAFIM, Antônio de Pádua (orgs). *Temas em Psiquiatria forense e Psicologia jurídica II*. São Paulo: Vetor, 2006.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: BENJAMIN, W (org.). *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense; 1994.

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza: a medicina enferma*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: edUSP, 1998.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. "O campo historiográfico: entre o realismo e as representações". In: *Revista Universitas/Face-História*. Vol. 1, nº 1. Brasília, 2003.

_____. *Justiça e gênero. Uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Edunb, 2007.

CALVINO, João. *Daniel*. Vols 1 e 2. São Paulo: Parakletos, 2000.

CAMPOS, Flávio de. *Roteiro de cinema e televisão: a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma estória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARDOSO, Sérgio. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASOY, Ilana. *Serial Killers made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. "Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma História diagnóstica do presente" In: *História Unisinos*. Vol. 11. nº 13. Set/dez, 2007.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

____. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CENDRARS, Blaise. “Febrônio Índio do Brasil”. In: *Etc...etc...(um livro 100% brasileiro)*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLES, Robert Henry. *The apocrypha and pseudepigrapha of the Old Testament*. Oxford: Clarendon, 1913.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

____. “O mundo como representação” In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

COHEN, Cláudio; FERRAZ, Flávio Carvalho; SEGRE, Marco (orgs). *Saúde mental, crime e justiça*. 2ª ed. São Paulo: edUSP, 2006.

COHN, Norman. *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

COLLINS, John J.. *The apocalyptic imagination: an introduction to Jewish apocalyptic literature*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

COLTRO, Antônio Carlos Mathias; ZIMERMAN, David. *Aspectos psicológicos na prática jurídica*. 2ª ed. Campinas: Millenium, 2008.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (coord). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de “O Processo” Kafka*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da Ordem: a doença mental da República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOBRORUKA, Vicente. “Preparação para Visões na Literatura Apocalíptica: algumas considerações” In: *Estudos da Religião*. Ano XVII, vol. 24. São Bernardo do Campo: UMESP, 2003.

DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo: edUSP, 2009.

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERLA, Luís Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. 2005. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

FERRARI, Eduardo Reale. *Medidas de segurança e Direito Penal no Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

FERRI, Enrico. *Delinquente e responsabilidade penal*. São Paulo: Rideel, 2006.

FIELD, Syd. *Manual do roteiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

___ (coord). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

___ . *A ordem do discurso*. 11ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

___ . *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005.

___ . *Vigiar e punir*. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

___ . *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

___ . *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. "A modernidade do Cristo Redentor". In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 51, no. 1, 2008.

- GOFFMAN, Ervin. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistotélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado: UFF, 2003.
- _____. “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, jan-abr 2005.
- GORT, Jerald D.. *Probing the depths of evil and good: multireligious views and case studies*. Nova Iorque: Rodopi, 2007.
- GUTMAN, Guilherme. “Febrônio, Blaise & Heitor. Pathos, violência e poder”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, n. 2, junho 2010.
- HODGE, Charles. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- INGERSOLL, Ernest. *Dragons and Dragonlore*. Nova Iorque: Dover Publications, inc., 2005.
- KAZ, Leonel; LODDI, Nigge (orgs). *Cristo Redentor: história e arte de um símbolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2007/8.
- KISTEMAKER, Simon. *Apocalipse*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- KNAUSS, Paulo (coord). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- _____. “A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.
- KONNINGS, Johan. “Tradução e traduções da bíblia no Brasil”. In: *Perspectiva Teológica*. n. 35, 2003.

KRAMER, Lloyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra” In: Lynn Hunt (org). *A nova História Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2000.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.

MACHADO, Maria Augusta. *Cristo Redentor do Corcovado*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

MALUF, Lilian Chaves. *Daniel no antro das ninfas: um estudo sobre o desafio de Porfírio ao status profético das revelações daniélicas e sobre a réplica de Jerônimo*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

McKEE, Robert. *Story*. Curitiba: Arte & Letra, 2006.

MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. “Charles Baudelaire e a arte da memória” In: *Alea*. vol. 7, número 1, jan-jun 2005.

NEWTON, Isaac. *As profecias do Apocalipse e o livro de Daniel*. São Paulo: Pensamento, 2008.

NEWTON, Michael. *A enciclopédia de Serial Killers*. São Paulo: Madras, 2008.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

OLIVEIRA, Diogo de Castro. *Onosarquistas e patafísicos: a boemia literária no Rio de Janeiro fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

- PASSETTI, Edson (org). *Kafka, Foucault*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- PEREZ-MALLAINA, Pablo. *El hombre frente al mar*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.
- SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. "O exército encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916)". In: *Revista História em Reflexão*. vol. 3 nº 5. Dourados: UFGD, jan/jun 2009.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. *Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul; FERREIRA, Vergílio. *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Bertrand, 2004.
- SELLIN, Ernest. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: ed. Acadêmica Cristã, 2007.
- SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo: uma religião brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

SICUTERI, Roberto. *Lilith, a lua negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SUDBRACK, Josef. *Experiência religiosa e psiquê humana: onde a religião e a psicologia se encontram*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se escreve História; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: edUnB, 1998.

WEBER, Eugene. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a Imaginação Histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ZIMBARDO, Philip G. "A Situationist Perspective on the Psychology of Evil: Understanding How Good People Are Transformed Into Perpetrators" In: A. G. Miller (ed.) *The Social Psychology of Good and Evil*. Nova Iorque: Guilford Press, 2004